

Volume Único

DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



PALMEIRA - PR

Diagnóstico Socioterritorial da
Assistência Social



DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRA/PR



Volume Único

DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRA/PR

Volume Único

Idealização



Realização



Financiamento



Palmeira, 2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Diagnóstico socioterritorial da assistência social
de Palmeira-PR : volume único / [equipe Painel
Pesquisas e Consultoria]. -- 1. ed. -- Joinville :
Painel Instituto de Pesquisas, 2020.

Vários colaboradores.
Bibliografia
ISBN 978-85-93177-13-2

1. Assistência social - Brasil 2. Ciências sociais
3. Direitos fundamentais - Brasil 4. Estatística
5. Indicadores sociais - Palmeira (PR) 6. Municípios
- Brasil 7. Pesquisa - Metodologia 8. Políticas
públicas 9. Trabalho social I. Painel Pesquisas,
Consultoria e Publicidade.

20-33226

CDD-361.698162

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Palmeira : Paraná : Diagnóstico
socioterritorial : Assistência social
361.698162

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

EQUIPE PAINEL PESQUISAS E CONSULTORIA

Direção Executiva

Ermelinda Maria Uber Januário – Economista CORECON nº 2.556-9

Coordenação Geral

Maria Helena Provenzano - Administradora CRA nº 27913 e Bacharel em Serviço Social

Análise Estatística

Fátima Mottin – Estatística CONRE nº 9013-A

Marcelo Nunes Paolillo – Engenheiro de Software

Equipe Técnica

Cheyenne Viera Marques – Assistente Social

Fabiana Caetano – Advogada OAB/SC nº 54940 e Administradora CRA/SC nº 28080

Felipe de Avila – Sistemas de Informação

Lourdes Grabowski – Assistente Social

Margareth Victória Kolb - Historiadora

Rodolfo Uber Januário – Sistemas de Informação

Valquiria Viviane Rodrigues Backes Forster

Revisão Textual e Ortográfica

Vanessa Cristina Leal Miranda – Letras Português/Inglês

Margareth Victória Kolb - Historiadora

Apoio Administrativo

Diana Maria Garbin

Ian Casas

Identidade Visual

Isabela Bortoletto Bozzola – Designer Gráfico

Rafael Uber – Diretor de Arte e Diretor Cinematográfico (DRT n. 11048/48)

Município de Palmeira

Gestores municipais

Edir Havrechaki
Prefeito Municipal

José Antônio de Oliveira
Chefia de Gabinete do Prefeito

Silmara Cardoso Hipólito
Controladora Geral do Município

Fernando Antônio Maciel
Procurador-Geral

Eloir Voichicoski
Secretário Municipal de Finanças

Geraldo Nepomoceno Neves
Secretário Municipal de Gestão Pública

Elieser Borkoski
Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária

Mario Antônio Wieczorek
Secretário Municipal de Assistência Social

Waldir Santos Joanassi Filho
Secretário Municipal De Cultura, Patrimônio Histórico, Turismo e
Relações Públicas

Carla Patrícia Marcondes Albuquerque
Secretária Municipal de Educação

Moisés Américo Barbosa Neto
Secretário Municipal de Esporte e Lazer

Jaudeth Ramos Hajar
Secretário Municipal de Indústria e Comércio

Jose Przybysewski
Secretário Municipal de Meio Ambiente

Francine Albuquerque
Secretária Municipal de Obras e Infraestrutura

Fabiani Ramos Bach Czelusniak
Secretária Municipal de Saúde

Fabiano Bichop Cassanta
Secretário Municipal de Urbanismo

Comissão de acompanhamento

Angela Renata Brunoski Kovalski
Carla Daina de Souza Kavalkevski
Gracieli Aparecida Riffert
Irelene Marceli Santos Mayer Seixas
Tânia Mara Trindade
Gestão

Joelma Aparecida dos Santos Mayer
CRAS

Paola Emanuelle Santos
CREAS

PREFÁCIO

A Secretaria de Assistência Social apresenta o DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRA/PR.

O diagnóstico socioterritorial é uma pesquisa realizada a partir de dados coletados nos sites oficiais, utilizando-se da riqueza de informações encontradas com facilidade nos diversos sites de pesquisas. Somando-se a esses, os dados disponíveis nos órgãos e equipamentos que compõem a rede de atendimento do nosso município.

Porém, aqui teremos esses mesmos dados organizados de tal forma que nos permitam olhar para nossa realidade e compreendê-la. Aqui cada território tem sua própria identidade. A leitura da realidade e das transformações sociais por meio de instrumentos, técnicas e ferramentas de leituras específicas nos proporciona um olhar sob as lentes do conhecimento.

Para a Política de Assistência Social a atenção com as informações levantadas é de suma importância, precisamos evidenciar as especificidades dessa política através do destaque para temas prioritários, como as famílias em situação de vulnerabilidade e risco social e as violações de direitos que acontecem em cada território.

A partir dos dados obtidos e analisados teremos o "RETRATO" do nosso município, o que nos viabilizará conhecer o perfil e as necessidades das famílias usuárias do SUAS, possibilitando planejar transformações e mudanças com vista à emancipação de cada cidadão.

Mario Antonio Wieczorek
Secretário de Assistência Social

LISTA DE SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BPC	Benefício da Prestação Continuada
CECAD	Consulta Extração Seleção de Informações do CadÚnico
CF	Constituição Federal
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CT	Conselho Tutelar
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FMAS	Fundo Municipal de Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MSE	Medidas Socioeducativas
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
OSC	Organização da Sociedade Civil
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PcD	Pessoa com Deficiência
PIA	Plano Individual de Atendimento
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
RDJ	Razão de Dependência Jovem
RDT	Razão de Dependência Total
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SINASC	Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos
SIPIA	Sistema para Infância e Adolescência
SISC	Sistema de Informações do Serviço de Convivência
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UAI	Unidade de Acolhimento Institucional
UBS	Unidade Básica de Saúde

LISTA DE INDICADORES

Indicador 1: População residente	35
Indicador 2: População residente por sexo	36
Indicador 3: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	37
Indicador 4: Densidade Domiciliar	38
Indicador 5: População de 0 a 17 anos	39
Indicador 6: População de 0 a 5 anos	40
Indicador 7: População de 6 a 11 anos	41
Indicador 8: População de 12 a 17 anos	42
Indicador 9: População de 18 a 29 anos	43
Indicador 10: População de 30 a 59 anos	44
Indicador 11: População residente de 60 anos e mais	44
Indicador 12: Razão de Dependência Jovem	46
Indicador 13: Razão de Dependência Total	47
Indicador 14: Responsável Adolescente	48
Indicador 15: Instrução da população com 10 anos ou mais	49
Indicador 16: Renda per capita domiciliar até ¼ do salário mínimo	50
Indicador 17: Famílias acompanhadas no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF	105
Indicador 18: Crianças e adolescentes acompanhadas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV	106
Indicador 19: Jovens e adultos acompanhados pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV	107
Indicador 20: Pessoa idosa acompanhada pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV	108
Indicador 21: Pessoas acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI	109
Indicador 22: Adolescentes de 12 a 17 anos em cumprimento de Medida Socioeducativa - MSE	110
Indicador 23: Jovens de 18 a 21 anos em cumprimento de Medida Socioeducativa - MSE	111

Indicador 24: Adolescentes de 12 a 17 anos que cometeram ato infracional	112
Indicador 25: Jovens de 18 a 21 anos que cometeram ato infracional	113
Indicador 26: Acolhimento de crianças e adolescentes	116
Indicador 27: Acolhimento de pessoa idosa	117
Indicador 28: Famílias do Cadastro Único - CadÚnico	118
Indicador 29: Pessoas do Cadastro Único - CadÚnico.....	119
Indicador 30: Pessoas por família do Cadastro Único - CadÚnico.....	120
Indicador 31: Famílias do Cadastro Único com cadastro atualizado	121
Indicador 32: Famílias com o Cadastro Único atualizado e renda per capita de até R\$ 89,00	122
Indicador 33: Famílias com o CadÚnico atualizado e renda per capita de R\$ 89,01 até R\$ 178,00	123
Indicador 34: Famílias com o CadÚnico atualizado e renda per capita de R\$ 178,01 até ½ SM	124
Indicador 35: Famílias com o CadÚnico atualizado e renda per capita acima de ½ SM	125
Indicador 36: Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família - PBF	126
Indicador 37: Famílias do CadÚnico atualizado com renda per capita de até R\$ 89,00 não beneficiárias do Programa Bolsa Família - PBF	127
Indicador 38: Famílias do CadÚnico atualizado com crianças e adolescentes e renda per capita de R\$ 89,01 até R\$ 178,00 não beneficiárias do Programa Bolsa Família	128
Indicador 39: Famílias com CadÚnico atualizado que atendem os critérios do Programa Bolsa Família e não recebem o benefício.	129
Indicador 40: Famílias beneficiárias do Programa Família Paranaense	130
Indicador 41: Pessoa Idosa beneficiária do Benefício da Prestação Continuada - BPC.....	131
Indicador 42: Notificação das violências por local de ocorrência do fato	166
Indicador 43: Notificação de violências por local de residência da vítima.....	168
Indicador 44: Violências contra a criança e adolescente registradas no Conselho Tutelar - CT.....	172
Indicador 45: Violências contra a crianças e adolescentes registradas na Secretaria de Segurança Pública - SESP/PR.....	176
Indicador 46: Violências contra a mulher registradas na Secretaria de Segurança Pública do Paraná - SESP/PR.....	180

Indicador 47: Violência contra a pessoa idosa registrada na Secretaria de Segurança Pública do Paraná - SESP/PR.....	184
--	-----

Indicador 48: Violência contra a pessoa com deficiência registrada na Secretaria de Segurança Pública do Paraná - SESP/PR.....	187
--	-----

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição urbana e rural da população	34
Tabela 2: População total residente no município	35
Tabela 3: População residente por sexo.....	36
Tabela 4: Índice de Desenvolvimento Humano	37
Tabela 5: Densidade domiciliar	38
Tabela 6: População de 0 a 17 anos	39
Tabela 7: População de 0 a 5 anos	40
Tabela 8: População de 6 a 11 anos	41
Tabela 9: População de 12 a 17 anos	42
Tabela 10: População de 18 a 29 anos	43
Tabela 11: População de 30 a 59 anos	44
Tabela 12: População residente de 60 anos e mais	45
Tabela 13: Razão de Dependência Jovem - RDJ.....	46
Tabela 14: Razão de Dependência Total.....	47
Tabela 15: Responsável Adolescente pelo domicílio	48
Tabela 16: Instrução das pessoas de 15 anos ou mais de idade	49
Tabela 17: Renda per capita domiciliar de até 1/4 de salários mínimos.....	50
Tabela 18: Mapa social dos indicadores do perfil socioeconômico	51
Tabela 19: Rede de Palmeira.....	53
Tabela 20: Detalhamento da rede de atendimento e apoio	53
Tabela 21: Equipamentos da Política Pública de Assistência Social	54
Tabela 22: Equipamentos da Assistência Social por natureza administrativa.....	54
Tabela 23: Equipamentos da Política Pública de Educação	55
Tabela 24: Equipamentos da Educação por natureza administrativa	56
Tabela 25: Equipamentos da Política Pública de Saúde.....	56
Tabela 26: Equipamentos da Saúde por natureza administrativa.....	57

Tabela 27: Composição da rede de apoio.....	58
Tabela 28: Faixa etária do responsável familiar acompanhado no PAIF	68
Tabela 29: Sexo do responsável familiar acompanhado no PAIF.....	68
Tabela 30: Responsável familiar com deficiência acompanhado no PAIF.....	69
Tabela 31: Responsáveis acompanhados no PAIF que recebem PBF	69
Tabela 32: Demanda de atendimento no PAIF	69
Tabela 33: Faixa etária das crianças e adolescentes acompanhados no SCFV	71
Tabela 34: Sexo das crianças e adolescentes acompanhados no SCFV	71
Tabela 35: Instituições que ofertam o SCFV	72
Tabela 36: Crianças e adolescentes em situação prioritária	73
Tabela 37: Crianças e adolescentes em situação prioritária com relação	73
Tabela 38: Peso de relevância para categorizar situações prioritárias	74
Tabela 39: Grupo etário do SCFV de Jovem, Adulto e Pessoa Idosa	75
Tabela 40: Sexo dos jovens e adultos acompanhados no SCFV	75
Tabela 41: Instituições que ofertam o SCFV	76
Tabela 42: Sexo das pessoas idosas acompanhados no SCFV	76
Tabela 43: Instituições que ofertam o SCFV	76
Tabela 44: Faixa etária das pessoas acompanhadas no PAEFI	78
Tabela 45: Sexo das pessoas acompanhadas no PAEFI.....	78
Tabela 46: Pessoas acompanhadas no PAEFI com deficiência	79
Tabela 47: Pessoas acompanhadas no PAEFI com algum benefício.....	79
Tabela 48: Benefício das pessoas acompanhadas no PAEFI	79
Tabela 49: Motivo do acompanhamento no PAEFI.....	80
Tabela 50: Órgão de encaminhamento para o PAEFI	80
Tabela 51: Faixa etária dos adolescentes em MSE em meio aberto	83
Tabela 52: Sexo dos adolescentes em MSE	83
Tabela 53: Situação em relação aos estudos de jovens e adolescentes em MSE.....	83

Tabela 54: Situação em relação à reincidência de jovens e adolescentes em MSE	83
Tabela 55: Tipo de MSE aplicada a jovens e adolescentes	84
Tabela 56: Ato infracional praticado	84
Tabela 57: Público atendido nas unidades de acolhimento.....	85
Tabela 58: Percentual de crianças e adolescentes por faixa etária	86
Tabela 59: Sexo das crianças e adolescentes acolhidos.....	86
Tabela 60: Origem das crianças e adolescentes acolhidos	86
Tabela 61: Motivo do acolhimento de crianças e adolescentes	86
Tabela 62: Pessoa idosa por faixa etária	87
Tabela 63: Sexo da pessoa idosa acolhida	87
Tabela 64: UF da pessoa idosa acolhida	87
Tabela 65: Motivo do acolhimento da pessoa idosa	87
Tabela 66: Atualização cadastral	89
Tabela 67: Faixa etária das pessoas cadastradas no CadÚnico	89
Tabela 68: Sexo das pessoas cadastradas no CadÚnico.....	89
Tabela 69: Renda per capita das pessoas cadastradas no CadÚnico	89
Tabela 70: Situação em relação ao PBF das pessoas cadastradas no CadÚnico	90
Tabela 71: Pessoas cadastradas no CadÚnico que apresentam alguma deficiência	90
Tabela 72: Tipo de deficiência	90
Tabela 73: Localidade de moradia das pessoas cadastradas no CadÚnico	90
Tabela 74: Pessoas cadastradas no CadÚnico em situação de trabalho infantil na faixa etária de 6 a 17 anos.	91
Tabela 75: Cor ou raça das pessoas cadastradas no CadÚnico	91
Tabela 76: UF de nascimento das pessoas cadastradas no CadÚnico.....	91
Tabela 77: Município de nascimento dos nascidos no PR cadastrados no CadÚnico	91
Tabela 78: UF de nascimento das pessoas cadastradas no CadÚnico.....	92
Tabela 79: Situação de rua das pessoas cadastradas no CadÚnico.....	92
Tabela 80: Pessoas cadastradas no CadÚnico em relação à leitura e escrita	92

Tabela 81: Pessoas cadastradas no CadÚnico em relação a frequentar a escola	93
Tabela 82: Realiza algum trabalho	93
Tabela 83: Localidade de moradia das pessoas cadastradas no CadÚnico	94
Tabela 84: Situação dos domicílios por família cadastrada no CadÚnico	94
Tabela 85: Material predominante na construção dos domicílios por família cadastrada no CadÚnico....	94
Tabela 86: Material predominante nos pisos dos domicílios por família cadastrada no CadÚnico	94
Tabela 87: Existência de água canalizada nos domicílios por família cadastrada no CadÚnico	95
Tabela 88: Forma de abastecimento da água nos domicílios por família cadastrada no CadÚnico	95
Tabela 89: Existência de banheiro nos domicílios por família cadastrada no CadÚnico	95
Tabela 90: Forma de escoamento sanitário nos domicílios por família cadastrada no CadÚnico.....	95
Tabela 91: Forma de coleta de lixo nos domicílios por família cadastrada no CadÚnico	96
Tabela 92: Forma de iluminação nos domicílios por família cadastrada no CadÚnico.....	96
Tabela 93: Situação do calçamento em frente aos domicílios por família cadastrada no CadÚnico.....	96
Tabela 94: Situação dos domicílios por família cadastrada no CadÚnico	96
Tabela 95: Pessoas por dormitório nos domicílios por família cadastrada no CadÚnico	97
Tabela 96: Grupos específicos de famílias cadastrados no CadÚnico	97
Tabela 97: Total de cargas anuais em quantidade.....	98
Tabela 98: Total de cargas anuais em valor monetário	98
Tabela 99: Total de cargas por região	98
Tabela 100: Outros benefícios concedidos.....	99
Tabela 101: Outros benefícios concedidos por região.....	99
Tabela 102: Espécie do BPC.....	100
Tabela 103: Percentual de BPC - Pessoa com deficiência concedido por região	100
Tabela 104: Período de atualização cadastral	101
Tabela 105: Faixa de renda per capita das famílias beneficiadas pelo Programa Família Paranaense.....	102
Tabela 106: Famílias acompanhadas no Programa Família Paranaense e beneficiárias do Programa Bolsa Família.....	102
Tabela 107: Famílias acompanhadas e beneficiárias do Programa Família Paranaense	102

Tabela 108: Responsáveis acompanhados com diagnóstico finalizado	102
Tabela 109: Famílias acompanhadas por localidade	103
Tabela 110: Ações realizadas com as famílias acompanhadas	103
Tabela 111: Taxa de acompanhamento no PAIF.....	105
Tabela 112: Taxa de acompanhamento no SCFV	106
Tabela 113: Jovens e adultos acompanhados pelo SCFV	107
Tabela 114: Pessoa idosa acompanhada pelo SCFV	108
Tabela 115: Pessoas acompanhadas pelo PAEFI.....	109
Tabela 116: Adolescente de 12 a 17 anos em cumprimento de MSE	110
Tabela 117: Jovens de 18 a 21 anos em cumprimento de MSE	111
Tabela 118: Adolescentes de 12 a 17 anos que cometeram ato infracional	112
Tabela 119: Jovens de 18 a 21 anos que cometeram ato infracional	113
Tabela 120: Faixa etária dos autores de ato infracional	114
Tabela 121: Sexo	114
Tabela 122: Raça ou cor dos autores de ato infracional	114
Tabela 123: Principais infrações comunicadas em BO na SESP/PR	114
Tabela 124: Fato comunicado em BO na SESP/PR.....	115
Tabela 125: Acolhimento de crianças e adolescentes	116
Tabela 126: Acolhimento de pessoa idosa*	117
Tabela 127: Famílias do Cadastro Único.....	118
Tabela 128: Pessoas do Cadastro Único	119
Tabela 129: Pessoas por família do Cadastro Único	120
Tabela 130: Família do CadÚnico com cadastro atualizado.....	121
Tabela 131: Famílias com o CadÚnico atualizado e renda per capita de até R\$ 89,00	122
Tabela 132: Famílias com Cadastro Único atualizado e renda per capita de R\$ 89,01 até R\$ 178,00.....	123
Tabela 133: Famílias com cadastro atualizado e renda per capita de R\$ 178,01 até 1/2 SM	124
Tabela 134: Famílias com o CadÚnico atualizado e renda per capita acima de ½ SM	125

Tabela 135: Famílias beneficiárias do PBF	126
Tabela 136: Famílias beneficiárias do PBF por renda até R\$ 89,00 com cadastro atualizado	127
Tabela 137: Famílias com crianças e adolescentes e renda per capita de R\$ 89,01 até 178,00 NÃO beneficiárias do PBF	128
Tabela 138: Famílias do CadÚnico que atendem os critérios do PBF e não recebem o benefício.	129
Tabela 139: Famílias beneficiárias do Programa Família Paranaense	130
Tabela 140: Pessoa idosa beneficiária do BPC	131
Tabela 141: Mapa social dos indicadores da Assistência Social.....	132
Tabela 142: Natureza administrativa do equipamento	135
Tabela 143: Sexo dos funcionários	136
Tabela 144: Cidade de residência	136
Tabela 145: Vínculo empregatício	137
Tabela 146: Período que iniciou na Política de Assistência Social	137
Tabela 147: Escolaridade inicial	138
Tabela 148: Escolaridade (atual):	138
Tabela 149: Resumo da escolaridade inicial.....	138
Tabela 150: Resumo da escolaridade atual	139
Tabela 151: Tipo do equipamento que atuam os trabalhadores GOVERNAMENTAIS	139
Tabela 152: Nome do equipamento que atuam os NÃO GOVERNAMENTAIS.....	140
Tabela 153: Profissão do entrevistado	140
Tabela 154: Classificação dos profissionais segundo a NOB/SUAS RH	142
Tabela 155: Escolaridade exigida nos cargos ocupados pelos profissionais segundo normativas	142
Tabela 156: Escolaridade, funções ou categorias profissionais exigidas nos cargos ocupados pelos profissionais por natureza.....	143
Tabela 157: Carga horária semanal	144
Tabela 158: Período que atua no equipamento atual	144
Tabela 159: Participou de alguma das formações promovidas pelo município	145
Tabela 160: No ano de 2018, você participou de alguma das formações promovida pelo município?	145

Tabela 161: Qual foi o número de horas totais?	146
Tabela 162: Se você participou menos de 24 horas, por quê?	146
Tabela 163: Como você avalia o curso/formação realizada para sua atuação profissional?	146
Tabela 164: Justifique sua resposta.....	147
Tabela 165: Curso Escola de Gestão. Cite qual o tema da(s) capacitação(ões) que participou.....	147
Tabela 166: Qual foi o número de horas totais	148
Tabela 167: Como tomou conhecimento sobre a(s) capacitação(ões) acima	148
Tabela 168: Como você avalia o curso/formação realizada para sua atuação profissional	148
Tabela 169: Justifique sua resposta.....	148
Tabela 170: No ano de 2018, você participou de alguma formação além daquelas ofertadas pelo município, que contribuiu para sua atuação profissional?.....	149
Tabela 171: Quem promoveu o(s) curso/formação(ões) dos qual(is) você participou?	149
Tabela 172: Como tomou conhecimento sobre a(s) capacitação(ões) acima?	149
Tabela 173: Considerando as demandas e dinâmicas de trabalho no equipamento pelo qual você atua, qual seria sua área de interesse para capacitação?	150
Tabela 174: Profissão (formação) dos profissionais da Secretaria de Assistência Social por equipamento	151
Tabela 175: Cargo que atua por equipamento da Secretaria de Assistência Social	152
Tabela 176: Cargo que atua por equipamento das instituições não governamentais.	153
Tabela 177: Sexo	154
Tabela 178: Escolaridade.....	154
Tabela 179: Formação dos conselheiros com ensino superior	155
Tabela 180: Situação	155
Tabela 181: Representação dos conselheiros do CMAS	155
Tabela 182: Tempo na função como conselheiro	156
Tabela 183: Considerando o ano de 2019, durante os meses de fevereiro a outubro, quantas reuniões do CMAS você participou?	156
Tabela 184: Justificativa dos conselheiros que participaram menos de seis reuniões	156

Tabela 185: No ano de 2018, você participou de alguma das formações continuadas ofertadas pela Sec. Munic. de Assistência Social?	156
Tabela 186: Justificativa de não participar	157
Tabela 187: Carga horária dos cursos.....	157
Tabela 188: Se você participou menos de 24 horas, por quê?	157
Tabela 189: Como você avalia o curso/formação realizada para sua atuação profissional:	157
Tabela 190: Justificativa	158
Tabela 191: No ano de 2018 você participou de alguma formação, além daquelas ofertadas pelo município, que contribuisse para sua atuação enquanto conselheiro?	158
Tabela 192: Cursos/Formações	158
Tabela 193: Quem promoveu o(s) curso/formação(ões) do(s) qual(is) você participou?	158
Tabela 194: Como tomou conhecimento sobre a(s) capacitação(ões) acima?	159
Tabela 195: Cursos pedidos pelos conselheiro(a)s do CMAS.....	159
Tabela 196: Comentário dos conselheiros.....	160
Tabela 197: Comparativo registros de violência contra criança e adolescente	162
Tabela 198: Comparativo notificação de violência contra à mulher, à pessoa idosa e à pessoa com deficiência.....	163
Tabela 199: Registros de violência no SINAN.	164
Tabela 200: Registros de violência no SINAN.	164
Tabela 201: Notificação das violências por local de ocorrência do fato	166
Tabela 202: Notificação de violências por local de residência dos envolvidos	167
Tabela 203: Situação dos envolvidos segundo os registros nos BOs	167
Tabela 204: Taxa de vítimas com registro em BO na SESP/PR	168
Tabela 205: Sexo das vítimas com registro em BO na SESP/PR	169
Tabela 206: Faixa etária das vítimas com registro em BO na SESP/PR	169
Tabela 207: Raça ou cor das vítimas com registro em BO na SESP/PR	169
Tabela 208: Principais infrações comunicadas em BO na SESP/PR	170
Tabela 209: Fato comunicado em BO na SESP/PR.....	170

Tabela 210: Violência contra a criança e o adolescente no Conselho Tutelar	172
Tabela 211: Sexo	173
Tabela 212: Faixa etária	173
Tabela 213: Reincidência das vítimas com registro no CT	173
Tabela 214: Direitos violados no CT	173
Tabela 215: Principais fatos comunicados.....	174
Tabela 216: Principais violências comunicadas no CT	175
Tabela 217: Violência contra a criança e o adolescente na SESP/PR	176
Tabela 218: Sexo das vítimas com registro em BO na SESP/PR	177
Tabela 219: Faixa etária das vítimas com registro em BO na SESP/PR	177
Tabela 220: Raça ou cor das vítimas com registro em BO na SESP/PR	177
Tabela 221: Principais infrações comunicadas em BO na SESP/PR	177
Tabela 222: Fato comunicado em BO na SESP/PR	178
Tabela 223: Principais violências comunicadas em BO na SESP/PR	179
Tabela 224: Violência contra a mulher registrada na SESP/PR	180
Tabela 225: Faixa etária das vítimas com registro em BO na SESP/PR	181
Tabela 226: Raça ou cor das vítimas com registro em BO na SESP/PR	181
Tabela 227: Principais infrações comunicadas em BO na SESP/PR	181
Tabela 228: Fato comunicado em BO na SESP/PR	182
Tabela 229: Principais violências comunicadas em BO na SESP/PR	183
Tabela 230: Violência contra a pessoa idosa na SESP/PR	184
Tabela 231: Sexo das vítimas com registro em BO na SESP/PR	185
Tabela 232: Faixa etária das vítimas com registro em BO na SESP/PR	185
Tabela 233: Raça ou cor das vítimas com registro em BO na SESP/PR	185
Tabela 234: Principais infrações comunicadas em BO na SESP/PR	185
Tabela 235: Fato comunicado em BO na SESP/PR	186
Tabela 236: Principais violências comunicadas em BO na SESP/PR	186

Tabela 237: Violência contra a pessoa com deficiência na SESP/PR	187
Tabela 238: Tipo da deficiência das vítimas com registro em BO na SESP/PR	187
Tabela 239: Sexo	187
Tabela 240: Faixa etária	188
Tabela 241: Raça ou cor das vítimas com registro em BO na SESP/PR	188
Tabela 242: Principais infrações comunicadas em BO na SESP/PR	188
Tabela 243: Fato comunicado em BO na SESP/PR	189
Tabela 244: Mapa social dos indicadores de violência	190
Tabela 245: Mapa social dos indicadores de violência	191

SUMÁRIO

PARTE I.....	26
1 INTRODUÇÃO AO DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRA/PR	26
2 NOTAS METODOLÓGICAS.....	28
2.1 DIVISÃO TERRITORIAL.....	28
2.2 IDENTIFICAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO	30
2.3 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS.....	30
2.4 TÉCNICAS ESTATÍSTICAS DE ANÁLISE	31
PARTE II.....	33
3 APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO	33
4 PERFIL SOCIOECONÔMICO E DEMOGRÁFICO	34
4.2 MAPA SOCIAL DOS INDICADORES DO PERFIL SOCIOECONÔMICO	51
5 MAPEAMENTO DA REDE DE ATENDIMENTO E DE APOIO DE PALMEIRA/PR	52
PARTE III.....	59
6 POLÍTICA NACIONAL De ASSISTÊNCIA SOCIAL	59
6.1 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRA/PR	60
6.1.1 SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	67
6.1.2 SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	77
6.1.3 CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS.....	88
6.1.4 BENEFÍCIOS	97
6.1.5 PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI)	103
6.2 INDICADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	104
6.3 MAPA SOCIAL DOS INDICADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	132
7 GESTÃO DO TRABALHO	134
7.1 PESQUISA COM OS TRABALHADORES DA REDE SOCIOASSISTENCIAL DO MUNICÍPIO	135
7.2 QUADRO DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA REDE SOCIOASSISTENCIAL DO MUNICÍPIO POR NATUREZA.....	151
7.3 PESQUISA COM OS CONSELHEIROS DO CMAS	154

PARTE IV	161
8 VIOLAÇÕES DE DIREITO	161
8.1 CONSELHO TUTELAR.....	161
8.2 CREAS.....	162
8.3 SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVO DE NOTIFICAÇÃO (SINAN)	164
8.4 DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL	165
8.5 INDICADORES DE NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA	171
8.6 MAPA SOCIAL DOS INDICADORES DE VIOLÊNCIA	190
PARTE V.....	191
9 MAPA SOCIAL GERAL DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA.....	191
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS	192
11 REFERÊNCIAS.....	199

PARTE I

1 INTRODUÇÃO AO DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRA/PR

O diagnóstico socioterritorial ora apresentado é resultado do interesse da gestão do município de Palmeira, a qual vislumbrou a importância de compilar informações sobre o desenvolvimento da Política Municipal da Assistência Social, da rede de atendimento e dos indicadores sociais, estruturando e apresentando a realidade do município.

Tal interesse segue uma tendência brasileira, apontada nos documentos normativos básicos das políticas públicas, a exemplo da Política Nacional de Assistência Social – PNAS. A importância de implantar sistemáticas de informação é alimentada pela necessidade dos governos de se utilizarem desses instrumentos para o planejamento, formulação, avaliação e monitoramento de políticas públicas. Sua importância se justifica ainda pela amplitude dos dados coletados e pela possibilidade de encontrá-los em um mesmo lugar, com linguagem acessível, podendo a sociedade realizar uma leitura da realidade do município, favorecendo a transparência da gestão pública, o exercício da cidadania e o controle social.

O conhecimento e/ou reconhecimento da realidade local é base fundamental para a construção de ofertas que contemplem as necessidades da população e contribui para a assertividade e eficiência das proposições, subsidiando assim os processos de tomada de decisão municipal, embasando os processos de trabalho dos gestores e técnicos das políticas públicas, evitando também o desperdício de recursos.

Este diagnóstico evidencia, além das ações do governo, a contribuição do segundo e do terceiro setor da sociedade, por meio de dados das mais variadas atividades. O objetivo geral do diagnóstico, segundo o edital lançado para licitação, foi a “contratação de empresa para prestação de serviços técnicos na elaboração de diagnóstico socioterritorial”, ou seja, o mapeamento das necessidades, vulnerabilidades e riscos sociais do município de Palmeira/PR.

Dentre os objetivos propostos, com vistas à melhoria na qualidade do atendimento ao público e gestão do SUAS, conforme pautado no Plano Plurianual Municipal 2018 – 2021, salienta-se a necessidade da implantação da área de Vigilância Socioassistencial que engloba gestão das informações e o planejamento de ações. A implantação desta área possibilitará o monitoramento, acompanhamento e avaliação por meio da produção e tratamento de dados, sistematização e análise de informações territorializadas sobre as vulnerabilidades e riscos dos indivíduos e famílias referenciadas na rede socioassistencial do município. Importa ressaltar que a Vigilância Socioassistencial fornece estratégias precisas e relevantes ao desenvolvimento de ações da gestão municipal.

Os dados aqui elencados pretendem traduzir a realidade do ano de 2018 e algumas informações de 2019, tendo sido esse recorte temporal acordado entre a empresa e a comissão local. Não se tem com ele a pretensão de esgotar dados, mas se intenciona apresentar um documento de grande autenticidade e qualidade, podendo ser utilizado nos próximos anos, devendo servir de inspiração ao município para novas pesquisas e, principalmente, chamando a atenção para a importância de uma rotina qualificada de registros qualitativos e quantitativos sobre as ofertas municipais.

Portanto, este projeto foi idealizado de modo que possa retratar o panorama situacional por território, por meio da apresentação de indicadores sociais construídos com o objetivo de identificar o número e o perfil daqueles que estão sujeitos às vulnerabilidades sociais.

Nesta perspectiva, importante se faz primeiramente introduzir o conceito de indicador social, que nas palavras de Jannuzzi (2004, p. 15), pode ser definido como:

[...] uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

Na concepção de Soligo (2012), o crescimento da visibilidade de inúmeras questões sociais - como distribuição de renda, miséria, criminalidade, qualidade da educação, violação de direitos entre outras - reforça a importância e a necessidade de os dados estatísticos fazerem parte do monitoramento, planejamento como subsídio para as ações governamentais e da sociedade civil, o que justifica a necessidade da produção das informações pertinentes neste estudo, como forma também de acompanhar as mudanças da realidade social da população.

Diante do exposto, este diagnóstico social foi desenvolvido a partir da exploração de pesquisas e análise de dados da rede de atendimento e do resultado da pesquisa de percepção realizada com profissionais que atuam na rede socioassistencial do município, bem como os conselheiros da Assistência Social.

2 NOTAS METODOLÓGICAS

O Diagnóstico Socioterritorial da Assistência Social de Palmeira foi produzido e disponibilizado pela Paineira Pesquisas e Consultoria em um único volume.

Adiante serão apresentadas e detalhadas as notas metodológicas referentes às etapas que embasaram a elaboração do diagnóstico, como a divisão territorial, a identificação e mapeamento da rede de atendimento, a coleta, o tratamento, a padronização dos dados, as técnicas estatísticas utilizadas na análise, e a forma de apresentação dos resultados.

2.1 DIVISÃO TERRITORIAL

A definição do território para fins do diagnóstico é a primeira etapa do projeto, e sua organização é de suma importância, já que os dados coletados serão compilados e posteriormente apresentados na forma de indicadores e análises complementares a partir de um comparativo das regiões geográficas definidas pela territorialização. *“O território em si não é um conceito, ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam” (Milton Santos, 2000).*

A importância do conceito de território na perspectiva de Milton Santos coaduna com a notoriedade do conceito para a Política Pública de Assistência Social, que objetiva tanto observar e conhecer o território ou os territórios (e microterritórios) geográficos em que atua, atentando para as especificidades de cada “chão”, como também, das relações vivenciadas nesses espaços. Isso equivale a dizer que a perspectiva sob a qual o conceito de território foi utilizado neste diagnóstico alternará entre as características do chão palmeirense, e as vivências estabelecidas entre os indivíduos e todo o universo coexistente nesse chão.

Ressalta-se que um diagnóstico sério, conciso e capaz de produzir resultados transformativos para o subsídio e direcionamento assertivo de políticas públicas, requer uma metodologia de execução que contemple a territorialização pautada na realidade social do município, já que os dados obtidos apenas pela média municipal mascaram as diferenças sociais e econômicas existentes entre os bairros e áreas rurais, limitando e engessando as ações do poder público.

Considerando que a principal fonte para estudos e pesquisas do Brasil é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão público responsável pela gestão de geociências, estatísticas sociais, demográficas e econômicas do país - cuja sistematização e divulgação de seus dados oficiais é organizada

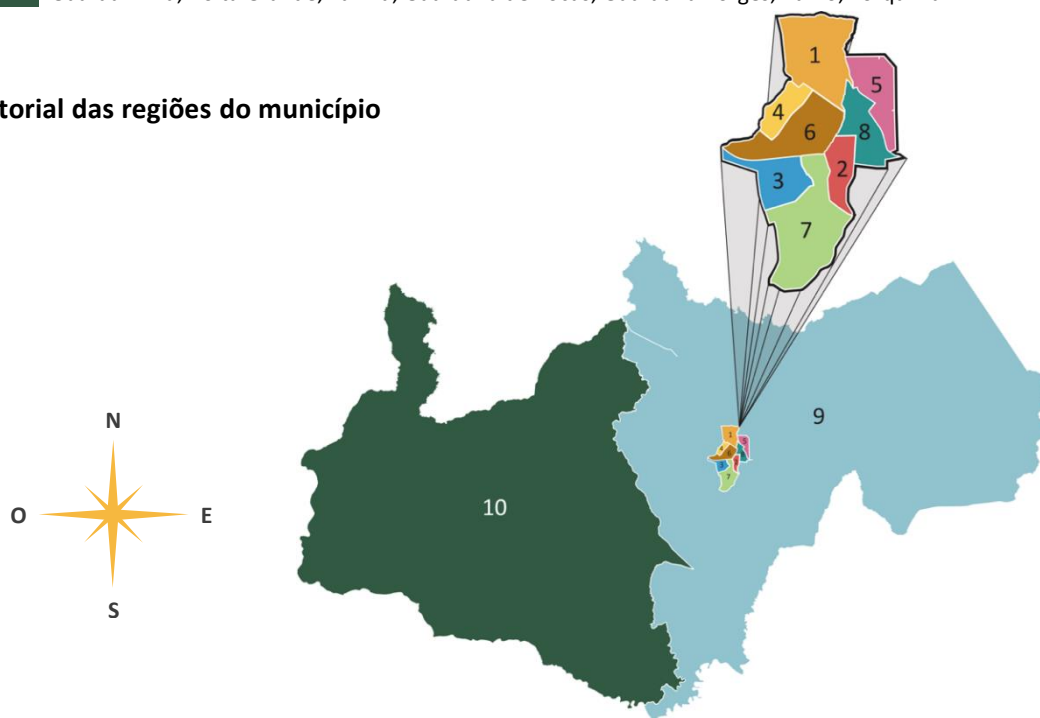
por setor censitário¹ - a divisão territorial de Palmeira foi estruturada a partir dos bairros e localidades, respeitando a delimitação geográfica dos setores censitários do IBGE.

Com o auxílio da Comissão de Acompanhamento do diagnóstico, e técnicos da Secretaria de Assistência Social, a divisão territorial para fins do diagnóstico, resultou em 10 unidades geográficas com perfil socioeconômico homogêneo entre si.²

Quadro 1: Classificação das unidades geográficas do município

Região	Principais Bairros ou Localidades
1 – Centro	Vila Militar; Vila Mayer; DER (Departamento de Estrada de Rodagem); Sebastiana Agnes; Vila Bugai; Beco do Fontana, Vila Maria
2 - Distrito Industrial	Distrito Industrial
3 - Colônia Francesa	Condomínio Parque dos Franceses; Vila Vicentina; Beco do Passoni; Colônia Francesa
4 - Jardim Christine	Vila Boles; Jardim Santa Helena; Wolla Brudgiska
5 – Vila Rosa	Gralha Azul I e II; Arco Iris; Bela Vista; Vila Palmeirinha; Loteamento Santana ou Municipal, Vila Rural; Sol Nascente; Jardim Santa Rosa I e Santa Rosa II; Jardim Itália; Lily Bacila, Vila Monjolo
6 - Rocio I	Núcleo João Paulo II; Núcleo Nossa Senhora da Conceição; Loteamento Santa Felicidade,
7 - Rocio II	Nossa Senhora do Rocio; Loteamento Rocio II; Loteamento Ana Flor
8 - São José e Regina Vitória	Farajala Bacila; Papiros; Vila Vida
9 - Zona Rural I	Alto Cascavel, Benfica, Lago, Colônia Witmarsum; Cercado; Quero-Quero; Pugas de Cima; Pugas de Baixo; Colônia Primavera; Cajuru; Usina do Salto; Pinheral de Baixo; Pinheral de Cima; Mandaçaia; Faxinal dos Quartins, Faxinal do Silva; Poço Grande; Sítio Vitória; São Marcos; Ranchinho; Passo do Tio Paulo; Lageado Liso; Santa Bárbara de Baixo; Santa Bárbara de Cima; Canta Galo; Água Clara; Boqueirão; Faxinal Grande; Santa Quitéria; Monte Alegre, Colônia Gregório, Rio das Pedras, Rio da Areia, Três Morros, Catanduvras, Volta Grande,
10 - Zona Rural II	Papagaios Novos (Vilinha); Colônia Papagaios; Campo do Meio; Campo Novo; Rincão do Coxo; Faxinal Rincão; Queimadas; Encruzilhada; Campestre; Vieiras; Limeira; São Pedro; Colônia Maciel; Paiol do Fundo; Moinho Várzea; Vieiras; Campestre; Faxinal dos Mineiros; Boa Vista; Serraria Castelli; Guarauninha; Volta Grande; Faxina; Guaraúna de Tocas; Guaraúna Borges; Turvo; Forquilha

Mapa 1 – Divisão territorial das regiões do município



¹ Setor Censitário é unidade territorial de coleta das operações censitárias, definido pelo IBGE, com limites físicos identificados, em áreas contínuas e respeitando a divisão político-administrativa do Brasil (IBGE, 2019).

² Os setores censitários das unidades geográficas serão apresentados no Apêndice 1.

2.2 IDENTIFICAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO

Nesta etapa foi realizado, em conjunto com a Comissão de Acompanhamento do Diagnóstico, o mapeamento de toda a rede socioassistencial e intersetorial no município, incluindo os serviços, programas e projetos existentes nas secretarias municipais, e demais instituições governamentais ou não governamentais. É por meio do mapeamento da rede que a coleta de dados primários é dirigida.

2.3 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

O diagnóstico foi realizado no ano de 2019 e os dados coletados, primários e secundários³, correspondem ao período de 2018 e 2019. Ressalta-se que o ano de informação, assim como a fonte de dados, estarão sempre referenciados ao final de cada tabela.

O quadro 2, que segue abaixo, mostra a catalogação dos dados utilizados.

Quadro 2: Catalogação dos dados utilizados

Pesquisa documental de dados primários	<i>Fichas de atendimentos realizados pelo Conselho Tutelar;</i>
	<i>Registros de atendimento do PAIF, prestados pelo CRAS;</i>
	<i>Registros de atendimento de adolescentes e jovens em cumprimento de MSE</i>
	<i>Registros de atendimento do PAEFI, prestados pelo CREAS;</i>
	<i>Registros de atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;</i>
	<i>Registro dos benefícios ofertados;</i>
	<i>Registro de atendimento das unidades de acolhimento</i>
	<i>Base de dados da Segurança Pública do Estado do Paraná referente aos boletins de ocorrências registrados nas delegacias de Palmeira/PR</i>
	<i>Mapeamento da rede governamental e não governamental do município</i>
Pesquisa documental de dados secundários	<i>Censo demográfico 2010 (IBGE) – Microdados e Agregados;</i>
	<i>Cadastros (CadÚnico) da Secretaria Municipal de Assistência Social;</i>
	<i>Bases de dados do DATASUS (SINAN) do Ministério da Saúde;</i>
Pesquisa com os profissionais da rede socioassistencial do município	<i>Pesquisa com os profissionais da rede socioassistencial e conselheiros do CMAS de Palmeira.</i>

A pesquisa com os profissionais da rede socioassistencial do município compreende os dados coletados pela Paineis Pesquisas e Consultoria para conhecer o perfil dos trabalhadores que atuam na rede socioassistencial pública e privada, ou seja, trabalhadores da Secretaria de Assistência Social e das

³ Primários são dados brutos obtidos coletados pela Paineis Pesquisas junto aos entes públicos e instituições que compõem o mapeamento da rede de atendimento do município, sendo que muitas delas encontram-se em fichas físicas. E secundários são dados já coletados, organizados, sistematizados e disponibilizados por órgãos e entidades oficiais, como o IBGE, DATASUS, entre outros.

Organizações da Sociedade Civil – OSCs, bem como os conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social de Palmeira (representantes governamentais e não governamentais). Incluiu-se também aqueles trabalhadores que não estão previstos no Sistema Único de Assistência Social – SUAS, mas que estão administrativamente ligados à Secretaria de Assistência Social, como é o caso dos conselheiros tutelares. Essa inclusão aconteceu pela intrínseca relação entre esses profissionais e a política em tela.

O planejamento da pesquisa foi realizado em conjunto com a Comissão de Acompanhamento do município, considerando as diretrizes do termo de referência do edital convocatório e das discricionariedades do instrumento contratual. A metodologia aplicada utilizou-se de um *mailing* disponibilizado pela Secretaria de Assistência Social, contendo a relação nominal e os dados para contato. Então, foi enviado o questionário a todos os profissionais por meios eletrônicos, com instruções de como responder a pesquisa. Além do envio do questionário, foi entrado em contato com os equipamentos mapeados, para sensibilizá-los sobre a importância da participação dos profissionais discriminados na relação enviada pela secretaria contratante. Vale ressaltar que a pesquisa foi autodeclaratória, ou seja, as perguntas foram respondidas pelos entrevistados sobre si, sem julgamento ou interferência externa.

O período em que a pesquisa esteve disponível para ser preenchida deu-se entre os meses de novembro a dezembro de 2019.

Evidencia-se que, previamente à análise, foi realizado tratamento dos dados coletados para correção de registros incompletos, com erros de digitação ou de qualquer outro tipo de inconsistência que pudesse comprometer a qualidade das bases de dados. Sua formatação e padronização foram realizadas a partir da *expertise* de trabalho desenvolvido pela Paineis Pesquisas e Consultoria.

2.4 TÉCNICAS ESTATÍSTICAS DE ANÁLISE

Todos os dados coletados foram levantados, tratados e mensurados a partir de técnicas estatísticas cuja apresentação será realizada por meio de indicadores sociais e análises descritivas, em conjunto com tabelas, gráficos e infográficos, de modo a facilitar a sua visualização e compreensão, com o objetivo de traduzir, quantificar e mensurar em números os aspectos da realidade social do município.

Os indicadores serão apresentados em percentuais ou em taxas por habitantes, sendo que, em alguns casos, o cálculo foi realizado a partir de mil e em outros a partir de cem mil habitantes, conforme será demonstrado em cada indicador. Ressalta-se que o cálculo é proporcional à população residente na região, o que permite equalizar as regiões independentemente do número de casos, pois estes são analisados proporcionalmente ao total da população residente na região.

A classificação dos indicadores será apresentada em *Quantil*, que são pontos de corte que dividem um intervalo de dados em partes iguais ordenados de forma crescente. Os quantis mais comuns têm nomes especiais, conforme o número de partes em que são divididos:

- Percentil para 100 grupos/partes, cada uma com 1% dos dados;
- Quintil para 5 grupos/partes, cada uma com 20% dos dados;
- Quartil para 4 grupos/partes, cada uma com 25% dos dados;
- Tercil para 3 grupos/partes, cada uma com 33,3% dos dados.

Assim, considerando o número de divisões territoriais deste diagnóstico, priorizou-se a utilização do *Quintil*⁴, conforme ilustração no Quadro 5. Todavia, em algumas situações em que houver muitas taxas ou percentuais iguais a "zero", possivelmente os dados serão apresentados em menores divisões, de modo a possibilitar maior uniformidade na visualização e na classificação dos grupos.

Quadro 3: Ilustração do método *Quintil*.

Primeiro <i>Quintil</i>	Segundo <i>Quintil</i>	Terceiro <i>Quintil</i>	Quarto <i>Quintil</i>	Quinto <i>Quintil</i>
É o valor até ao qual se encontra 20% da amostra ordenada	É o valor até ao qual se encontra 40% da amostra ordenada	É o valor até ao qual se encontra 60% da amostra ordenada	É o valor até ao qual se encontra 80% da amostra ordenada	É o valor até ao qual se encontra 100% da amostra ordenada
Muito Baixo Indicadores na extremidade inferior à mediana Os 20% menores	Baixo Dos 21% até os 40% maiores	Médio Indicadores próximos à mediana Dos 41% até os 60%	Alto Dos 61% até os 80% maiores	Muito Alto Indicadores na extremidade superior à mediana Dos 81% até os 100%
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

Também foi apresentado o cálculo que mostra a diferença proporcional entre o menor e o maior indicador, com o objetivo de evidenciar seu intervalo. Ressalta-se, que para o cálculo da diferença, serão desprezados os indicadores iguais a 0 (zero), sendo, portanto, considerado como menor indicador aquele que apresentar o menor número diferente de 0 (zero).

Quadro 4: Fórmula para cálculo da diferença entre as regiões

$$\frac{\text{Maior indicador} - \text{Menor indicador}}{\text{Menor indicador}} = \text{Diferença}^5$$

⁴ TRIOLA, MARIO FERREIRA. Introdução à Estatística. 7ª Edição. 1999 – Versão traduzida para a língua portuguesa.

⁵ Caso o menor indicador seja igual a "zero", o valor da diferença assume o valor do maior indicador.

PARTE II

3 APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO

Palmeira⁶ é um município do estado do Paraná, localizado na microrregião de Ponta Grossa, com 32.123 habitantes segundo estimativas do último censo demográfico do IBGE de 2010. A região abriga importantes pontos turísticos e acervos culturais relevantes como museus, igrejas, residências, entre outros.

O início da formação do atual município está diretamente ligado ao Caminho das Tropas, percurso terrestre ligando o sul do país com a capitania de São Paulo para o transporte de produtos de vários gêneros para abastecer os grandes centros urbanos da época colonial. O caminho era feito por tropas de animais que carregavam a carga e conduzidos por homens conhecidos como tropeiros. A necessidade de paradas durante as viagens para descanso, alimentação ou por motivos climáticos, contribuiu para que os tropeiros se estabelecessem aos poucos nessas regiões, dedicando-se a serviços para atender esse público de viajantes com alguma infraestrutura e atraindo cada vez mais pessoas. A passagem dos tropeiros pela região de Palmeira, através do Caminho de Viamão, criou um núcleo de habitantes no então território da Freguesia de Tamanduá.

Em 1823, passa a chamar Freguesia Nova de Nossa Senhora da Conceição de Palmeira devido à construção da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição e em 1877 é legalmente conhecida como cidade e sua consolidação como tal se dá a partir da chegada de imigrantes europeus vindos de várias regiões: alemães, poloneses, italianos, franceses, russos, suíços e portugueses.

Dentre os muitos núcleos coloniais formados, a Colônia Cecília merece especial destaque por contribuir com importante parte da história local, sendo a única colônia de experiência anarquista fora da Europa.

O município possui como patrimônio histórico do estado do Paraná, a Ponte dos Papagaios e a arquibancada de madeira do Ypiranga Futebol Clube, o time local da cidade, além da Casa Fazenda Cancela, que é um museu e edifício histórico localizada dentro da Colônia Witmarsum.

⁶ As informações do capítulo 3 foram extraídas do site: <http://www.palmeira.pr.gov.br/>, bem como do Plano Plurianual da Assistência Social do Município.

4 PERFIL SOCIOECONÔMICO E DEMOGRÁFICO

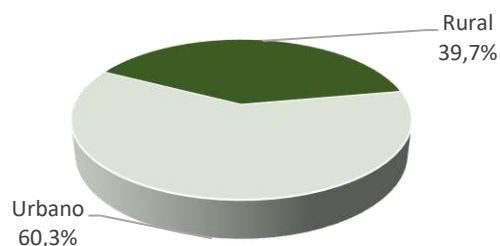
Os indicadores do perfil têm por objetivo mostrar as principais características demográficas da população residente no município. Os dados são referentes ao censo demográfico do IBGE e estimativas populacionais, por ser esta a fonte oficial de informações sociodemográficas e servir de comparativo na construção de séries históricas.

Inicia-se a apresentação dos dados analisando a distribuição urbana e rural da população. Em Palmeira a maioria da população vive na região urbana com 60,3% do total de habitantes.

Tabela 1: Distribuição urbana e rural da população

Área	Total	(%)
Urbana	19.375	60,3%
Rural	12.748	39,7%
Município	32.123	100%

Fonte: IBGE, 2010.



% População Rural	
Brasil	15,6%
Paraná	14,7%

Indicador 1: População residente

Definição: população por região geográfica, sobre a população total do município.

O município apresentou um crescimento de 5,5% de 2010 até 2019, segunda estimativa do IBGE, passando de uma população de 32.123 habitantes para 33.877. Vale observar que na Tabela 1 a maioria da população de Palmeira reside na área urbana. No entanto, na divisão territorial desta pesquisa, a área urbana foi dividida em oito regiões e a rural em duas. Sendo assim, dentro desse agrupamento, a região geográfica denominada “Zona Rural II” é a mais populosa entre as dez regiões do diagnóstico.

Tabela 2: População total residente no município

Região Geográfica	População	
	2010	(%)
Distrito Industrial	370	1,2%
Rocio II	866	2,7%
Colônia Francesa	1.603	5,0%
Jardim Christine	1.792	5,6%
São José e Regina Vitória	2.239	7,0%
Centro	2.832	8,8%
Vila Rosa	4.307	13,4%
Zona Rural I	4.654	14,5%
Rocio I	5.211	16,2%
Zona Rural II	8.249	25,7%
Município	32.123	100%

Menor Valor	Distrito Ind.	1,2%
Maior Valor	Zona Rural II	25,7%

**Diferença:
21,3 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.

População estimada (2019)

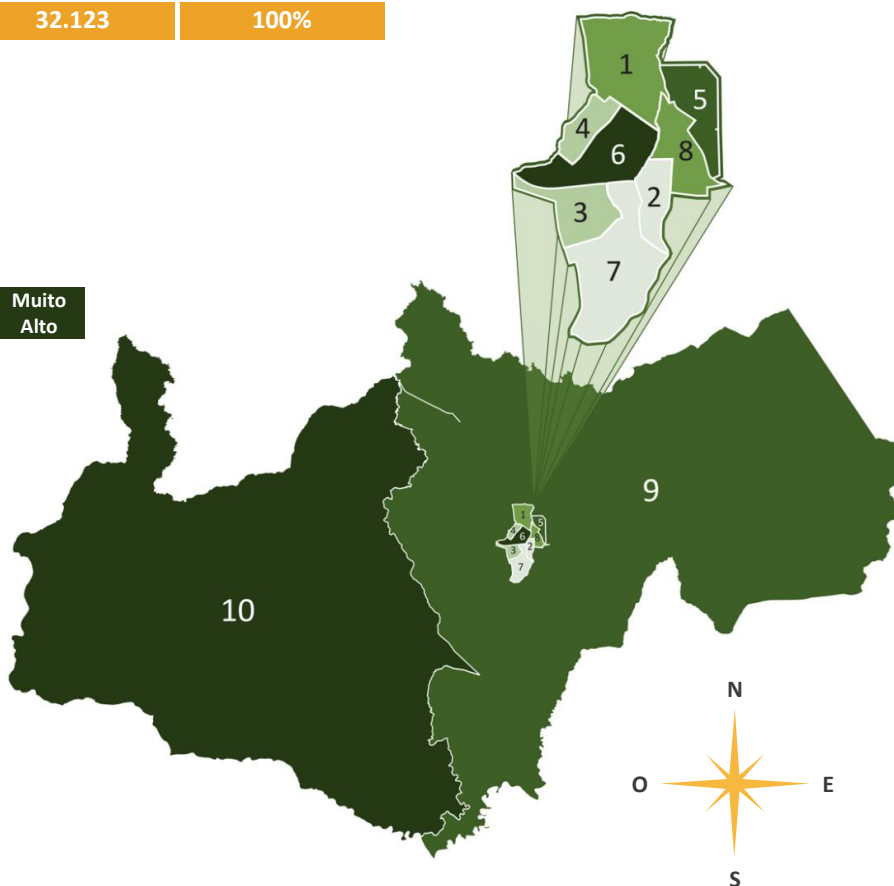
33.877 1,7%

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Indicador 2: População residente por sexo

Definição: população residente, segundo o sexo, sobre a população total residente na região.

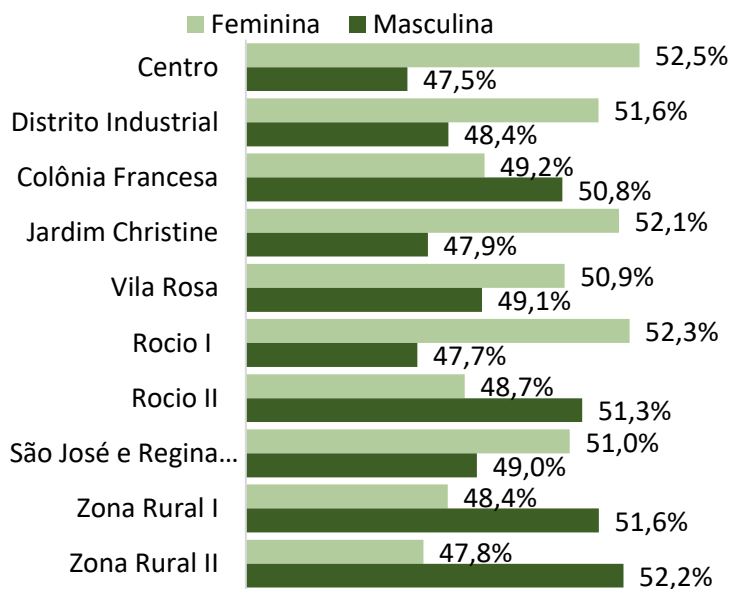
A população em 2010 estava dividida em proporções iguais, 50% para o sexo masculino e 50% para o feminino.

Tabela 3: População residente por sexo

Região Geográfica	População total	Feminina		Masculina	
		Total	(%)	Total	(%)
Centro	2.832	1.487	52,5%	1.345	47,5%
Distrito Industrial	370	191	51,6%	179	48,4%
Colônia Francesa	1.603	788	49,2%	815	50,8%
Jardim Christine	1.792	933	52,1%	859	47,9%
Vila Rosa	4.307	2.192	50,9%	2.115	49,1%
Rocio I	5.211	2.725	52,3%	2.486	47,7%
Rocio II	866	422	48,7%	444	51,3%
São José e Regina Vitória	2.239	1.142	51,0%	1.097	49,0%
Zona Rural I	4.654	2.251	48,4%	2.403	51,6%
Zona Rural II	8.249	3.946	47,8%	4.303	52,2%
Município	32.123	16.077	50,0%	16.046	50,0%

% População Feminina	
Brasil	51,0%
Paraná	50,9%

Fonte: IBGE, 2010.

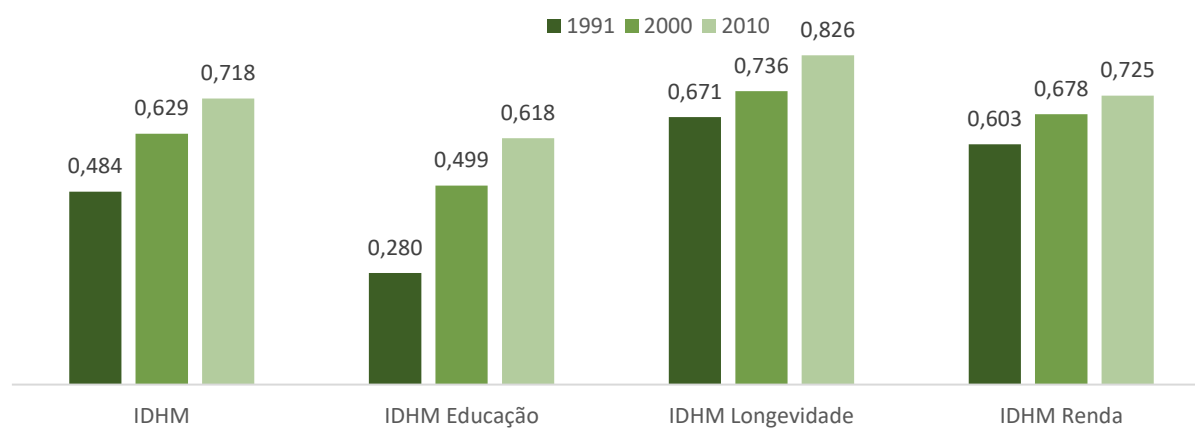


Indicador 3: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O IDH do município vem em uma sequência de evolução de 1991 até 2010, principalmente na Educação que saiu de 0,28 para 0,618, um aumento de mais de 100%.

Tabela 4: Índice de Desenvolvimento Humano

ANO	IDHM	IDHM Educação	IDHM Longevidade	IDHM Renda
1991	0,484	0,280	0,671	0,603
2000	0,629	0,499	0,736	0,678
2010	0,718	0,618	0,826	0,725



Indicador 4: Densidade Domiciliar

Definição: população total residente na região sobre o total de domicílios particulares ocupados na mesma região.

A densidade domiciliar ou média de moradores por domicílios no município de Palmeira é de 3,3 pessoas e não apresenta grandes diferenças entre as regiões.

Tabela 5: Densidade domiciliar

Região Geográfica	População total	Total de domicílios	Média	Menor Valor		
Centro	2.832	933	3,0	Média	Centro	3,0
Jardim Christine	1.792	575	3,1	Maior Valor	Palmeira	3,3
Rocio I	5.211	1.634	3,2		Colônia Francesa	3,5
Distrito Industrial	370	116	3,2			
São José e Regina Vitória	2.239	699	3,2			
Zona Rural I	4.654	1.413	3,3			
Zona Rural II	8.249	2.501	3,3			
Rocio II	866	253	3,4			
Vila Rosa	4.307	1.242	3,5			
Colônia Francesa	1.603	452	3,5			
Município	32.123	9.818	3,3			

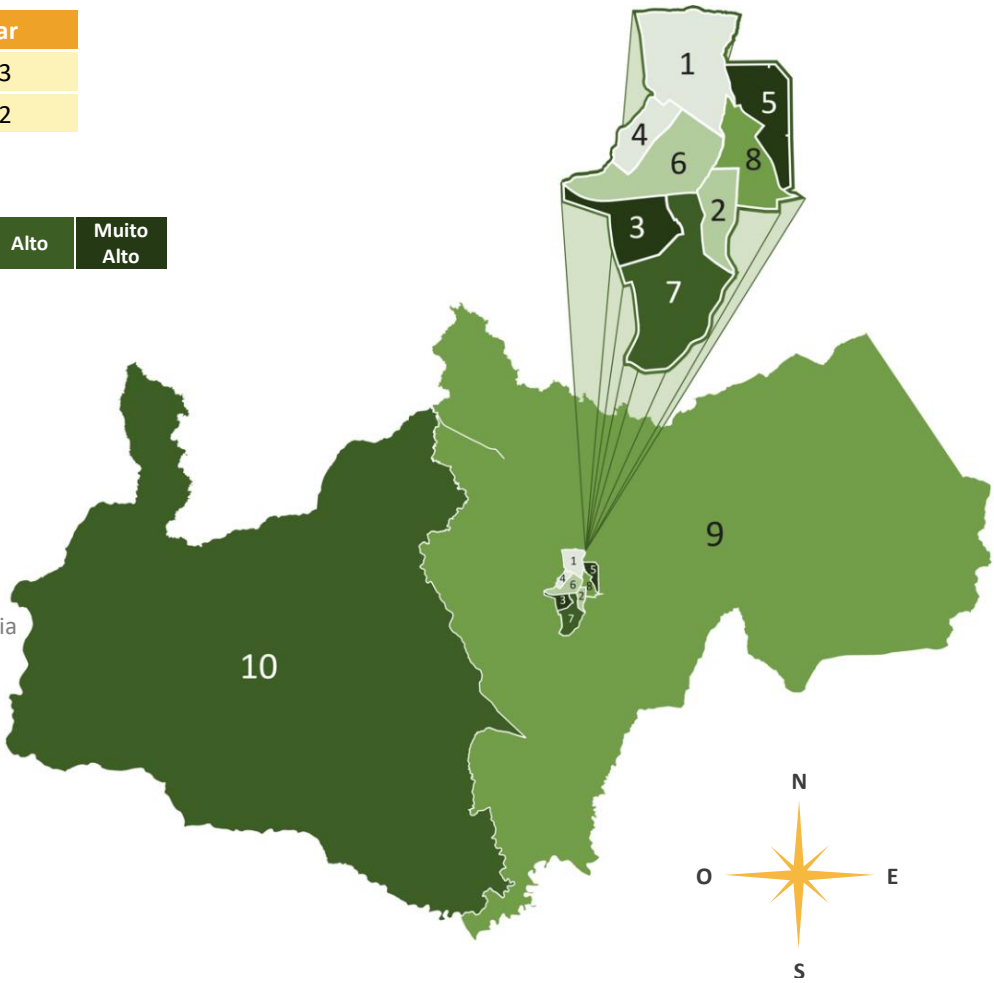
Diferença:
0,2 vezes
É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.

Densidade Domiciliar	
Brasil	3,3
PR	3,2

Cores				
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

- Legenda
- 1 – Centro
 - 2 – Distrito Industrial
 - 3 – Colônia Francesa
 - 4 – Jardim Christine
 - 5 – Vila Rosa
 - 6 – Rocio I
 - 7 – Rocio II
 - 8 – São José e Regina Vitória
 - 9 – Zona Rural I
 - 10 – Zona Rural II



Indicador 5: População de 0 a 17 anos

Definição: população de 0 a 17 anos sobre a população total da região.

A Zona Rural II tem a maior população na faixa etária de 0 a 17 anos (25,2%) do total da faixa etária (9.711). Já a região Colônia Francesa tem a maior proporção (35,1%) de 0 a 17 anos dentro do total da região (1.603).

Tabela 6: População de 0 a 17 anos

Região Geográfica	População Total	População de 0 a 17 anos			Média	Menor Valor	Maior Valor
		Total	(%) Total	(%) Região			
Centro	2.832	684	7,0%	24,2%	24,2%	Centro	24,2%
Rocio I	5.211	1.507	15,5%	28,9%		Palmeira	30,2%
Jardim Christine	1.792	528	5,4%	29,5%	29,7%	Colônia Francesa	35,1%
Zona Rural II	8.249	2.452	25,2%	29,7%			
Distrito Industrial	370	110	1,1%	29,7%	29,9%		
São José e Regina Vitória	2.239	669	6,9%	29,9%			
Zona Rural I	4.654	1.423	14,7%	30,6%	33,8%		
Rocio II	866	293	3,0%	33,8%			
Vila Rosa	4.307	1.482	15,3%	34,4%	35,1%		
Colônia Francesa	1.603	563	5,8%	35,1%			
Município	32.123	9.711	100,0%	30,2%			

Diferença:
0,5 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.

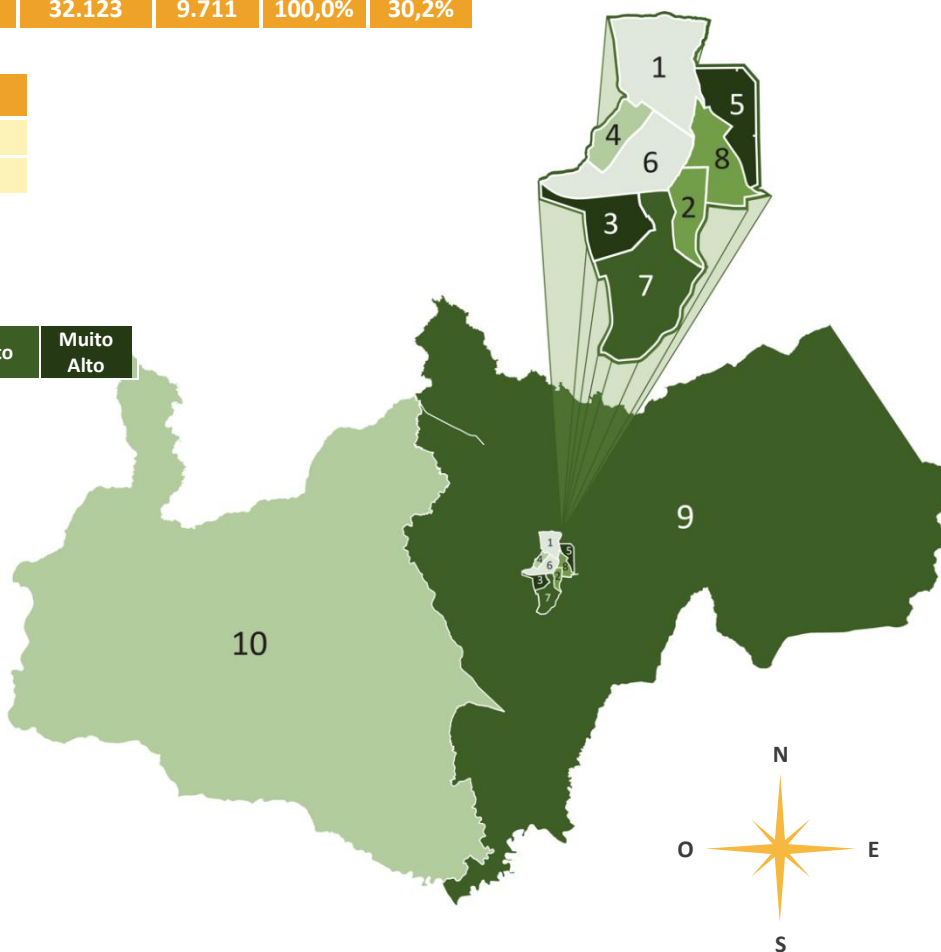
População de 0 a 17 anos	
Brasil	29,5%
PR	28,3%

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Indicador 6: População de 0 a 5 anos

Definição: população de 0 a 5 anos sobre a população total da região.

Número de crianças e adolescentes com idade de 0 a 5 anos residentes por região geográfica, sobre a população total residente da mesma região.

A Zona Rural II tem a maior população na faixa etária de 0 a 5 anos (25,6%) do total da faixa etária (2.793). Já a região Colônia Francesa tem a maior proporção (10%) de 0 a 5 anos dentro do total da região (1.603).

Tabela 7: População de 0 a 5 anos

Região Geográfica	População Total	População de 0 a 5 anos			Menor Valor	Média	Maior Valor
		Total	(%) Total	(%) Região			
Centro	2.832	203	7,3%	7,2%	Centro	7,2%	
Rocio II	866	68	2,4%	7,9%	Palmeira	8,7%	
Rocio I	5.211	419	15,0%	8,0%	Colônia Francesa	10,0%	
Jardim Christine	1.792	152	5,4%	8,5%			
Distrito Industrial	370	32	1,1%	8,6%			
Zona Rural II	8.249	714	25,6%	8,7%			
Zona Rural I	4.654	403	14,4%	8,7%			
São José e Regina Vitória	2.239	216	7,7%	9,6%			
Vila Rosa	4.307	426	15,3%	9,9%			
Colônia Francesa	1.603	160	5,7%	10,0%			
Município	32.123	2.793	100%	8,7%			

Diferença:
0,4 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.

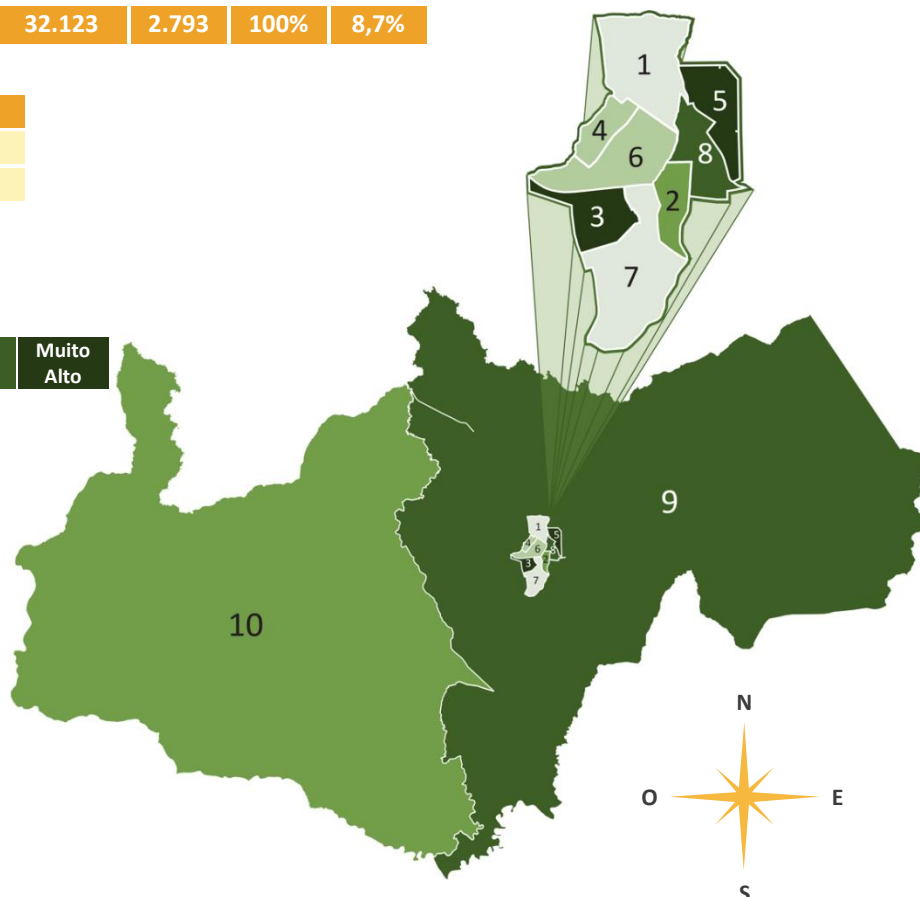
População de 0 a 5 anos	
Brasil	8,7%
PR	8,3%

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Indicador 7: População de 6 a 11 anos

Definição: população de 6 a 11 anos sobre a população total da região

A Zona Rural II tem a maior população na faixa etária de 6 a 11 anos (25,7%) do total da faixa etária (3.187) e a região Colônia Francesa e Rocio II tem a maior proporção (11,9%) de 6 a 11 anos dentro do total das regiões (1.603 e 866 respectivamente).

Tabela 8: População de 6 a 11 anos

Região Geográfica	População Total	População de 6 a 11 anos			Menor Valor	Média	Maior Valor	
		Total	(%) Total	(%) Região				
	Centro	2.832	214	6,7%	7,6%		Centro	7,6%
	Rocio I	5.211	480	15,1%	9,2%		Palmeira	9,9%
	São José e Regina Vitória	2.239	216	6,8%	9,6%		Colônia Francesa	11,9%
	Zona Rural II	8.249	818	25,7%	9,9%	Diferença: 0,6 vezes		
	Zona Rural I	4.654	469	14,7%	10,1%			
	Jardim Christine	1.792	185	5,8%	10,3%			
	Distrito Industrial	370	40	1,3%	10,8%			
	Vila Rosa	4.307	471	14,8%	10,9%			
	Rocio II	866	103	3,2%	11,9%	É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões		
	Colônia Francesa	1.603	191	6,0%	11,9%			
	Município	32.123	3.187	100%	9,9%			

Diferença:
0,6 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.

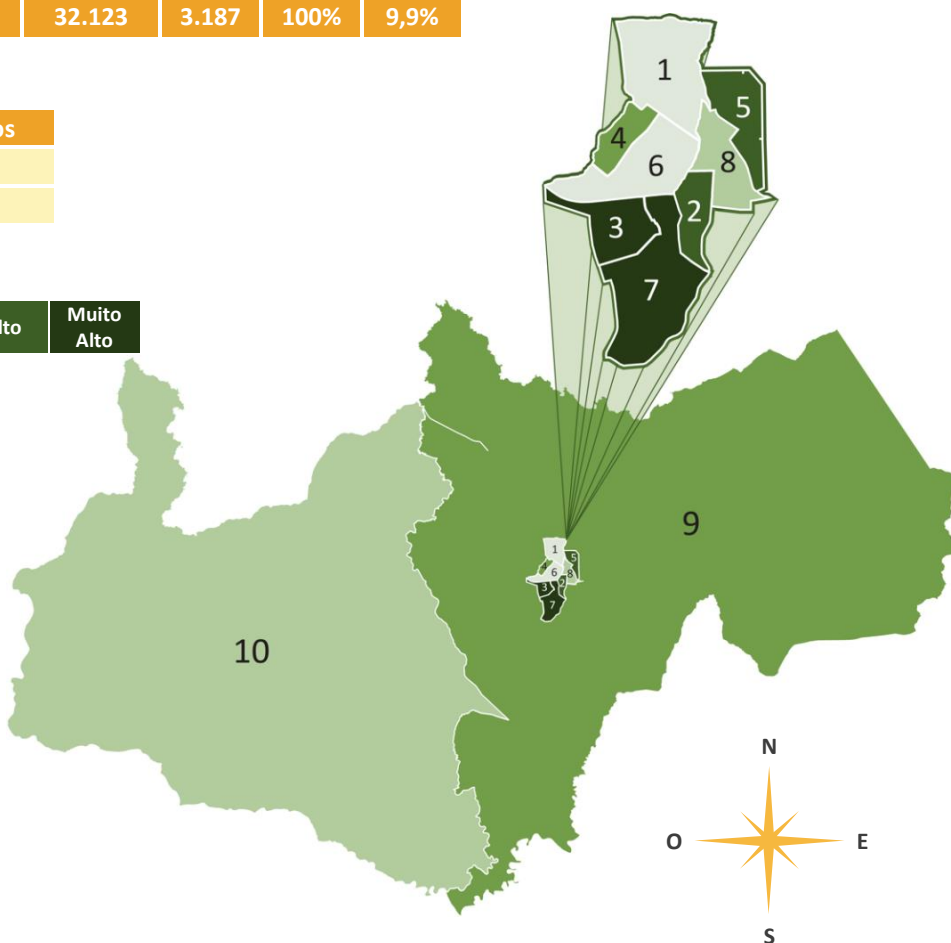
População de 6 a 11 anos	
Brasil	9,9%
PR	9,3%

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Indicador 8: População de 12 a 17 anos

Definição: população de 12 a 17 anos sobre a população total da região.

Novamente, a Zona Rural II tem a maior população na faixa etária de 12 a 17 anos (24,7%) do total da faixa etária (3.731). Já a região Rocio II tem a maior proporção (14,1%) de 12 a 17 anos dentro do total da região (866).

Tabela 9: População de 12 a 17 anos

Região Geográfica	População Total	População de 12 a 17 anos			Menor Valor	Média	Maior Valor	
		Total	(%) Total	(%) Região				
	Centro	2.832	267	7,2%	9,4%		Centro	9,4%
	Distrito Industrial	370	38	1,0%	10,3%		Palmeira	11,6%
	São José e Regina Vitória	2.239	237	6,4%	10,6%		Rocio II	14,1%
	Jardim Christine	1.792	191	5,1%	10,7%	Diferença: 0,5 vezes		
	Zona Rural II	8.249	920	24,7%	11,2%			
	Rocio I	5.211	608	16,3%	11,7%			
	Zona Rural I	4.654	551	14,8%	11,8%			
	Colônia Francesa	1.603	212	5,7%	13,2%			
	Vila Rosa	4.307	585	15,7%	13,6%	É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões		
	Rocio II	866	122	3,3%	14,1%			
	Município	32.123	3.731	100%	11,6%			

Diferença:
0,5 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.

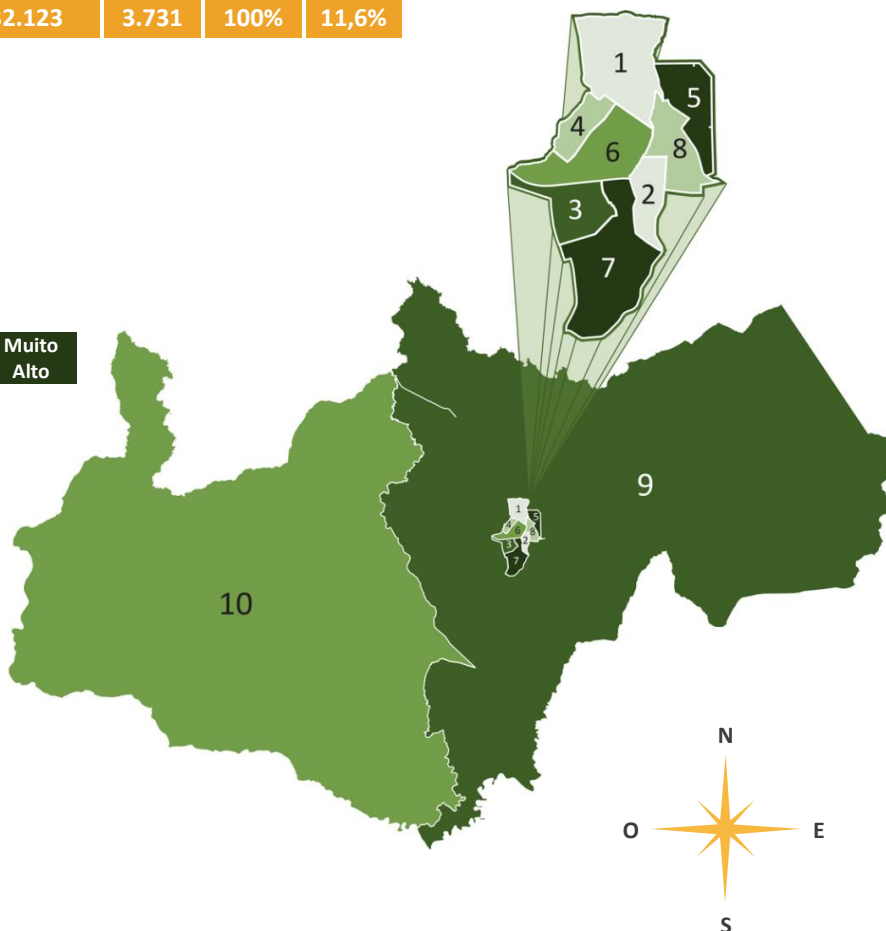
População de 12 a 17 anos	
Brasil	10,8%
PR	10,7%

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Indicador 9: População de 18 a 29 anos

Definição: população de 18 a 29 anos sobre a população total residente da mesma região.

A Zona Rural II tem a maior população na faixa etária de 18 a 29 anos (1.623) do total da faixa etária (6.567). Já a região São José e Regina Vitória tem a maior proporção (23,7%) de 18 a 29 anos dentro do total da região (2.239).

Tabela 10: População de 18 a 29 anos

Região Geográfica	População Total	População de 18 a 29 anos			Menor Valor	Média	Maior Valor
		Total	(%) Total	(%) Região			
Centro	2.832	526	8,0%	18,6%	Centro	18,6%	
Zona Rural I	4.654	875	13,3%	18,8%	Palmeira	20,4%	
Distrito Industrial	370	72	1,1%	19,5%			
Zona Rural II	8.249	1.623	24,7%	19,7%			
Jardim Christine	1.792	358	5,5%	20,0%			
Rocio I	5.211	1.068	16,3%	20,5%			
Colônia Francesa	1.603	339	5,2%	21,1%			
Rocio II	866	195	3,0%	22,5%			
Vila Rosa	4.307	981	14,9%	22,8%			
São José e Regina Vitória	2.239	530	8,1%	23,7%			
Município	32.123	6.567	100%	20,4%			

Diferença:
0,3 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.

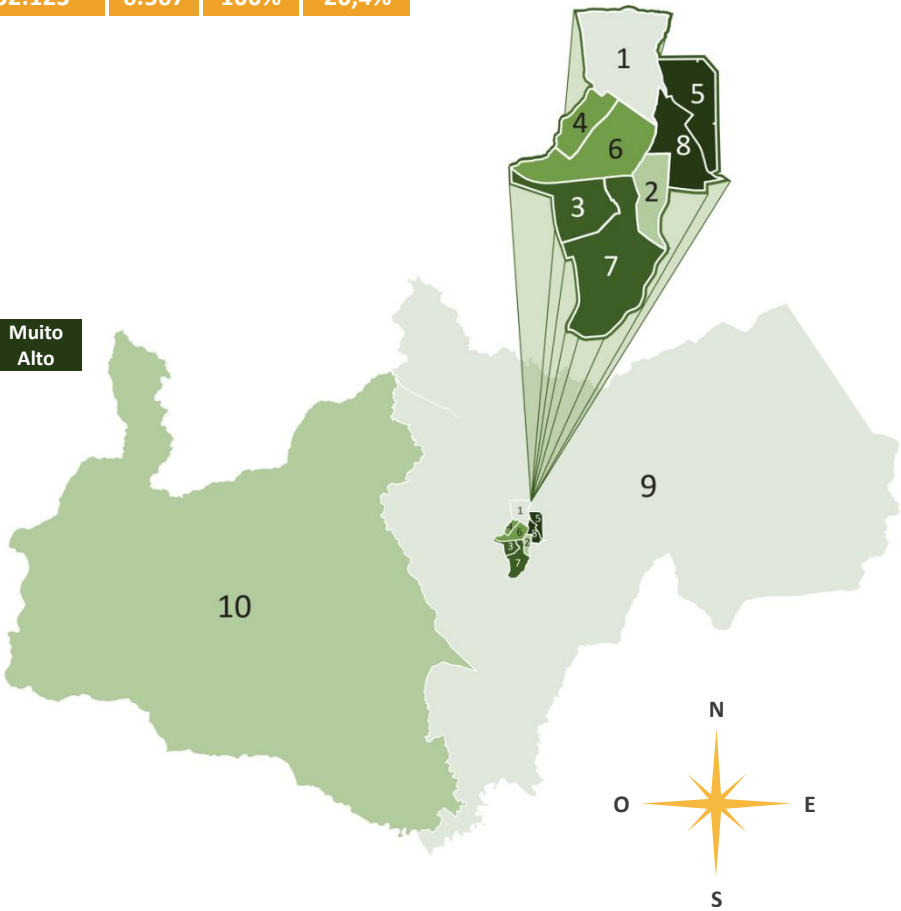
População de 18 a 29 anos	
Brasil	21,4%
PR	20,5%

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Indicador 10: População de 30 a 59 anos

Definição: população de 30 a 59 anos sobre a população total residente da mesma região.

As regiões de Vila Rosa e Colônia Francesa, apresentam o percentual de menor valor, ambas com 34,7% na faixa etária de 30 a 59 anos. Já a região Centro tem a maior proporção 41,3% desta faixa etária sobre o total da população residente desta região (2.832).

Tabela 11: População de 30 a 59 anos

Região Geográfica	Pop. Total	De 30 a 59 anos		
		Total	(%) Total	(%) Região
Vila Rosa	4.307	1.494	12,0%	34,7%
Colônia Francesa	1.603	557	4,5%	34,7%
Rocio II	866	316	2,5%	36,5%
Zona Rural I	4.654	1.799	14,5%	38,7%
São José e Regina Vitória	2.239	879	7,1%	39,3%
Rocio I	5.211	2.054	16,5%	39,4%
Zona Rural II	8.249	3.277	26,4%	39,7%
Distrito Industrial	370	147	1,2%	39,7%
Jardim Christine	1.792	723	5,8%	40,3%
Centro	2.832	1.170	9,4%	41,3%
Município	32.123	12.416	100%	38,7%

Menor Valor

Vila Rosa e Colônia Francesa	34,7%
Palmeira	38,7%
Centro	41,3%

Média

Maior Valor

Diferença:
0,2 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.

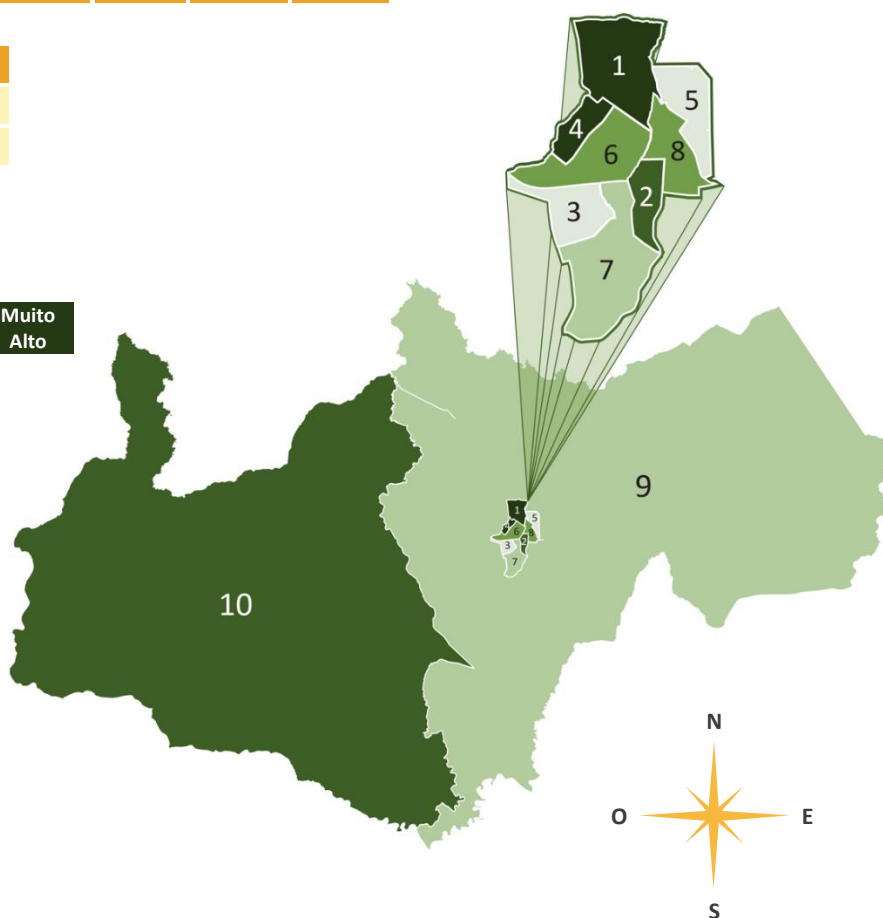
População de 30 a 59 anos	
Brasil	38,1%
PR	39,8%

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Indicador 11: População residente de 60 anos e mais

Definição: população de 60 anos e mais sobre a população total da região.

A Zona Rural II tem a maior população na faixa etária de 60 anos ou mais (26,2%) do total da faixa etária (3.429). Já a região Centro tem a maior proporção (16%) de 60 anos ou mais dentro do total da região (2.832).

Tabela 12: População residente de 60 anos e mais

Região Geográfica	População Total	População de 60 anos e mais			Menor Valor	Média	Maior Valor
		Total	(%) Total	(%)			
Rocio II	866	62	1,8%	7,2%	Rocio II	7,2%	
São José e Regina Vitória	2.239	161	4,7%	7,2%	Palmeira	10,7%	
Vila Rosa	4.307	350	10,2%	8,1%			Centro
Colônia Francesa	1.603	144	4,2%	9,0%			16,0%
Jardim Christine	1.792	183	5,3%	10,2%			
Zona Rural II	8.249	897	26,2%	10,9%			
Distrito Industrial	370	41	1,2%	11,1%			
Rocio I	5.211	582	17,0%	11,2%			
Zona Rural I	4.654	557	16,2%	12,0%			
Centro	2.832	452	13,2%	16,0%			
Município	32.123	3.429	100%	10,7%			

Diferença:
1,2 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.

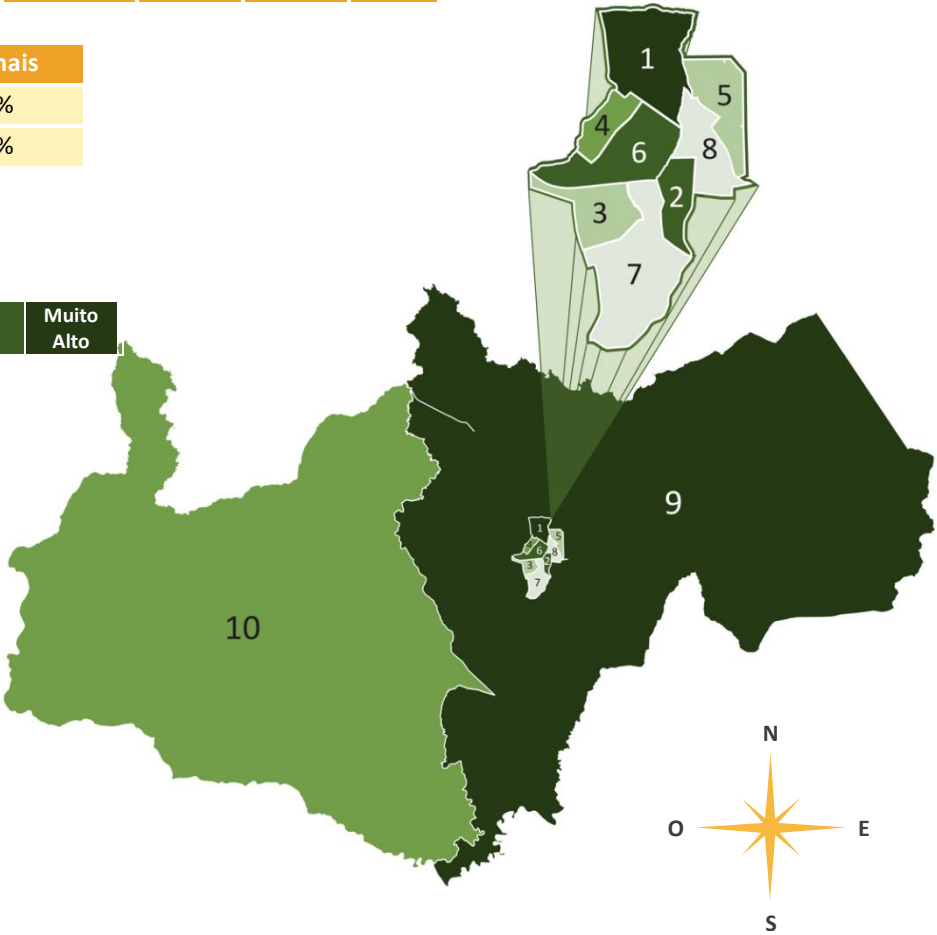
População de 60 anos e mais	
Brasil	10,8%
PR	11,2%

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Indicador 12: Razão de Dependência Jovem

Definição: população de 0 a 14 anos (economicamente inativos) sobre a população de 15 a 59 anos (economicamente ativa) residentes na região.

A RDJ da região Colônia Francesa é de 48,3%, 0,6 vezes maior que a RDJ da região Centro, a menor (29,6%). Em média a RDJ do município é 37,5%.

Tabela 13: Razão de Dependência Jovem - RDJ

Região Geográfica	Total de 0 a 14 anos	Total de 15 a 59 anos	(%) RDJ	Menor Valor	Centro	29,6%
Centro	544	1.836	29,6%	Média	Palmeira	37,5%
São José e Regina Vitória	529	1.549	34,2%	Maior Valor	Colônia Francesa	48,3%
Rocio I	1.188	3.441	34,5%			
Jardim Christine	426	1.183	36,0%			
Zona Rural II	2.007	5.345	37,5%			
Zona Rural I	1.141	2.956	38,6%			
Distrito Industrial	93	236	39,4%			
Rocio II	231	573	40,3%			
Vila Rosa	1.194	2.763	43,2%			
Colônia Francesa	475	984	48,3%			
Município	7.828	20.866	37,5%			

**Diferença:
0,6 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.

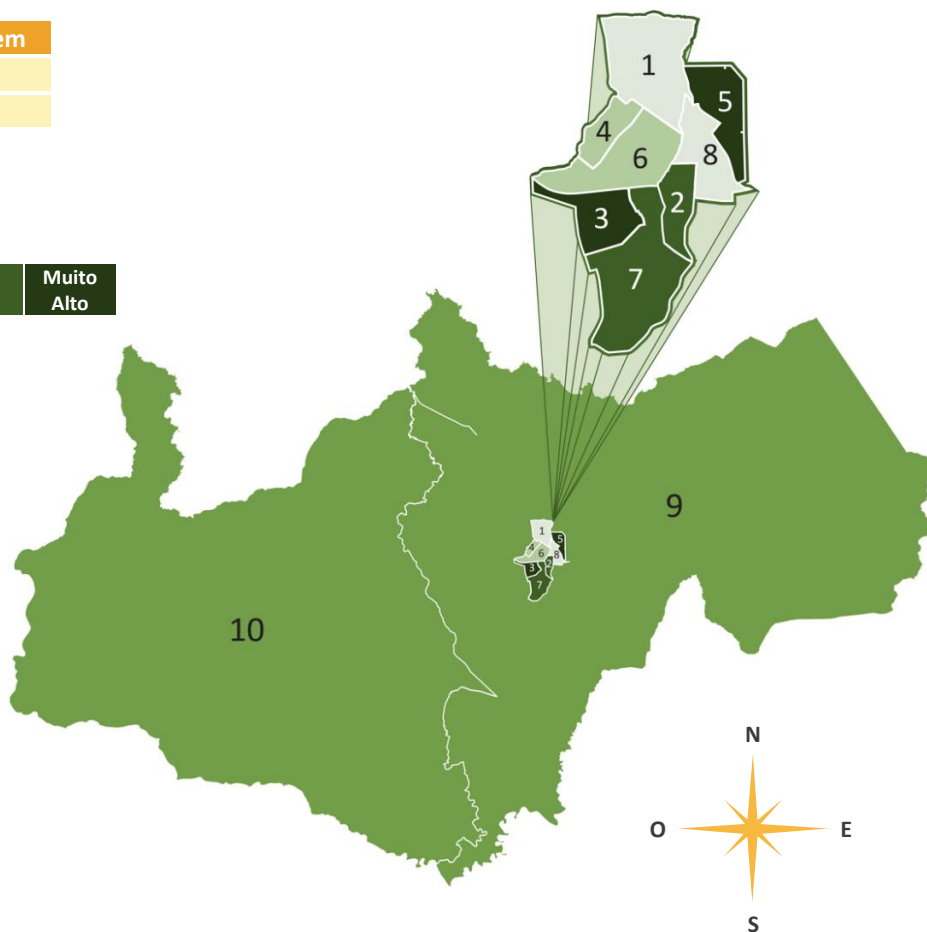
Razão de Dependência Jovem	
Brasil	37%
PR	34,7%

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Indicador 13: Razão de Dependência Total

Definição: população de 0 a 14 anos e de 60 anos e mais inativas, sobre a população de 15 a 59 anos ativa, por região geográfica.

A RDT da Zona Rural II é de 62,9%, 0,4 vezes maior que a RDT da região Centro, a menor (44,5%). A média do município é de 53,9%.

Tabela 14: Razão de Dependência Total

Região Geográfica	Total de 0 a 14 anos + 60 anos e mais	Total de 15 a 59 anos	(%) RDT
Centro	690	1.549	44,5%
Distrito Industrial	293	573	51,1%
Colônia Francesa	1.770	3.441	51,4%
Jardim Christine	609	1.183	51,5%
Vila Rosa	996	1.836	54,2%
Rocio I	2.904	5.345	54,3%
Rocio II	1.544	2.763	55,9%
São José e Regina Vitória	134	236	56,8%
Zona Rural I	1.698	2.956	57,4%
Zona Rural II	619	984	62,9%
Município	11.257	20.866	53,9%

Menor Valor

Centro

44,5%

Média

Palmeira

53,9%

Maior Valor

Zona Rural II

62,9%

Diferença:
0,4 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.

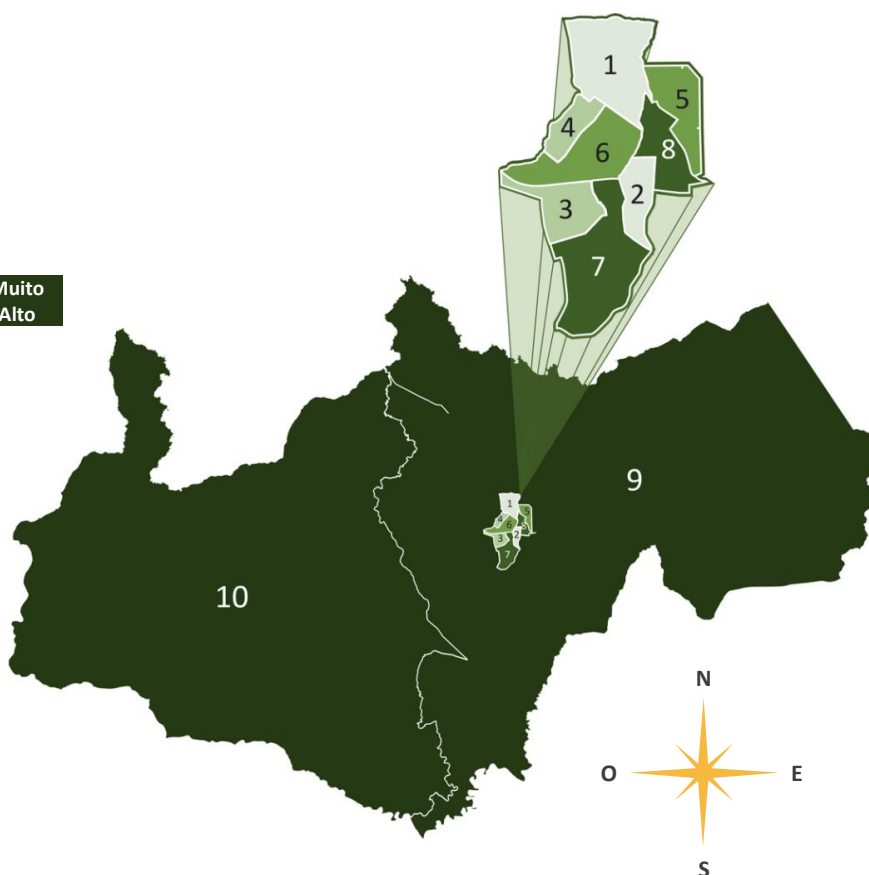
Razão de Dependência Total	
Brasil	53,6%
PR	51,8%

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Indicador 14: Responsável Adolescente

Definição: população de 12 a 17 anos responsável por domicílio particular ocupado sobre o total de responsáveis por domicílio particular ocupado.

O total de adolescentes responsáveis por domicílio é de 0,5% no município. Duas regiões apresentam mais de 2%, são elas a Rocio II e a Distrito Industrial. A diferença entre a menor taxa e a maior taxa chega a 31,2 vezes.

Tabela 15: Responsável Adolescente pelo domicílio

Região Geográfica	Responsáveis			Menor Valor	Média	Maior Valor
	Total de domicílios	Responsável Adolescente	Região (%)			
São José e Regina Vitória	703	-	0,0%	Centro	0,1%	
Centro	933	1	0,1%	Palmeira	0,5%	
Colônia Francesa	453	1	0,2%	Distrito Ind.	3,4%	
Rocio I	1.635	5	0,3%			
Zona Rural I	1.415	5	0,4%			
Zona Rural II	2.512	10	0,4%			
Jardim Christine	576	4	0,7%			
Vila Rosa	1.245	10	0,8%			
Rocio II	253	7	2,8%			
Distrito Industrial	116	4	3,4%			
Município	9.841	47	0,5%			

Diferença:
31,2 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.

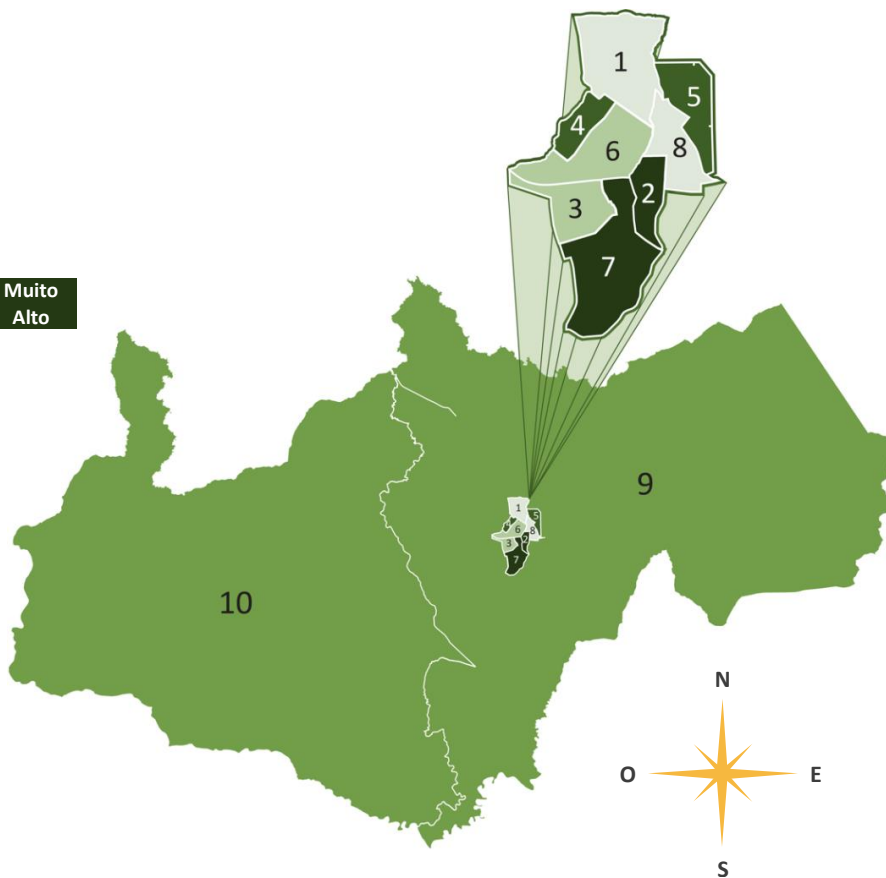
Adolescentes Responsáveis	
Brasil	0,7%
PR	0,7%

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Indicador 15: Instrução da população com 10 anos ou mais

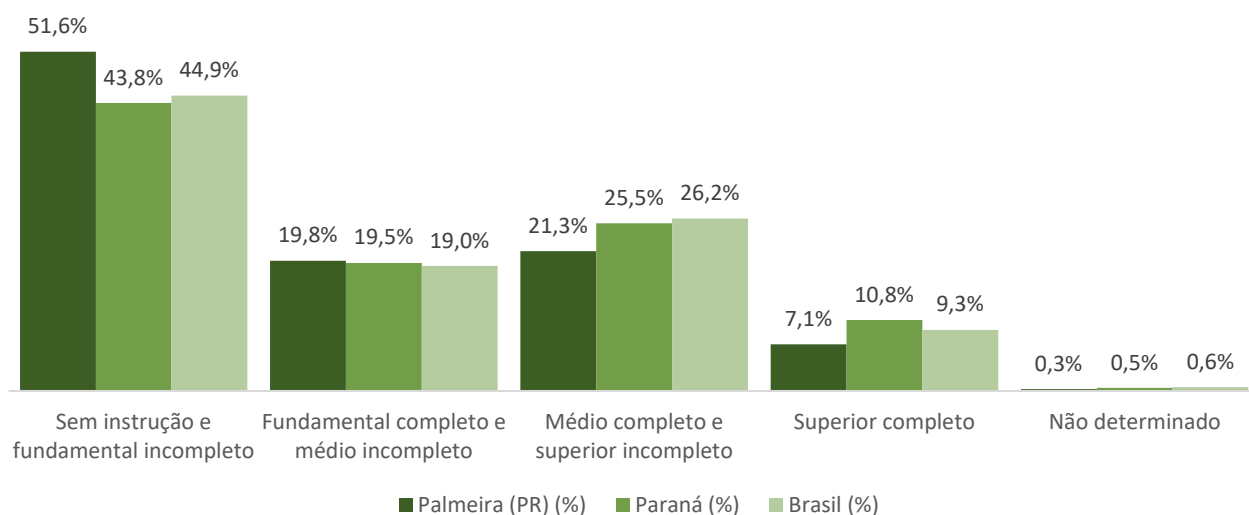
Definição: número da população de 10 anos ou mais por nível de escolaridade.

Em 2010, mais de 50% da população de Palmeira não tinha instrução ou não completou o ensino fundamental. Comparando com os índices do Paraná e do Brasil, nesse mesmo período, Palmeira apresentou o maior percentual dentro dessa categoria de instrução.

Tabela 16: Instrução das pessoas de 15 anos ou mais de idade

Instrução	Palmeira		Paraná		Brasil	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Sem instrução e fundamental incompleto	12.509	51,6%	3.524.584	43,8%	65.043.145	44,9%
Fundamental completo e médio incompleto	4.797	19,8%	1.568.529	19,5%	27.511.216	19,0%
Médio completo e superior incompleto	5.158	21,3%	2.054.079	25,5%	37.963.308	26,2%
Superior completo	1.720	7,1%	869.660	10,8%	13.463.757	9,3%
Não determinado	65	0,3%	36.336	0,5%	832.737	0,6%
Total	24.248	100,0%	8.053.187	100,0%	144.814.164	100,0%

Fonte: IBGE, 2010



Indicador 16: Renda per capita domiciliar até ¼ do salário mínimo

Definição: domicílios particulares ocupados com renda per capita de até 1/4 de (SM) sobre o total de domicílios particulares ocupados.

Um total de 7,6% de domicílios tem renda per capita inferior a 1/4 do SM. A região com a maior concentração de domicílios nesse perfil é a região Zona Rural II, com 16,3%, 9 vezes maior que a região Centro que apresenta apenas 1,6% de domicílios neste perfil.

Tabela 17: Renda per capita domiciliar de até 1/4 de salários mínimos

Região Geográfica	Total de domicílios	Até 1/4 (até R\$ 127,50)		Menor Valor	Média	Maior Valor
		Quant.	(%)			
Centro	921	15	1,6%		Centro	1,6%
Distrito Industrial	97	2	2,1%		Palmeira	7,6%
Colônia Francesa	445	39	8,8%		Zona Rural II	16,3%
Jardim Christine	571	14	2,5%			
Vila Rosa	1.220	94	7,7%			
Rocio I	1.620	69	4,3%			
Rocio II	245	13	5,3%			
São José e Regina Vitória	696	20	2,9%			
Zona Rural I	1.369	85	6,2%			
Zona Rural II	2.265	369	16,3%			
Município	9.449	720	7,6%			

Diferença:
9,0 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.

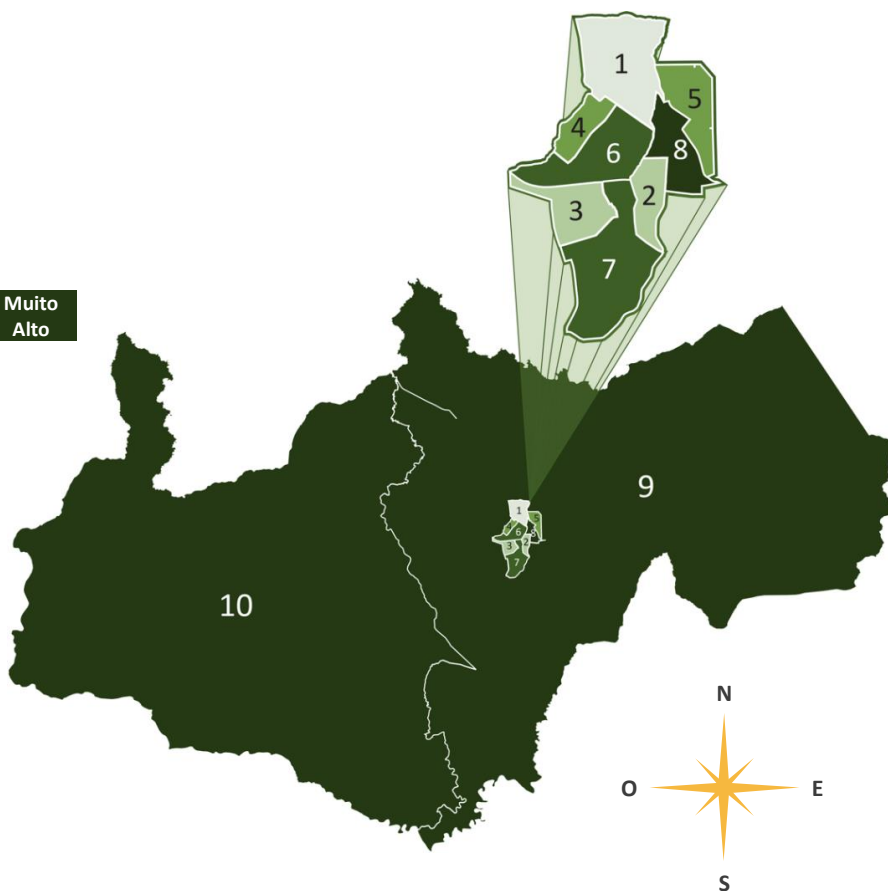
Renda per capita até ¼ SM	
Brasil	10,4%
PR	4,8%

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



4.2 MAPA SOCIAL DOS INDICADORES DO PERFIL SOCIOECONÔMICO

O mapa social apresentado na Tabela 18, mostra os indicadores do perfil socioeconômico com destaque em cor verde para aqueles cujas taxas estão acima da média do município. As regiões do Vila Nova e do Rocio II, com cinco e quatro posições acima da média municipal, remetem atenção prioritária do gestor público em ações voltadas para a ascensão social das famílias que nelas residem.

Tabela 18: Mapa social dos indicadores do perfil socioeconômico

Região Geográfica	Densidade domiciliar	Razão de Dependência Jovem - RDJ	Razão de Dependência Total	Responsável Adolescente pelo domicílio	Renda per capita domiciliar de até 1/4 de salários mínimos	Total de Indicadores do Perfil Socioeconômico
Parâmetro (média município)	>3,3	> 37,5%	>53,9%	>0,5%	>7,6%	5
Centro	3,0	29,6%	44,5%	0,1%	1,6%	0
Jardim Christine	3,1	36,0%	51,5%	0,7%	2,5%	1
Rocio I	3,2	34,5%	54,3%	0,3%	4,3%	1
São José e Regina Vitória	3,2	34,2%	56,8%	0,0%	2,9%	1
Distrito Industrial	3,2	39,4%	51,1%	3,4%	2,1%	2
Zona Rural II	3,3	37,5%	62,9%	0,4%	16,3%	2
Zona Rural I	3,3	38,6%	57,4%	0,4%	6,2%	2
Colônia Francesa	3,5	48,3%	51,4%	0,2%	8,8%	3
Rocio II	3,4	40,3%	55,9%	2,8%	5,3%	4
Vila Rosa	3,5	43,2%	54,2%	0,8%	7,7%	5

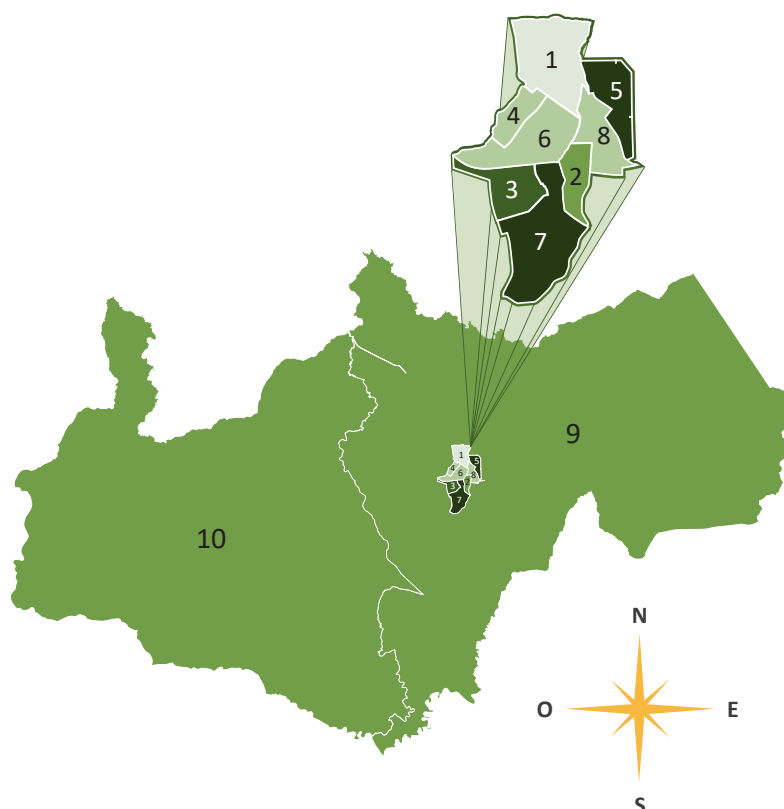
Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



5 MAPEAMENTO DA REDE DE ATENDIMENTO E DE APOIO DE PALMEIRA/PR

Este capítulo se propõe a apresentar a rede de atendimento e a rede de apoio do município, porém, sem ter a pretensão de esgotar sua totalidade, haja vista a dinamicidade com que se movimenta a sociedade e, por consequência, a composição das redes, tanto de atendimento, quanto de apoio. Optou-se por apresentar as unidades e as organizações sob a perspectiva de rede de atendimento e rede de apoio por se entender que elas se complementam e ambas colaboram para o alcance de uma sociedade mais justa, igualitária e equânime, conforme objetiva a Política de Assistência Social, foco principal deste diagnóstico.

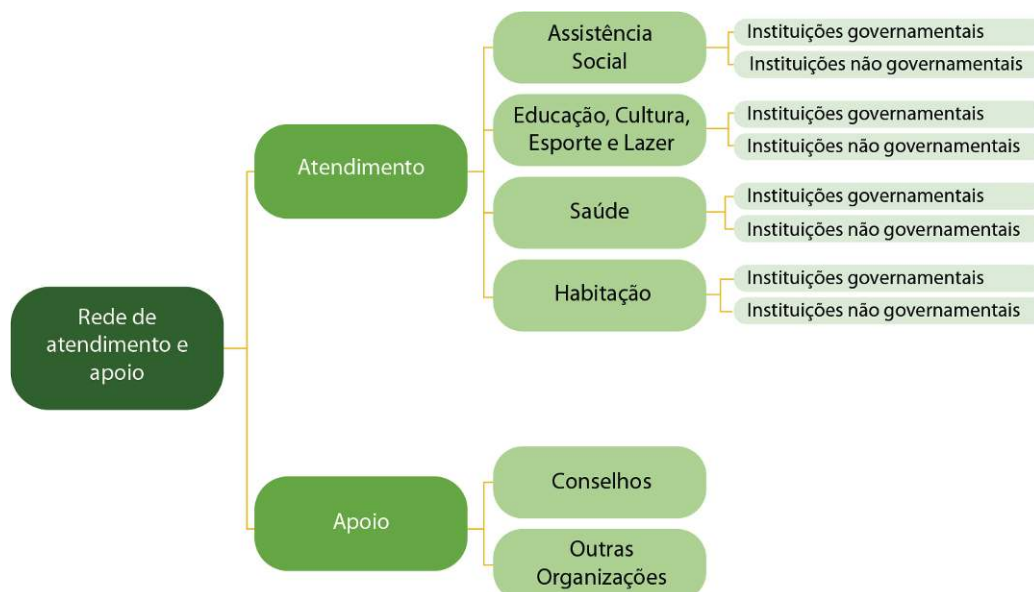
Nesse sentido a PNAS (2004) sugere que o Estado deve ser o coordenador dos esforços para a articulação e integração entre as ações do próprio Estado e as iniciativas da sociedade, de modo que essa integração resulte em garantia dos direitos de todos os cidadãos que necessitarem da Assistência Social. Desse modo, apresentar-se-á abaixo a rede de atendimento, composta pelas políticas públicas sociais (tanto executadas pelo Estado quanto pela sociedade civil, por meio de parcerias com as OSCs) e também a rede de apoio existente na comunidade, que não necessariamente realiza atendimentos, mas esta e complementa as ações com o público da Assistência Social. Vale ressaltar que a rede de apoio, é aqui entendida como um conjunto de organizações sociais, juridicamente constituídas ou não, que possuem como foco o bem-estar dos cidadãos, realizando orientações, fazendo defesa de direitos e controle social, objetivando melhorias coletivas que incidam nas vidas das pessoas e comunidades, colaborando para a construção de um mundo melhor.

A **rede de atendimento e apoio** no município de Palmeira foi dividida em duas categorias: Atendimento e Apoio, como descrito nas tabelas 18 e 19.

Em tempo, ressalta-se que essa divisão foi realizada tão somente a título de organização das informações e, mais uma vez, se afirma que, a apresentação a seguir não esgota a totalidade de instituições existentes no município.

O mapeamento da rede de atendimento e de apoio buscou informações do município, as quais foram validadas pela Comissão de Acompanhamento, referente às instituições, órgãos e entidades que compõem o atual desenho organizacional da sociedade palmeirense.

Quadro 5: Classificação da rede de atendimento

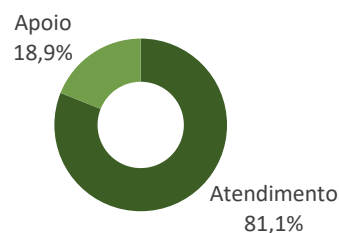


Com relação à rede do município de Palmeira, 81,1% dos equipamentos mapeados configuram-se como **rede de atendimento**, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 19: Rede de Palmeira

Rede de atendimento e apoio	Total	(%)
Atendimento	77	81,1%
Apoio	18	18,9%
Total Geral	95	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.



A Tabela 20 demonstra a rede de atendimento com as seguintes políticas públicas: Assistência Social; Educação; Cultura; Esporte e Lazer; Saúde e Habitação. Ainda quanto às ações da rede de apoio, esta conta com: conselhos municipais, Conselho Tutelar e as demais organizações da sociedade civil ou do governo que não estão categorizadas na rede de atendimento.

Tabela 20: Detalhamento da rede de atendimento e apoio

Rede de Atendimento e Apoio de Palmeira		
Atendimento		
Descrição	Quant. de equipamentos	(%)
Assistência Social	10	13,0%
Educação	36	46,8%
Saúde	30	39,0%
Habitação	1	1,3%
Total rede de atendimento	77	100,0%
Apoio		
Conselhos	7	38,9%
Outras organizações	11	61,1%
Total rede de apoio	18	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

- **Rede de Atendimento**

A rede de atendimento na área da Assistência Social oferta, por meio dos serviços de Proteção Social Básica e Especial, as ações socioassistenciais de forma direta (governamental) e de forma indireta (em parceria com as organizações da sociedade civil) formando, então, a rede socioassistencial, de acordo com a previsão das normativas do SUAS, conforme segue tabela abaixo.

Tabela 21: Equipamentos da Política Pública de Assistência Social

Assistência Social		
Natureza	Equipamento	Serviço ofertado
Governamental	CRAS	PAIF; SCFV
	CREAS	PAEFI; MSE
Não governamental	AMAS	SCFV
	AMB	
	Associação Projeto Renascer	
	APAE	Centro dia - Pessoa com deficiência
	Lar Acelino	Acolhimento institucional
	Lar Levi	
	Lar Sagrada	
	Vila Vicentina	

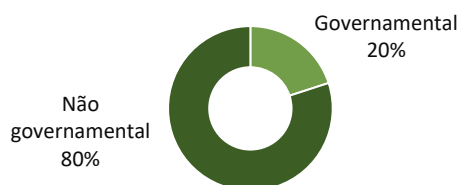
Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

Na Assistência Social as instituições **não governamentais** representam **80%** dos equipamentos para realizar os serviços de Proteção Social Básica e Especial.

Tabela 22: Equipamentos da Assistência Social por natureza administrativa

Natureza	Total	(%)
Governamental	2	20,0%
Não governamental	8	80,0%
Total Geral	10	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.



A tabela a seguir apresenta o detalhamento dos equipamentos que compõem a Política Pública de Educação no município.

Tabela 23: Equipamentos da Política Pública de Educação

Educação		
Natureza	Equipamento	Serviço ofertado
Governamental	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	Atendimento educacional
	Colégio Estadual Amadeu Mário Margraf	
	Escola Municipal Anna Ferreira Freitas	
	Escola Municipal Bom Jesus do Monte	
	Escola Municipal do Campo Clotário Santos	
	Escola Municipal do Campo de Colônia Maciel	
	Escola Estadual Coronel David Carneiro	
	Escola Municipal professor Eurides Teixeira De Oliveira	
	Escola Municipal Professora Leonor Santos	
	Escola Estadual Flavio dos Santos	
	Colégio Estadual do Campo Fritz Kliewer	
	Escola Municipal Gabriel Prestes	
	Escola Estadual do Campo de Guarauninha	
	Colégio Estadual do Campo Henrique Stadler	
	Escola Municipal Ida Albach	
	Escola Municipal Imaculada Conceição Jesuino Marcondes	
	Escola Estadual João Sidorko	
	Escola Municipal Nossa Senhora Do Rocio	
	Escola Municipal Nossa Senhora do Rosário	
	Escola Municipal Pedro Gross Filho	
	Colégio Estadual do Campo de Pinheiral de Baixo	
	Escola Municipal do Campo de Queimadas	
	Escola Estadual do Campo de Quero-Quero	
	Escola Municipal do Campo de Santa Bárbara de Cima	
	Colégio Estadual São Judas Tadeu	
	Escola Municipal Witmarsum	
	Colégio Municipal Cristo Rei	
	Centro Municipal de Educação Infantil Recanto dos Pequeninos	
	Centro Municipal de Educação Infantil Vereador Sebastião Sanson	
	Centro Municipal de Educação Infantil Alderico Viante	
	Centro Municipal de Educação Infantil Vereador Rubens Borkoski	
	Colégio Estadual do Campo Prof. Leonardo Salata	
	Centro Estadual de Educação Profissional Agrícola Getúlio Vargas	
Não governamental	APAE	Atendimento educacional
	Colégio Sagrada Família	
	Escola Realeza Educação Infantil e Ensino Fundamental	

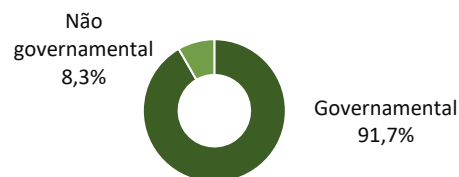
Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

A tabela a seguir demonstra que **91,7%** do ensino ofertado é realizado por escolas da rede municipal e da estadual do município.

Tabela 24: Equipamentos da Educação por natureza administrativa

Rede	Total	(%)
Governamental	33	91,7%
Não governamental	3	8,3%
Total Geral	36	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.



A tabela 24 apresenta os equipamentos pertencentes à Política da Saúde no município.

Tabela 25: Equipamentos da Política Pública de Saúde

Saúde		
Natureza	Equipamento	Serviço ofertado
Governamental	Central de Gestão em Saúde	Atendimento à saúde
	Vigilância em Saúde	
	CEM - Centro de Especialidades Médicas	
	CEO - Centro de Especialidades Odontológicas Dr. Roberto Stahlschmidt	
	CAPS I - Centro de Atenção Psicossocial	
	Unidade Básica de Saúde Central	
	Unidade Básica de Saúde Santa Rosa	
	Unidade Básica de Saúde do Poço Grande	
	Unidade Básica de Saúde Dr. Jorge Amin Bacila (PSF)	
	Unidade Básica de Saúde Colônia Francesa	
	Unidade Básica de Saúde Vila Rosa (PSB)	
	Unidade Básica de Saúde Rocio I (PSF)	
	Unidade Básica de Saúde Jardim Cristine	
	Unidade Básica de Saúde do Rocio II (PSF)	
	Pronto Atendimento Central	
	Transporte Urgências/Emergências	
	Unidade Básica de Saúde da Vilinha	
	Unidade Básica de Saúde de Colônia Maciel	
	Unidade Básica de Saúde de Queimadas	
	Unidade Básica de Saúde de Vieiras	
	Unidade Básica de Saúde de Guarauninha	
	Unidade Básica de Saúde do Boqueirão	
	Unidade Básica de Saúde de Faxinal Dos Quartins	
	Unidade Básica de Saúde de Santa Barbara	
	Unidade Básica de Saúde de Pinheiral De Baixo	
	Unidade Básica de Saúde do Poço Grande	
	Unidade Básica de Saúde de Colônia Witmarsum	
	Unidade Básica de Saúde do Quero-Quero	
Não governamental	APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palmeira/PR	Atendimento à saúde
	Hospital de Caridade – Santa Casa	

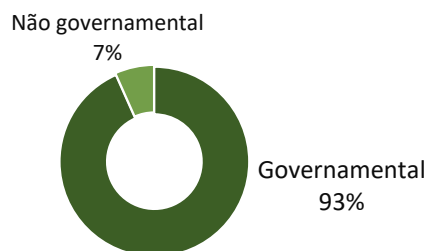
Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

Na tabela 25 fica demonstrado que **93,3%** do atendimento na Política Pública de Saúde é realizado pelos equipamentos governamentais.

Tabela 26: Equipamentos da Saúde por natureza administrativa

Rede	Total	(%)
Governamental	28	93,3%
Não Governamental	2	6,7%
Total Geral	30	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas, 2019.



Política de Habitação no município de Palmeira⁷

A Política de Habitação do município está inserida na Secretaria de Urbanismo, por meio de uma coordenadoria específica. Possui o Plano Local de Habitação (modelo simplificado para municípios pequenos), Fundo e o Conselho Gestor do Fundo, criados por lei.

Em novembro de 2019 foi concluído o Plano Local de Habitação contendo as informações de habitação do município. O trabalho foi realizado em parceria com a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, no Cadastramento Único de Pretendentes do Paraná.

As áreas de ocupação irregular são cadastradas e atualizadas anualmente, tendo hoje cinco áreas de ocupação irregular com 253 domicílios (Vila Monjolo, Mata do Rocio, Alban e Ocupação BR 277 Lado Direito, APP Rocio II e Chácara Dona Rosa). Na Vila Monjolo e Rocio II, as famílias cadastradas são referenciadas ao CRAS.

Demais ações desenvolvidas:

- Construção de 100 unidades habitacionais, pelo Minha Casa, Minha Vida/Fundo de Arrendamento Residencial/CAIXA/Município, onde o município fez a doação da área já com o loteamento aprovado e registrado em cartório e também se responsabilizou pelo PTS (Projeto Técnico Social).
- Entregue 01 grupo de Habitação Rural (08 famílias) também pelo MCMV-PNHR/COHAPAR/Município.
- Cadastramento físico das áreas de ocupação irregular e monitoramento das áreas, para evitar novas invasões.
- Definição das ZEIS - Zona de Interesse Social (vazias e ocupadas) no Plano Diretor.
- Instauração do processo de Regularização Fundiária de Interesse Social, com as 22 famílias da Vila Bugay.
- Levantamento de informações para o Plano Estadual de Habitação (favelas, conjunto habitacionais degradados, loteamentos irregulares e clandestinos, terras disponíveis, vazios urbanos, ZEIS ocupadas e vazias), todas as áreas foram georreferenciadas.

⁷ Informações disponibilizadas pela Chefia de Habitação vinculada à Secretaria de Urbanismo do município de Palmeira.

- **Rede de Apoio**

A rede de apoio do município é composta pelos Conselhos de Controle Social, pelos Conselhos de Direitos, Conselho Tutelar, assim como pelas organizações da sociedade civil e unidades governamentais, como segue nas tabelas abaixo.

Tabela 27: Composição da rede de apoio

Conselhos	
Classificação	Nome
Controle	Conselho Municipal de Educação
	Conselho Municipal de Assistência Social
	Conselho Municipal de Saúde
Direito	Conselho Municipal Política sobre Drogas
	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
	Conselho Municipal dos Direitos do Idoso
	Conselho Municipal da Juventude
Conselho Tutelar	Conselho Tutelar de Palmeira
Outras organizações	
Classificação	Nome
Governamental	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER
Não governamental	Sindicato Patronal Rural de Palmeira
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmeira
	Associação Amor Exigente
	Associação Comercial e Industrial de Palmeira - ACIP
	Rotary Club
	Lions Clube
	Gratos
	GERAR
	Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração – Renapsi
	Associação de Educação Familiar e Social do Paraná - AESFPR

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

PARTE III

6 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O final dos anos 80 é marcado pela redemocratização do país, tendo como marco fundamental a promulgação da Constituição Federal de 1988, considerada o marco legal para as políticas de participação popular no Brasil.

Essa Constituição, também denominada de Constituição Cidadã, traz o reconhecimento e ampliação dos direitos sociais, bem como inovações significativas ao instituir espaços de participação popular na formulação, gestão e controle das políticas sociais.

O objetivo principal da participação popular é o de concretizar o mais direta e cotidianamente possível o contrato entre os cidadãos e as instituições públicas, de maneira a considerar os interesses e concepções político-sociais populares no seu processo decisório. Duas condições, no mínimo, são fundamentais para viabilizar a participação popular: a existência de organizações populares capazes de representar realmente os interesses dos segmentos sociais dos quais são mandatárias (...) e uma administração pública que reconheça como legítimas e pertinentes demandas apresentadas pela população, por meio de seus grupos organizados (CAMPOS, 2006, apud, FREITAS, 2015, p. 120).

É nesse contexto de reconhecimento dos direitos sociais, que se dá a inclusão pelos dispositivos constitucionais para a implementação de uma nova seguridade social no país, sendo essa alicerçada no tripé Saúde, Previdência e Assistência Social.

Nesse sentido a Seguridade Social implica que todo cidadão tenha acesso a um conjunto de certezas e seguranças que venham cobrir, diminuir ou precaver os riscos e as vulnerabilidades sociais. A partir dessa nova concepção foi instituído o reconhecimento do direito universal, independente se o cidadão contribuiu com o sistema previdenciário ou não (YASBECK, 1997, p. 13).

São os artigos 203 e 204 da CF/88 que transformam e redefinem o perfil histórico da Assistência Social, qualificando-a como política pública. Buscando a regulamentação dos referidos artigos, após anos de luta, discussão, e negociação de vários projetos e emendas, a Lei Orgânica da Assistência Social foi sancionada, pelo então Presidente Itamar Franco, em 7 de dezembro de 1993, projetando a atribuição de caráter legal aos serviços socioassistenciais. Portanto, a Lei 8.742/93 pretendeu regulamentar as conquistas do âmbito assistencial, asseguradas pela Constituição Federal, para a proteção daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade ou risco social.

A consolidação da Assistência Social como direito fundamental e política pública pauta-se, conjuntamente, nas diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993), na NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 33/2012 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e na

implementação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), cuja gestão e operacionalização é de competência conjunta das três esferas de governo – federal, estadual/distrital e municipal, cada qual com sua responsabilidade, não deixando de se observar o princípio da descentralização administrativa ocorrida com a aprovação na PNAS em 2004 .

Neste cenário de conquistas, evidenciamos a aprovação pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Essa normativa possibilitou a padronização em todo território nacional dos serviços de Proteção Social Básica e Especial, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais. Além das provisões, aquisições, condições e formas de acesso, unidades de referência para a sua realização, período de funcionamento, abrangência, a articulação em rede, o impacto esperado e suas regulamentações específicas e gerais.

A aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais representou importante conquista para a Assistência Social brasileira alcançando um novo patamar, estabelecendo tipologias que, sem dúvidas, corroboram para ressignificar a oferta e a garantia do direito socioassistencial.

Como visão geral, é a partir destes marcos normativos que se apresenta o desenvolvimento da Política de Assistência Social no município de Palmeira/PR.

6.1 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRA/PR

O objetivo deste item é traçar o histórico da consolidação da estrutura organizacional municipal que envolve a operacionalização da Política de Assistência Social. Como metodologia foi utilizada a pesquisa documental por meio da leitura das atas do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e de legislações municipais.

Dois anos antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, em 20 de janeiro de 1986, por meio da Lei 1663 foi instituído no município o Departamento de Serviço Social e Saúde.

Assim como no cenário nacional, após algum tempo de articulações, discussões e encaminhamentos, no ano de 1995, por meio da Lei 1.777, cria-se o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, instituindo também o Fundo de Assistência Social, sendo o CMAS órgão deliberativo e de composição paritária integrante do sistema de Assistência Social, ficando vinculado ao Departamento de Serviço Social e Saúde. Corroborando com este processo, Gohn (2006, p. 07) elucida que "*nos anos 1990, a grande novidade foram os conselhos gestores, de caráter interinstitucional. Eles têm o papel de ser instrumentos mediadores na relação sociedade/Estado e estão inscritos na Constituição de 1988 e em outras leis do país*".

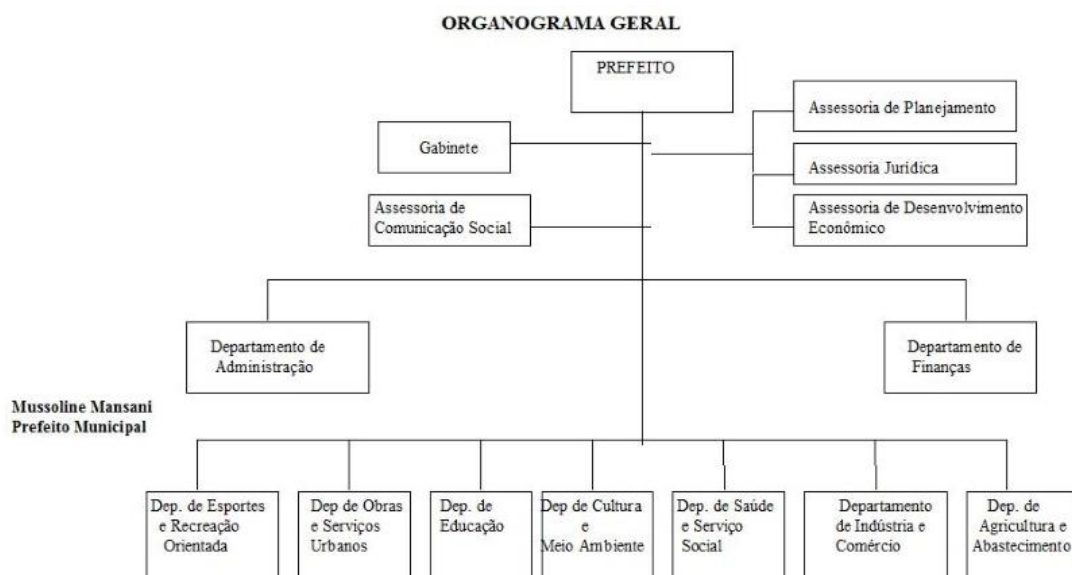
No dia 13 de fevereiro de 1996, acontece a primeira reunião do colegiado e no mês seguinte em 14 de março, fora realizada a primeira Conferência Municipal de Assistência Social, tendo como tema norteador: Participação da comunidade para discutir a Lei Orgânica de Assistência Social. Foi neste espaço que também se oficializou a primeira composição do conselho, tendo os seguintes representantes do poder público: O diretor do Departamento de Serviço Social e de Saúde; um representante do Departamento de Finanças do Município; um representante do Departamento de Educação do Município; dois representantes do Departamento de Serviço Social e de Saúde (um da área social e outro da área de saúde); e um representante do Centro Social Urbano.

Dos representantes da sociedade civil: um representante dos profissionais da área; dois representantes das associações de moradores; um representante das entidades de prestação de serviço à pessoa idosa; um representante das entidades de prestação de serviço ao portador de deficiência; um representante de entidades de prestação de serviços à criança e ao adolescente; e um representante dos sindicatos, sendo este último posteriormente incluído pela Lei 1795/96.

Na Ata número 22, de 10 de setembro de 1996 é mencionada a elaboração de diretrizes para a criação do Departamento de Assistência Social, como proposta para o desmembramento do então Departamento de Serviço Social e Saúde.

Em 1997 acontece o Primeiro Encontro Temático da Rede Municipal de Assistência Social, discutindo o Sistema Descentralizado e Participativo Social: Construindo Inclusão, Universalizando Direitos. Nesse mesmo ano, por meio da Lei nº 1843/1997, que altera a organização administrativa da Prefeitura Municipal de Palmeira, ocorre a alteração na nomenclatura do órgão responsável pela gestão da Assistência Social, passando a chamar-se Departamento de Saúde e Serviço Social, onde também apresenta o seguinte organograma:

Figura 1: Organograma da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Palmeira/PR, estabelecida pela Lei nº 1843/1997.



Na sequência, no ano de 1998, acontece a II Conferência Municipal de Assistência Social, onde fora apresentado o Decreto 2872/98 que modifica a estrutura dos representantes do CMAS, sendo possível observar nos registros das atas as primeiras menções e articulações com relação ao desmembramento do Departamento de Saúde e Serviço Social.

As conferências de Assistência Social são espaços privilegiados de discussão e participação popular ocorrendo periodicamente a cada dois anos, assegurando o exercício da democracia, em tempo que permite a reunião de diferentes segmentos, objetivando a promoção de momentos para discussão e avaliação das ações governamentais e também para a eleição de prioridades políticas para os respectivos níveis de governo. Na esfera municipal, deve propor e deliberar as diretrizes para a gestão das políticas municipais, analisando os diversos pontos de sua implementação (ALVES; ALMEIDA, 2013).

Nas atas de número 51 e 70 do CMAS, datadas respectivamente de 08 de junho de 1998 e 03 de novembro de 1999, são feitos os primeiros registros dos projetos em execução no município, citando o Projeto da Rua para a Escola e o Projeto Vila Rural Real, tendo este último por objetivo *“atender prioritariamente famílias carentes de lavradores que vivem no campo ou em periferias, não possuem terra para plantar e necessitam de condições para garantir sua subsistência”*.

No ano de 2003, durante a IV Conferência Municipal de Assistência Social, o prefeito Mussoline Mansani torna público o desmembramento do Departamento de Serviço Social e Saúde, criando o Departamento de Serviço Social – Lei 2275 de 10/07/2003, ficando subdividido da seguinte maneira: Divisão do Idoso, Divisão de Ações Comunitárias, Divisão da Criança e Adolescente, além do vínculo junto ao Conselho Municipal de Assistência Social conforme Lei 2322/04. Este novo instrumento de gestão da Assistência Social iniciou suas atividades em 01 de janeiro de 2004, tendo como sua primeira diretora a senhora Carla Patrícia Marcondes de Albuquerque.

A consolidação da Assistência Social como Política Pública e Direito Social sempre exigiu o enfrentamento de importantes desafios. Foi assim que na IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2003, houve o apontamento da construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Nessa direção, no ano 2004, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, buscando incorporar as demandas da sociedade na efetivação da assistência social como direito do cidadão e responsabilidade do Estado (BRASIL, 2004).

Em conformidade com as orientações nacionais é neste período que são citadas (Ata 163 de dezembro de 2003) as primeiras intervenções, a partir do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF que integra o nível de Proteção Social Básica do SUAS. Contudo, é somente no ano de 2010 que é assinado o termo de aceite dos serviços PAIF e PAEFI, bem como são feitos os encaminhamentos para a construção do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

Indo ao encontro das intervenções mencionadas, no ano de 2004 – Lei 2317 altera-se o nome Departamento de Serviço Social para Departamento de Assistência Social. No ano seguinte, ratificado pela Lei 2359 de 21/02/2005, é criado, dentro dos órgãos de administração específica do município de Palmeira, de acordo com a Lei nº 1843 de 04/06/97, o Departamento de Assistência Social.

Seguindo os acontecimentos cronológicos, em 05 de maio de 2008 é criada a Lei Municipal nº 2710/2008 que dispõe sobre a reorganização do CMAS e do FMAS, considerando que sua competência estava vinculada ao Departamento de Assistência Social.

Passados aproximados quatro anos acontece a junção das políticas de Saúde e Assistência Social, consolidando a Secretaria de Saúde e Assistência Social, tendo cada uma delas o seu respectivo departamento, conforme Lei 2846 de 12/03/2009.

Novamente, no ano de 2010, por meio da Lei nº 3135/10, ocorre alteração na estrutura administrativa da prefeitura, incidindo no desmembramento da Política de Assistência com a da Saúde, passando, então, a ser Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social e reestruturando as atribuições de acordo com cada competência. A próxima publicação da legislação municipal, que dispõe sobre a estrutura administrativa municipal é a Lei nº 3511 de 01/08/2013, a qual altera a nomenclatura da secretaria gestora da Política de Assistência Social Municipal, passando a ser chamada de “Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos”.

A partir da Lei 3657/2014 que dispõe sob o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e institui o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS que, na verdade, altera a lei de criação do conselho de 1995, o vínculo deste colegiado está remetido à **Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos**, sendo esta nomenclatura e estrutura ratificada na Lei 4272 de 15 de dezembro de 2016 que dispõe sobre a estrutura organizacional administrativa do poder executivo do município de Palmeira.

Neste interim, acontece a formalização da implementação do Sistema Único de Assistência Social do Município através da Lei 4147/2016.

Art. 4º O Sistema Único de Assistência Social do município de Palmeira - SUAS realiza a gestão da Política Municipal de Assistência Social sob o comando da Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos, com atribuições de formular as diretrizes, planejar, coordenar a execução, monitorar e avaliar as ações da rede socioassistencial de abrangência local, articulando serviços, programas, projetos e benefícios da Rede de Proteção Social de Palmeira, formada pelas entidades governamentais e da sociedade civil organizada em entidades de assistência social, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades, violação de direitos e riscos sociais (...) (PALMEIRA, 2016).

No ano de 2017 nova redação é dada a legislação que dispõe sobre a organizacional administrativa do Poder Executivo do município de Palmeira, agora sob a Lei 4327 de 22 de março de 2017.

Dentre os artigos alterados estão o 9º e 21º que modifica a estrutura administrativa organizacional do Poder Executivo do Município, substituindo a Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos por Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, tendo como unidades funcionais, além da própria SEMAS, os Departamentos de Gestão do SUAS e Proteção Social.

Art. 21 À Secretaria Municipal de Assistência Social compete a articulação e implementação de políticas públicas voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos sociais e humanos, em especial de crianças e adolescentes, jovens, mulheres, pessoas com deficiência, idosos, entre outros grupos sociais considerados mais vulneráveis, com objetivo de garantir a conquista de seus direitos, o exercício da cidadania, a transformação social, a emancipação do ser humano, a construção de uma realidade mais justa e igualitária, viabilização do acesso à justiça, à documentação básica, à alimentação adequada, entre outros serviços sociais básicos; implantação e desenvolvimento das políticas sociais que contribuam para a melhoria de vida da população; assegurar a maior participação da população de baixa renda nos planos, programas e projetos a serem desenvolvidos pelo Governo Municipal; promover, coordenar, orientar, executar a política municipal de assistência social, segundo as diretrizes do Governo Federal e Estadual, de forma harmônica e integrada, compatibilizando as atividades com os órgãos da esfera Federal e Estadual, no sentido de reduzir as atividades paralelas, como forma de promover o melhor aproveitamento dos recursos financeiros, técnicos e humanos; a execução de planos e programas sociais que atendam os diversos segmentos da população; apoiar técnica e financeiramente entidades não-governamentais da rede socioassistencial, proceder levantamento de recursos da comunidade que possam ser utilizados em parceria; incentivar a formação de associações de bairros, comunidades rurais e outras formas associativas de participação, promover as relações do Executivo com a comunidade, associações de moradores e demais entidades da sociedade organizada; promoção de campanhas educativas, informativas, conscientizadoras e preventivas, visando ao bem estar da população; efetuar a inserção no Cadastro Único para programas sociais; realizar parcerias para o fortalecimento de programas de qualificação profissional para adolescentes, proteção e atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, visando à aplicação de recursos destinados a área social e execução de outras atividades correlatas. (PALMEIRA, 2017)

No município de Palmeira a estrutura administrativa da secretaria foi alterada seguindo o que prevê a Política de Assistência Social, buscando adequar a estrutura administrativa conforme as possibilidades atuais do município. Foram realizadas adequações e alterações para o aprimoramento da gestão em consonância com o que prevê o Sistema Único de Assistência Social.

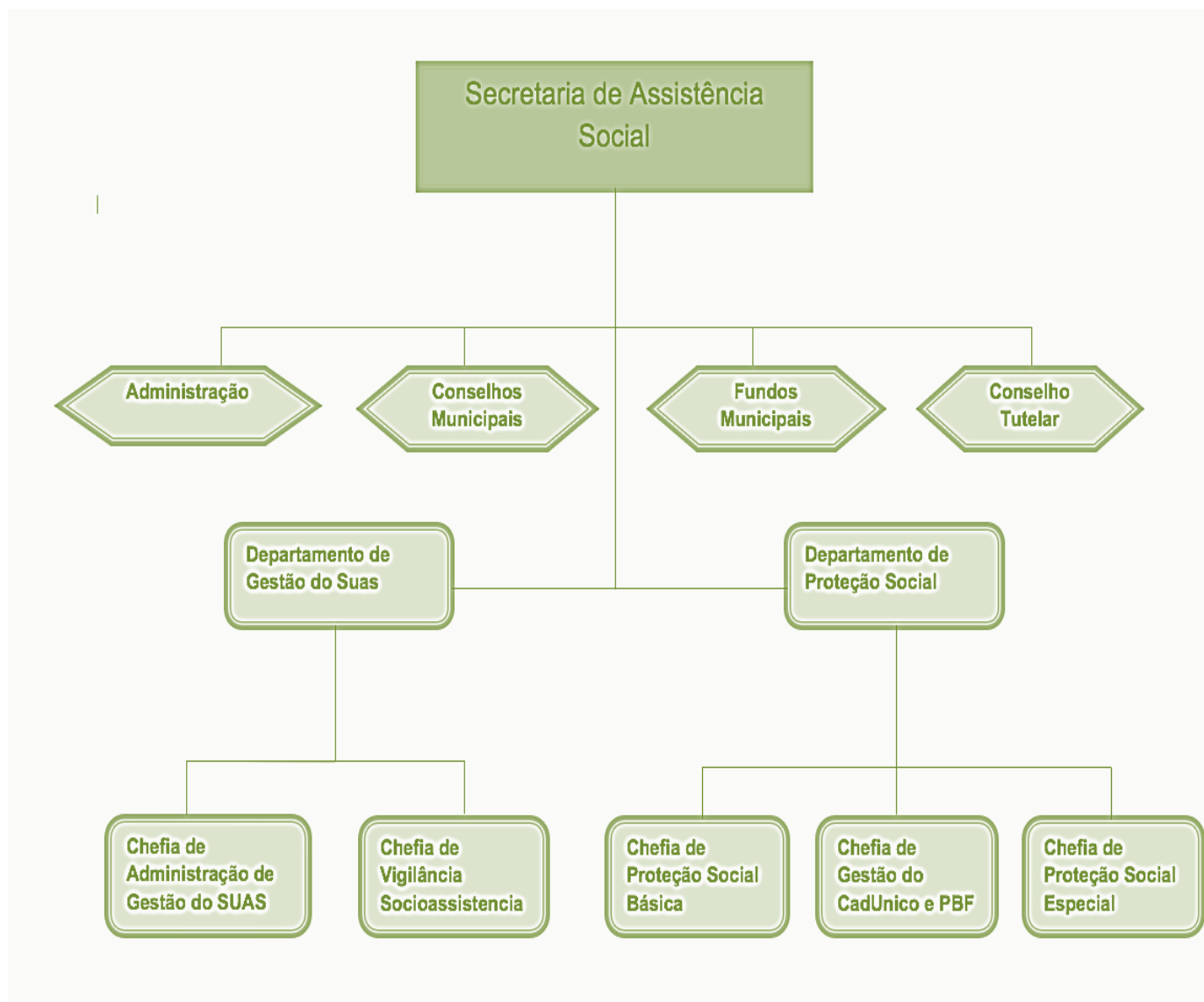
A Secretaria de Assistência Social tem dois departamentos: de Gestão do SUAS onde se encontra a Administração de Gestão do SUAS e a Vigilância Socioassistencial e de Proteção Social composto por Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família.

Atualmente, os profissionais responsáveis pela gestão são: um secretário, duas diretoras, uma técnica responsável pela Vigilância Socioassistencial e duas funcionárias responsáveis pelo apoio administrativo. Conta ainda com duas técnicas responsáveis pela Proteção Social Básica e Proteção Social

Especial que são as coordenadoras dos equipamentos CRAS e CREAS prestando serviços diretamente nos equipamentos.

Sob a responsabilidade do secretário estão a administração geral da secretaria, os conselhos, os fundos municipais e o Conselho Tutelar.

Figura 2: Organograma da Secretaria de Assistência Social



Quadro 6: Linha do tempo dos principais marcos normativos da Política de Assistência Social em âmbito nacional e no municipal de Palmeira

- **1986** — Lei nº 1169/86 – Dispõem sobre a organização administrativa da Prefeitura Municipal de Palmeira e dá outras providências – Institui Departamento de Serviço Social e Saúde;
- **1988** — Constituição Federal da República Federativa do Brasil.
- **1993** — Lei Orgânica da Assistência Social.
- **1995** — Lei Municipal 1.777/95 – Criação do Conselho Municipal de Assistência Social de Palmeira – CMAS, o qual sua vinculação está no Departamento de Serviço Social e Saúde.
- **1995** — Instituição do Fundo da Assistência Social.
- **1995** — I Conferência Nacional de Assistência Social.
- **1996** — Primeira Reunião do Colegiado.
- **1996** — I Conferência Municipal de Assistência Social: Participação da comunidade para discutir a Lei Orgânica da Assistência Social.
- **1996** — Primeira Composição dos conselheiros do CMAS de Palmeira/PR.
- **1996** — Elaboração de diretrizes para a criação do Departamento de Assistência Social, com proposta de desmembramento do Departamento de Serviço Social e Saúde.
- **1997** — I Encontro temático da Rede Municipal de Assistência Social.
- **1997** — Lei nº 1843/1997, que altera a organização administrativa da Prefeitura Municipal de Palmeira, ocorrendo a alteração da nomenclatura para Departamento de Saúde e Serviço Social;
- **1998** — Decreto Municipal 2872/98 que modifica a estrutura dos representantes do CMAS.
- **1998** — Projeto da Rua para Escola.
- **1998** — Projeto Vila Rural Real.
- **2003** — Lei nº 2275/2003 - “Altera a organização administrativa da prefeitura municipal estabelecida pela lei nº 1843, de 04/06/1997, e dá outras providências – Cria o Departamento de Serviço Social;
- **2003** — IV Conferência Nacional de Assistência Social: construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.
- **2004** — Início das atividades do Departamento de Assistência Social.
- **2004** — Lei nº 2317/2004 – Fica alterado o nome Departamento de Serviço Social para Departamento de Assistência Social.
- **2004** — Política Nacional da Assistência Social.
- **2004** — Lei nº 2359/2005 – Fica criado dentro dos órgãos de administração específica do município de Palmeira, de acordo com a lei 1843 de 04/06/1997, o Departamento de Assistência Social.
- **2005** — Criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
- **2008** — Lei nº 2.710/2008 - Reorganiza o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e o Fundo de Assistência Social, e dá outras providências.
- **2009** — Lei nº 2846/2009 - Dispõe sobre a reestrutura organizacional administrativa da prefeitura municipal de Palmeira e cria cargos em comissão e dá outras providências – Cria Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;
- **2009** — Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.
- **2010** — Lei nº 3135/10, que dispõe sobre a alteração na estrutura administrativa da prefeitura, incidindo no desmembramento da política de assistência com o da saúde, passando então a ser Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social.
- **2013** — Lei nº 3511 de 01/08/2013, em que altera a nomenclatura da secretaria gestora da política de assistência social municipal, passando a ser chamada de “Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos”.
- **2014** — Lei 3.657/2014 – Cria o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e institui o Fundo de Assistência Social – FMAS, vinculado à Secretaria de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos.
- **2017** — Lei 4327 / 2017 - Modifica a estrutura administrativa organizacional do Poder Executivo do Município, substituindo a Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos por Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS.

6.1.1 SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

A Proteção Social Básica tem como objetivo oferecer serviços para a prevenção de situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, tendo como público alvo a população que vive em situações de vulnerabilidade social, pobreza, privação ou precariedade de renda, ou sujeitos à fragilização de seus vínculos relacionais ou de pertencimento social.

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), unidades públicas territoriais estrategicamente alocadas em regiões de vulnerabilidade social, são responsáveis por organizar e coordenar a Proteção Social Básica por meio da oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), do Serviço de Convivência Familiar e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), da inserção das famílias no cadastro dos programas de transferência de renda, bem como o acolhimento, orientação e encaminhamento da população para as demais políticas públicas e sociais.

Os serviços referenciados ao CRAS podem ser executados de forma direta, ou seja, na própria unidade do CRAS, ou de forma indireta, por meio de parcerias e termos de colaboração com organizações da sociedade civil. Cabe lembrar que o PAIF necessariamente deve ser executado no próprio equipamento.

A articulação dos serviços socioassistenciais garante o desenvolvimento do trabalho social com as famílias dos usuários desses serviços, permitindo identificar suas necessidades e potencialidades dentro da perspectiva familiar, rompendo com o atendimento segmentado e descontextualizado das situações de vulnerabilidade social vivenciadas.

Em Palmeira o serviço ofertado no CRAS é o PAIF e o SCFV. O município atende também, a população que reside além do território referenciado ao CRAS, por meio de ações da equipe técnica nas comunidades.

A seguir a descrição e dados dos serviços ofertados no município de Palmeira.

➤ **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)**

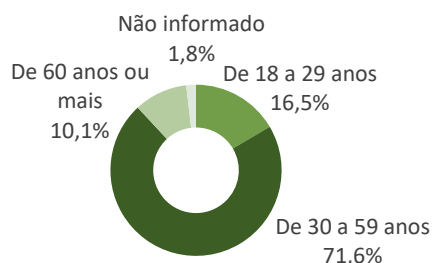
Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o PAIF consiste no trabalho social contínuo com as famílias, com o objetivo de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. O também serviço prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo (CNAS, 2009).

Com relação às demandas de atendimento do PAIF, no ano de 2018 foram acompanhadas 109 famílias no município de Palmeira. No que diz respeito aos responsáveis pelas famílias acompanhadas, conforme informações disponibilizadas pelo CRAS, 71,6% deles encontram-se na faixa etária de 30 e 59 anos, a maioria do sexo feminino (89,9%) e 9,2% possuem alguma deficiência.

Tabela 28: Faixa etária do responsável familiar acompanhado no PAIF

Faixa etária	Total	(%)
De 18 a 29 anos	18	16,5%
De 30 a 59 anos	78	71,6%
De 60 anos e mais	11	10,1%
Não informado	2	1,8%
Total Geral	109	100,0%

Fonte: CRAS (PAIF), 2018.

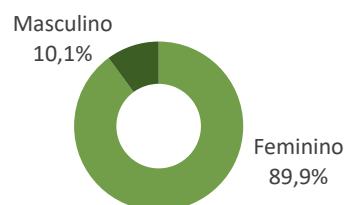


Como se pode perceber na tabela acima, pouco mais de 88% dos responsáveis familiares acompanhados no PAIF estão em idade produtiva, isso equivale a dizer que são indivíduos, se observado apenas o critério de idade, em um país cujo sistema econômico é o capitalismo, que devem estar inseridos no mercado de trabalho. Nos casos em que não há essa inserção, ou seja, o indivíduo não está economicamente ativo, corre-se o risco de se ter uma família em situação de ausência ou insuficiência de renda, sendo essa elegível na Política de Assistência Social tanto para ofertas de transferência de renda, quanto ofertas de acesso e integração ao mundo do trabalho.

Tabela 29: Sexo do responsável familiar acompanhado no PAIF

Sexo	Total	(%)
Feminino	98	89,9%
Masculino	11	10,1%
Total Geral	109	100,0%

Fonte: CRAS (PAIF), 2018.



Sobre o alto percentual de mulheres declaradas como responsáveis familiares, faz-se necessário atentar para o fato de que esta é uma realidade encontrada em todas as regiões do país. Nem sempre as mulheres declaradas pelas políticas públicas como responsáveis familiares são chefes de família, porém, as pesquisas em nível nacional demonstram que essa é uma realidade com grande incidência, especialmente nas famílias menos favorecidas economicamente. Nesse sentido, a Revista Serviço Social e Sociedade nº 105 apresenta uma comunicação de pesquisa em que as autoras assim referem:

Nas camadas mais pobres da população, as famílias chefiadas por mulheres, de acordo com Carvalho (1998, p. 85), são em grande parte associadas às situações de vulnerabilidade econômica, pois a mulher, como único membro adulto do domicílio, é sua provedora, além de assumir funções

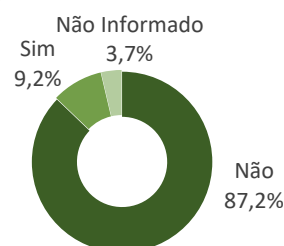
domésticas e o cuidado com os filhos, o que implica sua vinculação em trabalhos mal remunerados em tempo parcial ou intermitente, gerando assim maiores dificuldades para garantir a subsistência da própria família (PINO; MECHELETTI et al, 2011).

Essa realidade exige dos gestores e trabalhadores do SUAS um olhar atento e cuidadoso para que sejam evitados os ciclos geracionais de reprodução de situações de vulnerabilidade e risco. Outro fato a se considerar em um resultado com alta incidência do sexo feminino apresentado como responsável familiar é a sobrecarga dos papéis assumidos por essas mulheres, sobre as quais, algumas vezes, as políticas públicas atribuem a obrigação de cumprir as deliberações dos profissionais, sem ponderar se está sob sua possibilidade o cumprimento de tais decisões.

Tabela 30: Responsável familiar com deficiência acompanhado no PAIF

Pessoa com deficiência	Total	(%)
Não	95	87,2%
Sim	10	9,2%
Não informado	4	3,7%
Total Geral	109	100,0%

Fonte: CRAS (PAIF), 2018.

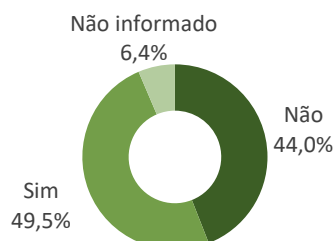


No que diz respeito à transferência de renda, oportunizada pelo Programa Bolsa Família, 49,5% das famílias acompanhadas no PAIF, recebem o benefício.

Tabela 31: Responsáveis acompanhados no PAIF que recebem PBF

PBF	Total	(%)
Não	48	44,0%
Sim	54	49,5%
Não informado	7	6,4%
Total Geral	109	100,0%

Fonte: CRAS (PAIF), 2018.

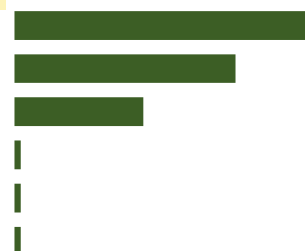


Sobre os principais motivos pelos quais as famílias estavam em acompanhamento no serviço, a maior demanda de procura é o descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família que representou 45% dos casos e, em outros 33% o motivo pelo qual o responsável familiar buscou o serviço foi o Cartão Cidadania.

Tabela 32: Demanda de atendimento no PAIF

Demanda	Total	(%)
Descumprimento das condicionalidades do PBF	49	45,0%
Cartão Cidadania	36	33,0%
BPC	21	19,3%
SCFV	1	0,9%
CREAS	1	0,9%
Não informado	1	0,9%
Total Geral	109	100,0%

Fonte: CRAS (PAIF), 2018.



Esse dado merece especial atenção, pois, o atendimento e o acompanhamento de famílias pelo PAIF têm um objetivo de realizar prevenção de situações de vulnerabilidade e riscos provendo aquisições e acessos a direitos para indivíduos e famílias, ampliando os laços de proteção e vínculo positivo entre as famílias e comunidade de um dado território. Para tal, devem estar no radar das ações do PAIF todas as famílias chamadas público potencial da PSB, não devendo se limitar ao descumprimento de condicionalidades, ou benefícios eventuais ou continuados, embora esse público componha, sem sombra de dúvida, o público prioritário do PAIF.

Esse apontamento pretende entabular uma reflexão sobre o processo preventivo do PAIF, que deve evitar, inclusive, o descumprimento de condicionalidades do PBF, haja vista que esse se trata de direitos básicos de todos os cidadãos brasileiros, quais sejam, saúde e educação. Outra questão que merece atenção é a distinção entre o motivo pelo qual as famílias adentram ao PAIF e os motivos pelos quais são acompanhadas sistematicamente, pois, muitas vezes, após a inserção das famílias nas atividades, desfraldam-se para a equipe de referência diversas situações de vulnerabilidade, o que implica em escuta e diagnóstico social familiar qualificado e uma resposta adequada para cada uma das situações acompanhadas/atendidas. Sendo assim, é imprescindível que o município realize a busca ativa do público potencial para a PSB, realizando atividades comunitárias e intersetoriais proativamente.

➤ **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009) é “o serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social.”

Os usuários do SCFV são divididos em grupos, a partir de faixas etárias, considerando as especificidades dos ciclos de vidas. O trabalho nos grupos é planejado de forma coletiva, contando com a participação ativa do técnico de referência, dos orientadores sociais e dos usuários, de forma a estimular as trocas culturais e o compartilhamento de vivências; desenvolver junto aos usuários o sentimento de pertença e de identidade; e fortalecer os vínculos familiares, sempre sob a perspectiva de incentivar a socialização e a convivência familiar e comunitária.

São diversas as situações de vulnerabilidade vivenciadas pelos usuários desse serviço, porém, algumas situações de risco social são prioritárias no atendimento, como: isolamento, trabalho infantil, violência e/ou negligência, criança ou adolescente fora da escola, defasagem escolar, em acolhimento, em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, egressos de medidas socioeducativas, abuso e/ou exploração sexual, em situação de rua, em medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e vulnerabilidades que dizem respeito às pessoas com deficiência.

Os grupos são constituídos da seguinte forma:

- Crianças até 6 anos;
- Crianças e adolescentes de 7 a 14 anos;
- Adolescentes de 15 a 17 anos;
- Jovens de 18 a 29 anos;
- Adultos de 30 a 59 anos;
- Pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 anos.

Além do estabelecimento do público prioritário, anteriormente citado, para cada um dos grupos acima dispostos há também a previsão do chamado público em especial, que será descrito no decorrer da apresentação dos dados de cada um deles.

Vale ressaltar que o município aderiu ao reordenamento do SCFV, o qual está em fase de planejamento e propõe que os serviços funcionem a partir do planejamento de atividades continuadas e seja executado em unidade física e referenciado ao CRAS. Consiste ainda na organização e alinhamentos metodológicos e qualificação continuada da rede prestadora existente no município. O percurso inicial será para a execução de ações a crianças e adolescentes.

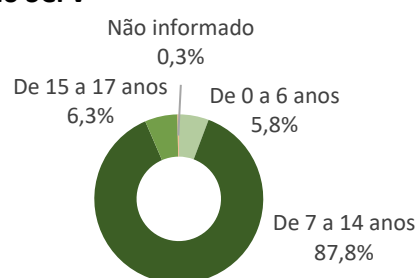
➤ Criança e adolescente

Em 2019, o município atendeu 400 crianças e adolescentes em SCFV, sendo a maioria da faixa etária de 7 a 14 anos (87,8%).

Tabela 33: Faixa etária das crianças e adolescentes acompanhados no SCFV

Faixa etária	Total	(%)
De 0 a 6 anos	23	5,8%
De 7 a 14 anos	351	87,8%
De 15 a 17 anos	25	6,3%
Não informado	1	0,3%
Total Geral	400	100,0%

Fonte: SCFV, 2019

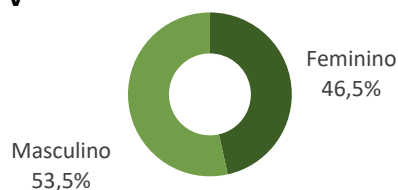


Do total de crianças e adolescentes acompanhadas no SCFV, 53,5% são do sexo masculino.

Tabela 34: Sexo das crianças e adolescentes acompanhados no SCFV

Sexo	Total	(%)
Feminino	186	46,5%
Masculino	214	53,5%
Total Geral	400	100,0%

Fonte: SCFV, 2019

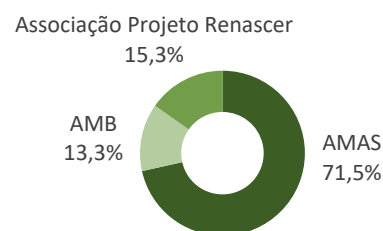


A instituição AMAS, atendeu 71,5% das crianças e adolescentes inseridos no SCFV do município. Como se poderá verificar abaixo, esse público é atendido em sua totalidade pelas Organizações da Sociedade Civil – OSC's. Analisando o percentual apresentado de SCFV desenvolvido pela AMAS, não se pode perder de vista que o SCFV é complementar ao PAIF e as famílias dos indivíduos nele inseridos deverão estar referenciadas ao CRAS do território. Isso implica em considerarmos que os técnicos de referência do SCFV e os técnicos de referência do PAIF devem realizar, sistematicamente, a discussão dos casos acompanhados simultaneamente, observando se os objetivos específicos de cada um deles está sendo alcançado. Esse processo tem suma importância, pois os casos de indivíduos acompanhados em SCFV deverão ser periodicamente avaliados para se reconhecer se a situação de vulnerabilidade que envidou o encaminhamento e a inserção deles no serviço foi minimizada e se os vínculos familiares e comunitários estão sendo fortalecidos. Não se pode perder de vista que a PSB tem objetivo maior de prevenir situações de violação de direitos e risco social, portanto, o trabalho técnico realizado, tanto público quanto privado, tem objetivo claro, com as aquisições devidamente previstas na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, e deve ser avaliado constantemente, criando-se indicadores para tal.

Tabela 35: Instituições que ofertam o SCFV

Nome da instituição	Total de crianças e adolescentes atendidos	(%)
AMAS	286	71,5%
AMB	53	13,3%
Associação Projeto Renascer	61	15,3%
Total Geral	400	100,0%

Fonte: SCFV, 2019



Dentre as situações prioritárias no atendimento de crianças e adolescentes atendidos, a maior demanda foi a situação de “fora da escola ou defasagem escolar” (69,7%), como se poderá acompanhar na tabela abaixo. Esse fato merece especial atenção da gestão do SUAS de Palmeira, por meio de seu Departamento de Proteção Básica e do Setor de Vigilância Socioassistencial, pois, apesar de ser uma demanda da área da educação, a Assistência Social tem o dever de avaliar os territórios de maior existência dessa situação e articular com as demais áreas para a minoração dessa incidência. A análise dessa ocorrência deve levar em conta o conceito de vulnerabilidade para a Política de Assistência Social, pois as situações de vulnerabilidade estão estreitamente ligadas aos territórios de moradia e de vivência dos indivíduos e incidem sobre eles e suas famílias. Portanto, não se pode investir apenas nos indivíduos em que há a ocorrência das situações de vulnerabilidade, mas também, em suas famílias e no território em que estão inseridos.

Outra questão de essencial importância nesse dado é a análise da gestão, por meio de discussão e estudo de caso, de cada uma das situações representadas por esse alto número. Isso importa na medida em que o SCFV tem em sua história uma forte influência e herança das ações de contraturno escolar, sendo que, ainda contemporaneamente, se encontram no país ofertas que possuem esse foco, desvirtuando os objetivos da PNAS.

Tabela 36: Crianças e adolescentes em situação prioritária

Situação prioritária	Total	(%)
Cumprimento de Medidas Socioeducativas	2	6,1%
Fora da escola ou defasagem escolar	23	69,7%
Pessoa com deficiência	8	24,2%
Total Geral	33	100,0%

Fonte: SCFV, 2019

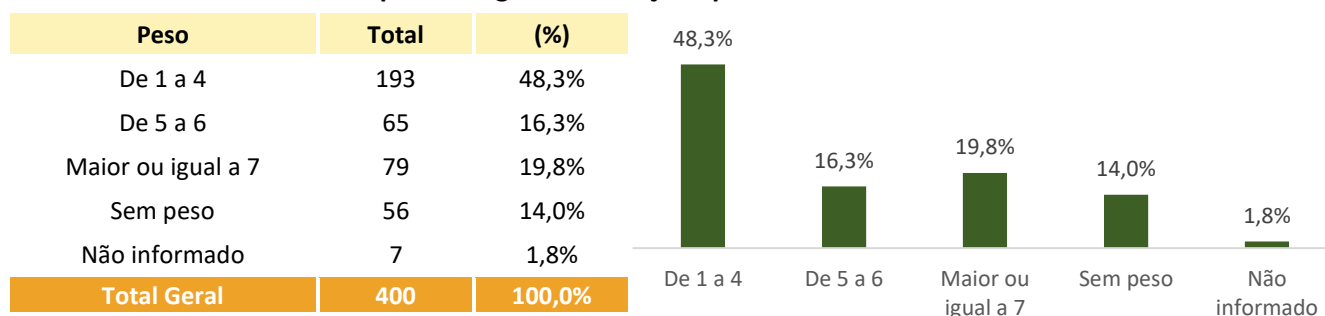
Tabela 37: Crianças e adolescentes em situação prioritária com relação ao total acompanhada no SCFV

Faixa etária	Total de crianças e adolescentes acompanhados no SCFV	Total de crianças e adolescentes em situação prioritária	(%)
De 0 a 6 anos	23	3	13,0%
De 7 a 14 anos	351	26	7,4%
De 15 a 17 anos	25	2	8,0%
Não informado	1	-	-
Total Geral	400	31	7,75%

Fonte: SCFV, 2019

Com relação ao dado da tabela 37, chama a atenção o número total da faixa etária de 7 a 14 anos, pois trata-se de uma quantidade bastante expressiva e que demanda atenção do técnico de referência do SCFV no CRAS e demais profissionais, considerando que é a fase da vida em que os indivíduos se encontram em desenvolvimento e estão propícios ao aprendizado social e reconhecimento do universo em que vivem ou são apresentados. Dessa forma, é imprescindível que a família seja devidamente ouvida, orientada e seja incluída nas atividades de forma sistemática, pois, como sabido, o SCFV tem o objetivo preponderante de fortalecer vínculos familiares e comunitários.

Com relação à análise das situações prioritárias, o município de Palmeira tem utilizado um critério de pesos para reordenar e parametrizar o atendimento do serviço, conforme Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Segundo os critérios de peso, o público prioritário trata-se daqueles que foram identificados com peso acima de 7. Nesta configuração, 19,8% das crianças e adolescentes em atendimento estão em situação prioritária. Segundo recomendação do Ministério da Cidadania pelo menos 50% dos atendimentos do SCFV devem ser prioritários.

Tabela 38: Peso de relevância para categorizar situações prioritárias

Fonte: SCFV, 2019

É significativo lembrar que, além do público prioritário, o técnico de referência do CRAS para os SCFV ofertados pelas OSCs e, não menos responsável, a equipe técnica dos SCFV (técnico de nível superior e educador social) devem conhecer profundamente a situação de vulnerabilidade de cada um dos indivíduos inseridos no serviço, identificando se compõem o chamado público especial, o qual, para esta faixa etária, será composto por:

- Crianças e adolescentes encaminhados pelos serviços da Proteção Social Especial: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); reconduzidas ao convívio familiar após medida protetiva de acolhimento; e outros;
- Crianças e adolescentes com deficiência, com prioridade para as beneficiárias do BPC;
- Crianças e adolescentes cujas famílias são beneficiárias de programas de transferência de renda;
- Crianças e adolescentes de famílias com precário acesso à renda e a serviços públicos. (MDS, 2015)

Como se pode observar, a PNAS está organizada de modo tal que indica claramente quem é o público foco das suas ofertas, o qual, no que podemos chamar de “modo mais amplo”, define que a Assistência Social será ofertada para os cidadãos que dela precisarem, estreitando, mais adiante, esse público para indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Ao se estudar o SCFV então, além do público em geral da Assistência Social, deve-se observar o público em especial e ainda o público prioritário, ou seja, para ser inserido nesta oferta, especificamente, o indivíduo precisa ter sua situação de vulnerabilidade devidamente estabelecida pelos trabalhadores do SUAS, responsáveis pela execução, exigindo o que se chama de diagnóstico situacional.

► Jovem, Adulto e Pessoa Idosa

Com relação aos grupos de SCFV para jovens, adultos e pessoas idosas, apresenta-se a seguir o percentual de pessoas participantes por faixa etária. Como existe um percentual de 9,3% sem informação de idade, esse número não foi considerado nos estudos individualizados que apresentar-se-ão nas próximas análises dos grupos.

Tabela 39: Grupo etário do SCFV de Jovem, Adulto e Pessoa Idosa

Grupo etário	Faixa etária	Total	(%)
Jovem	De 18 a 29 anos	32	11,9%
Adulto	De 30 a 59 anos	103	38,4%
Pessoa idosa	De 60 anos e mais	108	40,3%
Não informado	-	25	9,3%
Total Geral		268	100,0%

Fonte: SCFV, 2019

→ Jovem e Adulto

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para jovens e adultos, de 18 a 59 anos foi aprovado pelo CNAS, por meio da Resolução nº 13/2014, quase cinco anos após a previsão dos demais grupos etários apontados da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais em 2009. A inclusão desses grupos demonstra a grande importância dessa oferta. A referida resolução apresenta quem é o público em especial para a faixa etária e quais os objetivos específicos para cada uma delas. Os grupos previstos são: 18 a 29 e 30 a 59 anos, que são faixas etárias em que se espera pleno desenvolvimento dos indivíduos, já que, via de regra, estão disponíveis para o mercado de trabalho, estão a formar suas famílias, participam da vida cidadã. Dito isso, parece evidente a premente necessidade de investimentos da Política de Assistência Social nesse público.

Os dados demonstram que 96,3% dos indivíduos acompanhados no SCFV são do sexo feminino. Este dado, mais uma vez, demonstra que a incidência de indivíduos do sexo feminino nos atendimentos da assistência social é maior em comparação ao sexo masculino (com exceção do SCFV para crianças e adolescentes, onde os meninos se apresentam em maior número). Observa-se, no dado abaixo, que o número de jovens e adultos partícipes do SCFV é bastante significativo, devendo haver a medição dos resultados alcançados com cada um desses indivíduos, especialmente no que se refere ao acesso à cidadania, autonomia, protagonismo, fortalecimento de vínculos e prevenção de riscos, como violência doméstica e intrafamiliar, negligência severa, conflitos familiares, isolamento, entre outros.

Tabela 40: Sexo dos jovens e adultos acompanhados no SCFV

Sexo	Total	(%)
Feminino	130	96,3%
Masculino	5	3,7%
Total Geral	135	100,0%

Fonte: SCFV, 2019

Como poderá ser verificado abaixo, 92,6% dos usuários do SCFV para essa faixa etária são atendidos por meio de parceria com Organizações da Sociedade Civil. Reitera-se aqui a grande importância que essas organizações possuem na execução das ofertas socioassistenciais nos municípios brasileiros, mas sem perder de vista que a responsabilidade precípua pela Política de Assistência Social deve ser sempre do Estado, por meio do Comando Único (no caso de Palmeira, a Secretaria de Assistência Social), do qual devem emanar as orientações, o monitoramento e a avaliação das ofertas executadas pela rede pública e privada.

Tabela 41: Instituições que ofertam o SCFV

Nome da instituição	Total de Jovens	(%)
AMB	112	83,0%
Associação Projeto Renascer	13	9,6%
CRAS	10	7,4%
Total Geral	135	100,0%

Fonte: SCFV, 2019

→ Pessoa Idosa

A previsão para o SCFV para essa faixa etária ocorreu na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

[...] a qual define como usuários para este serviço as pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 anos, em situação de vulnerabilidade social, em especial: • Pessoas idosas beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC); • Pessoas idosas de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda; • Pessoas idosas com vivências de isolamento por ausência de acesso a serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário e cujas necessidades, interesses e disponibilidade indiquem a inclusão no serviço. (CNAS, 2009, p. 19)

Assim sendo, a inclusão de pessoas idosas deve levar em conta as características acima, bem como outras situações que possam indicar situações de vulnerabilidade ou risco, de acordo com a avaliação técnica dos trabalhadores do SUAS.

Do total das pessoas idosas acompanhadas no SCFV, 76,9% são do sexo feminino.

Tabela 42: Sexo das pessoas idosas acompanhadas no SCFV

Sexo	Pessoa idosa	(%)
Feminino	83	76,9%
Masculino	25	23,1%
Total Geral	108	100,0%

Fonte: SCFV, 2019

Na oferta do SCFV para a pessoa idosa, o CRAS tem a maior quantidade de atendimentos, totalizando 64,8% das ações para essa faixa etária.

Tabela 43: Instituições que ofertam o SCFV

Nome da instituição	Total de pessoa idosa	(%)
AMB	34	31,5%
Associação Projeto Renascer	4	3,7%
CRAS	70	64,8%
Total Geral	108	100,0%

Fonte: SCFV, 2019

6.1.2 SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Diferentemente da Proteção Social Básica, que atua no âmbito da prevenção, o atendimento da Proteção Social Especial é um conjunto de serviços, programas, projetos que têm por finalidade contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução nº 109/2009, os Serviços da Proteção Social Especial se dividem em: **Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade e Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.**

► SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Em Palmeira os serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade são oferecidos pelo CREAS, unidade pública de abrangência municipal ou regional, que tem como característica constituir-se em locus de referência, ou seja, nos territórios. Deve trabalhar segundo eixos norteadores, delineados em consonância com os princípios e diretrizes da PNAS e conceitos e parâmetros do SUAS, quais sejam: atenção especializada e qualificação do atendimento, território e localização, acesso a direitos socioassistenciais, centralidade na família, mobilização e participação social e trabalho em rede. Conforme preconiza a Política Nacional de Assistência Social, o trabalho social no CREAS é realizado a partir de três principais dimensões: Acolhida, Acompanhamento Especializado e Articulação em Rede. Atuando de forma complementar, estas três dimensões devem organizar e orientar o trabalho social especializado desenvolvido no âmbito dos serviços do CREAS.

O município de Palmeira possui um CREAS de abrangência municipal, com atendimento à população urbana e rural, em funcionamento cinco dias na semana, 8 horas por dia, executando os serviços do PAEFI, de Proteção Social aos adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade.

Vale destacar que o município atua conforme as considerações e orientações técnicas que apontam atribuições para o trabalho dos técnicos de nível superior nos serviços ofertados pelo CREAS, sem fazer distinção por áreas de formação. Entretanto, as diferentes áreas de atuação da equipe contribuem tecnicamente, por meio de suas especificidades, para a qualidade dos atendimentos às famílias e indivíduos em situação de violação de direitos.

Considerando a competência relativa à oferta e ao encaminhamento dos serviços especializados, a seguir, apresentam-se dados referentes aos serviços executados de Proteção Social Especial de Média Complexidade, cujos dados estão dispostos nas tabelas subsequentes:

➤ Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)

O PAEFI é um serviço voltado para famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Seu foco é a orientação e acompanhamento para a superação dessas situações por meio da promoção de direitos, da preservação e fortalecimento das relações familiares e sociais e prevenção de reincidências.

Com relação aos dados de atendimento no PAEFI, as informações serão apresentadas por indivíduos que foram acompanhados no serviço, considerando as violações de direito sofridas por cada indivíduo. Vale reforçar que os dados representam as pessoas vitimadas e não as famílias acompanhadas, pois uma família pode ter mais de uma pessoa vitimada.

Os dados demonstram que, a maioria dos indivíduos acompanhados pelo PAEFI correspondem a crianças e adolescentes (de 0 a 17 anos), representando 45% das pessoas acompanhadas. Em segundo, está a população idosa, a qual representa 21,9%. Ainda, 64,4% dos acompanhamentos são para o sexo feminino e 6,9% possui alguma deficiência declarada.

Tabela 44: Faixa etária das pessoas acompanhadas no PAEFI

Faixa etária	Total	(%)
De 0 a 6 anos	21	10,6%
De 7 a 12 anos	26	15,0%
De 13 a 17 anos	25	19,4%
De 18 a 29 anos	20	12,5%
De 30 a 59 anos	35	21,9%
De 60 anos e mais	33	21,9%
Total Geral	160	100,0%

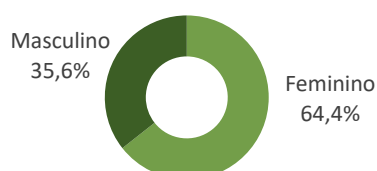
Fonte: CREAS (PAEFI), 2018

Em relação às faixas etárias, não se pode deixar de lembrar que o público atendido/acompanhado pelo PAEFI é público potencial e prioritário ao SCFV. Além disso, as equipes de referência precisam observar quais as demandas comuns entre os indivíduos de cada faixa etária para realizar atividades coletivas de prevenção de reincidência.

Tabela 45: Sexo das pessoas acompanhadas no PAEFI

Sexo	Total	(%)
Feminino	103	64,4%
Masculino	57	35,6%
Total Geral	160	100,0%

Fonte: CREAS (PAEFI), 2018



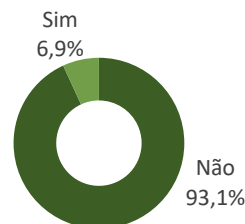
A realidade apresentada na tabela acima demonstra, mais uma vez, que o sexo feminino é prevacente na população atendida na assistência social, o que deve remeter os profissionais à reflexão,

estudo e planejamento de estratégias de enfrentamento das situações de risco que possam diminuir essa incidência.

Tabela 46: Pessoas acompanhadas no PAEFI com deficiência

Pessoa com deficiência	Total	(%)
Não	149	93,1%
Sim	11	6,9%
Total Geral	160	100,0%

Fonte: CREAS (PAEFI), 2018

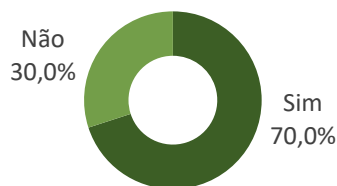


Em relação aos benefícios sociais, 30% dos usuários acompanhados pelo PAEFI são beneficiários do PBF ou BPC; sendo o PBF o mais incidente entre estes, representando 81,3%. É importante refletir que, de acordo com os critérios para concessão desses dois benefícios, essas famílias são afetadas por situação de vulnerabilidade socioeconômica, exigindo do Estado acompanhamento, não só das situações de violência ou violação de direitos, mas também, de forma simultânea, para que haja o incentivo à autonomia e ao protagonismo social em busca da cidadania.

Tabela 47: Pessoas acompanhadas no PAEFI com algum benefício

Benefício	Total	(%)
Não	112	70,0%
Sim	48	30,0%
Total Geral	160	100,0%

Fonte: CREAS (PAEFI), 2018

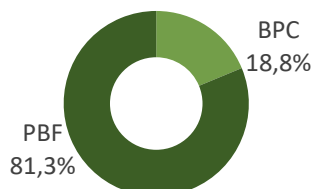


A tabela abaixo demonstra o número de beneficiários do PBF e do BPC. Pode-se perceber neste dado que o número de beneficiários do BPC é pequeno se cruzado com o número de pessoas idosas e pessoas com deficiência atendidas/acompanhadas pelo serviço. É claro que a regra primeira para que os indivíduos ou famílias sejam beneficiários dessas duas modalidades é a ausência ou insuficiência de renda, o que pode não ser o caso das pessoas em questão, porém, é importante repousar a atenção sobre cada uma dessas situações para garantir que, em caso de estarem nos critérios para acesso, sejam contempladas.

Tabela 48: Benefício das pessoas acompanhadas no PAEFI

Tipo	Total	(%)
BPC	9	18,8%
PBF	39	81,3%
Total Geral	48	100,0%

Fonte: CREAS (PAEFI), 2018.



Três são os principais motivos de acompanhamento no PAEFI: 56,3% violência psicológica; 32,5% negligência; e 30% violência física. Este dado remete à necessidade de ponderação sobre cada um dos três conceitos e sua incidência, especialmente no tocante às duas primeiras violações de direito. Isso

porque a avaliação sobre violência psicológica e sobre negligência exigem alto grau de conhecimento técnico, bem como afastamento de senso comum. O trabalho com essas duas violações de direito é também mais exigente pois, a violência psicológica, como sabido, é uma violação que atinge e está permeada por subjetividades, tanto no que se refere à pessoa vitimada quanto ao possível autor da violência. Assim também ocorre com a negligência, que por muitas vezes é apontada em famílias cuja condição psicossocial, cultural e econômica não é levada em conta. Nessas condições, é imprescindível que os profissionais estejam atentos à matricialidade sociofamiliar, que é uma diretriz da PNAS. A matricialidade sociofamiliar exige dos profissionais do SUAS que a centralidade de todo o trabalho esteja voltada para a família e, afirma ainda que a família é o lócus precípua de proteção dos indivíduos, no entanto, nem sempre ela consegue executar esse papel dela esperado; nesses momentos, o Estado (neste caso específico, representado pela Assistência Social) deve se responsabilizar em acompanhar as situações para sua minoração e para que as famílias ressignifiquem suas vivências e não produzam mais situações de violação de direitos, especialmente, violência psicológica e negligência.

Tabela 49: Motivo do acompanhamento no PAEFI

Motivo	Total	(%)	
Violência psicológica	90	56,3%	
Negligência	52	32,5%	
Violência física	48	30,0%	
Violência patrimonial	12	7,5%	
Violência sexual	10	6,3%	
Pessoa em situação de rua	7	4,4%	
Trabalho infantil	4	2,5%	
Abandono	1	0,6%	
Total Geral	160	-	

Fonte: CREAS (PAEFI), 2018.

Das 160 pessoas atendidas pelo PAEFI, 38,8% foram encaminhadas pelo Conselho Tutelar, e outras 34,4% foi demanda espontânea, o que demonstra que a sociedade palmeirense reconhece no PAEFI um serviço de referência para acompanhamento das situações de violação de direitos com agravo de risco social.

Tabela 50: Órgão de encaminhamento para o PAEFI

Órgão	Total	(%)
Conselho Tutelar	62	38,8%
Demanda espontânea	55	34,4%
Saúde	14	8,8%
Poder Judiciário	13	8,1%
CRAS	10	6,3%
Não informado	2	1,3%
Educação	2	1,3%
CMDCA	1	0,6%
Ministério Público	1	0,6%
Total Geral	160	100,0%

Fonte: CREAS (PAEFI), 2018.

➤ **Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida socioeducativa em Meio Aberto (MSE)**

O serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, determinadas judicialmente.

O serviço é ofertado aos adolescentes, entre 12 anos completos e 18 anos incompletos, que tenham praticado conduta análoga à contravenção penal ou aos crimes tipificados pelo Código Penal, mas que em função de sua idade, estão sujeitos à legislação especial, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), são responsabilizados por determinação judicial a cumprir medidas socioeducativas, que contribuem, de maneira pedagógica, para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores pessoais e sociais dos adolescentes.

O já referido estatuto traça diretrizes para a política de atendimento do adolescente, a qual prevê a integração operacional dos diferentes órgãos e serviços atuantes do Sistema de Garantia de Direitos – como Segurança Pública, Ministério Público, Defensoria Pública, Juizado da Infância e Juventude, Conselho Tutelar e Assistência Social – sem a obrigatoriedade de que tais serviços aconteçam num mesmo local, condição esta que é preferencial, cabendo aos órgãos envolvidos sua conveniência e oportunidade.

Assim, após cumpridos os procedimentos legais, comprovadas a autoria e a materialidade da prática do ato infracional, poderão ser aplicadas pela entidade competente as medidas socioeducativas previstas pelo art. 112 do ECA, considerando as características do ato (circunstâncias e gravidade), as peculiaridades do adolescente que o praticou (inclusive a sua capacidade de compreender e de cumprir as medidas que lhe serão impostas) e suas necessidades pedagógicas, priorizando as medidas que visem o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, também incluindo as medidas protetivas e inserção em demais políticas públicas.⁸

Dentre as medidas previstas estão:

- Advertência
- Obrigação de reparar o dano
- Prestação de serviço à comunidade
- Inserção em regime de semiliberdade
- Internação em estabelecimento educacional
- Liberdade Assistida

O serviço deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da

⁸ Interpretação extensiva e combinada dos artigos 101, 112, 113 e 110 do ECA.

responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida.

Na sua operacionalização é necessária a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) com a participação do adolescente e da família, devendo conter os objetivos e metas a serem alcançados durante o cumprimento da medida, perspectivas de vida futura, dentre outros aspectos a serem acrescidos, de acordo com as necessidades e interesses do adolescente. O acompanhamento social ao adolescente deve ser realizado de forma sistemática, com frequência mínima semanal que garanta o acompanhamento contínuo e possibilite o desenvolvimento do PIA.

No acompanhamento da medida de Prestação de Serviços à Comunidade, o serviço deverá identificar no município os locais para a prestação de serviços, a exemplo de: entidades sociais, programas comunitários, hospitais, escolas e outros serviços governamentais.

O efetivo cumprimento de tais medidas é regulamentado pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)⁹ que traça diretrizes, recomendações, competências e atribuições às diferentes esferas de governo, aos órgãos de deliberação, gestão e execução da política socioeducativa, bem como às entidades e instituições envolvidas direta ou indiretamente, governamentais ou não governamentais, no processo de apuração, aplicação e execução das medidas em meio aberto e fechado.

Quadro 7: Competências do cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto e fechado

COMPETÊNCIA MUNICIPAL	COMPETÊNCIA ESTADUAL
<u>MSE em meio aberto</u>	<u>MSE em meio fechado</u>
Prestação de serviço à comunidade	Semiliberdade
Liberdade assistida	Internação provisória
	Internação

Ressalta-se que as informações apresentadas neste diagnóstico são apenas referentes às medidas em meio aberto, pois essas são as de competência dos municípios.

Com relação aos adolescentes que cumpriram MSE em meio aberto acompanhados pelo CREAS de Palmeira no ano de 2018, prevalece os jovens entre 18 a 21 anos, 70,0%, e 100% dos adolescentes e jovens em cumprimento eram do sexo masculino. O dado referente à faixa etária é bastante significativo e deve ligar o sinal de alerta da gestão municipal para a necessidade de ações conjuntas e intersetoriais de prevenção no município, pois não se pode deixar de avaliar que, esse percentual que já alcançou a maioria, pode ser público potencial de situações análogas após os 18 anos. Isso importa

⁹ O SINASE é coordenado pela Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – vinculado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – e compreende um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios destinados a regulamentar a política pública de execução das medidas socioeducativas pelo poder público, vinculando sistemas estaduais, distritais e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescentes em conflito com a lei.

para o município, pois, no Brasil, a população em situação carcerária tem aumentado grandemente, e, por essa razão, um olhar atento e o foco na prevenção de reincidências é tão importante.

Tabela 51: Faixa etária dos adolescentes em MSE em meio aberto

Faixa etária	Total	(%)
De 12 a 17 anos	3	30,0%
De 18 a 21 anos	7	70,0%
Total Geral	10	100,0%

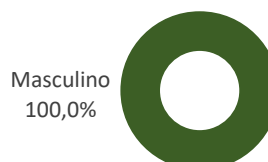
Fonte: CREAS (MSE), 2018



Tabela 52: Sexo dos adolescentes em MSE

Sexo	Total	(%)
Feminino	0	0,0%
Masculino	10	100,0%
Total Geral	10	100,0%

Fonte: CREAS (MSE), 2018



Apenas um adolescente em cumprimento de MSE está estudando.

Tabela 53: Situação em relação aos estudos de jovens e adolescentes em MSE

Estudando	12 a 17 anos		18 a 21 anos		Total	
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)
Não	3	100,0%	6	85,7%	9	90,0%
Sim		0,0%	1	14,3%	1	10,0%
Total Geral	3	100,0%	7	100,0%	10	100,0%

Fonte: CREAS (MSE), 2018

São os jovens também os que mais reincidem na MSE, com 10,0% que já cometeram outros atos infracionais e cumpriram outras MSE. Entre os adolescentes não foi verificado nem um caso de reincidência. As informações trazidas na tabela demonstram, mais uma vez, a importância de atentar para o papel de prevenção de reincidências que a PSE de Média Complexidade possui. Observa-se que as mudanças sociais dos últimos anos culminam em uma sociedade mais excludente e mais violenta, onde os jovens, especialmente os em situações diversas de vulnerabilidade, tornam-se vítimas dos resultados do sistema capitalista e chegam para a Assistência Social como indivíduos que cometeram atos infracionais cada vez mais graves sob o ponto de vista da violência e de maior incidência. Isso deve ser levado em conta pela gestão municipal, pois o serviço que atende e acompanha esses adolescentes e jovens e suas famílias, por si só não será suficiente para minorar essas ocorrências. Trata-se de uma questão multifacetada que exige resposta intersetorial.

Tabela 54: Situação em relação à reincidência de jovens e adolescentes em MSE

Reincidente	12 a 17 anos		18 a 21 anos		Total	
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)
Não	3	100,0%	6	85,7%	9	90,0%
Sim		0,0%	1	14,3%	1	10,0%
Total Geral	3	100,0%	7	100,0%	10	100,0%

Fonte: CREAS (MSE), 2018.

A prestação de serviço à comunidade representa 70,0% das MSE aplicadas. Como um jovem ou adolescente pode ter mais de uma MSE aplicada, tem-se também que 50,0% deles também cumprem Liberdade assistida.

Tabela 55: Tipo de MSE aplicada a jovens e adolescentes

Tipo	Total	(%)
Liberdade assistida	5	50,0%
Prestação de serviço à comunidade	7	70,0%
Total Geral	10	-

Fonte: CREAS (MSE), 2018.

O principal ato infracional cometido é o roubo, que representa 30,0%. Em seguida vem outros dois atos, furto com 20,0% e lesão corporal com 10,0%.

Tabela 56: Ato infracional praticado

Ato infracional	Total	(%)	
Roubo	3	30,0%	
Furto	2	20,0%	
Lesão Corporal	1	10,0%	
Homicídio	1	10,0%	
Tráfico de Drogas	1	10,0%	
Tentativa de Homicídio	1	10,0%	
Não informado	1	10,0%	
Estupro	1	10,0%	
Total Geral	10	-	

Fonte: CREAS (MSE), 2018.

Nota: um adolescente ou jovem poderia cometer mais de um ato infracional

► SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

A **proteção social especial de alta complexidade** oferece serviços de proteção integral de acolhimento – moradia, alimentação, higienização e proteção – aos indivíduos ou famílias com vínculos totalmente rompidos, sem referência ou em situação de risco ou violência em que há a necessidade do afastamento do convívio familiar. São modalidades de acolhimento, com diferentes funções e público: abrigo institucional, casa lar, república, casa de passagem, albergue, família substituta e família acolhedora.

Dentro das demandas de Palmeira, e conforme preconizam as normativas do SUAS, no município é ofertado o serviço de acolhimento institucional, na modalidade de abrigo, considerando:

- **Abrigo institucional para crianças e adolescentes:** acolhimento provisório com capacidade máxima para 20 crianças e adolescentes por unidade. O serviço deve ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas

residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade.¹⁰

- **Abrigo institucional (Instituição de Longa Permanência – ILPI) para pessoa idosa:** atendimento em unidade institucional com característica domiciliar que acolhe pessoas idosas com diferentes necessidades e graus de dependência. Deve garantir a convivência com familiares e amigos de forma contínua, bem como o acesso às atividades culturais, educativas, lúdicas e de lazer na comunidade.¹¹

Nesta perspectiva, analisou-se os dados considerando o público acolhido em Palmeira: pessoa idosa e criança e adolescente.

Em 2018 as unidades de acolhimento institucional atenderam, na sua maioria, pessoas idosas com o percentual de 80,6%, prevalecendo o sexo masculino com 66% dos casos. Vale observar que entre os acolhimentos de pessoa idosa, em quatro atendimentos os acolhidos tinham idade entre 40 a 59 anos, representando 8%.

Entre as crianças e adolescentes o maior percentual de acolhimento foi na faixa etária de 0 e 5 anos, com 50% dos casos, prevalecendo o sexo feminino com 66,7%

Nos dois públicos prevalece moradores de origem de Palmeira, com um pouco menos de incidência no caso da pessoa idosa. (70%).

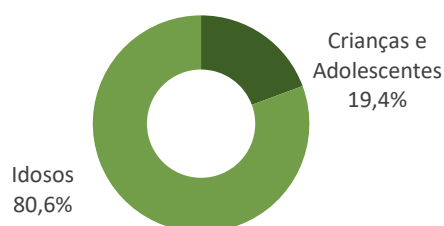
Entre a pessoa idosa, a negligência/abandono correspondeu o principal motivo, o qual representou 32,1%, seguido da ausência de vínculos familiares, Com 28,3%.

Igualmente, o motivo de acolhimento das crianças e adolescentes, em 91,7% dos casos, também está relacionado à negligência.

Tabela 57: Público atendido nas unidades de acolhimento

Público	Quant.	(%)
Crianças e Adolescentes	12	19,4%
Pessoa idosa	50	80,6%
Total Geral	62	100,0%

Fonte: Unidade de Acolhimento, 2018



¹⁰<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/unidades-de-acolhimento/servico-de-acolhimento-para-pessoas-idosas>

¹¹<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/unidades-de-acolhimento/servicos-de-acolhimento-para-criancas-adolescentes-e-jovens>

► Dados de acolhimento de crianças e adolescentes

Tabela 58: Percentual de crianças e adolescentes por faixa etária

Faixa etária	Quant.	(%)
De 0 a 5 anos	6	50,0%
De 6 a 11 anos	3	25,0%
De 12 a 17 anos	3	25,0%
Total Geral	12	100,0%

Fonte: Unidade de Acolhimento, 2018

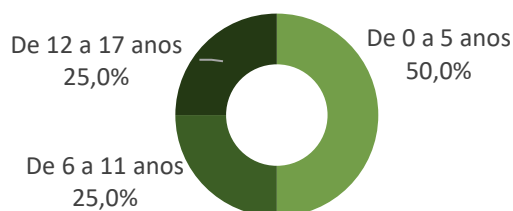


Tabela 59: Sexo das crianças e adolescentes acolhidos

Sexo	Quant.	(%)
Feminino	8	66,7%
Masculino	4	33,3%
Total Geral	12	100,0%

Fonte: Unidade de Acolhimento, 2018

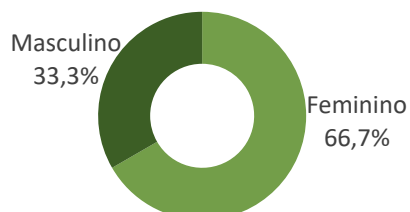


Tabela 60: Origem das crianças e adolescentes acolhidos

Origem	Quant.	(%)
Palmeira	11	91,7%
Outros municípios do Paraná	1	8,3%
Outro país		0,0%
Outros estados		0,0%
Total Geral	12	100,0%

Fonte: Unidade de Acolhimento, 2018

Tabela 61: Motivo do acolhimento de crianças e adolescentes

Motivo	Quant.	(%)
Negligência ou abandono	11	91,7%
Situação de rua	1	8,3%
Total Geral	12	100,0%

Fonte: Unidade de Acolhimento, 2018

► Dados de acolhimento da pessoa idosa

Tabela 62: Pessoa idosa por faixa etária

Faixa etária	Quant.	(%)
De 40 a 59 anos	4	8,0%
De 60 anos e mais	46	92,0%
Total Geral	50	100,0%

Fonte: Unidade de Acolhimento, 2018

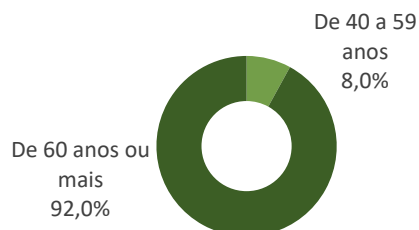


Tabela 63: Sexo da pessoa idosa acolhida

Sexo	Quant.	(%)
Feminino	17	34,0%
Masculino	33	66,0%
Total Geral	50	100,0%

Fonte: Unidade de Acolhimento, 2018

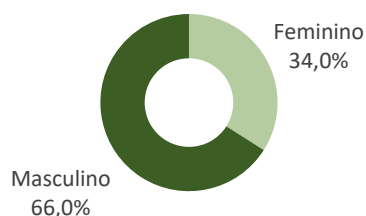


Tabela 64: UF da pessoa idosa acolhida

Origem	Quant.	(%)
Palmeira	35	70,0%
Outros municípios do Paraná	13	26,0%
Outro país	1	2,0%
Outros estados	1	2,0%
Total Geral	50	100,0%

Fonte: Unidade de Acolhimento, 2018

Tabela 65: Motivo do acolhimento da pessoa idosa

Motivo	Quant.	(%)
Negligência ou abandono	17	32,1%
Sem vínculo familiar	15	28,3%
Situação de vulnerabilidade	6	11,3%
Transferência de casa de repouso	4	7,5%
Maus tratos	3	5,7%
Problemas de saúde	3	5,7%
Situação de risco social	2	3,8%
Outro	1	1,9%
Vivia sozinho	1	1,9%
Família não consegue cuidar	1	1,9%
Total Geral	53	-

Fonte: Unidade de Acolhimento, 2018

Nota: Um acolhimento poderia ter mais de um motivo

6.1.3 CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda¹², de responsabilidade compartilhada entre governo federal, estadual, distrital e municipal, para seleção, cadastro e inclusão dessas famílias em programas e benefícios socioassistenciais de transferência de renda como o Programa Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, Minha Casa Minha Vida, Benefícios de Prestação Continuada (BPC), dentre outros.

Com a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o CadÚnico foi integrado à Política de Assistência Social como porta de entrada para as famílias acessarem outras políticas públicas, e seu banco de dados pode ser consultado e extraído por meio da ferramenta CECAD (Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único), no qual são registradas informações socioeconômicas das famílias e pessoas incluídas, como características da residência, informações pessoais, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. As informações extraídas do CECAD permitem identificar as famílias em maior vulnerabilidade social, podendo ser usadas pelos municípios, por exemplo, para melhor direcionar a implantação de políticas públicas conforme as demandas apresentadas.

Salienta-se que para receber qualquer um dos benefícios é preciso estar cadastrado. Dessa forma, é importante que as informações estejam sempre atualizadas no CadÚnico como preconiza a Portaria nº 231 de 26 de agosto de 2010¹³, do Ministério da Cidadania, a qual dispõe que a regulamentação cadastral deverá ocorrer no período de até dois anos para fins de validade dos benefícios recebidos.

Com relação às famílias e pessoas cadastradas no Cadastro Único em Palmeira, 81,6% estão com o cadastro atualizado, ou seja, dentro do período de até dois anos. Para fins de análise, na apresentação do perfil a seguir, considerou-se todas as famílias e pessoas cadastradas no CadÚnico, com e sem atualização cadastral, pois contém outras informações relevantes, além de renda e recebimento de benefícios. No entanto, na apresentação dos indicadores sociais, considerou-se somente as famílias com cadastro atualizado permitindo análises em relação à renda dos beneficiários cadastrados.

A tabela abaixo demonstra que Palmeira possui um número de cadastros atualizados bastante expressivo. Nesse sentido, é primordial que a Assistência Social atente para o fato de que este público é público prioritário potencial para as ofertas socioassistenciais. Evidentemente, não se espera que todas as famílias estejam acompanhadas pelos serviços, considerando as individualidades e peculiaridades de cada núcleo familiar, os quais nem sempre demandam inserção nas ofertas, porém, cabe à Assistência Social conhecer este público, dando aos que dela precisarem as respostas adequadas.

¹² Famílias de baixa renda são as que têm renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal familiar total de até três salários mínimos.

¹³ http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Informes/informe231.pdf

Tabela 66: Atualização cadastral

Período	Quant.	(%)
Acima de 2 anos	555	18,4%
Em até 2 anos	2.457	81,6%
Total Geral	3.012	100,0%

Fonte: CECAD, 2019.

➤ Dados individuais das pessoas cadastradas

A maioria das pessoas cadastradas no CadÚnico representa a faixa de etária de 30 a 59 anos e prevalece o sexo feminino, com 53,4% do cadastro.

Tabela 67: Faixa etária das pessoas cadastradas no CadÚnico

Faixa Etária	Quant.	(%)	
De 0 a 3 anos	714	3,1%	
De 4 a 5 anos	401	1,7%	
De 6 a 14 anos	1.669	7,6%	
De 15 a 17 anos	544	2,3%	
De 18 a 29 anos	1.714	7,6%	
De 30 a 59 anos	3.158	14,6%	
De 60 anos e mais	893	3,9%	
Total Geral	8.950	100,0%	

Fonte: CECAD, 2019.

Tabela 68: Sexo das pessoas cadastradas no CadÚnico

Sexo	Quant.	(%)
Feminino	4.783	53,4%
Masculino	4.167	46,6%
Total Geral	8.950	100,0%

Fonte: CECAD, 2019.



47,2% das pessoas no CadÚnico têm renda per capita de R\$ 170,01 a 1/2 SM.

Tabela 69: Renda per capita das pessoas cadastradas no CadÚnico

Faixa	Quant.	(%)	
Até R\$85,00	857	9,6%	
Entre R\$85,01 até R\$170,00	1.906	21,3%	
Entre R\$170,01 até 1/2 S.M.	4.221	47,2%	
Acima de 1/2 S.M.	1.966	22,0%	
Total Geral	8.950	100,0%	

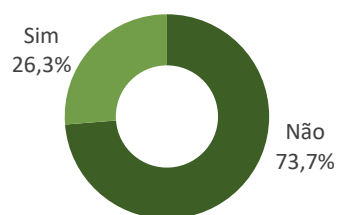
Fonte: CECAD, 2019.

26,3% das pessoas são beneficiárias do Programa Bolsa Família

Tabela 70: Situação em relação ao PBF das pessoas cadastradas no CadÚnico

Recebe PBF	Quant.	(%)
Não	6.600	73,7%
Sim	2.350	26,3%
Total Geral	8.950	100,0%

Fonte: CECAD, 2019.

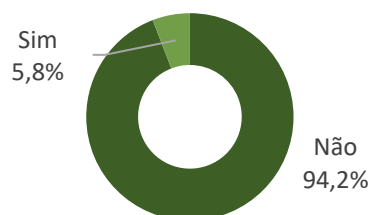


5,8% das pessoas no CadÚnico têm alguma deficiência.

Tabela 71: Pessoas cadastradas no CadÚnico que apresentam alguma deficiência

PcD	Quant.	(%)
Não	8.427	94,2%
Sim	523	5,8%
Total Geral	8.950	100,0%

Fonte: CECAD, 2019.



Com relação as pessoas cadastradas no CadÚnico, 70,9% apresentam alguma deficiência, sendo a deficiência física a mais declarada, com 48,0%.

Tabela 72: Tipo de deficiência

Tipo de deficiência	Sim		Total
	Quant.	(%)	
Deficiência física	251	48,0%	523
Deficiência mental ou intelectual	193	36,9%	523
Transtorno/doença mental	59	11,3%	523
Baixa visão	36	6,9%	523
Surdez severa/profunda	27	5,2%	523
Surdez leve/moderada	20	3,8%	523
Síndrome de Down	19	3,6%	523
Cegueira	14	2,7%	523

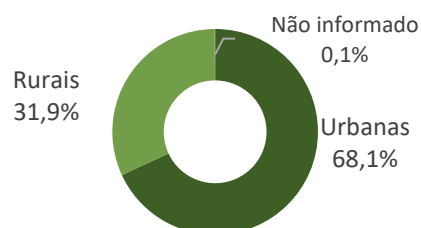
Fonte: CECAD, 2019.

No que diz respeito à localidade de residência, 68,1% das pessoas residem na área urbana do município.

Tabela 73: Localidade de moradia das pessoas cadastradas no CadÚnico

Localidade	Quant.	(%)
Urbanas	6.094	68,1%
Rurais	2.851	31,9%
Não informado	5	0,1%
Total Geral	8.950	100,0%

Fonte: CECAD, 2019.

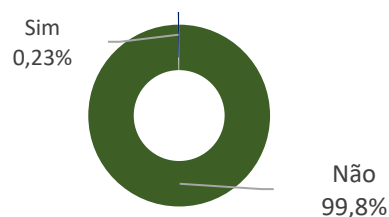


Com relação ao trabalho infantil, foram contabilizados dois casos de criança ou adolescente na base de dados do CadÚnico (0,2%).

Tabela 74: Pessoas cadastradas no CadÚnico em situação de trabalho infantil na faixa etária de 6 a 17 anos.

Trabalho infantil	Quant.	(%)
Não	880	99,8%
Sim	2	0,23%
Total Geral	882	100,0%

Fonte: CECAD, 2019.

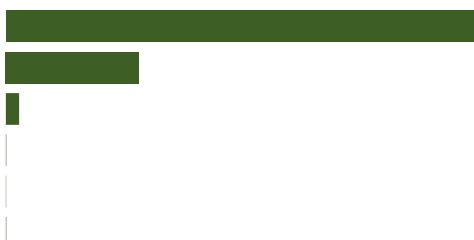


Prevalece a cor/raça branca com 76,4% das pessoas cadastradas.

Tabela 75: Cor ou raça das pessoas cadastradas no CadÚnico

Cor/Raça	Quant.	(%)
Branca	6.837	76,4%
Parda	1.908	21,3%
Preta	191	2,1%
Indígena	6	0,1%
Amarela	2	0,0%
Não informado	6	0,1%
Total Geral	8.950	100,0%

Fonte: CECAD, 2019.



A maioria das pessoas nasceram no Estado do Paraná, bem como natural do município de Palmeira.

Tabela 76: UF de nascimento das pessoas cadastradas no CadÚnico

UF	Quant.	(%)
PR	8.645	96,6%
Outro	305	3,4%
Total Geral	8.950	100,0%

Fonte: CECAD, 2019.

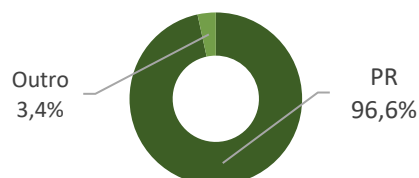
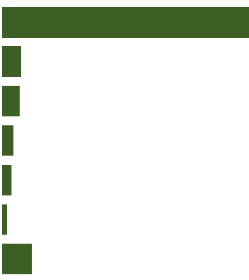


Tabela 77: Município de nascimento dos nascidos no PR cadastrados no CadÚnico

Município	Quant.	(%)
Palmeira	6.316	73,1%
São João do Triunfo	467	5,4%
Ponta Grossa	450	5,2%
Campo Largo	285	3,3%
Curitiba	238	2,8%
Teixeira Soares	129	1,5%
Outros	760	8,8%
Total Geral	8.645	100,0%

Fonte: CECAD, 2019.



Entre as que nasceram em outro estado destaca-se Santa Catarina com o percentual de 27,9%.

Tabela 78: UF de nascimento das pessoas cadastradas no CadÚnico

Outro UF	Quant.	(%)	
SC	85	27,9%	
SP	75	24,6%	
RS	31	10,2%	
PE	13	4,3%	
Outros	61	20,0%	
Não informado	40	13,1%	
Total Geral	305	100,0%	

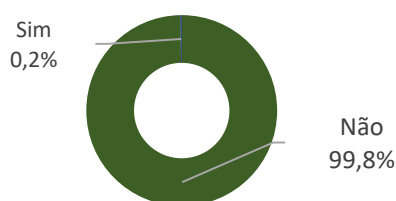
Fonte: CECAD, 2019.

Foram identificados sete casos de situação de rua (0,2%), sendo quatro deles com 18 anos ou mais e três deles sem idade informada. Das pessoas em situação de rua cadastradas no CadÚnico, duas são acompanhadas pelo PAEFI.

Tabela 79: Situação de rua das pessoas cadastradas no CadÚnico

UF	Quant.	(%)
Não	3.005	99,8%
Sim	7	0,2%
Total Geral	3.012	100,0%

Fonte: CECAD, 2019.



Com relação à alfabetização, percebe-se que tanto no público jovem, adultos, bem como de idosos, existe uma incidência de pessoas que não sabem ler nem escrever. Isso pode sinalizar a importância de inserir ou orientar tais pessoas a ingressarem na Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Tabela 80: Pessoas cadastradas no CadÚnico em relação à leitura e escrita

Sabe ler e escrever	Não		Sim		Não informado		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
De 0 a 3 anos	561	100,0%	-	0,0%	-	0,0%	561	100,0%
De 4 a 5 anos	408	99,3%	3	0,7%	-	0,0%	411	100,0%
De 6 a 14 anos	619	37,1%	1.046	62,7%	4	0,2%	1.669	100,0%
De 15 a 17 anos	7	1,3%	537	98,7%	-	0,0%	544	100,0%
De 18 a 29 anos	45	2,6%	1.669	97,4%	-	0,0%	1.714	100,0%
De 30 a 59 anos	136	4,3%	3.022	95,7%	-	0,0%	3.158	100,0%
De 60 anos ou mais	147	16,5%	746	83,5%	-	0,0%	893	100,0%
Total Geral	1.920	21,5%	7.026	78,5%	4	0,0%	8.950	100,0%

Fonte: CECAD, 2019.

Com relação à faixa etária de 4 a 5 anos, teve-se que 74% das crianças cadastradas no CadÚnico não frequentam a escola, sendo essa faixa etária obrigatória, de acordo com a Constituição Federal, art. 208, I, com redação da Emenda Constitucional 59/2009, em que menciona que a educação básica é obrigatória dos 4 aos 17 anos de idade.

Tabela 81: Pessoas cadastradas no CadÚnico em relação a frequentar a escola

Frequenta a escola	Sim, frequenta		Não, já frequentou		Nunca frequentou		Não informado		Total de pessoas	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
De 0 a 3 anos	32	5,7%	1	0,2%	528	94,1%	-	0,0%	561	100,0%
De 4 a 5 anos	107	26,0%	-	0,0%	304	74,0%	-	0,0%	411	100,0%
De 6 a 14 anos	1.521	91,1%	1	0,1%	143	8,6%	4	0,2%	1.669	100,0%
De 15 a 17 anos	513	94,3%	29	5,3%	2	0,4%	-	0,0%	544	100,0%
De 18 a 29 anos	386	22,5%	1.317	76,8%	11	0,6%	-	0,0%	1.714	100,0%
De 30 a 59 anos	43	1,4%	3.023	95,7%	92	2,9%	-	0,0%	3.158	100,0%
De 60 anos e mais	1	0,1%	750	84,0%	142	15,9%	-	0,0%	893	100,0%
Total Geral	2.603	29,1%	5.121	57,2%	1.222	13,7%	4	0,0%	8.950	100,0%

Fonte: CECAD, 2019.

Entre a população de 18 a 59 anos cadastradas no CadÚnico, destaca-se a faixa etária de 18 e 29 anos, em que 67,9% não estão trabalhando.

Tabela 82: Realiza algum trabalho

Trabalha	Não		Sim		Não informado		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
De 6 a 14 anos	3	0,2%	-	0,0%	1.666	99,8%	1.669	100,0%
De 15 a 17 anos	335	61,6%	1	0,2%	208	38,2%	544	100,0%
De 18 a 29 anos	1.163	67,9%	544	31,7%	7	0,4%	1.714	100,0%
De 30 a 59 anos	1.439	45,6%	1.713	54,2%	6	0,2%	3.158	100,0%
De 60 anos ou mais	804	90,0%	88	9,9%	1	0,1%	893	100,0%
Total Geral	3.744	46,9%	2.346	29,4%	1.888	23,7%	7.978	100,0%

Fonte: CECAD, 2019.

Nota: Não se aplica a crianças entre 0 e 5 anos.

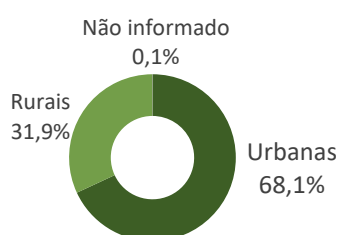
- **Dados sobre o domicílio das famílias cadastradas**

São 68,1% de pessoas que residem na área urbana do município.

Tabela 83: Localidade de moradia das pessoas cadastradas no CadÚnico

Localidade	Quant.	(%)
Urbanas	6.094	68,1%
Rurais	2.851	31,9%
Não informado	5	0,1%
Total Geral	8.950	100,0%

Fonte: CECAD, 2019.



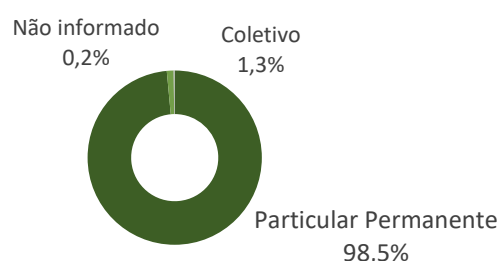
Das famílias cadastradas no CadÚnico, 98,5% residem em imóveis particulares e permanentes.

Há o registro de apenas um caso em domicílio improvisado.

Tabela 84: Situação dos domicílios por família cadastrada no CadÚnico

Imóvel	Quant.	(%)
Particular Permanente	2.968	98,5%
Coletivo	38	1,3%
Não informado	5	0,2%
Particular improvisado	1	0,0%
Total Geral	3.012	100,0%

Fonte: CECAD, 2019.



O material predominante na construção dos domicílios é madeira aparelhada (48,3%), e nos pisos, 53,1% com cerâmica, lajota ou pedra.

Tabela 85: Material predominante na construção dos domicílios por família cadastrada no CadÚnico

Material	Quant.	(%)
Madeira aparelhada	1.456	48,3%
Alvenaria/tijolo com revestimento	1.353	44,9%
Alvenaria/tijolo sem revestimento	132	4,4%
Não informado	44	1,5%
Madeira aproveitada	27	0,9%
Total Geral	3.012	100,0%

Fonte: CECAD, 2019.

Tabela 86: Material predominante nos pisos dos domicílios por família cadastrada no CadÚnico

Material	Quant.	(%)
Cerâmica, lajota ou pedra	1.600	53,1%
Madeira aparelhada	1.185	39,3%
Cimento	129	4,3%
Madeira aproveitada	46	1,5%
Não informado	44	1,5%
Terra	5	0,2%
Outro Material	2	0,1%
Carpete	1	0,0%
Total Geral	3.012	100,0%

Fonte: CECAD, 2019.

A água é canalizada para 95,6% das famílias, e ainda 78,4% são atendidas pela rede geral de distribuição.

Tabela 87: Existência de água canalizada nos domicílios por família cadastrada no CadÚnico

Canalizada	Quant.	(%)	
Sim	2.878	95,6%	
Não	90	3,0%	
Não informado	44	1,5%	
Total Geral	3.012	100,0%	

Fonte: CECAD, 2019.

Tabela 88: Forma de abastecimento da água nos domicílios por família cadastrada no CadÚnico

Abastecimento	Quant.	(%)	
Rede geral de distribuição	2.360	78,4%	
Poço ou nascente	573	19,0%	
Não informado	44	1,5%	
Outra forma	29	1,0%	
Cisterna	6	0,2%	
Total Geral	3.012	100,0%	

Fonte: CECAD, 2019.

95,1% têm banheiro nos domicílios e 62,5% têm escoamento por rede coletora de esgoto ou pluvial.

Tabela 89: Existência de banheiro nos domicílios por família cadastrada no CadÚnico

Possui	Quant.	(%)	
Sim	2.865	95,1%	
Não	103	3,4%	
Não informado	44	1,5%	
Total Geral	3.012	100,0%	

Fonte: CECAD, 2019.

Tabela 90: Forma de escoamento sanitário nos domicílios por família cadastrada no CadÚnico

Escoamento	Quant.	(%)	
Rede coletora de esgoto ou pluvial	1.881	62,5%	
Fossa rudimentar	484	16,1%	
Fossa séptica	477	15,8%	
Não informado	147	4,9%	
Outra forma	12	0,4%	
Direto para um rio, lago ou mar	11	0,4%	
Total Geral	3.012	100,0%	

Fonte: CECAD, 2019.

A coleta de lixo é feita diretamente em 69,8% das famílias e em outros 26,9% é queimado ou enterrado na propriedade.

Tabela 91: Forma de coleta de lixo nos domicílios por família cadastrada no CadÚnico

Coleta	Quant.	(%)	
É coletado diretamente	2.103	69,8%	
É queimado ou enterrado na propriedade	810	26,9%	
É coletado indiretamente	48	1,6%	
Não informado	44	1,5%	
Tem outro destino	5	0,2%	
É jogado em terreno baldio ou logradouro (rua, avenida, etc.)	2	0,1%	
Total Geral	3.012	100,0%	

Fonte: CECAD, 2019.

70,7% das famílias são abastecidas por energia elétrica, seja ela com medidor próprio, medidor comunitário ou sem medidor.

Tabela 92: Forma de iluminação nos domicílios por família cadastrada no CadÚnico

Iluminação	Quant.	(%)	
Elétrica com medidor próprio	2.130	70,7%	
Elétrica com medidor comunitário	671	22,3%	
Elétrica sem medidor	139	4,6%	
Não informado	44	1,5%	
Vela	17	0,6%	
Outra forma	6	0,2%	
Óleo, querosene ou gás	5	0,2%	
Total Geral	3.012	100,0%	

Fonte: CECAD, 2019.

A questão de calçamento se mostra com baixa abrangência, apenas 48,6% das famílias tem calçamento total, e outras 47,6% afirmam não ter algum tipo de calçamento.

Tabela 93: Situação do calçamento em frente aos domicílios por família cadastrada no CadÚnico

Calçamento	Quant.	(%)	
Total	1.464	48,6%	
Não existe	1.434	47,6%	
Parcial	70	2,3%	
Não informado	44	1,5%	
Total Geral	3.012	100,0%	

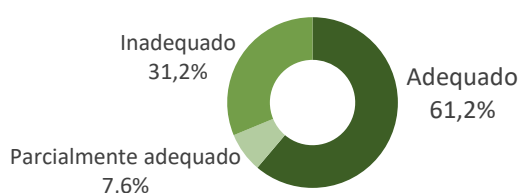
Fonte: CECAD, 2019.

O município tem 61,2% das famílias do CadÚnico morando em domicílios adequados e outros 31,2% em domicílios inadequados.

Tabela 94: Situação dos domicílios por família cadastrada no CadÚnico

Indicador	Quant.	(%)
Adequado	1.843	61,2%
Parcialmente adequado	228	7,6%
Inadequado	941	31,2%
Total Geral	3.012	100,0%

Fonte: CECAD, 2019.

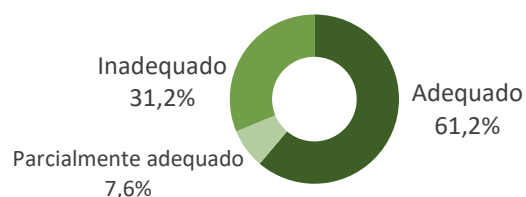


A análise de pessoas por dormitório mostra que 18,2% dos domicílios tem mais de duas pessoas por dormitório.

Tabela 95: Pessoas por dormitório nos domicílios por família cadastrada no CadÚnico

Indicador	Quant.	(%)
Até duas pessoas por dormitório	2.420	80,3%
Mais de duas pessoas por dormitório	548	18,2%
Não informado	44	1,5%
Total Geral	3.012	100,0%

Fonte: CECAD, 2019.



Em relação a grupos específicos ou tradicionais, o município apresenta poucas situações, sendo a maior a de família de agricultores, que representam apenas 3,2% do total de famílias cadastradas.

Tabela 96: Grupos específicos de famílias cadastrados no CadÚnico

Indicador	Quant.	Quant.	(%)
Família agricultores familiares	97	3.012	3,2%
Família de preso do sistema carcerário	8	3.012	0,3%
Família catadores de material reciclável	4	3.012	0,1%
Família indígena	1	3.012	0,0%
Família quilombola	0	3.012	0,0%

Fonte: CECAD, 2019.

6.1.4 BENEFÍCIOS

No âmbito do SUAS, os benefícios assistenciais são ofertados em situações nas quais o indivíduo não possui meios de se sustentar ou de ser sustentado pela família, e nos casos de situações emergenciais, precisando suprir temporariamente a indisponibilidade de recursos do usuário.

➤ Benefícios eventuais

Benefícios eventuais são caracterizados por serem suplementares e temporários, prestados aos cidadãos e às famílias que vivenciam situação temporária de vulnerabilidade, como em casos de nascimento, morte, situações de calamidade pública, criados por entes da federação: estados, Distrito Federal e municípios.¹⁴

➤ Cartão Cidadania

Em 2015, a Prefeitura Municipal de Palmeira, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos, hoje chamada de Secretaria Municipal de Assistência Social, promoveu o benefício do Cartão Cidadania com o objetivo de garantir a segurança alimentar dos munícipes

¹⁴ <http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes-sobre-beneficios-eventuais-e-divulgado>

que vivem em vulnerabilidade social, e muitas vezes, tem sua segurança alimentar prejudicada por falta de recursos para alimentação, por meio da recarga mensal de um crédito de R\$85,00 que podem ser gastos com a aquisição de alimentos.

Se acompanharmos o histórico desde sua implantação, 2017 foi o ano em que houve o maior número de cargas, 1.957, representando 34,7% do total de cargas acumuladas até dezembro de 2018 (5.634 cargas). O valor total chegou a R\$ 477.685 em aproximadamente três anos e meio do benefício. O valor médio da carga foi de R\$ 84,79.

Cabe lembrar, conforme publicado em Diário Oficial no dia 04/05/2018, que as cargas passaram de R\$85,00 para R\$100,00.

Tabela 97: Total de cargas anuais em quantidade

Faixa etária	Quant.	(%)	
2015	782	13,9%	
2016	1.943	34,5%	
2017	1.957	34,7%	
2018	952	16,9%	
Total Geral	5.634	100,0%	

Fonte: Secretaria de Assistência Social, 2018

Tabela 98: Total de cargas anuais em valor monetário

Faixa etária	Quant.	(%)	
2015	R\$ 66.470,00	13,9%	
2016	R\$ 165.155,00	34,6%	
2017	R\$ 166.345,00	34,8%	
2018	R\$ 79.715,00	16,7%	
Total Geral	R\$ 477.685,00	100,0%	

Fonte: Secretaria de Assistência Social, 2018

No que diz respeito à região de residência dos beneficiários, teve-se um alto índice de regiões não informadas na base de dados, que representou 67,3% do total de beneficiários do ano de 2018.

Tabela 99: Total de cargas por região

Região	Total de cargas	(%)
Centro	8	0,8%
Colônia Francesa	6	0,6%
Jardim Christine	2	0,2%
Vila Rosa	82	7,9%
Rocio I	106	10,2%
Rocio II	43	4,1%
São José e Regina Vitória	7	0,7%
Zona Rural I	32	3,1%
Zona Rural II	54	5,2%
Não informado	700	67,3%
Total Geral	1.040	100,0%

Fonte: Secretaria de Assistência Social, 2018.

➤ Outros benefícios concedidos

Conforme informação disponibilizada pelo município, além do benefício do Cartão Cidadania, os benefícios de Baixa Renda da Luz e Programa do Leite foram os mais concedidos para a população em 2018, representando 41,3% e 24,4% respectivamente.

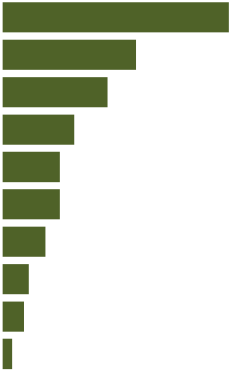
Tabela 100: Outros benefícios concedidos

Programas e Serviços	Total	(%)
Baixa Renda da Luz	130	41,3%
Programa do Leite	77	24,4%
Habitação	52	16,5%
Isenção	14	4,4%
Isenção para Vestibular	12	3,8%
ID Jovem	10	3,2%
Carteira do Idoso	6	1,9%
Ponto de Luz - Copel	6	1,9%
Certidão	2	0,6%
Isenção Almoço Faculdade	2	0,6%
Kit Digital	2	0,6%
Passe livre	2	0,6%
Total Geral	315	100,0%

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social, 2018.

Dos benefícios concedidos em 2018, 30,2% eram da região do Rocio I.

Tabela 101: Outros benefícios concedidos por região

Programas e Serviços	Total	(%)	
Rocio I	95	30,2%	
Vila Rosa	56	17,8%	
Zona Rural II	44	14,0%	
Rocio II	24	7,6%	
São José e Regina Vitória	30	9,5%	
Centro	24	7,6%	
Zona Rural I	18	5,7%	
Colônia Francesa	11	3,5%	
Jardim Christine	9	2,9%	
Não informado	4	1,3%	
Total Geral	315	100,0%	

Fonte: Secretaria de Assistência Social, 2018

➤ Benefício de Prestação Continuada (BPC)

O Benefício de Prestação Continuada, da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa idosa acima de 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade, com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (aquele que

produza efeitos pelo prazo mínimo de dois anos, que o impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.¹⁵

No município de Palmeira a maioria dos beneficiários refere-se ao BPC - Pessoa com Deficiência, o qual corresponde a 66,7%

Tabela 102: Espécie do BPC

Espécie do BPC	Total	(%)
BPC – Idoso	147	33,3%
BPC - Pessoa com Deficiência	294	66,7%
Total Geral	441	100,0%

Fonte: BPC, 2019



Quando observado os registros de BPC - Pessoa com deficiência não é possível calcular a taxa de incidência sobre a população residente por território que possui alguma deficiência, pois essa informação não é disponibilizada por região. Todavia, ao analisarmos os benefícios concedidos até dezembro de 2019, data que foi extraído o relatório de acompanhamento, a região que apresentou maior representatividade foi a Vila Rosa, que corresponde a 21,8% dos BPC- Pessoa com Deficiência concedido em Palmeira. Esse público é prioritário para os serviços socioassistenciais ofertados no município, em especial o PAIF e o SCFV. Então, cabe à Assistência Social organizar e realizar a busca ativa desses indivíduos e famílias para possível inserção nas ofertas.

Tabela 103: Percentual de BPC - Pessoa com deficiência concedido por região

Região	Total de Beneficiados	%
Distrito Industrial	1	0,3%
Jardim Christine	9	3,1%
Rocio II	12	4,1%
Colônia Francesa	16	5,4%
São José e Regina Vitória	17	5,8%
Centro	27	9,2%
Rocio I	32	10,9%
Zona Rural II	48	16,3%
Zona Rural I	50	17,0%
Vila Rosa	64	21,8%
Não informado	18	6,1%
Total Geral	294	100%

Fonte: BPC, 2019.

¹⁵ <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/bpc>

► Programa Bolsa Família

É um programa do governo federal de transferência condicionada de renda que beneficia famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, inscritas no Cadastro Único. Tem como finalidade garantir a sobrevivência dessas famílias, além do acesso à rede de serviços públicos nas áreas da saúde, educação e assistência social.

Embora se trate de um programa, como o próprio nome diz, o Programa Bolsa Família realiza a transferência de renda por meio de benefícios, quais sejam, Benefício Básico; Benefícios Variáveis; Benefício Variável Vinculado ao Adolescente e Benefício para Superação da Extrema Pobreza, por isso, neste diagnóstico, optou-se em dispô-lo junto aos demais benefícios, porém, tendo ciência de que, conforme dito acima e corroborado pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social:

O Bolsa Família é um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Ele foi criado em outubro de 2003 e possui três eixos principais: Complemento da renda, que garante o alívio mais imediato da pobreza; acesso a direitos, oferecendo condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social; e articulação com outras ações a fim de estimular o desenvolvimento das famílias. (SEDS, 2020)

O PBF beneficiou, no mês de outubro de 2017, 893 famílias, representando uma cobertura de 40,3 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 121,78 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 108.748,00 no mês.

A maioria das famílias beneficiárias está com o cadastro atualizado, conforme prerrogativas da Portaria nº 231, de 26 de agosto de 2010, que menciona atualização no Cadastro Único em até dois anos, podendo ocorrer o bloqueio do benefício caso não houver atualização dentro do período mencionado. Todavia, cerca de 9% das famílias beneficiárias estão com a atualização cadastral superior há dois anos.

Tabela 104: Período de atualização cadastral

Periodicidade	Total de Famílias beneficiárias do PBF	%
Acima de 2 anos	58	8,4%
Em até 2 anos	636	91,6%
Total	694	100,0%

Fonte: CECAD, 2019

As demais informações do PBF serão apresentadas no capítulo 6.2, pois trata-se de indicadores sociais por território da Política de Assistência Social, objetivando correlacionar com as outras bases de dados, identificando as vulnerabilidades e demandas sociais por território.

► Programa Família Paranaense

Programa do Governo do Estado, executado pelo município, que objetiva promover a melhoria das condições de vida das famílias com maior grau de vulnerabilidade social, por meio da oferta de um conjunto de ações intersetoriais planejadas segundo a necessidade de cada família e as especificidades do território onde ela reside. Conforme consta no Plano Plurianual de 2018 a 2021, no município, a meta de atendimento é de **80** famílias. Em 2018 teve 68 famílias acompanhadas pelas equipes do CRAS e CREAS, com renda per capita de 45% dos lares dos responsáveis de até 1/8 do SM (base de R\$ 954), outros 33% receberam de 1/8 a 1/4 do SM.

Tabela 105: Faixa de renda per capita das famílias beneficiadas pelo Programa Família Paranaense

Faixa	Total	(%)
Até 1/8 do SM	25	45,0%
De 1/8 a 1/4 do SM	36	33,0%
De 1/4 a 1/2 do SM	6	19,3%
Mais de 1/2 SM	1	0,9%
Total Geral	68	100,0%

Fonte: Programa Família Paranaense, 2018

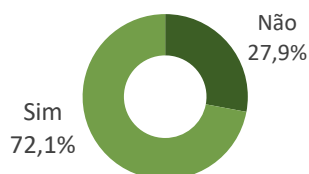
Nota: Salário base R\$ 954,00

As famílias acompanhadas no Programa Família Paranaense e que também eram beneficiárias do PBF representam 72,1%.

Tabela 106: Famílias acompanhadas no Programa Família Paranaense e beneficiárias do Programa Bolsa Família

Situação	Total	(%)
Não	19	27,9%
Sim	49	72,1%
Total Geral	68	100,0%

Fonte: Programa Família Paranaense, 2018

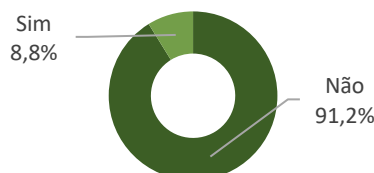


Apenas 8,8% das famílias acompanhadas no Programa Família Paranaense são beneficiárias.

Tabela 107: Famílias acompanhadas e beneficiárias do Programa Família Paranaense

PBF	Total	(%)
Não	62	91,2%
Sim	6	8,8%
Total Geral	68	100,0%

Fonte: Programa Família Paranaense, 2018

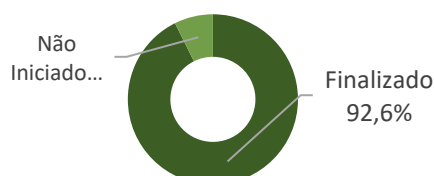


Com relação ao diagnóstico familiar, apenas 7,4% das famílias acompanhadas não tiveram um diagnóstico iniciado.

Tabela 108: Responsáveis acompanhados com diagnóstico finalizado

Situação	Total	(%)
Finalizado	63	92,6%
Não Iniciado	5	7,4%
Total Geral	68	100,0%

Fonte: Programa Família Paranaense, 2018



A maioria das famílias acompanhadas moram na região urbana (58,8%).

Tabela 109: Famílias acompanhadas por localidade

Localidade	Total	(%)
Rurais	28	41,2%
Urbana	40	58,8%
Total Geral	68	100,0%

Fonte: Programa Família Paranaense, 2018



No que diz respeito às ações realizadas com as famílias acompanhadas, 67,6% destas tiveram de 1 a 3 ações realizadas pelos técnicos da Assistência Social.

Tabela 110: Ações realizadas com as famílias acompanhadas

Ações	Total	(%)
Nenhuma ação	5	7,4%
De 1 a 3 ações	46	67,6%
De 4 a 6 ações	11	16,2%
De 7 ações ou mais	6	8,8%
Total Geral	68	100,0%

Fonte: Programa Família Paranaense, 2018

6.1.5 PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI)

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil foi criado, em 1996, como forma de coibir e combater a realidade social brasileira de trabalho infantojuvenil. Inicialmente destinado às famílias com filhos na faixa etária entre 7 e 14 anos, submetidos a trabalhos caracterizados como insalubres, degradantes, penosos e de exploração na zona rural, na região de Três Lagoas - MS. Progressivamente foi ampliando sua cobertura aos demais estados, como também estendendo seu público-alvo, incorporando a faixa etária de 15 anos e famílias da zona urbana.

No ano de 2000, o prefeito municipal de Palmeira, instituiu, por meio de decreto, a comissão para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI que tem por objetivo erradicar o trabalho infantil, definido como atividades perigosas, insalubres, penosas ou degradantes na zona urbana e rural do município. Este decreto propôs a atuação em parceria entre os diversos setores governamentais e com a sociedade civil organizada. Fazem parte na composição da comissão: Escola Professor Clotário Santos, Ministério Público, Departamento de Agricultura e Abastecimento, Departamento de Saúde, Departamento de Assistência Social, Departamento de Educação, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Tutelar, Provopar Municipal, Direção da Escola Estadual de Guarauninha.

Em 2003 houve reunião entre os representantes e o prefeito, na qual foi tratada sobre o Fundo da Assistência Social, estando o PETI inserido no Plano Anual de Assistência Social, onde seria proposto

recurso às atividades da comissão enquanto ações para o PETI. O financiamento foi composto no orçamento municipal de 2004.

Nos anos subsequentes foram atualizados os representantes da comissão. E em 2014, o Programa foi redesenhado em consonância com o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador. Assim, sua nova configuração está pautada na realização de ações estratégicas voltadas ao enfrentamento das novas configurações do trabalho infantil no Brasil, no fortalecimento do programa e na qualificação e atuação da rede de proteção social do SUAS, visando potencializar os serviços socioassistenciais existentes, bem como articular ações com outras políticas públicas por meio da criação de uma agenda intersetorial de erradicação do trabalho infantil.

No mesmo ano de 2014, em Palmeira, foi atualizada a comissão do PETI quanto aos seus objetivos, quais sejam: de articular a rede intersetorial para o acompanhamento de casos de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil.

Em 2015, por meio de reuniões entre profissionais do órgão gestor, CRAS, CREAS, SCFV, Secretários e os Conselho de Direitos e Tutelar, foi elaborado o Plano Municipal de Ações Estratégicas do PETI. Também foi instituída a Equipe de Referência do PETI, sob a coordenação do CREAS, com o objetivo de executar ações do plano proposto e ampliar ações intersetoriais com os representantes das políticas da educação, saúde, trabalho, agricultura, Emater e sindicatos rurais. O município ainda conta com o apoio do Escritório Regional de Ponta Grossa – Secretaria da Justiça, Família e Trabalho, para articulação e orientações quanto a situações identificadas e atualizações de ações de combate ao trabalho infantil.

6.2 INDICADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Indicadores sociais servem para demonstrar aspectos da realidade, transformando conceitos em medidas, números, taxas, para que possam ser analisados, quantificados e qualificados. No âmbito público devem ser usados como referência no planejamento e formulação de políticas sociais, permitindo identificar, dentre as demandas da população, quais grupos estão mais vulneráveis socialmente e qual tipo de assistência necessitam, assim como avaliar se os serviços e programas já ofertados estão atendendo satisfatoriamente as carências sociais existentes.

A seguir serão apresentados os indicadores referentes às bases de dados dos serviços, programas e projetos de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, bem como os benefícios concedidos. Os principais indicadores são extraídos das bases de dados de atendimentos realizados nos equipamentos existentes.

Indicador 17: Famílias acompanhadas no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF

Definição: famílias acompanhadas pelo PAIF por mil domicílios particulares ocupados da região.

A taxa de famílias acompanhadas no PAIF é de 11,1 a cada mil famílias no município. A região com maior taxa de acompanhamento é a Vila Rosa com 40,3. A diferença entre a menor taxa diferente de zero e a maior taxa chega a 13,4 vezes.

Tabela 111: Taxa de acompanhamento no PAIF

Região Geográfica	Total de domicílios	Total de famílias no PAIF	Taxa (1.000)	Menor Valor	Zona Rural II	2,8
				Média	Palmeira	11,1
				Maior Valor	Vila Rosa	40,3
Distrito Industrial	116	0	0,0			
Zona Rural II	2.501	7	2,8			
Centro	933	4	4,3			
Zona Rural I	1.413	8	5,7			
Colônia Francesa	452	3	6,6			
São José e Regina Vitória	699	6	8,6			
Jardim Christine	575	5	8,7			
Rocio I	1.634	20	12,2			
Rocio II	253	4	15,8			
Vila Rosa	1.242	50	40,3			
Não informado	-	2	-			
Município	9.818	109	11,1			

Diferença:
13,4 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

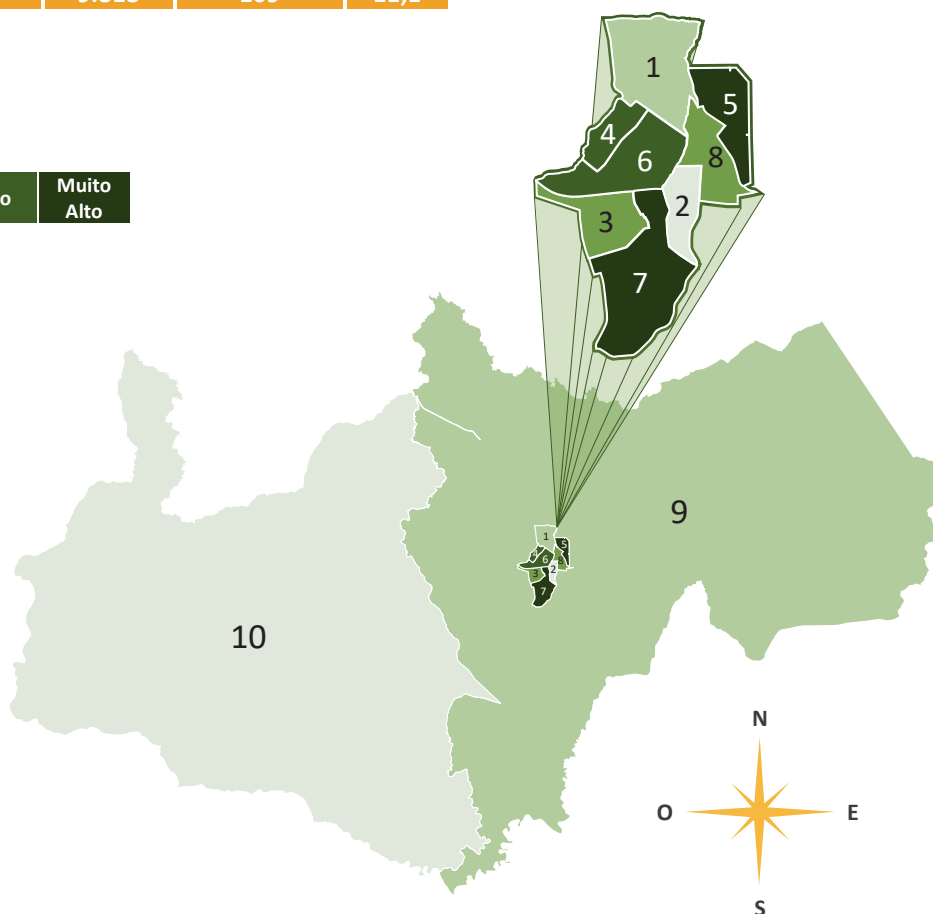
Fonte: CRAS (PAIF), 2019.

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Indicador 18: Crianças e adolescentes acompanhadas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV

Definição: população de 0 a 17 anos acompanhados pelo SCFV, por mil habitantes na mesma faixa etária.

A taxa de acompanhamento de crianças e adolescentes no SCFV é de 41,2 a cada mil na faixa etária de 0 a 17 anos. A região com maior taxa de acompanhamento é a Rocio II.

Tabela 112: Taxa de acompanhamento no SCFV

Região Geográfica	População de 0 a 17 anos	População de 0 a 17 anos no SCFV	Taxa (1.000)	Menor Valor	Média	Maior Valor
Distrito Industrial	110	0	0,0	Zona Rural II	41,2	160,4
Zona Rural I	1.423	0	0,0			
Zona Rural II	2.452	7	2,9			
São José e Regina Vitória	669	28	41,9			
Centro	684	32	46,8			
Jardim Christine	528	26	49,2			
Colônia Francesa	563	30	53,3			
Rocio I	1.507	95	63,0			
Vila Rosa	1.482	117	78,9			
Rocio II	293	47	160,4			
Não informado	-	18	-			
Município	9.711	400	41,2			

Diferença:
55,2 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

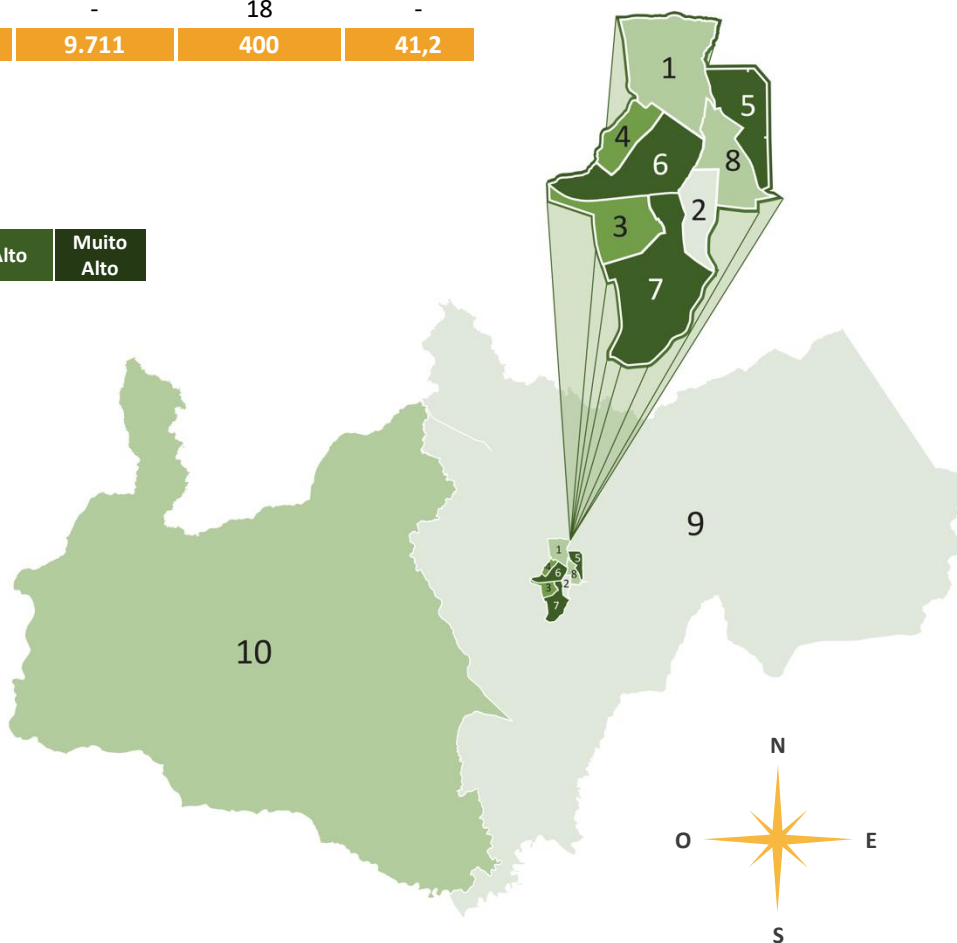
Fonte: SCFV, 2019

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Indicador 19: Jovens e adultos acompanhados pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV

Definição: população de 18 a 59 anos acompanhados pelo SCFV, por mil habitantes da mesma faixa etária.

A taxa de acompanhamento de jovens e adultos no SCFV é sete a cada mil pessoas de 18 a 59 anos. A região com maior taxa de acompanhamento é a de Zona Rural II.

Tabela 113: Jovens e adultos acompanhados pelo SCFV

Região Geográfica	População de 18 a 59 anos	População de 18 a 59 anos no SCFV	Taxa (1.000)	Menor Valor	Média	Maior Valor
				Zona Rural I	0,4	
				Palmeira	7,1	
				Zona Rural II	22,9	
Distrito Industrial	219	0	0,0			
Colônia Francesa	896	0	0,0			
Rocio II	511	0	0,0			
Zona Rural I	2.674	1	0,4			
Centro	1.696	1	0,6			
São José e Regina Vitória	1.409	1	0,7			
Jardim Christine	1.081	1	0,9			
Rocio I	3.122	3	1,0			
Vila Rosa	2.475	14	5,7			
Zona Rural II	4.900	112	22,9			
Não informado	-	2	-			
Município	18.983	135	7,1			

Diferença:
60,1 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

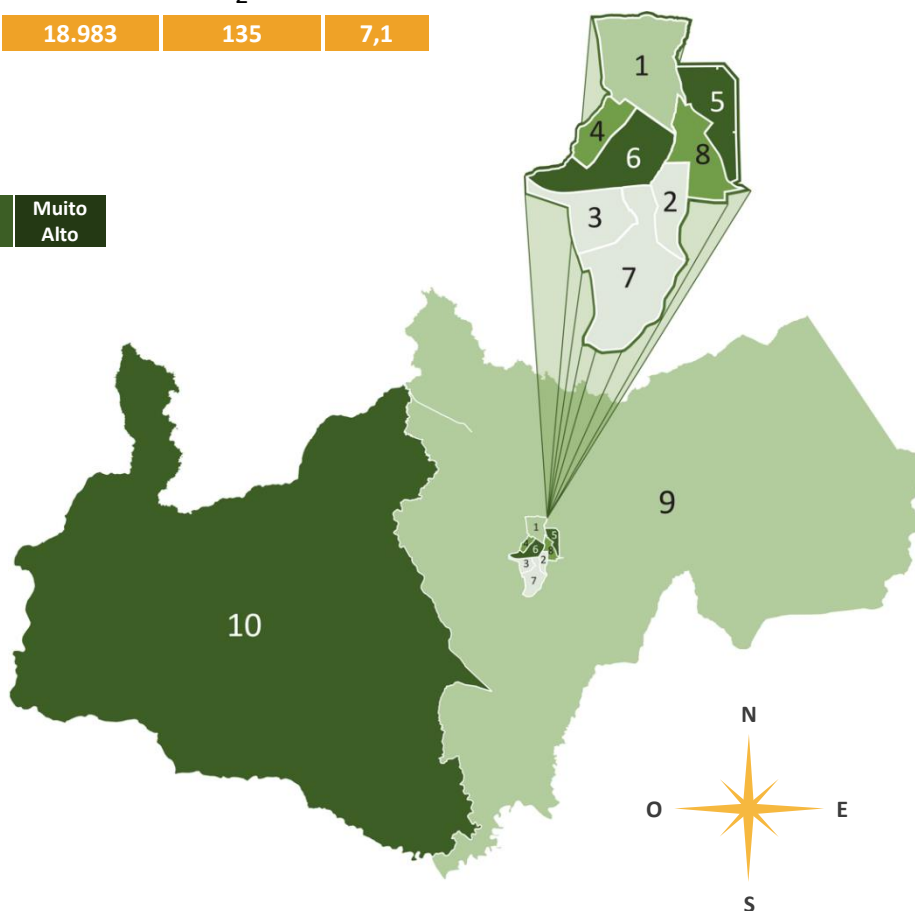
Fonte: SCFV, 2019

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Indicador 20: Pessoa idosa acompanhada pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV

Definição: população de 60 anos e mais acompanhados no SCFV, por mil habitantes da mesma faixa etária.

A taxa de acompanhamento da pessoa idosa no SCFV é 31 a cada mil pessoas com 60 anos e mais. A região que apresenta a maior taxa de acompanhamento é Centro com 64,2.

Tabela 114: Pessoa idosa acompanhada pelo SCFV

Região Geográfica	População de 60 anos e mais	População de 60 anos e mais no SCFV	Taxa (1.000)	Menor Valor	Média	Maior Valor
				Zona Rural I	3,6	
				Palmeira	31,5	
				Centro	64,2	
Distrito Industrial	41	0	0,0			
Zona Rural I	557	2	3,6			
Rocio I	582	6	10,3			
Jardim Christine	183	2	10,9			
Colônia Francesa	144	2	13,9			
Zona Rural II	897	35	39,0			
Rocio II	62	3	48,4			
São José e Regina Vitória	161	8	49,7			
Vila Rosa	350	20	57,1			
Centro	452	29	64,2			
Não informado	-	1	-			
Município	3.429	108	31,5			

Diferença:
16,9 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

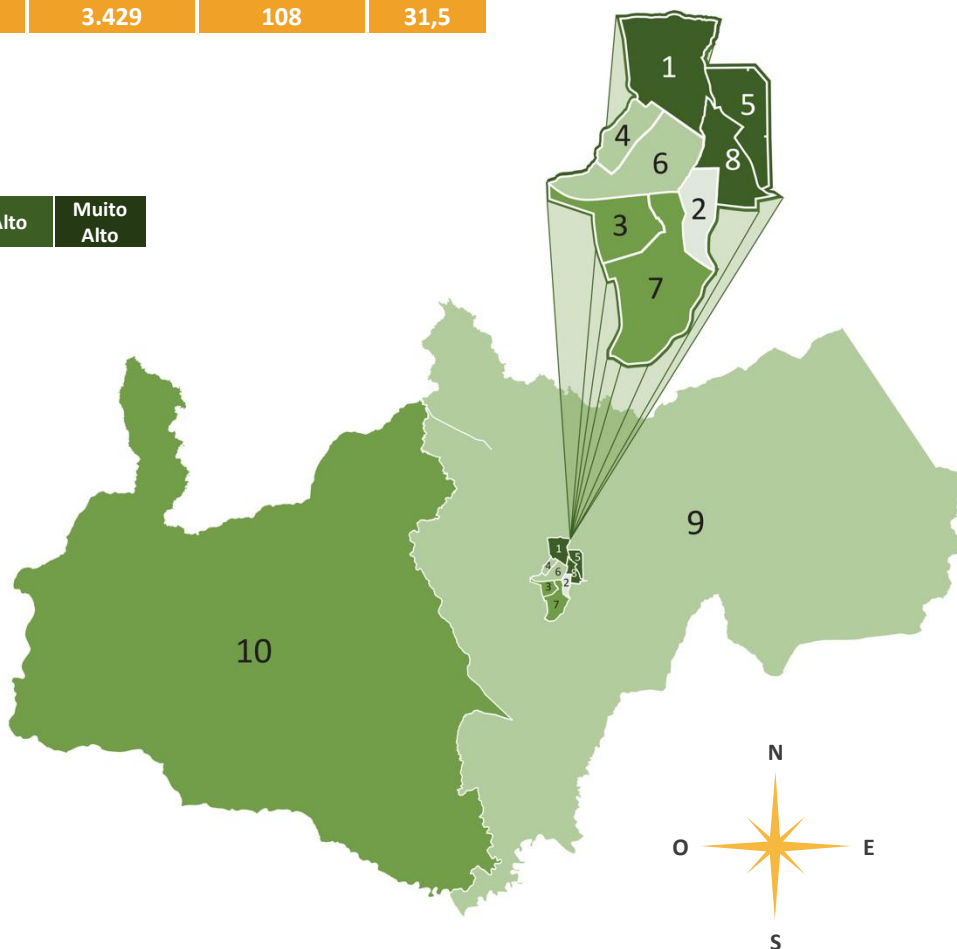
Fonte: SCFV, 2019

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Indicador 21: Pessoas acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI

Definição: pessoas acompanhadas no PAEFI por mil habitantes residentes na mesma região

A taxa média do município é de cinco pessoas acompanhadas no PAEFI a cada mil. A Região Centro tem a maior taxa, 10,2 e a região com a menor taxa de 1,2 é a Zona Rural II a diferença é de mais de 7 vezes.

Tabela 115: Pessoas acompanhadas pelo PAEFI

Região Geográfica	População total	Pessoas no PAEFI	Taxa (1.000)
Distrito Industrial	370	0	0,0
Zona Rural II	8.249	10	1,2
Jardim Christine	1.792	4	2,2
Rocio I	5.211	23	4,4
Zona Rural I	4.654	23	4,9
São José e Regina Vitória	2.239	12	5,4
Colônia Francesa	1.603	9	5,6
Rocio II	866	8	9,2
Vila Rosa	4.307	41	9,5
Centro	2.832	29	10,2
Não informado	-	1	-
Município	32.123	160	5,0

Menor Valor

Zona Rural II

1,2

Média

Palmeira

5,0

Maior Valor

Centro

10,2

Diferença:
1,2 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

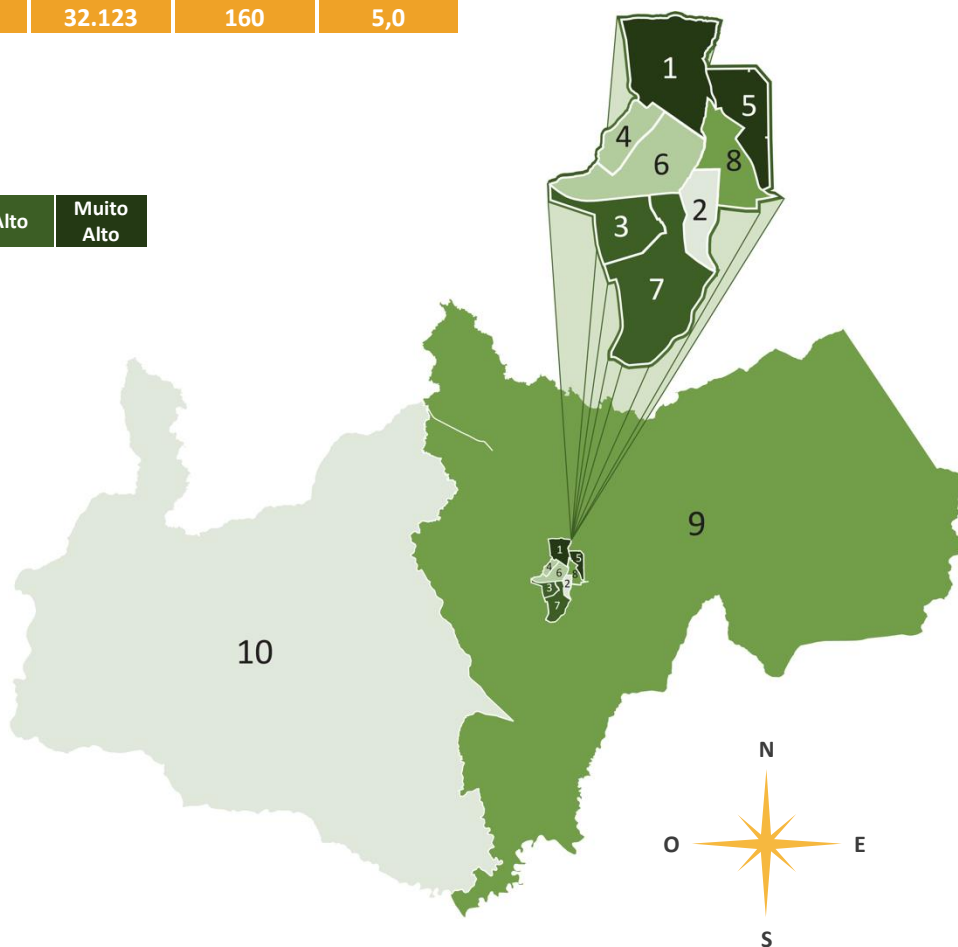
Fonte: CREAS (PAEFI), 2018

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Indicador 22: Adolescentes de 12 a 17 anos em cumprimento de Medida Socioeducativa - MSE

Definição: população de 12 a 17 anos cumprindo MSE por mil habitantes na mesma faixa etária.

Em relação a taxa por mil habitantes, separou-se o indicador de 12 a 17 anos do indicador de 18 a 21 anos. Percebe-se que no município o ato infracional é mais incidente entre os jovens, ou seja, a cada mil jovens de 12 a 17 anos, aproximadamente 3 cumprem MSE, enquanto entre os adolescentes de 18 a 21 anos o número é de 7 adolescentes em MSE a cada mil.

Tabela 116: Adolescente de 12 a 17 anos em cumprimento de MSE

Região Geográfica	População de 12 a 17 anos	População de 12 a 17 anos em MSE	Taxa (1.000)	Menor Valor	Centro	3,7
				Média	Palmeira	0,8
				Maior Valor	Rocio II	8,2
Distrito Industrial	38	0	0,0			
Franceses	212	0	0,0			
Jardim Santa Rosa	585	0	0,0			
Rocio I	608	0	0,0			
São José e Regina Vitória	237	0	0,0			
Zona Rural I	551	0	0,0			
Zona Rural II	920	0	0,0			
Centro	267	1	3,7			
Jardim Christine	191	1	5,2			
Rocio II	122	1	8,2			
Município	3.731	3	0,8			

**Diferença:
13 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

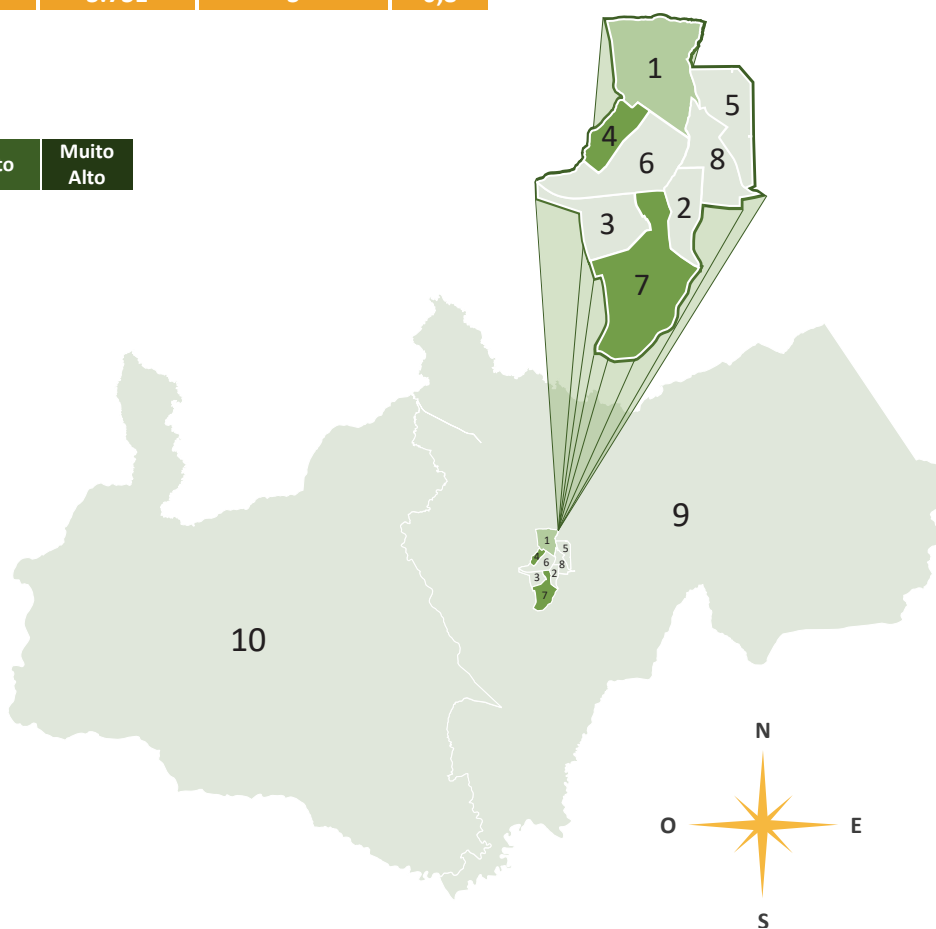
Fonte: CREAS (MSE), 2018

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Indicador 23: Jovens de 18 a 21 anos em cumprimento de Medida Socioeducativa - MSE

Definição: população de 18 a 21 anos cumprindo MSE por mil habitantes na mesma faixa etária.

Como comentado anteriormente, a taxa de MSE é maior entre a faixa etária de 18 a 21 anos, e destaca-se a Região do Rocio II, com uma taxa de 14,9 casos de jovens que estão em cumprimento de MSE a cada mil habitantes, desta faixa etária.

Tabela 117: Jovens de 18 a 21 anos em cumprimento de MSE

Região Geográfica	População de 18 a 21 anos	População de 18 a 21 anos em MSE	Taxa (1.000)
Centro	161		0,0
Distrito Industrial	26		0,0
Jardim Christine	125		0,0
Zona Rural I	295		0,0
Zona Rural II	530	1	1,9
Jardim Santa Rosa	364	1	2,7
Rocio I	385	2	5,2
São José e Regina Vitória	176	1	5,7
Franceses	118	1	8,5
Rocio II	67	1	14,9
Município	2.247	7	3,1

Menor Valor	Zona Rural II	1,9
Média	Palmeira	3,1
Maior Valor	Rocio II	14,9

**Diferença:
6,8 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

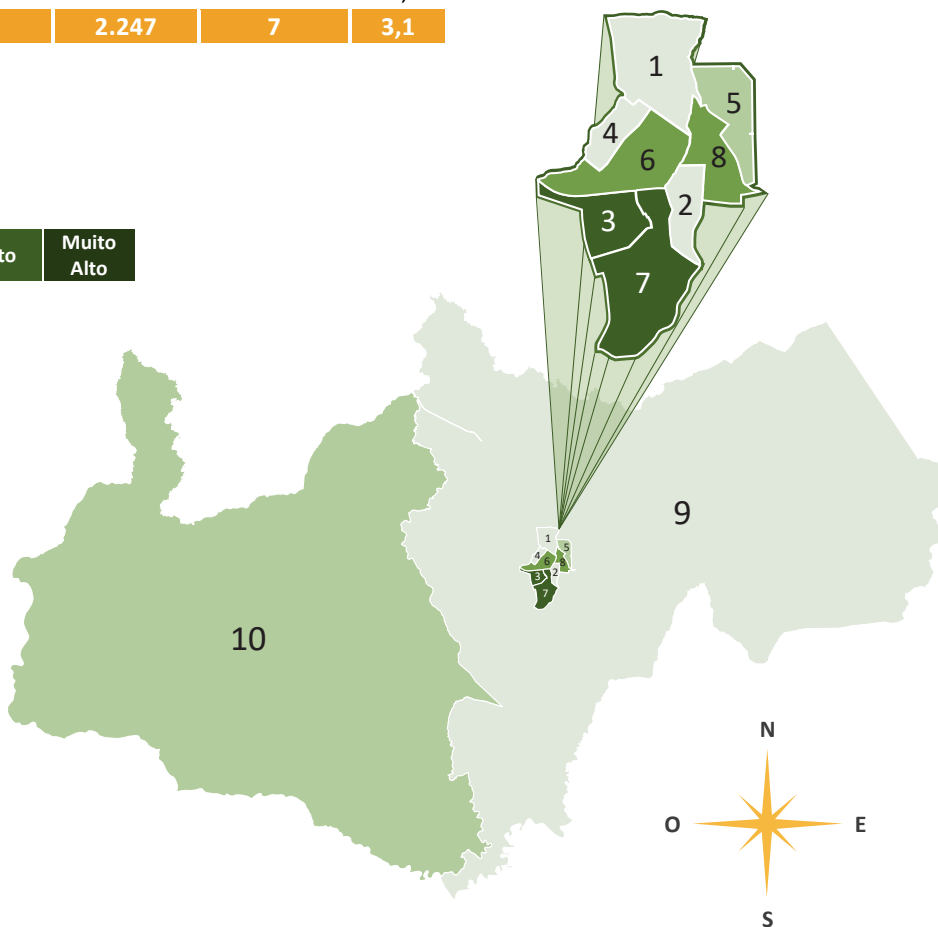
Fonte: CREAS (MSE), 2018

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Indicador 24: Adolescentes de 12 a 17 anos que cometeram ato infracional

Definição: população de 12 a 17 anos que cometeram ato infracional, por mil habitantes na mesma faixa etária.

A taxa de ato infracional dos adolescentes é de 26,3 a cada mil habitantes de 12 a 17 anos. A região com a maior taxa é a Rocio II (73,8) e a menor é a Zona Rural II (1,1). A diferença entre as duas é de 66,9 vezes. Cabe ressaltar que três regiões não apresentaram adolescentes autores de ato infracional (Distrito Industrial, Jardim Christine e Zona Rural I).

Tabela 118: Adolescentes de 12 a 17 anos que cometeram ato infracional

Região Geográfica	População de 12 a 17 anos	População de 12 a 17 anos infratora	Taxa (1000)	Menor Valor	Média	Maior Valor
				Zona Rural II	Palmeira	Rocio II
				1,1	26,3	73,8
Distrito Industrial	38		0,0			
Jardim Christine	191		0,0			
Zona Rural I	551		0,0			
Zona Rural II	920	1	1,1			
Colônia Francesa	212	1	4,7			
São José e Regina Vitória	237	3	12,7			
Vila Rosa	585	21	35,9			
Centro	267	12	44,9			
Rocio I	608	41	67,4			
Rocio II	122	9	73,8			
Área rural não identificada	-	10	-			
Não informado	-		-			
Município	3.731	98	26,3			

Diferença:
66,9 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

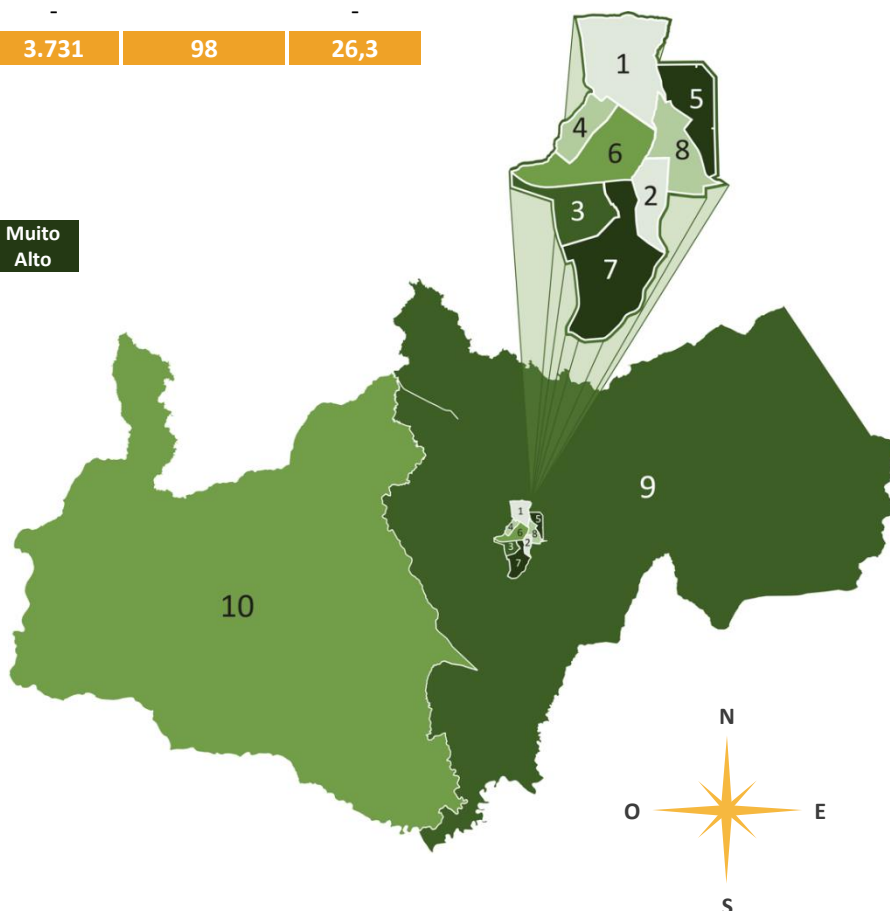
Fonte: SESP/PR, 2018.

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Indicador 25: Jovens de 18 a 21 anos que cometeram ato infracional

Definição: população de 18 a 21 anos que cometeram ato infracional por mil habitantes na mesma faixa etária.

A taxa de ato infracional dos jovens é de 88,6 a cada mil habitantes de 18 a 21 anos. A região com a maior taxa é a Rocio II (328,4) e a menor é a Zona Rural II (1,9). A diferença entre as duas é de 173 vezes. Cabe ressaltar que apenas uma região não teve registro de jovens autores de ato infracional (Distrito Industrial).

Tabela 119: Jovens de 18 a 21 anos que cometeram ato infracional

Região Geográfica	População de 18 a 21 anos	População de 18 a 21 anos infratora	Taxa (1000)	Menor Valor	Média	Maior Valor
Distrito Industrial	26	0	0,0	Zona Rural II	88,6	328,4
Zona Rural II	530	1	1,9			
Zona Rural I	295	4	13,6			
Jardim Christine	125	4	32,0			
Colônia Francesa	118	4	33,9			
São José e Regina Vitória	176	13	73,9			
Centro	161	12	74,5			
Rocio I	385	37	96,1			
Vila Rosa	364	71	195,1			
Rocio II	67	22	328,4			
Área rural não identificada	-	25	-			
Não informado	-	6	-			
Município	2.247	199	88,6			

**Diferença:
173 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

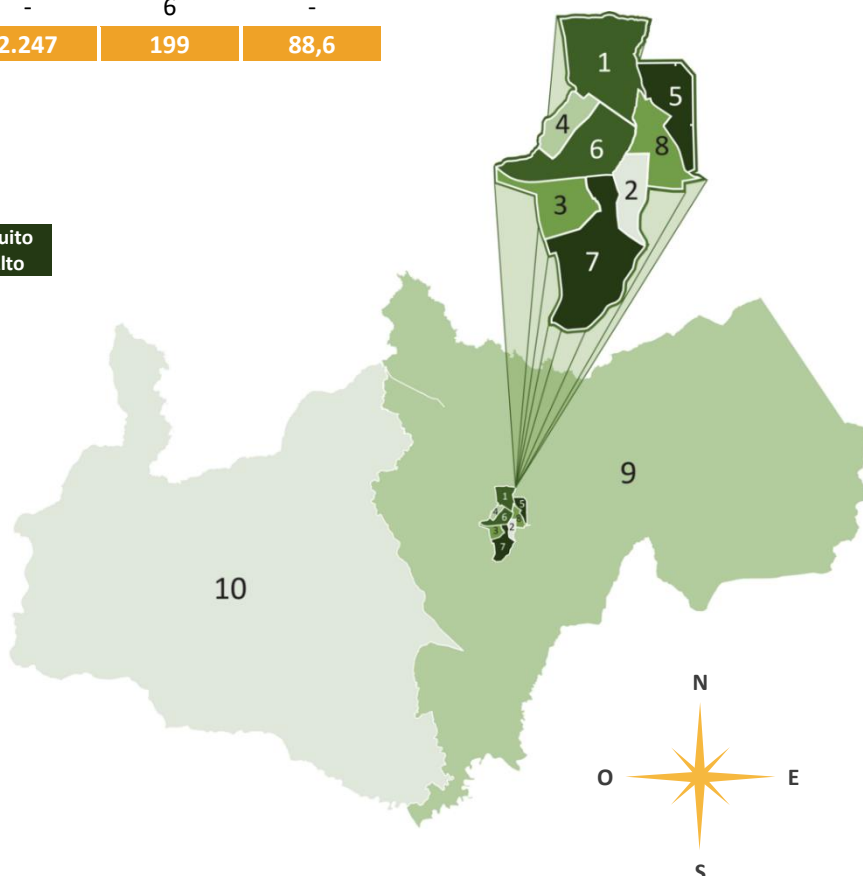
Fonte: SESP/PR, 2018.

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Foram registrados em 2018 um total de 297 atos infracionais, sendo que 67,0% foram cometidos por jovens de 18 a 21 anos.

Tabela 120: Faixa etária dos autores de ato infracional

Resposta	Quant.	(%)
De 12 a 17 anos	98	33,0%
De 18 a 21 anos	199	67,0%
Total Geral	297	100,0%

Fonte: SESP/PR, 2018



Desta faixa etária de 18 a 21 anos, 85,5% dos atos infracionais foram cometidos por pessoas do sexo masculino.

Tabela 121: Sexo

Resposta	Quant.	(%)
Feminino	43	14,5%
Masculino	254	85,5%
Total Geral	297	100,0%

Fonte: SESP/PR, 2018

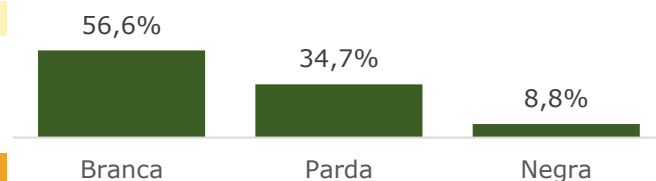


Quanto à raça ou cor, 56,6% dos autores são de cor ou raça branca, seguido de 34,7% de pardos.

Tabela 122: Raça ou cor dos autores de ato infracional

Resposta	Quant.	(%)
Branca	168	56,6%
Parda	103	34,7%
Negra	26	8,8%
Total Geral	297	100,0%

Fonte: SESP/PR, 2018



Entre as infrações penais nos atos infracionais, destacam-se: infrações penais contra a integridade física e psicológica (19,9%); infrações penais relacionadas a entorpecentes (17,8%); infrações penais contra o interesse e a administração pública em geral (13,8%); infrações penais contra a liberdade individual (12,55); e, infrações penais contra o patrimônio (11,8%).

Tabela 123: Principais infrações comunicadas em BO na SESP/PR

Direito	Quant.	Autores	(%)
Infrações penais contra a integridade física e psicológica	59	297	19,9%
Infrações penais relacionadas a entorpecentes	53	297	17,8%
Infrações penais contra o interesse e a administração pública em geral	41	297	13,8%
Infrações penais contra a liberdade individual	37	297	12,5%
Infrações penais contra o patrimônio	35	297	11,8%
Infrações penais caracterizada como contravenção	21	297	7,1%
Infrações penais contra a dignidade sexual	18	297	6,1%
Infrações penais com armas de fogo	12	297	4,0%
Infrações penais do Código de Trânsito Brasileiro	10	297	3,4%
Infrações penais contra a dignidade da pessoa	4	297	1,3%
Fato atípico - condutas meramente informativas	4	297	1,3%
Infrações penais de ordem familiar	3	297	1,0%

Fonte: SESP/PR, 2018

Entre fatos mais registrados nos atos infracionais estão lesão corporal (Art 129 do CP) (12,1%), ameaça (Art 147 do CP) (12,1%) e posse de drogas para consumo (Art 28 da L11343/2006) (11,1%).

Tabela 124: Fato comunicado em BO na SESP/PR

Fato	Quant.	Autores	(%)	
Lesão corporal (Art 129 do CP)	36	297	12,1%	
Ameaça (Art 147 do CP)	36	297	12,1%	
Posse de drogas para consumo (Art 28 da L11343/2006)	33	297	11,1%	
Desacato ou Desobediência (Art 330 e 331 do CP)	26	297	8,8%	
Perturbação da tranquilidade, do trabalho ou do sossego alheio	20	297	6,7%	
Furto (Art 155 do CP)	18	297	6,1%	
Vias de fato	14	297	4,7%	
Resistência (Art 312 A 337 do CP)	13	297	4,4%	
Dano ou Vandalismo (Art. 163 e 164 do CP)	10	297	3,4%	
Posse irregular ou Porte Ilegal de arma de fogo e similares (Art 12 16 da L10826)	9	297	3,0%	
Rixa (Art 137 do CP)	9	297	3,0%	
Corrupção de menores para lascívia de outrem (Art 218 do CP)	9	297	3,0%	
Associação para o tráfico (Art 35 da L11343/2006)	9	297	3,0%	
Vender, oferecer ou servir bebida alcoólica ou produtos que causam dependência a menor (L8069/1990)	6	297	2,0%	
Dirigir sob efeito álcool e/ou drogas	5	297	1,7%	
Tráfico de drogas (Art 33 e 34 da L11343/2006)	5	297	1,7%	
Direção perigosa ou em velocidade incompatível	4	297	1,3%	
Estupro ou abuso sexual (Art 213 do CP)	4	297	1,3%	
Injúria (Art 140 do CP)	4	297	1,3%	
Violação de domicílio (Art 150 do CP)	4	297	1,3%	
Corrupção ou indução de menores para a prática de infração penal	4	297	1,3%	
Disparo de arma de fogo (Art 15 da L10826)	3	297	1,0%	
Entrega de filho menor a pessoa inidônea (Art 245 do CP)	3	297	1,0%	
Comunicação de perda ou de recuperação de documentos/objetos	3	297	1,0%	
Adulteração de sinal identificador de veículo automotor (Art 293 a 311 do CP)	2	297	0,7%	
Praticar ato ou ter escrito ou objeto obsceno (Art 233 e 234 do CP)	1	297	0,3%	
Outras condutas meramente informativas	1	297	0,3%	
Omissão de cautela na guarda ou condução de animais	1	297	0,3%	
Dirigir sem habilitação	1	297	0,3%	
Divulgação ou violação de informação ou segredo particular ou profissional (Art 153 e 154 do CP)	1	297	0,3%	
Apropriação de coisa alheia (Art. 168, 168-A e 169 do CP)	1	297	0,3%	
Invasão, usurpação alteração de limites ou propriedades (Art 161 e 162 do CP)	1	297	0,3%	
Roubo (Art 157 do CP)	1	297	0,3%	

Fonte: SESP/PR, 2018

Indicador 26: Acolhimento de crianças e adolescentes

Definição: população de 0 a 17 anos acolhida, por mil habitantes na mesma faixa etária.

Entre as crianças e adolescentes a taxa de acolhimento é um pouco mais que um a cada mil. Apenas duas regiões apresentaram acolhimento, Rocio I e Vila Rosa. Do total, três acolhimentos não tiveram informação de região de residência da criança ou adolescente acolhido.

Tabela 125: Acolhimento de crianças e adolescentes

Região Geográfica	População 0 a 17 anos	População 0 a 17 anos acolhida	Taxa (1.000)
Centro	684		0,0
Distrito Industrial	110		0,0
Colônia Francesa	563		0,0
Jardim Christine	528		0,0
Rocio II	293		0,0
São José e Regina Vitória	669		0,0
Zona Rural I	1.423		0,0
Zona Rural II	2.452		0,0
Vila Rosa	1.482	3	2,0
Rocio I	1.507	6	4,0
Não informado	-	3	-
Município	9.711	12	1,2

Menor Valor	Vila Rosa	2,0
Média	Palmeira	1,2
Maior Valor	Rocio I	4,0

Diferença:
1,0 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

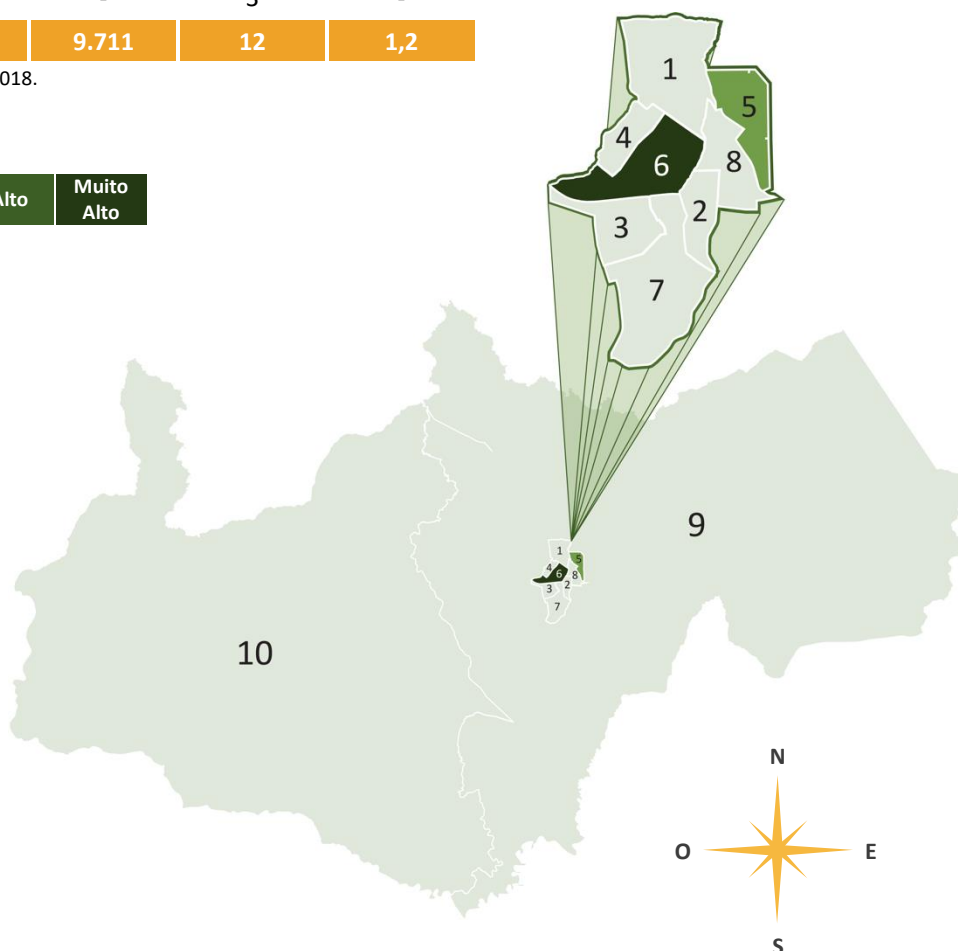
Fonte: Unidades de Acolhimento, 2018.

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Indicador 27: Acolhimento de pessoa idosa

Definição: população com 60 anos e mais acolhida, por mil habitantes na mesma idade.

No acolhimento da pessoa idosa a taxa é bem maior, chegando a quase 18 acolhimentos a cada mil habitantes de 60 anos e mais. A diferença entre a menor e a maior taxa diferentes de zero ultrapassa quatro.

Tabela 126: Acolhimento de pessoa idosa*

Região Geográfica	População 60 anos e mais	População 60 anos e mais acolhida	Taxa (1.000)
Distrito Industrial	41		0,0
Colônia Francesa	144		0,0
Rocio II	62		0,0
São José e Regina Vitória	161		0,0
Zona Rural II	897	1	1,0
Rocio I	582	1	1,7
Centro	452	2	4,4
Zona Rural I	557	3	5,4
Jardim Christine	183	1	5,5
Vila Rosa	350	2	5,7
Não informado		30	-
Outros municípios		10	-
Município	2.247	40	17,8

Menor Valor

Média

Maior Valor

Zona Rural II

1,0

Palmeira

17,8

Vila Rosa

5,7

Diferença:

4,1 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: Unidades de Acolhimento, 2018.

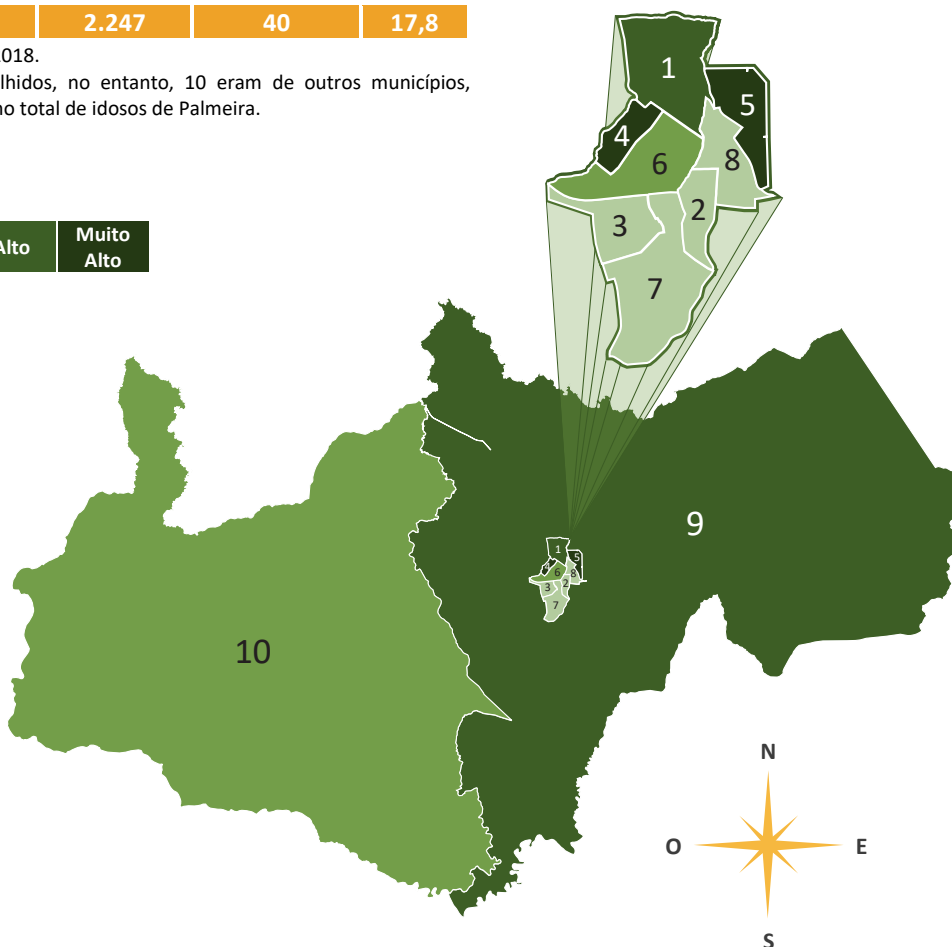
*No total, teve-se 50 idosos acolhidos, no entanto, 10 eram de outros municípios, portanto não foram considerados no total de idosos de Palmeira.

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Indicador 28: Famílias do Cadastro Único - CadÚnico

Definição: famílias cadastradas no CadÚnico, sobre o total de domicílios particulares ocupados.

Em média 30,7% das famílias de Palmeira estão cadastradas no Cadastro Único. A região com a maior taxa é a Rocio II que corresponde à 87,7% das famílias residentes. A diferença entre o maior e o menor indicador é de aproximadamente 50 vezes (49,9).

Tabela 127: Famílias do Cadastro Único

Região Geográfica	Total domicílios	Famílias CadÚnico	(%)
Distrito Industrial	116	2	1,7%
Jardim Christine	575	89	15,5%
Zona Rural II	2.501	541	21,6%
Zona Rural I	1.413	380	26,9%
Centro	933	251	26,9%
Rocio I	1.634	448	27,4%
Colônia Francesa	452	129	28,6%
São José e Regina Vitória	699	209	29,9%
Vila Rosa	1.242	711	57,2%
Rocio II	253	222	87,7%
Não informado		30	-
Palmeira	9.818	3.012	30,7%

Menor Valor	Distrito Ind.	1,7%
Média	Palmeira	30,7%
Maior Valor	Rocio II	87,7%

Diferença:
49,9 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

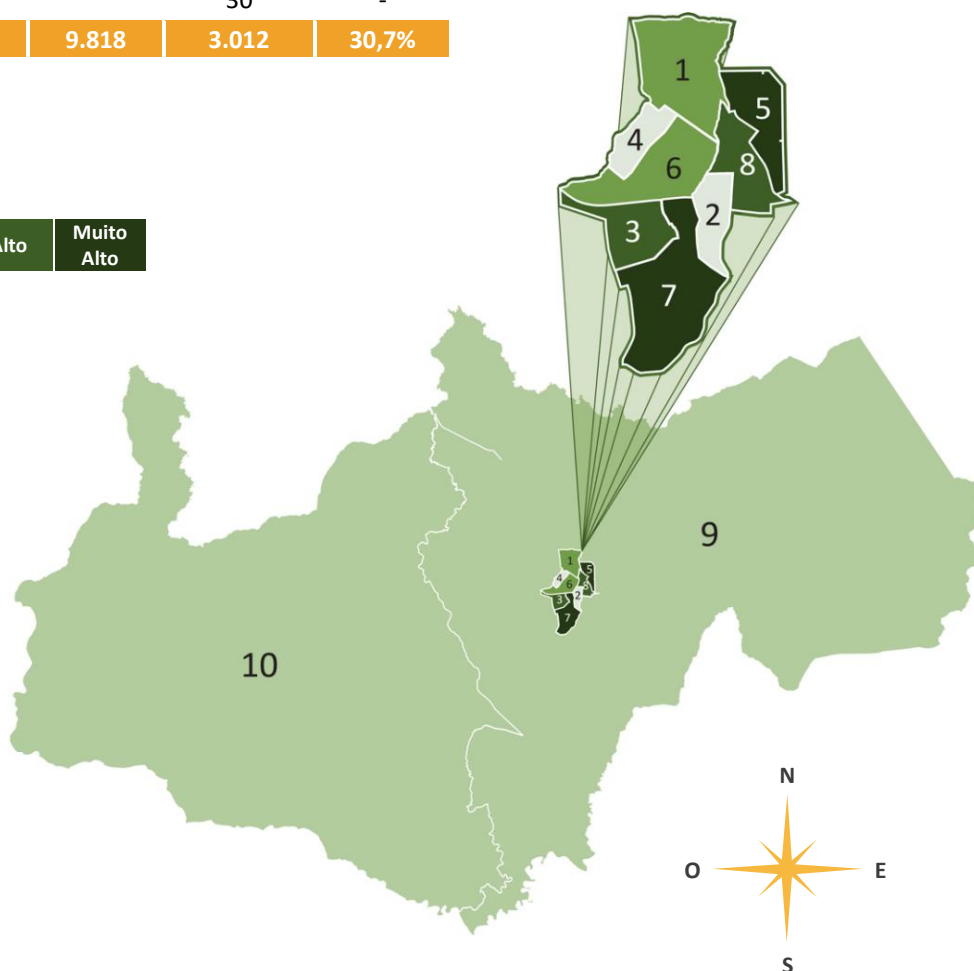
Fonte: CECAD, 2019.

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Indicador 29: Pessoas do Cadastro Único - CadÚnico

Definição: pessoas cadastradas no CadÚnico sobre a população total da região.

Em média 27,9% dos munícipes de Palmeira estão cadastrados no CadÚnico. A Região com a maior taxa é a Rocio II com 75,3% da população residente nesta região. A diferença entre o maior e o menor indicador é de 38,8 vezes.

Tabela 128: Pessoas do Cadastro Único

	Região Geográfica	População total	Pessoas CadÚnico	(%)
	Distrito Industrial	370	7	1,9%
	Jardim Christine	1.792	284	15,8%
	Colônia Francesa	1.603	318	19,8%
	Zona Rural II	8.249	1.720	20,8%
	Centro	2.832	656	23,2%
	Rocio I	5.211	1.305	25,0%
	Zona Rural I	4.654	1.170	25,1%
	São José e Regina Vitória	2.239	603	26,9%
	Vila Rosa	4.307	2.156	50,1%
	Rocio II	866	652	75,3%
	Não informado	-	79	-
	Município	32.123	8.950	27,9%

Menor Valor

Distrito Ind.

1,9%

Média

Palmeira

27,9%

Maior Valor

Rocio II

75,3%

Diferença:
38,8 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

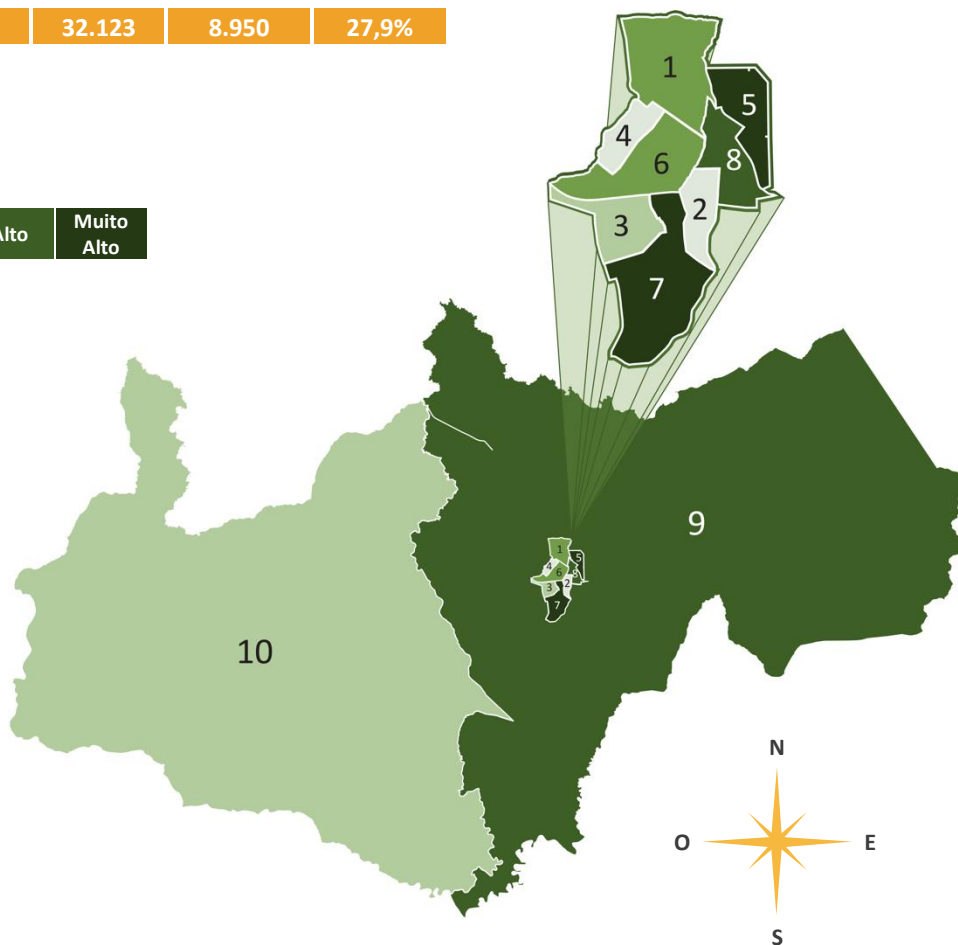
Fonte: CECAD, 2019.

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Indicador 30: Pessoas por família do Cadastro Único - CadÚnico

Definição: população cadastrada no CadÚnico sobre a quantidade de famílias no mesmo cadastro.

O CadÚnico do município tem 8.950 pessoas cadastradas em 3.012 famílias, o que resulta em média de 3 pessoas por família.

Tabela 129: Pessoas por família do Cadastro Único

Região Geográfica	Pessoas no CadÚnico	Famílias CadÚnico	Média	Menor Valor	Colônia Francesa	2,5
				Média	Palmeira	3,0
				Maior Valor	Distrito Ind.	3,5
Colônia Francesa	318	129	2,5			
Centro	656	251	2,6			
São José e Regina Vitória	603	209	2,9			
Rocio I	1.305	448	2,9			
Rocio II	652	222	2,9			
Vila Rosa	2.156	711	3,0			
Zona Rural I	1.170	380	3,1			
Zona Rural II	1.720	541	3,2			
Jardim Christine	284	89	3,2			
Distrito Industrial	7	2	3,5			
Não informado	79	30	2,6			
Município	8.950	3.012	3,0			

Diferença:
0,2 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

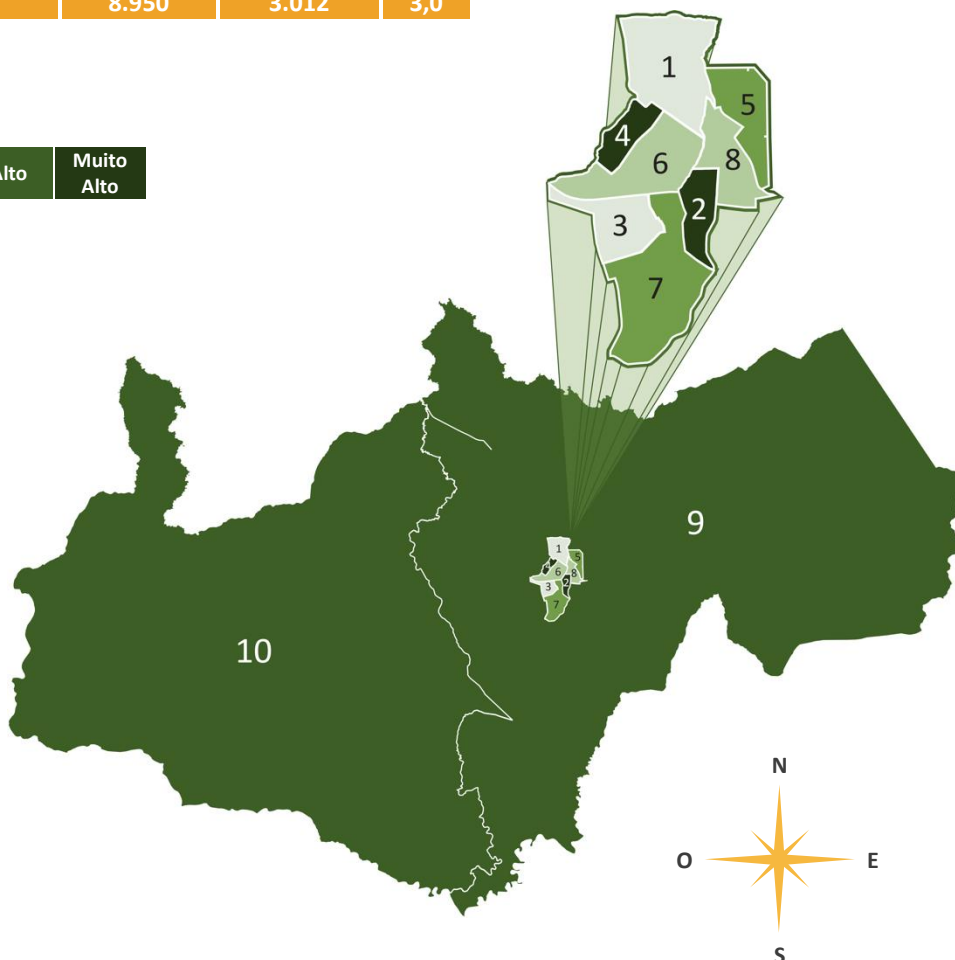
Fonte: CECAD, 2019.

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Indicador 31: Famílias do Cadastro Único com cadastro atualizado

Definição: famílias cadastradas no CadÚnico com cadastro atualizado, sobre o total de famílias cadastradas.

A média de famílias com cadastro atualizado no CadÚnico é de 81,6%. O maior percentual encontra-se na região Rocio II com 70,8%.

Tabela 130: Família do CadÚnico com cadastro atualizado

Região Geográfica	Famílias do CadÚnico	Famílias com CadÚnico atualizado	(%)
Distrito Industrial	116	2	1,7%
Jardim Christine	575	78	13,6%
Zona Rural II	2.501	407	16,3%
Zona Rural I	1.413	280	19,8%
Centro	933	217	23,3%
Rocio I	1.634	382	23,4%
Colônia Francesa	452	117	25,9%
São José e Regina Vitória	699	164	23,5%
Vila Rosa	1.242	605	48,7%
Rocio II	253	179	70,8%
Não informado	30	26	-
Município	3.012	2.457	81,6%

Menor Valor	Distrito Ind.	1,7%
Média	Palmeira	81,6%
Maior Valor	Rocio II	70,8%

Diferença:
44,6 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

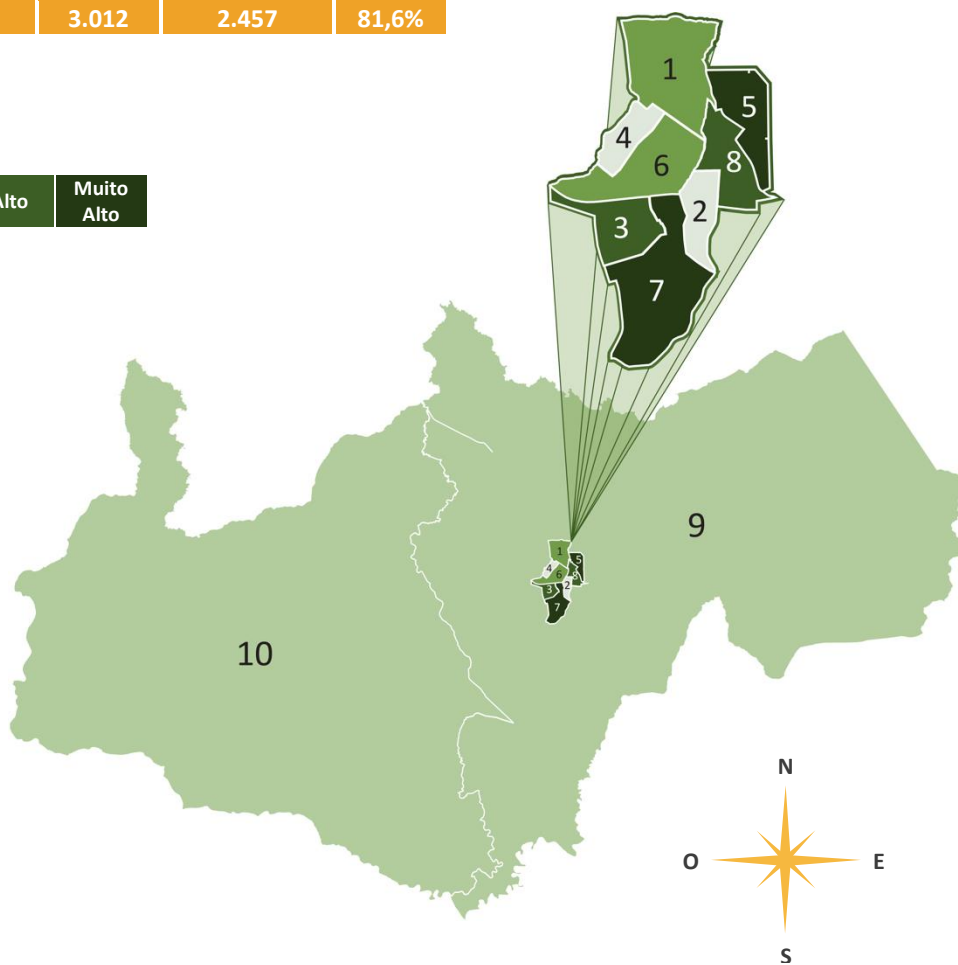
Fonte: CECAD, 2019.

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Indicador 32: Famílias com o Cadastro Único atualizado e renda per capita de até R\$ 89,00

Definição: famílias com CadÚnico atualizado e renda per capita de até R\$ 89,00, sobre o total de famílias com CadÚnico atualizado.

O total de famílias com CadÚnico atualizado e renda per capita inferior a R\$ 89,00 é de 10,3%. Além da região do Distrito Industrial, em que se teve apenas duas famílias cadastradas, a Zona Rural II foi a que apresentou o maior percentual de famílias com renda per capita de até R\$ 89,00, com 13,5%.

Tabela 131: Famílias com o CadÚnico atualizado e renda per capita de até R\$ 89,00

Região Geográfica	Famílias com CadÚnico atualizado	Famílias com CadÚnico atualizado e renda de até R\$ 89,00	(%)
Jardim Christine	78	4	5,1%
Colônia Francesa	117	9	7,7%
São José e Regina Vitória	164	14	8,5%
Vila Rosa	605	53	8,8%
Centro	217	20	9,2%
Rocio I	382	37	9,7%
Rocio II	179	20	11,2%
Zona Rural I	280	35	12,5%
Zona Rural II	407	55	13,5%
Distrito Industrial	2	1	50,0%
Não informado	26	6	-
Município	2.457	254	10,3%

Menor Valor	Jd. Christine	5,1%
Média	Palmeira	10,3%
Maior Valor	Distrito Indl.	50,0%

**Diferença:
8,8 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

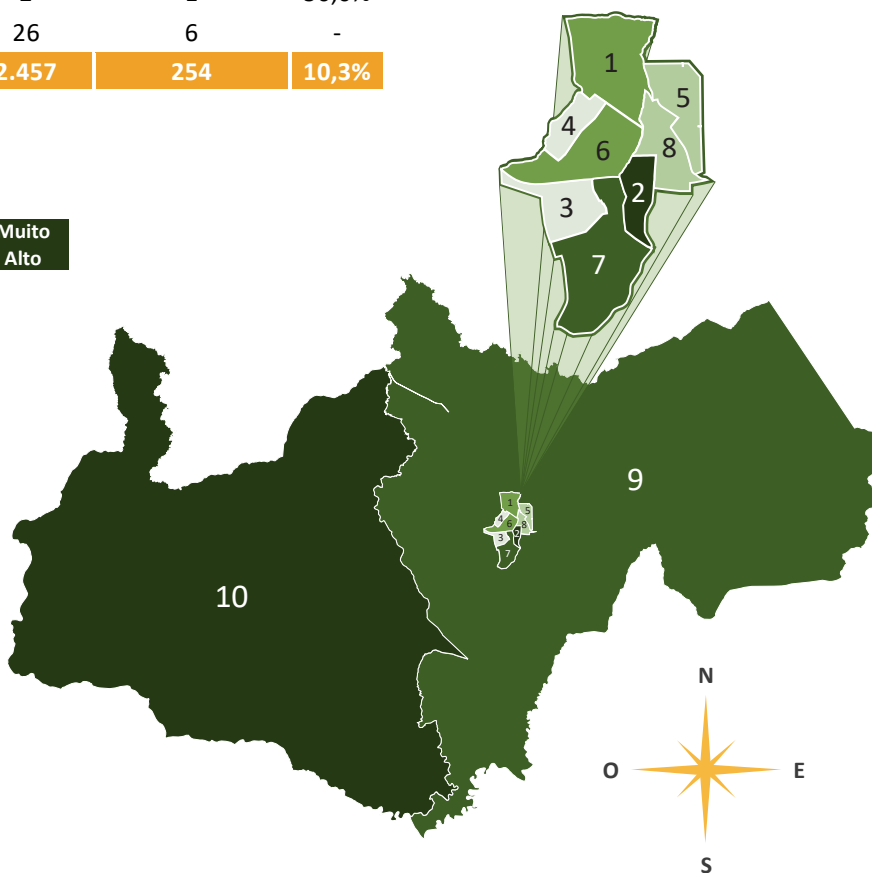
Fonte: CECAD, 2019.

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Indicador 33: Famílias com o CadÚnico atualizado e renda per capita de R\$ 89,01 até R\$ 178,00

Definição: famílias com o CadÚnico atualizado e renda per capita de R\$ 89,00 até R\$ 178,00, sobre o total de famílias com o CadÚnico atualizado.

A média de famílias com renda per capita entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 cadastradas no CadÚnico é 18%. O maior valor encontra-se na região Zona Rural II com 28,3%.

Tabela 132: Famílias com Cadastro Único atualizado e renda per capita de R\$ 89,01 até R\$ 178,00

Região Geográfica	Famílias com CadÚnico atualizado	Famílias com CadÚnico atualizado e renda de 89,01 até 178,00	(%)	Menor Valor	Centro	9,7%
				Média	Palmeira	18%
				Maior Valor	Zona Rural II	28,3%
Distrito Industrial	2	0	0,0%			
Centro	217	21	9,7%			
Rocio I	382	43	11,3%			
Rocio II	179	21	11,7%			
Colônia Francesa	117	14	12,0%			
São José e Regina Vitória	164	25	15,2%			
Jardim Christine	78	12	15,4%			
Vila Rosa	605	118	19,5%			
Zona Rural I	280	65	23,2%			
Zona Rural II	407	115	28,3%			
Não informado	26	8	-			
Município	2.457	442	18,0%			

Diferença:
1,9 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

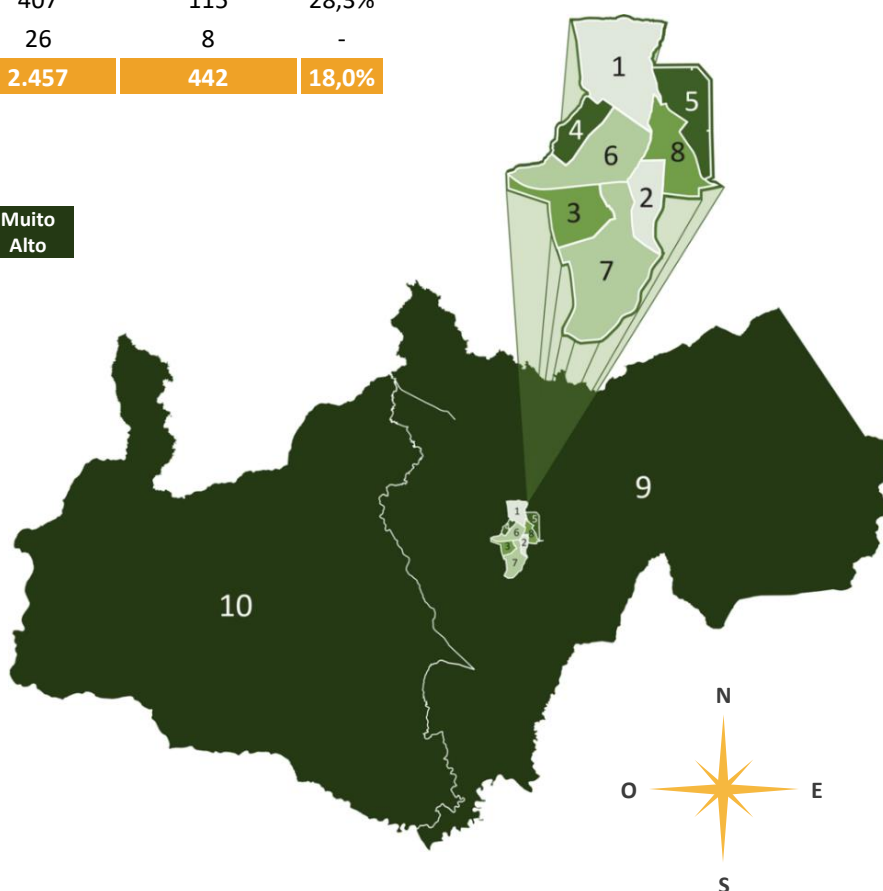
Fonte: CECAD, 2019.

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Indicador 34: Famílias com o CadÚnico atualizado e renda per capita de R\$ 178,01 até ½ SM

Definição: famílias com o CadÚnico atualizado e renda per capita de R\$ 178,01 até ½ SM, sobre o total de famílias com o CadÚnico atualizado.

A média de famílias com renda per capita entre R\$ 178,01 e ½ SM cadastradas no CadÚnico é 42,7%. O maior valor encontra-se na região Rocio II com 50,3%.

Tabela 133: Famílias com cadastro atualizado e renda per capita de R\$ 178,01 até 1/2 SM

Região Geográfica	Famílias com CadÚnico atualizado	CadÚnico atualizado e renda de 178,01 até 1/2 SM	(%)
Distrito Industrial	2	0	0,0%
Centro	217	78	35,9%
Colônia Francesa	117	46	39,3%
Zona Rural I	280	111	39,6%
São José e Regina Vitória	164	66	40,2%
Zona Rural II	407	165	40,5%
Vila Rosa	605	260	43,0%
Jardim Christine	78	38	48,7%
Rocio I	382	189	49,5%
Rocio II	179	90	50,3%
Não informado	26	5	-
Município	2.457	1.048	42,7%

Menor Valor	Centro	35,9%
Média	Palmeira	42,7%
Maior Valor	Rocio II	50,3%

Diferença:
0,4 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

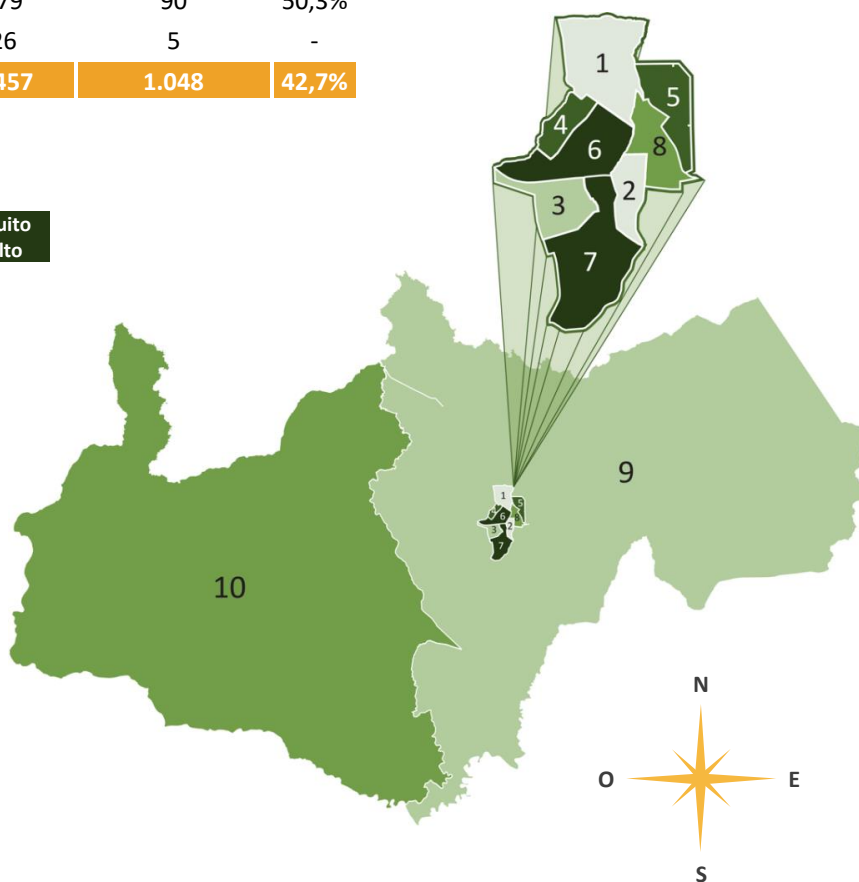
Fonte: CECAD, 2019.

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Indicador 35: Famílias com o CadÚnico atualizado e renda per capita acima de ½ SM

Definição: famílias com o CadÚnico atualizado e renda per capita acima de ½ SM, sobre o total de famílias com o CadÚnico atualizado.

Com relação as famílias com renda per capita acima de ½ SM, tem-se a região do Distrito Industrial e do Centro com o percentual mais representativo, considerando o total de famílias cadastradas em cada região, sendo 50,0% e 45,2%, respectivamente. A média do município é de 29,0%.

Tabela 134: Famílias com o CadÚnico atualizado e renda per capita acima de ½ SM

Região Geográfica	Famílias com CadÚnico atualizado	Famílias com CadÚnico atualizado e renda acima de 1/2 SM	%	Menor Valor	Zona Rural II	17,7%
				Média	Palmeira	29,0%
				Maior Valor	Distrito Ind.	50,0%
Zona Rural II	407	72	17,7%			
Zona Rural I	280	69	24,6%			
Rocio II	179	48	26,8%			
Vila Rosa	605	174	28,8%			
Rocio I	382	113	29,6%			
Jardim Christine	78	24	30,8%			
São José e Regina Vitória	164	59	36,0%			
Colônia Francesa	117	48	41,0%			
Centro	217	98	45,2%			
Distrito Industrial	2	1	50,0%			
Não informado	26	7	-			
Município	2.457	713	29,0%			

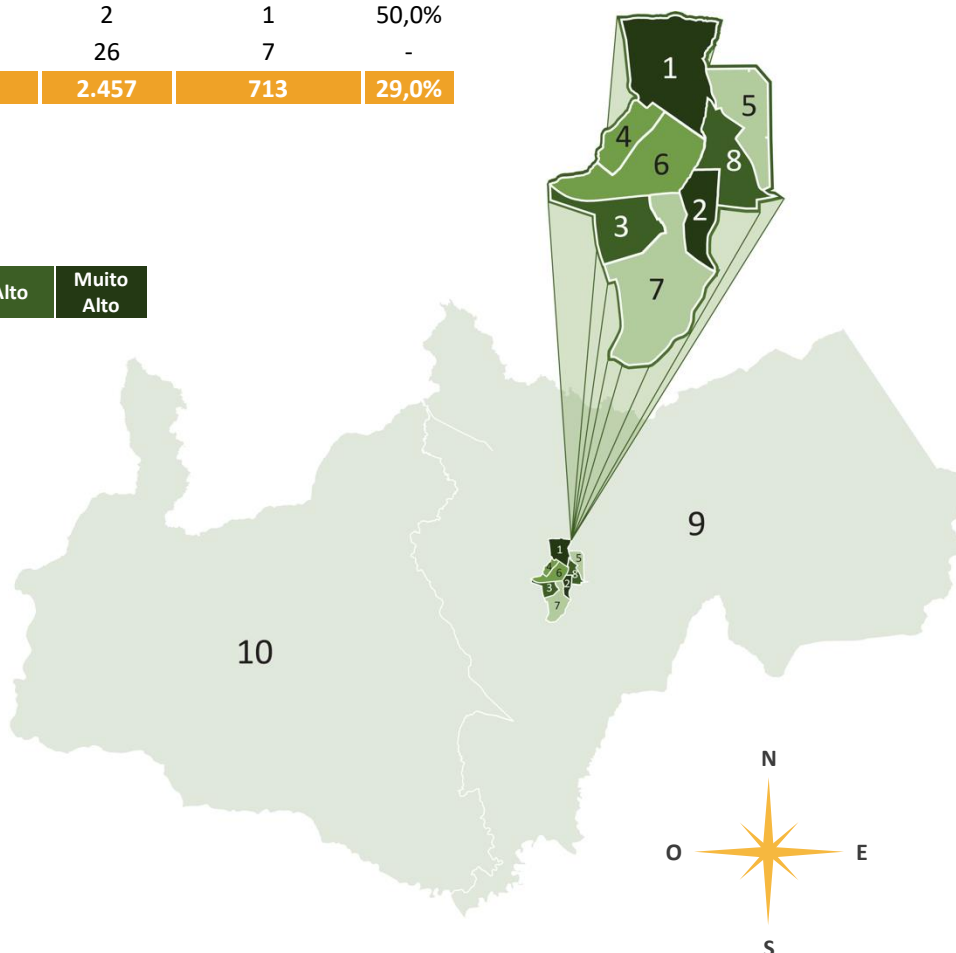
Fonte: CECAD, 2019.

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Diferença:
1 vez

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Indicador 36: Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família - PBF

Definição: famílias beneficiárias do PBF sobre o total de domicílios particulares ocupados.

O percentual de famílias beneficiadas do PBF em relação ao total de domicílios particulares ocupados é de 7,1%. A Região com a maior percentual é Rocio II e com a menor taxa a do Distrito Industrial e o Jardim Christine com 2,1%.

Tabela 135: Famílias beneficiárias do PBF

Região Geográfica	Domicílios particulares	Famílias beneficiadas PBF	%
Distrito Industrial	116	1	0,9%
Jardim Christine	575	12	2,1%
Centro	933	40	4,3%
São José e Regina Vitória	699	32	4,6%
Colônia Francesa	452	23	5,1%
Rocio I	1.634	85	5,2%
Zona Rural II	2.501	178	7,1%
Zona Rural I	1.413	111	7,9%
Vila Rosa	1.242	162	13,0%
Rocio II	253	36	14,2%
Não informado	-	14	
Município	9.818	694	7,1%

Menor Valor	Distrito Indl.	0,9%
Média	Palmeira	7,1%
Maior Valor	Rocio II	14,2%

Diferença:
15,5 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

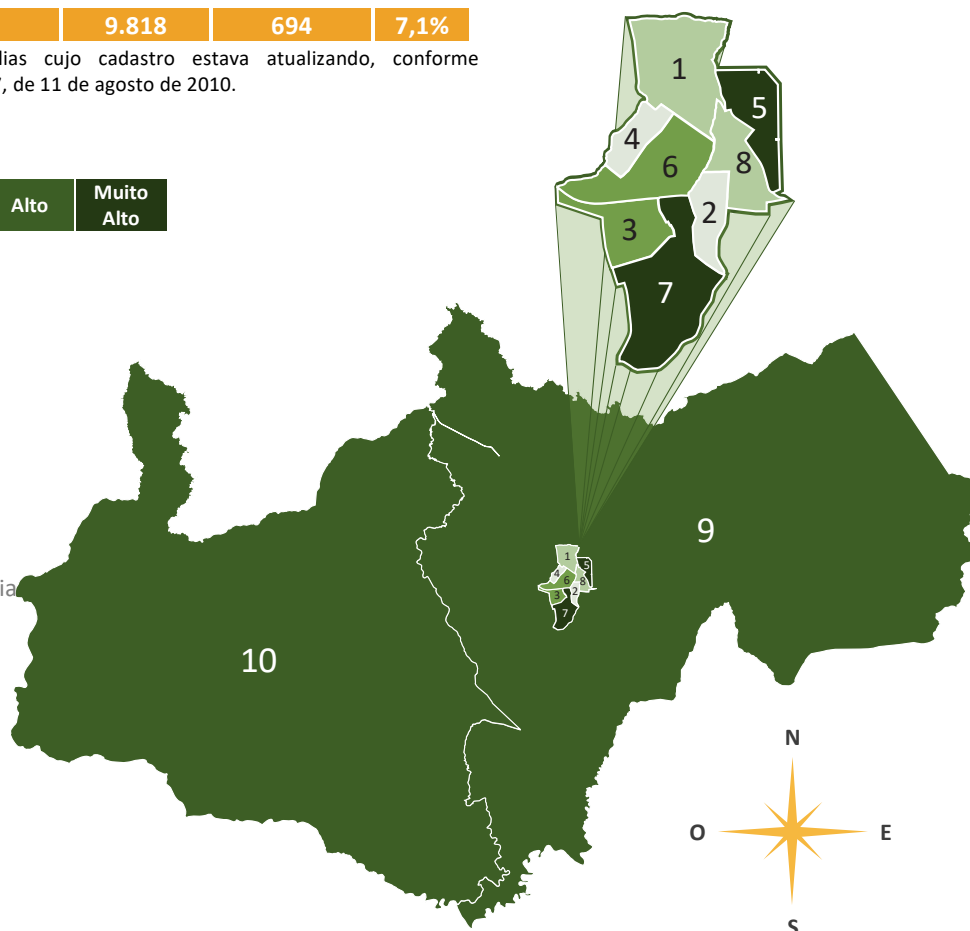
Obs.: Considerou-se as famílias cujo cadastro estava atualizando, conforme prerrogativas da Portaria nº 617, de 11 de agosto de 2010.

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Indicador 37: Famílias do CadÚnico atualizado com renda per capita de até R\$ 89,00 não beneficiárias do Programa Bolsa Família - PBF

Definição: famílias do CadÚnico atualizado com renda per capita de até R\$ 89,00 não beneficiárias do PBF, sobre o total de famílias com CadÚnico atualizado e renda per capita de até R\$ 89,00.

Considera-se famílias em situação de extrema pobreza aquelas cuja renda familiar per capita é até R\$ 89,00. Nesta perspectiva, um dos critérios do PBF é beneficiar aquelas que se encontram nesta situação. Ao analisar as famílias com cadastro atualizado no CadÚnico, cerca de 19,3% delas encontram-se em extrema pobreza e não recebem o benefício. Quando analisamos por território, as regiões do Jardim Christine e São José e Regina Vitória foram as que tiveram maiores percentuais, 50% e 35,7%, respectivamente.

Tabela 136: Famílias beneficiárias do PBF por renda até R\$ 89,00 com cadastro atualizado

Região Geográfica	Famílias CadÚnico com renda de até R\$ 89,00	Famílias NÃO beneficiárias do PBF	%
Distrito Industrial	1	0	0,0%
Zona Rural I	35	3	8,6%
Rocio I	37	6	16,2%
Vila Rosa	53	10	18,9%
Centro	20	4	20,0%
Zona Rural II	55	11	20,0%
Colônia Francesa	9	2	22,2%
Rocio II	20	6	30,0%
São José e Regina Vitória	14	5	35,7%
Jardim Christine	4	2	50,0%
Não informado	6	0	-
Município	254	49	19,3%

Menor Valor	Zona Rural I	8,6%
Média	Palmeira	19,3%
Maior Valor	Jd.Christine	50,0%

**Diferença:
4,8 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

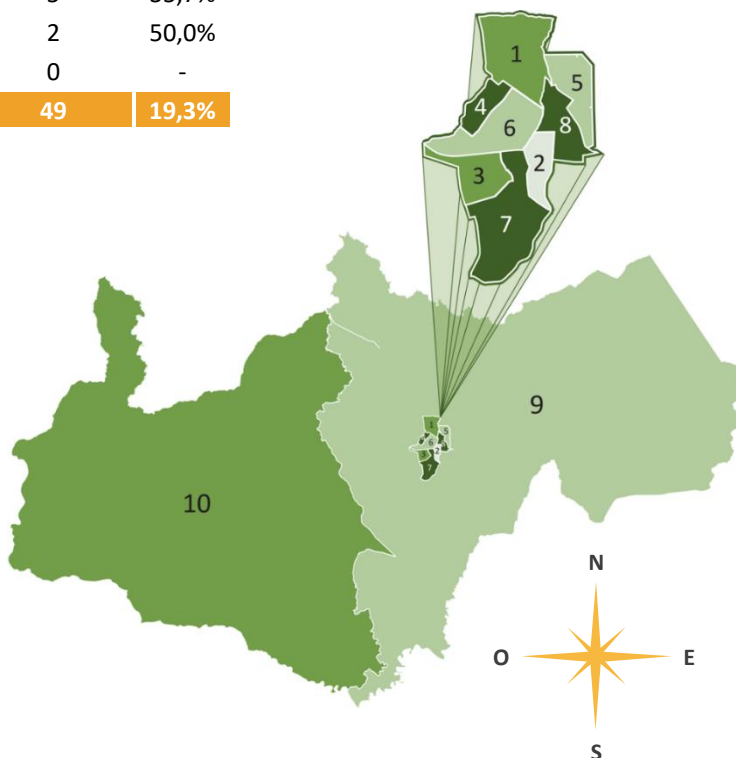
Fonte: CECAD, 2019

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Indicador 38: Famílias do CadÚnico atualizado com crianças e adolescentes e renda per capita de R\$ 89,01 até R\$ 178,00 não beneficiárias do Programa Bolsa Família

Definição: famílias do CadÚnico atualizado, com crianças e adolescentes e renda per capita de R\$ 89,01 até R\$ 178,00 não beneficiárias do PBF, sobre o total de famílias do CadÚnico atualizado com crianças e adolescentes e renda per capita de R\$ 89,01 até R\$ 178,00.

Considera-se famílias em situação de pobreza aquelas cuja renda familiar per capita é de R\$ 89,01 até R\$ 178,00. Nesta perspectiva, um dos critérios do PBF é beneficiar aquelas que se encontram nesta situação, desde que tenham como membros familiares crianças, adolescentes ou gestantes. Ao analisar as famílias com cadastro atualizado no CadÚnico, cerca de 19,5% delas encontram-se nesta situação e não recebem o benefício. Quando analisamos por território, as regiões do Rocio II e Jardim Christine foram as que tiveram maiores percentuais, 42,9% e 33,3%, respectivamente.

Tabela 137: Famílias com crianças e adolescentes e renda per capita de R\$ 89,01 até 178,00 NÃO beneficiárias do PBF

Região Geográfica	Famílias c/ crianças e adolescentes e renda de R\$ 89,01 até 178,00	Famílias NÃO Beneficiárias do PBF	%
Distrito Industrial	0	0	0,0%
Colônia Francesa	6	0	0,0%
Zona Rural I	23	1	4,3%
Zona Rural II	43	7	16,3%
Centro	10	2	20,0%
Vila Rosa	57	12	21,1%
São José e Regina	11	3	27,3%
Vitória	11	3	27,3%
Rocio I	17	5	29,4%
Jardim Christine	6	2	33,3%
Rocio II	7	3	42,9%
Não informado	5	1	-
Município	185	36	19,5%

Menor Valor	Zona Rural I	4,3%
Média	Palmeira	19,5%
Maior Valor	Rocio II	42,9%

Diferença:
8,9 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: CECAD, 2019.

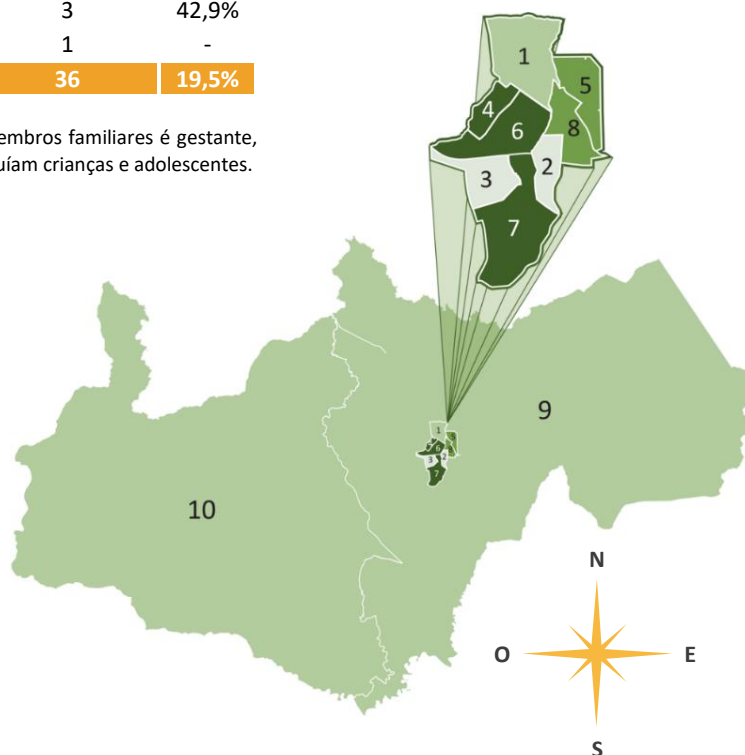
*Na base do Cead não possui a informação se um dos membros familiares é gestante, portanto, considerou-se neste critério, as famílias que possuíam crianças e adolescentes.

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Indicador 39: Famílias com CadÚnico atualizado que atendem os critérios do Programa Bolsa Família e não recebem o benefício.¹⁶

Definição: famílias com CadÚnico atualizado que atendem os critérios do PBF e não recebem o benefício, sobre o total de famílias com CadÚnico atualizado que atendem os critérios do PBF.

De um modo geral, considerando os critérios de pobreza e extrema pobreza apresentados nos indicadores 136 e 137, cerca de 19,4% das famílias cadastradas no CadÚnico se encontram nestas condicionalidades e não recebem o benefício. Destaque para a região do Jardim Christine (40,0%) e Rocio II (33,3%).

Tabela 138: Famílias do CadÚnico que atendem os critérios do PBF e não recebem o benefício.

Região Geográfica	Famílias do CadÚnico atualizado que atendem os critérios	Famílias que NÃO recebem o benefício	%
Distrito Industrial	1	0	0,0%
Zona Rural I	58	4	6,9%
Colônia Francesa	15	2	13,3%
Zona Rural II	98	18	18,4%
Centro	30	6	20,0%
Vila Rosa	110	22	20,0%
Rocio I	54	11	20,4%
São José e Regina Vitória	25	8	32,0%
Rocio II	27	9	33,3%
Jardim Christine	10	4	40,0%
Não informado	11	1	-
Município	439	85	19,4%

Menor Valor	Zona Rural I	6,9%
Média	Palmeira	19,4%
Maior Valor	Jd. Christine	40,0%

Diferença:
4,8 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

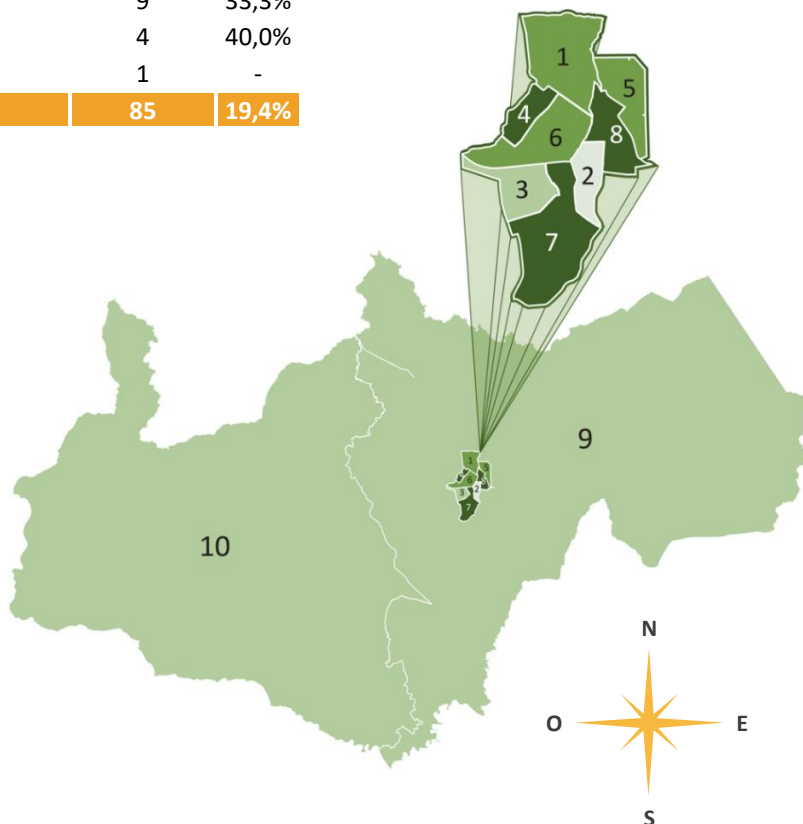
Fonte: CECAD, 2019.

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



¹⁶ Critérios do PBF: família com renda per capita de até R\$ 89,00 e famílias com renda per capita de R\$ 89,01 até R\$ 178,00 com crianças, adolescentes e gestantes.

Indicador 40: Famílias beneficiárias do Programa Família Paranaense

Definição: famílias beneficiárias do Programa Família Paranaense sobre o total de domicílios particulares ocupados por mil domicílios.

A taxa de responsáveis que recebem o Programa Família Paranaense no município é de 6,9 a cada mil. A região do Rocio II se destaca como a maior beneficiária deste programa e a diferença entre o maior e menor valor no município é de 8,1.

Tabela 139: Famílias beneficiárias do Programa Família Paranaense

Região Geográfica	Domicílios particulares	Famílias beneficiárias	Taxa (1.000)	Menor Valor	Jd. Christine	1,7
				Média	Palmeira	7,0
				Maior Valor	Rocio II	15,8
Distrito Industrial	116		0,0			
Jardim Christine	575	1	1,7			
Centro	933	2	2,1			
São José e Regina Vitória	699	2	2,9			
Colônia Francesa	452	3	6,6			
Rocio I	1.634	11	6,7			
Zona Rural I	1.413	10	7,1			
Zona Rural II	2.501	18	7,2			
Vila Rosa	1.242	16	12,9			
Rocio II	253	4	15,8			
Não informado	-	1	-			
Município	9.818	68	6,9			

Diferença:
8,1 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

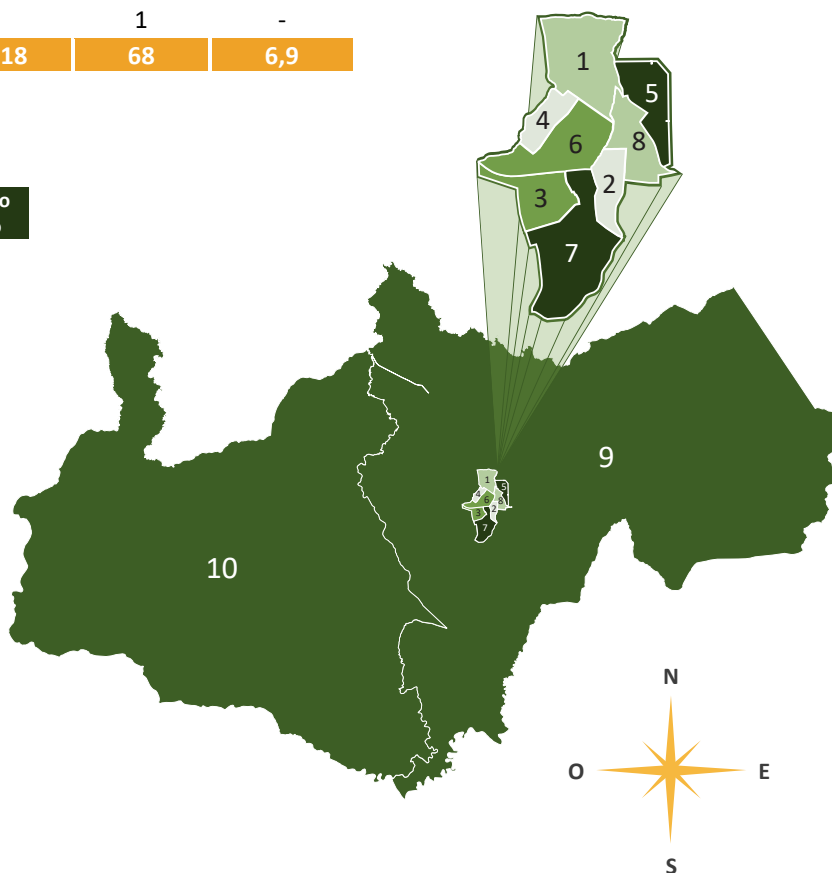
Fonte: Programa Família Paranaense, 2018.

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Indicador 41: Pessoa Idosa beneficiária do Benefício da Prestação Continuada - BPC

Definição: população com 60 anos e mais beneficiária do BPC sobre a população total na mesma faixa etária.

O BPC - Idoso é possível projetar proporção de população idosa beneficiária por território, pois temos a estratificação desta faixa etária residente, por região. Neste sentido, a região Rocio II foi a que teve maior percentual, com 19,4% dos idosos que recebem o benefício.

Tabela 140: Pessoa idosa beneficiária do BPC

Região Geográfica	Pessoa idosa com 60 anos e mais	Pessoa idosa beneficiária	%
Distrito Industrial	41	0	0,0%
Jardim Christine	183	2	1,1%
Zona Rural II	897	12	1,3%
Rocio I	582	15	2,6%
Zona Rural I	557	19	3,4%
Centro	452	18	4,0%
Colônia Francesa	144	11	7,6%
São José e Regina Vitória	161	14	8,7%
Vila Rosa	350	37	10,6%
Rocio II	62	12	19,4%
Não informado	-	7	-
Município	3.429	147	4,3%

Menor Valor	Jd. Christine	1,1%
Média	Palmeira	4,3%
Maior Valor	Rocio II	19,4%

Diferença:
16,7 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

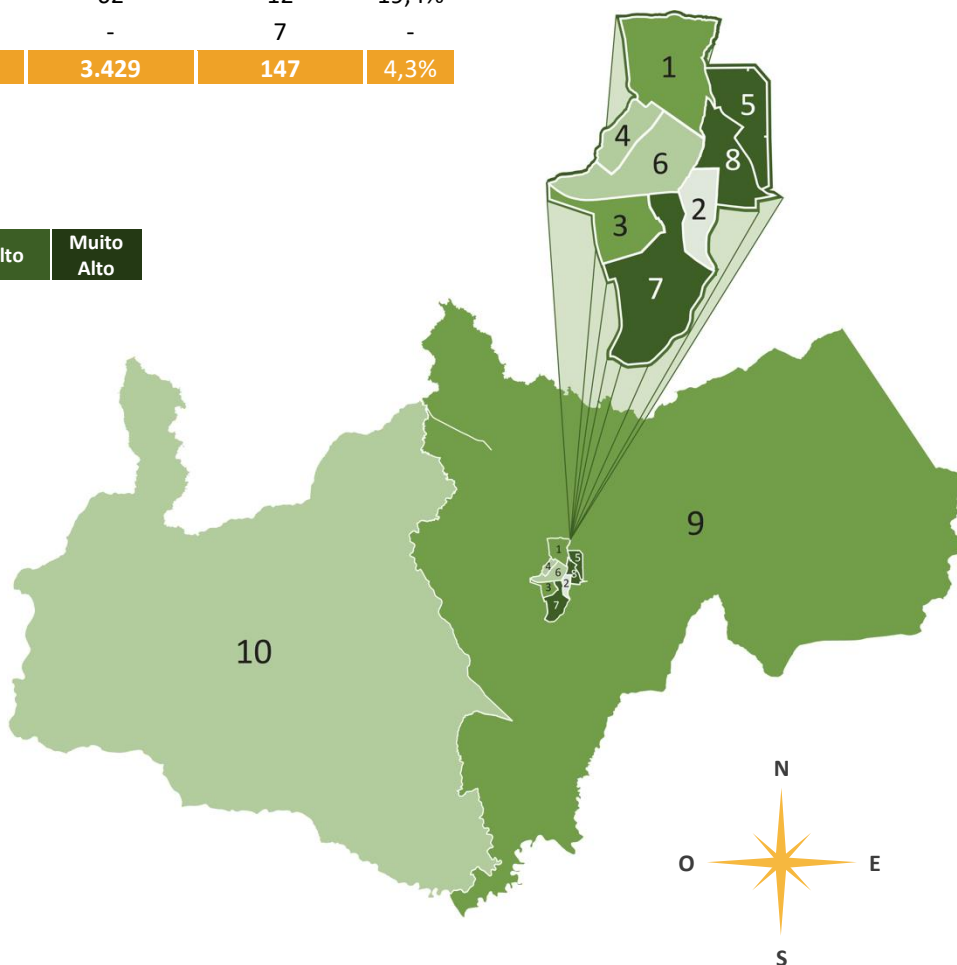
Fonte: BPC, 2018.

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



6.3 MAPA SOCIAL DOS INDICADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Tabela 141: Mapa social dos indicadores da Assistência Social

	Região Geográfica	Indicadores de Acompanhamento e Benefícios																			
		Famílias acompanhadas no PAIF	Taxa de acompanhamento do SCFV de crianças e adolescentes	Taxa de acompanhamento do SCFV de adultos	Taxa de acompanhamento do SCFV de idosos	Taxa de acompanhamento no PAEFI	Indicador de MSE de 12 a 17 anos	Indicador de MSE de 18 a 21 anos	Adolescente de 12 a 17 anos infrator	Jovens de 18 a 21 anos que cometeram ato infracional	Famílias do Cadastro Único - CadÚnico	Famílias com o Cadastro Único atualizado e renda per capita de até R\$ 89,00	Famílias com o CadÚnico atualizado e renda per capita de R\$ 89,01 até R\$ 178,00	Famílias com o CadÚnico atualizado e renda per capita de R\$ 178,01 até ½ SM	Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família - PBF	Famílias do CadÚnico atualizado com renda per capita de até R\$ 89,00 não beneficiárias do Programa Bolsa Família - PBF	Famílias do CadÚnico atualizado com crianças e adolescentes e renda per capita de R\$ 89,01 até R\$ 178,00 não beneficiárias do Programa Bolsa Família	Famílias com CadÚnico atualizado que atendem os critérios do Programa Bolsa Família e não recebem o benefício.	Famílias beneficiárias do Programa Família Paraense	Pessoa Idosa beneficiária do Benefício da Prestação Continuada - BPC	Total de Indicadores da Assistência Social
	Parâmetro (média município)	> 11,1	> 41,2	> 7,1	>31,5	>5,0	>0,8	>3,1	>26,3	>88,6	>30,7%	>10,3%	>18,0%	>42,7%	>7,1%	>19,3%	>19,5%	>19,4%	>7,0	>4,3%	19
	Distrito Industrial	0,0	0,0	0,00	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7%	50,0%	0,0%	0,0%	0,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	1
	Zona Rural I	5,7	0,0	0,37	3,59	4,9	0,0	0,0	0,0	13,6	26,9%	12,5%	23,2%	39,6%	7,9%	8,6%	4,3%	6,9%	7,1	3,4%	4
	Colônia Francesa	6,6	53,3	0,00	13,89	5,6	0,0	8,5	4,7	33,9	28,6%	7,7%	12,0%	39,3%	5,1%	22,2%	0,0%	13,3%	6,6	7,6%	5
	Jardim Christine	8,7	49,2	0,93	10,93	2,2	5,2	0,0	0,0	32,0	15,5%	5,1%	15,4%	48,7%	2,1%	50,0%	33,3%	40,0%	1,7	1,1%	6
	Zona Rural II	2,8	2,9	22,86	39,02	1,2	0,0	1,9	1,1	1,9	21,6%	13,5%	28,3%	40,5%	7,1%	20,0%	16,3%	18,4%	7,2	1,3%	6
	Rocio I	12,2	63,0	0,96	10,31	4,4	0,0	5,2	67,4	96,1	27,4%	9,7%	11,3%	49,5%	5,2%	16,2%	29,4%	20,4%	6,7	2,6%	8
	Centro	4,3	46,8	0,59	64,16	10,2	3,7	0,0	44,9	74,5	26,9%	9,2%	9,7%	35,9%	4,3%	20,0%	20,0%	20,0%	2,1	4,0%	8
	São José e Regina Vitória	8,6	41,9	0,71	49,69	5,4	0,0	5,7	12,7	73,9	29,9%	8,5%	15,2%	40,2%	4,6%	35,7%	27,3%	32,0%	2,9	8,7%	8
	Vila Rosa	40,3	78,9	5,66	57,14	9,5	0,0	2,7	35,9	195,1	57,2%	8,8%	19,5%	43,0%	13,0%	18,9%	21,1%	20,0%	12,9	10,6%	14
	Rocio II	15,8	160,4	0,00	48,39	9,2	8,2	14,9	73,8	328,4	87,7%	11,2%	11,7%	50,3%	14,2%	30,0%	42,9%	33,3%	15,8	19,4%	17

Fonte: Paineis Pesquisas, 2019.

Legenda de cor

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

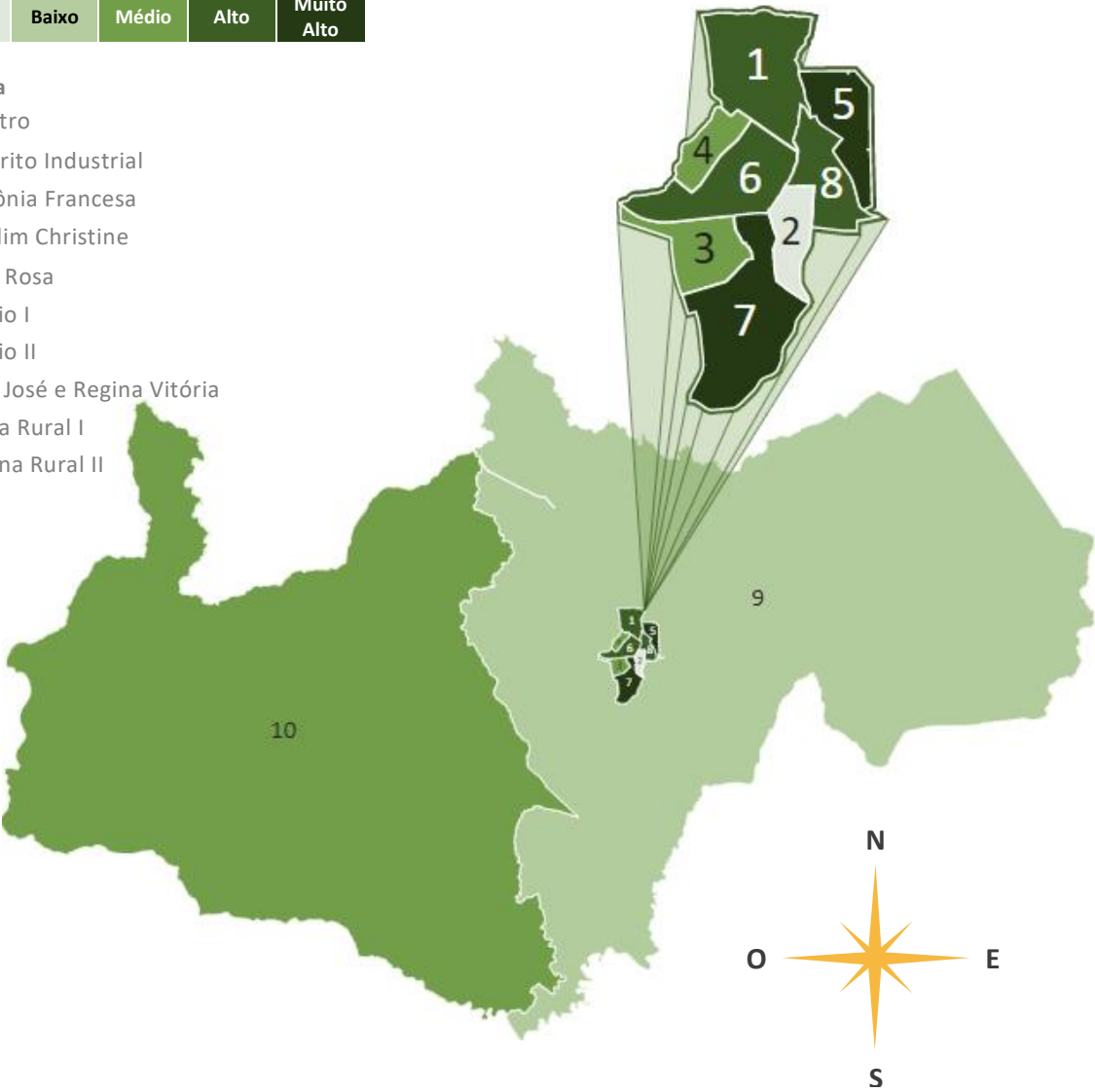
Os indicadores da Assistência Social mostram as regiões do Rocio II e Santa Rosa como as mais vulneráveis, mesmo cenário já visto no mapa social do perfil socioeconômico. Dos 19 indicadores apresentados na Tabela 141 a Região Vila Rosa conta com 14 taxas e a Região do Rocio II com 17 taxas, acima da média do município; contagem 57% superior em relação às regiões classificadas como “alto”. Portanto a matriz da Assistência ratifica a atenção do gestor público para as regiões Rocio II e Santa Rosa.

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



7 GESTÃO DO TRABALHO

A Gestão do Trabalho no SUAS está prevista na Norma Operacional Básica, a NOB - SUAS/2012, em seu Capítulo VIII, e é uma função importante na engrenagem do sistema, podendo ser transformada pelos entes em área específica no organograma do SUAS, de acordo com as condições de cada estado e município. Segundo a NOB – SUAS 2012, em seu Art. 109, “A gestão do trabalho no SUAS compreende o planejamento, a organização e a execução das ações relativas à valorização do trabalhador e à estruturação do processo de trabalho institucional, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.” (MDS, 2012, s./p.).

Nesse sentido, cabe à gestão do trabalho estabelecer junto aos trabalhadores a disseminação do conhecimento sobre temáticas atinentes ao SUAS, assim como agir de modo a proporcionar o desenvolvimento de habilidades, potencialidades e competências técnicas, éticas e gerenciais dos trabalhadores, de maneira que a execução da Política de Assistência Social tenha caráter profissional e esteja em consonância com as normativas e legislações vigentes no país, superando o assistencialismo e o caráter de favor que ainda hoje repercutem nessa tão importante política pública de direito dos cidadãos que dela precisam.

Para que o município execute com êxito essa desafiadora função na operacionalização do SUAS, algumas normativas, instrumentos e estratégias foram criados. Destacam-se entre eles: a NOB/RH – SUAS, que estabelece regras sobre os quadros principais e obrigatórios para as ofertas socioassistenciais e para a gestão do SUAS de modo geral; a Resolução CNAS nº 09, de 15 de abril de 2014, que reconhece e define os trabalhadores do SUAS de nível médio e fundamental; e a Resolução CNAS nº 17, de 20 de junho de 2011, que reconhece as categorias profissionais de trabalhadores do SUAS de nível superior. Há ainda a previsão de uma estratégia específica para a necessária formação continuada no SUAS, que é a educação permanente, a qual prevê estudo, compartilhamento de experiências exitosas e revisão do fazer profissional constantemente.

Segundo MDS (2011 p. 30):

A formação na área, para consolidar os avanços no SUAS, não se confunde com a capacitação pontual e instrucional acerca dos conteúdos basilares, especialmente a base legal. A educação permanente em assistência social implica os trabalhadores na participação direta nos processos de organização do trabalho, qualificação dos serviços e conquistas progressivas das condições condignas em que as práticas cotidianas são realizadas.

Sabe-se que essa é uma tarefa desafiadora para os municípios, no entanto, em todo o país estão se construindo processos de educação permanente, buscando cada vez mais a oferta de um trabalho qualificado, digno, capaz de despertar nos usuários a autonomia e o protagonismo cidadãos pregados pelo SUAS.

O presente diagnóstico situacional sobre a Gestão do Trabalho poderá fundamentar o plano de educação permanente do município de Palmeira, devendo haver diálogo entre as informações aqui trazidas e o planejamento das ações da Gestão do Trabalho em relação à educação permanente dos trabalhadores do SUAS da rede pública e privada.

A seguir, serão apresentados os dados de gestão do trabalho do município de Palmeira.

7.1 PESQUISA COM OS TRABALHADORES DA REDE SOCIOASSISTENCIAL DO MUNICÍPIO

Com relação à pesquisa realizada com os trabalhadores da rede socioassistencial do município, conforme descrito no Capítulo 2, “Notas metodológicas”, o questionário foi estruturado e validado pela comissão municipal de acompanhamento do diagnóstico. A pesquisa foi realizada com todos os trabalhadores que compõem a rede, sejam eles governamentais ou não governamentais. O questionário foi enviado por e-mail, conforme relação nominal com os dados para contato, disponibilizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Palmeira.

O objetivo da pesquisa é abordar o perfil dos trabalhadores que atuam no município, considerando a formação inicial, ou seja, de quando ingressaram na Política de Assistência Social no município, formação atual, quantos anos atuam na rede socioassistencial, entre outras informações.

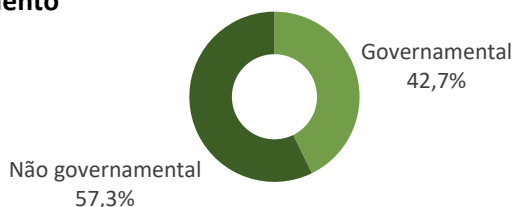
Buscou-se também identificar as capacitações acessadas pelos trabalhadores durante o ano de 2018, compreendendo os temas abordados e quais seriam as áreas de interesse para futuras capacitações e formações.

Desse modo, a pesquisa compreendeu 117 trabalhadores da rede, sendo 57,3% da esfera não governamental, ou seja, atuam nas OSCs que compõem a rede socioassistencial de Palmeira. Faz-se necessário dar atenção ao fato de que a educação permanente prevista para o SUAS deve contemplar e integrar todos os trabalhadores, independentemente de atuarem na esfera governamental ou não governamental.

Tabela 142: Natureza administrativa do equipamento

Resposta	Quant.	(%)
Governamental	50	42,7%
Não governamental	67	57,3%
Total Geral	117	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas, 2019.

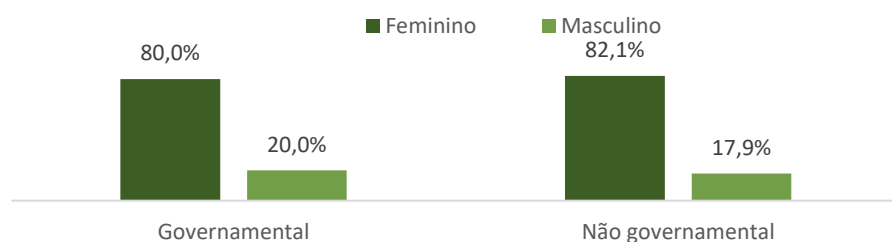


Ambas têm mais pessoas do sexo feminino trabalhando, em torno de 81,2%, o que corrobora com a tendência nacional, embora que, atualmente, já se percebe um aumento na incidência de trabalhadores do sexo masculino na Assistência Social.

Tabela 143: Sexo dos funcionários

Resposta	Governamental		Não governamental		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Feminino	40	80,0%	55	82,1%	95	81,2%
Masculino	10	20,0%	12	17,9%	22	18,8%
Total Geral	50	100,0%	67	100,0%	117	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

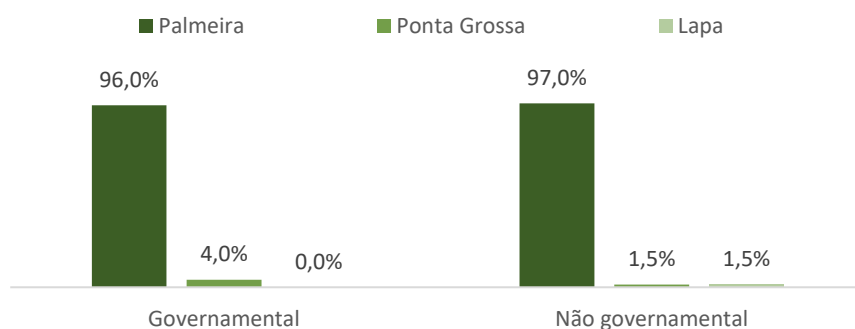


Apenas 3,4% da rede é composta por profissionais que moram em outro município, o que leva à reflexão hipotética de que em sua imensa maioria os trabalhadores do SUAS de Palmeira conhecem o território em que atuam e estão envolvidos com ele.

Tabela 144: Cidade de residência

Resposta	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Palmeira	48	96,0%	65	97,0%	113	96,6%
Ponta Grossa	2	4,0%	1	1,5%	3	2,6%
Lapa	0	0,0%	1	1,5%	1	0,9%
Total Geral	50	100,0%	67	100,0%	117	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.



Os estatutários somam 78% do quadro dos governamentais e 37,3% dos não governamentais. Entre os não governamentais têm-se ainda 49,3% contratos por CLT. Esse dado tem relevância para a gestão do SUAS, haja vista que, quanto maior a vinculação dos profissionais, menor deve ser a precarização das relações trabalhistas. Esse é um conteúdo que deve estar na pauta da área ou dos responsáveis pela gestão do trabalho dos municípios. Tabela 145: Vínculo empregatício

Resposta	Governamental		Não governamental		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Estatutário	39	78,0%	25	37,3%	64	54,7%
CLT		0,0%	33	49,3%	33	28,2%
Comissionado	4	8,0%	0	0,0%	4	3,4%
Contrato de prestação de serviço		0,0%	7	10,4%	7	6,0%
Estagiário	4	8,0%		0,0%	4	3,4%
Eletivo	3	6,0%		0,0%	3	2,6%
Cedido(a)		0,0%	1	1,5%	1	0,9%
Voluntário		0,0%	1	1,5%	1	0,9%
Total Geral	50	100,0%	67	100,0%	117	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

Aproximadamente 50% dos funcionários, tanto governamentais como não governamentais, têm até cinco anos de atuação na área da Assistência Social. Uma parcela de 19,2% dos não governamentais está há mais de 16 anos atuando na rede e o percentual nos governamentais é de 10%, o que indica que 29,2% dos trabalhadores acompanharam grande parte do processo de transformação da Assistência Social em política pública de direito, assim como a organização do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Esses dados devem remeter à reflexão de quão plural o plano de educação permanente deverá ser, considerando a diversidade de tempo de atuação dos profissionais.

Tabela 146: Período que iniciou na Política de Assistência Social

Resposta	Governamental		Não governamental		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Menos de 1 ano	5	10,0%	15	22,1%	20	17,1%
De 1 a 5 anos	20	40,0%	19	27,9%	39	33,3%
De 6 a 10 anos	11	22,0%	12	17,6%	23	19,7%
De 11 a 15 anos	9	18,0%	7	10,3%	16	13,7%
De 16 a 20 anos	2	4,0%	5	7,4%	7	6,0%
De 21 anos ou mais	3	6,0%	8	11,8%	11	9,4%
Não informado		0,0%	1	1,5%	1	0,9%
Total Geral	50	100,0%	68	100,0%	117	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

Tanto entre os trabalhadores governamentais como entre os não governamentais, a escolaridade inicial era na maioria (37,6%) o ensino médio completo.

Tabela 147: Escolaridade inicial

Resposta	Governamental		Não governamental		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Ensino Fundamental Incompleto	4	8,0%	11	16,4%	15	12,8%
Ensino Fundamental Completo	6	12,0%	7	10,4%	13	11,1%
Ensino Médio Incompleto	4	8,0%	4	6,0%	8	6,8%
Ensino Médio Completo	19	38,0%	25	37,3%	44	37,6%
Ensino Superior Incompleto	4	8,0%	3	4,5%	7	6,0%
Ensino Superior Completo	8	16,0%	13	19,4%	21	17,9%
Especialização	5	10,0%	4	6,0%	9	7,7%
Total Geral	50	100,0%	67	100,0%	117	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

Tabela 148: Escolaridade (atual):

Resposta	Governamental		Não governamental		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Ensino Fundamental Incompleto	1	2,0%	11	16,4%	12	10,3%
Ensino Fundamental Completo	4	8,0%	3	4,5%	7	6,0%
Ensino Médio Incompleto	2	4,0%	6	9,0%	8	6,8%
Ensino Médio Completo	14	28,0%	16	23,9%	30	25,6%
Ensino Superior Incompleto	6	12,0%	9	13,4%	15	12,8%
Ensino Superior Completo	6	12,0%	10	14,9%	16	13,7%
Especialização	17	34,0%	12	17,9%	29	24,8%
Total Geral	50	100,0%	67	100,0%	117	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

Conforme pode-se perceber, tanto entre os trabalhadores do SUAS governamentais como entre os não governamentais, houve uma evolução na escolaridade, pois os dados demonstram que no início 34% dos governamentais tinham superior incompleto ou mais, atualmente esse percentual é de 58%. Já no caso dos trabalhadores não governamentais, no início 29,9% tinham ensino superior incompleto ou mais e, atualmente, esse percentual é de 46,2%. Esse dado é de suma importância pois corrobora com a orientação da Política Nacional de Assistência Social no que se refere à importância de um fazer teórico metodológico na área, afastando-se das ações de assistencialismo, desprovidas de profissionalização.

Tabela 149: Resumo da escolaridade inicial

Resposta	Governamental		Não governamental		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Ensino médio completo ou menos	33	66,0%	47	70,1%	80	68,4%
Superior incompleto ou mais	17	34,0%	20	29,9%	37	31,6%
Total Geral	50	100,0%	68	100,0%	117	100,0%

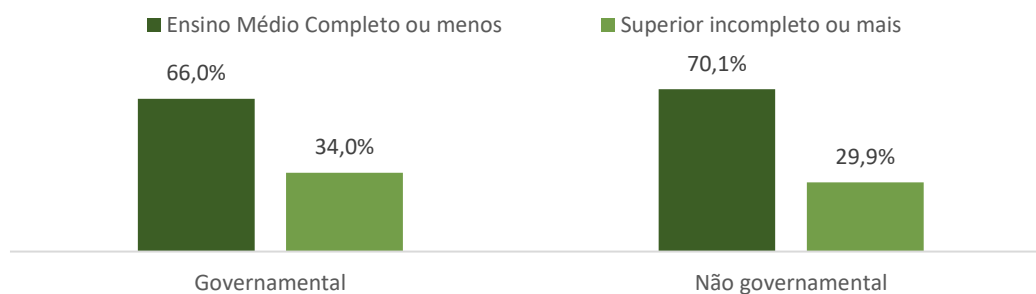
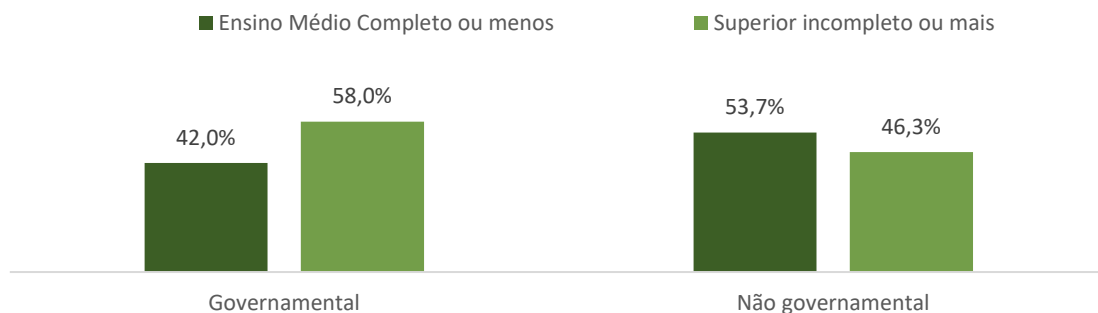


Tabela 150: Resumo da escolaridade atual

Resposta	Governamental		Não governamental		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Ensino Médio Completo ou menos	21	42,0%	36	53,7%	57	48,7%
Superior incompleto ou mais	29	58,0%	31	46,3%	60	51,3%
Total Geral	50	100,0%	68	100,0%	117	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas, 2019.



Conforme apresentado na tabela a seguir, 38,8% dos profissionais atuam no CRAS, 28,6% na Gestão da Secretaria de Assistência Social e 22,4% atuam no CREAS. Os outros 10,2% atuam no Conselho Tutelar, equipamento este que apesar de estar administrativamente ligado ao governo, é autônomo, ou seja, não compõe uma política pública e sim defende direitos já firmados no ECA, contudo, pode trabalhar articuladamente ao SUAS.

Tabela 151: Tipo do equipamento que atuam os trabalhadores GOVERNAMENTAIS

Resposta	Governamental	
	Quant.	(%)
CRAS	19	38,0%
Secretaria de Assistência Social - Gestão	14	28,0%
CREAS	11	22,0%
Conselho Tutelar	6	12,0%
Total Geral	50	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas, 2019.

Entre os trabalhadores não governamentais 29,9% atuam na APAE, 28,4% na AMAS e 20,9% na AMB. O restante, outros 20,6% atuam em outras seis instituições.

Tabela 152: Nome do equipamento que atuam os NÃO GOVERNAMENTAIS

Resposta	Não governamental	
	Quant.	(%)
APAE	20	29,9%
AMAS	19	28,4%
AMB	14	20,9%
Lar Acelino	6	9,0%
Vila Vicentina Frederico Ozanam	3	4,5%
Lar Levi	2	3,0%
Associação Família De Maria	1	1,5%
Lar Sagrada Família	1	1,5%
Associação Projeto Renascer	1	1,5%
Total Geral	67	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

As ofertas governamentais possuem mais profissionais formados em Serviço Social (14,0%) e, na área não governamental, 12,7% são auxiliares de serviços gerais e 11% educadores sociais.

Tabela 153: Profissão do entrevistado

Resposta	Governamental		Não governamental		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Agente Social	3	6,0%	1	1,5%	4	3,4%
Aposentado	1	2,0%	0	0,0%	1	0,9%
Assessora Jurídica	0	0,0%	1	1,5%	1	0,9%
Assistente Administrativo	0	0,0%	2	3,0%	2	1,7%
Assistente Social	7	14,0%	3	4,5%	10	8,5%
Auxiliar Administrativo	2	4,0%	4	6,0%	6	5,1%
Auxiliar de Contabilidade	0	0,0%	1	1,5%	1	0,9%
Auxiliar de Cozinha	0	0,0%	1	1,5%	1	0,9%
Auxiliar de Escritório	0	0,0%	3	4,5%	3	2,6%
Auxiliar de Manutenção	0	0,0%	1	1,5%	1	0,9%
Auxiliar de Serviços Gerais	3	6,0%	12	17,9%	15	12,8%
Conselheiro(a) tutelar	6	12,0%	0	0,0%	6	5,1%
Contador(a)	1	2,0%	1	1,5%	2	1,7%
Coordenador(a)	0	0,0%	2	3,0%	2	1,7%
Coordenador(a) da Proteção Social Básica	1	2,0%	0	0,0%	1	0,9%
Coordenador(a) Pedagógico	0	0,0%	1	1,5%	1	0,9%
Correspondente bilíngue	0	0,0%	1	1,5%	1	0,9%
Cozinheira	2	4,0%	4	6,0%	6	5,1%
Cuidador de Idosos	0	0,0%	1	1,5%	1	0,9%
Digitador	1	2,0%	0	0,0%	1	0,9%

Direção Auxiliar	0	0,0%	1	1,5%	1	0,9%
Educador Social	4	8,0%	3	4,5%	7	6,0%
Educador(a) Social	6	12,0%	7	10,4%	13	11,1%
Estagiário(a)	4	8,0%	0	0,0%	4	3,4%
Fiscal Tributário I	1	2,0%	0	0,0%	1	0,9%
Fisioterapeuta	0	0,0%	1	1,5%	1	0,9%
Fonoaudióloga	0	0,0%	1	1,5%	1	0,9%
Instrutor(a)	0	0,0%	2	3,0%	2	1,7%
Motorista	3	6,0%	1	1,5%	4	3,4%
Nutricionista	0	0,0%	1	1,5%	1	0,9%
Orientador(a)	0	0,0%	2	3,0%	2	1,7%
Pedagogo(a)	2	4,0%	0	0,0%	2	1,7%
Professor(a)	1	2,0%	5	7,5%	6	5,1%
Psicólogo(a)	1	2,0%	1	1,5%	2	1,7%
Recepcionista	0	0,0%	1	1,5%	1	0,9%
Secretário(a) executivo(a)	0	0,0%	1	1,5%	1	0,9%
Técnico em Enfermagem	0	0,0%	1	1,5%	1	0,9%
Telefonista	1	2,0%	0	0,0%	1	0,9%
Total Geral	50	100,0%	67	100,0%	117	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

Para analisar o quadro de profissionais que atuam na rede socioassistencial do município de Palmeira, foram consideradas as legislações e resoluções que normatizam e definem o quadro profissional que deve atuar na rede. Nesse sentido, utilizou-se como fundamento para categorização dos profissionais a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS, a Resolução CNAS 09/2014 e a Resolução CNAS 17/2011, que ratificam e reconhecem as ocupações e as áreas de ocupações profissionais tanto de nível fundamental, médio e superior em consonância com as normativas acima dispostas.

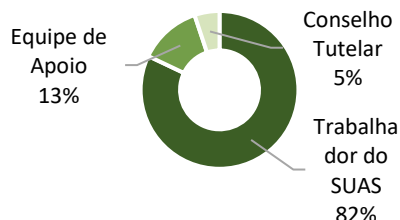
A pesquisa compreendeu todos os profissionais que atuam diretamente na rede socioassistencial do município, e, portanto, considerou-se como “Trabalhadores do SUAS” aqueles que estavam tipificados dentro das normativas legais supracitadas. Já os profissionais que atuam na rede e que não estão tipificados, classificou-se como “Equipe de Apoio”, pois realizam alguma atividade dentro dos equipamentos socioassistenciais. E ainda se categorizou, separadamente, os conselheiros tutelares, pois apesar de o Conselho Tutelar estar administrativamente ligado à Secretaria Municipal de Assistência Social, trata-se de um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, tendo, portanto, uma categoria específica.

Nesta perspectiva, 82,1% dos profissionais que atuam na rede socioassistencial de Palmeira estão tipificados conforme normativa e resoluções, portanto, foram classificados como trabalhadores do SUAS.

Tabela 154: Classificação dos profissionais segundo a NOB/SUAS RH

Classificação NOB/SUAS_RH	Quant.	(%)
Trabalhador do SUAS	96	82,1%
Equipe de Apoio	15	12,8%
Conselho Tutelar	6	5,1%
Total Geral	117	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas, 2019.



Adentrando nas categorizações utilizadas para apresentar o quadro de trabalhadores do SUAS, buscou-se, como já mencionado, os preceitos das resoluções que regulamentam as ocupações, classificando por escolaridade, funções ou categorias. Vale ressaltar que a classificação do nível de escolaridade teve como referência o cargo ocupado, haja vista que algumas funções, como é o caso dos profissionais de nível fundamental e médio, podem ser executadas por profissionais cuja formação é superior ao nível exigido na resolução.

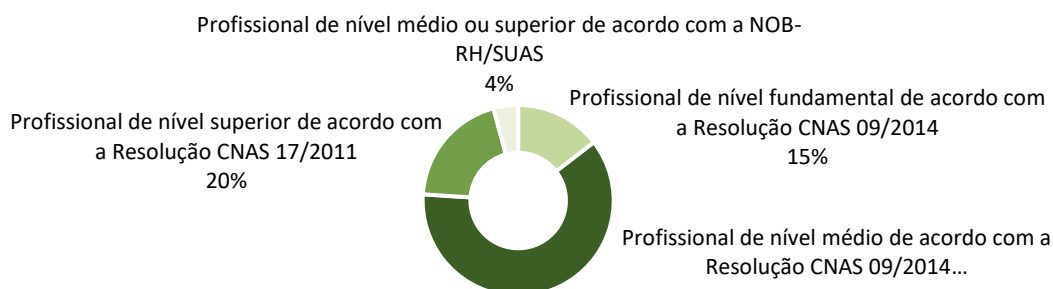
Diante disso, as informações compiladas dão conta que 61,5% dos profissionais que atuam na rede socioassistencial são de nível médio e 18,8% de nível superior.

É importante observar ainda, que os profissionais classificados na tabela abaixo como “Profissional de nível médio ou superior de acordo com a NOB-RH/SUAS” trata-se dos coordenadores de unidades de acolhimentos, que, segundo a normativa, podem ser profissionais de nível médio ou superior, sendo, portanto, classificados separadamente.

Tabela 155: Escolaridade exigida nos cargos ocupados pelos profissionais segundo normativas

Escolaridade	Quant.	(%)
Profissional de nível fundamental de acordo com a Resolução CNAS 09/2014	14	14,6%
Profissional de nível médio de acordo com a Resolução CNAS 09/2014	59	61,5%
Profissional de nível superior de acordo com a Resolução CNAS 17/2011	19	19,8%
Profissional de nível médio ou superior de acordo com a NOB-RH/SUAS	4	4,2%
Total Geral	96	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas, 2019.



Na tabela 156 apresenta-se o quadro dos trabalhadores do SUAS de Palmeira segundo a escolaridade, função ou categoria profissional e natureza administrativa. Nos equipamentos de natureza governamental, 30% dos profissionais correspondem à função de orientador ou educador social e 12,5% são assistentes sociais. Na natureza não governamental, o orientador social também foi o que apresentou o maior número de profissionais, representando 29,1%, seguido dos técnicos que atuam nas funções administrativas e de limpeza, ambas com 18,2%. Essa realidade está estreitamente ligada às ofertas socioassistenciais do município, nas quais as OSCs executam, em sua maioria, o SCFV, no qual há exigência do trabalho do educador ou orientador social. Outra oferta bastante incidente nas OSCs são os Serviços de Acolhimento Institucional, os quais demandam grandemente dos profissionais de limpeza.

Tabela 156: Escolaridade e, funções ou categorias profissionais exigidas nos cargos ocupados pelos profissionais por natureza.

Escolaridade exigida segundo normativas	Funções ou categoria profissional segundo normativas	Natureza				Total	
		Governamental		Não governamental			
		Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Profissional de nível fundamental de acordo com a Resolução CNAS 09/2014	Funções de cozinha	2	5,0%	6	10,9%	8	8,5%
	Funções de transporte	4	10,0%	1	1,8%	5	5,3%
Profissional de nível médio de acordo com a Resolução CNAS 09/2014	Cuidador social		0,0%	1	1,8%	1	1,1%
	Função de limpeza	3	7,5%	10	18,2%	13	13,8%
	Funções administrativas	4	10,0%	10	18,2%	14	14,9%
	Funções de gestão do Cadastro Único	1	2,5%		0,0%	1	1,1%
	Gestão	1	2,5%				
	Funções de gestão financeira e orçamentária		0,0%	1	1,8%	1	1,1%
	Orientador ou Educador Social	12	30,0%	16	29,1%	28	29,8%
Profissional de nível superior de acordo com a Resolução CNAS 17/2011	Advogado		0,0%	1	1,8%	1	1,1%
	Assistente Social	5	12,5%	2	3,6%	7	7,4%
	Contador	1	2,5%		0,0%	1	1,1%
	Gestão	4	10,0%	1	1,8%	5	5,3%
	Psicólogo	1	2,5%	1		2	2,1%
	Pedagogo	2	5,0%	1	1,8%	3	3,2%
Profissional de nível médio ou superior de acordo com a NOB-RH/SUAS	Coordenador de Unidade de Acolhimento, segundo classificação NOB RH/SUAS		0,0%	4	7,3%	4	4,3%
Total		41	100,0%	55	100,0%	96	174,5%

Fonte: Paineis Pesquisas, 2019.

Com relação à carga horária, 76% dos governamentais trabalham 40 horas semanais (76,0%). Entre os não governamentais prevalece a carga horária semanal de 44 para 56,7% dos entrevistados.

Tabela 157: Carga horária semanal

Resposta	Governamental		Não governamental		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
8	2	4,0%	1	1,5%	3	2,6%
20	8	16,0%	4	6,0%	12	10,3%
24		0,0%	1	1,5%	1	0,9%
28		0,0%	1	1,5%	1	0,9%
30	1	2,0%	1	1,5%	2	1,7%
32		0,0%	2	3,0%	2	1,7%
36		0,0%	1	1,5%	1	0,9%
40	38	76,0%	17	25,4%	55	47,0%
44		0,0%	38	56,7%	38	32,5%
Não informado	1	2,0%	1	1,5%	2	1,7%
Total Geral	50	100,0%	67	100,0%	117	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

No que diz respeito ao período de atuação no equipamento, nas ofertas governamentais os profissionais que atuam até cinco anos somam 68% e nas não governamentais 53,7%.

Tabela 158: Período que atua no equipamento atual

Resposta	Governamental		Não governamental		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Menos de 1 ano	14	28,0%	15	22,4%	29	24,8%
De 1 a 5 anos	20	40,0%	21	31,3%	41	35,0%
De 6 a 10 anos	6	12,0%	12	17,9%	18	15,4%
De 11 a 15 anos	4	8,0%	7	10,4%	11	9,4%
De 16 a 20 anos	1	2,0%	6	9,0%	7	6,0%
De 21 anos ou mais	4	8,0%	6	9,0%	10	8,5%
Não informado	1	2,0%		0,0%	1	0,9%
Total Geral	50		67	100,0%	117	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

70% dos entrevistados governamentais participaram de formações continuadas e 25,7% participaram da Escola de Gestão. Já os profissionais que atuam nas OSCs, 47,9% participaram de formações oferecidas pelo município.

Tabela 159: Participou de alguma das formações promovidas pelo município

Resposta	Governamental		Não governamental		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Formação continuada ofertada pela Secretaria de Assistência Social	35	70,0%	21	31,3%	56	47,9%
Escola de Gestão	9	25,7%		0,0%	9	7,7%
Não participei	15	30,0%	46	68,7%	61	52,1%
Total Geral	50	-	67	-	117	-

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

Entre os trabalhadores do SUAS governamentais, 46,7% dos que não participaram das formações afirmaram que não tiveram interesse, já entre os não governamentais, a maioria que não participou, 27,3%, afirmou que não foi informado.

Vale ressaltar que a educação permanente é uma função do Órgão Gestor aos trabalhadores do SUAS de toda a rede socioassistencial, portanto é importante reforçar os meios de comunicação e alcance a todos os profissionais.

Tabela 160: No ano de 2018, você participou de alguma das formações promovida pelo município?

Resposta	Governamental		Não governamental		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Não fui informado	4	26,7%	11	27,5%	15	27,3%
Não tive interesse	7	46,7%	7	17,5%	14	25,5%
Iniciei as atividades posterior ao período de capacitação	3	20,0%	9	22,5%	12	21,8%
Falta de disponibilidade	1	6,7%	3	7,5%	4	7,3%
Não compete ao meu setor de trabalho		0,0%	4	10,0%	4	7,3%
Morava em outra cidade e/ou estado		0,0%	2	5,0%	2	3,6%
Não teve formação/capacitação na área de interesse		0,0%	1	2,5%	1	1,8%
Realizei formação ofertada por outra secretaria – SEED		0,0%	2	5,0%	2	3,6%
Outro		0,0%	1	2,5%	1	1,8%
Total Geral	15	100,0%	40	100,0%	55	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

Dos profissionais governamentais, 68,6% participaram de cursos de formação de mais de 40 horas, enquanto 81% dos não governamentais participaram de cursos de até 8 horas.

Tabela 161: Qual foi o número de horas totais?

Resposta	Governamental		Não governamental		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Até 8 horas	4	11,4%	17	81,0%	21	37,5%
De 8 a 24 horas	2	5,7%	1	4,8%	3	5,4%
De 24 a 40 horas	5	14,3%	3	14,3%	8	14,3%
De 40 a 56 horas	17	48,6%		0,0%	17	30,4%
Mais que 56 horas	7	20,0%		0,0%	7	12,5%
Total Geral	35	100,0%	21	100,0%	56	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

A tabela a seguir demonstra que, dos profissionais que participaram menos de 24 horas em atividades de formação, 83,3% dos não governamentais afirmaram que não foram liberados para fazer os cursos, enquanto nos governamentais os motivos foram variados (incompatibilidade de agenda, falta de tempo, etc.).

Tabela 162: Se você participou menos de 24 horas, por quê?

Resposta	Governamental		Não governamental		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Não fui liberado pelo meu superior		0,0%	15	83,3%	15	60,0%
Incompatibilidade de agenda / conciliar com a demanda de atendimento	2	33,3%	3	16,7%	5	20,0%
Não tive interesse	2	33,3%		0,0%	2	8,0%
Falta de tempo	1	16,7%		0,0%	1	4,0%
Remanejamento	1	16,7%		0,0%	1	4,0%
Total Geral	6	-	19	100,0%	25	-

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

A maioria dos trabalhadores do SUAS avaliaram a participação nos cursos como muito importante, atingindo um total de 71,4% dos governamentais e 100% dos não governamentais, justificando que a participação melhora sua atuação. Isso demonstra o interesse dos trabalhadores em realizar um trabalho de qualidade aos usuários do SUAS.

Tabela 163: Como você avalia o curso/formação realizada para sua atuação profissional?

Resposta	Governamental		Não governamental		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Muito importante	25	71,4%	21	100,0%	46	82,1%
Importante	9	25,7%		0,0%	9	16,1%
Razoavelmente importante	1	2,9%		0,0%	1	1,8%
Total Geral	35	100,0%	21	100,0%	56	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

Tabela 164: Justifique sua resposta

Resposta	Governamental		Não governamental		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Até o momento não realizei	1	2,9%		0,0%	1	1,8%
Consonância com a NOB RH SUAS	1	2,9%		0,0%	1	1,8%
Importância de manter-se atualizado quanto a política de Assistência Social	4	11,4%	1	4,8%	5	8,9%
Incompatibilidade de agenda	2	5,7%	1	4,8%	3	5,4%
Melhorar aprendizado / conhecimento e atuação prática	11	31,4%	1	4,8%	12	21,4%
Muito bom	1	2,9%	1	4,8%	2	3,6%
Não fui liberado pelo meu superior		0,0%	15	71,4%	15	26,8%
Não informado	13	37,1%	2	9,5%	15	26,8%
Relevância na melhora da qualidade dos serviços	1	2,9%		0,0%	1	1,8%
(vazio)	1	2,9%		0,0%	1	1,8%
Total Geral	35	100,0%	21	100,0%	56	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas, 2019.

Para os que participaram da Escola de Gestão os temas citados foram os seguintes:

Tabela 165: Curso Escola de Gestão. Cite qual o tema da(s) capacitação(ões) que participou

Resposta	Governamental	
	Quant.	(%)
Programa Família Paranaense	3	33,3%
Vários temas	2	22,2%
Capacitação sistema de acompanhamento das famílias	1	11,1%
Capacitação sobre a metodologia coleção temática	1	11,1%
Excel	1	11,1%
Gestão pública	1	11,1%
Medidas socioeducativas	1	11,1%
Meio ambiente	1	11,1%
Não informado	1	11,1%
PAIF - Apresentação da experiência de Palmeira para outros municípios	1	11,1%
PPA	1	11,1%
Relações interpessoais	1	11,1%
Segurança no trabalho	1	11,1%
Total Geral	9	-

Fonte: Paineis Pesquisas, 2019.

A maioria dos cursos da Escola de Gestão tiveram carga horária entre 24 e 40 horas (33,3%).

Tabela 166: Qual foi o número de horas totais

Resposta	Governamental	
	Quant.	(%)
Até 8 horas	1	11,1%
Até 24 horas	1	11,1%
De 24 a 40 horas	3	33,3%
De 40 a 56 horas	2	22,2%
Mais que 56 horas	1	11,1%
Não informado	1	11,1%
Total Geral	9	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

Os profissionais indicam que a principal forma de conhecimento sobre os cursos se dá por meio ou encaminhamento da Secretaria de Assistência Social (66,7%), o que indica a atuação do Órgão Gestor no sentido de prover o acesso as atividades de formação.

Tabela 167: Como tomou conhecimento sobre a(s) capacitação(ões) acima

Resposta	Governamental	
	Quant.	(%)
Por meio/encaminhamento da Secretaria de Assistência Social	6	66,7%
Pelo site da prefeitura	1	11,1%
Convite da SEDS	1	11,1%
Secretaria de Saúde	1	11,1%
Total Geral	9	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

Todos que participaram da Escola de Gestão acharam importante ou muito importante. E justificaram afirmando que melhora o aprendizado, melhora atuação prática e proporciona atualização.

Tabela 168: Como você avalia o curso/formação realizada para sua atuação profissional

Resposta	Governamental	
	Quant.	(%)
Muito importante	7	77,8%
Importante	2	22,2%
Total Geral	9	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

Tabela 169: Justifique sua resposta

Resposta	Governamental	
	Quant.	(%)
Melhorar aprendizado / conhecimento e atuação prática	4	44,4%
Importância de manter-se atualizado qualificando nossa prática profissional	2	22,2%
Dúvidas são esclarecidas	1	11,1%
Muito bom	1	11,1%
Partilhar conhecimento	1	11,1%
Total Geral	9	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

A participação em outros cursos foi maior entre os não governamentais (53,8%), sendo que dos governamentais o percentual correspondeu à 36,0%.

Tabela 170: No ano de 2018, você participou de alguma formação além daquelas ofertadas pelo município, que contribuisse para sua atuação profissional?

Resposta	Governamental		Não governamental		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Não	32	64,0%	31	46,3%	63	53,8%
Sim	18	36,0%	36	53,7%	54	46,2%
Total Geral	50	100,0%	67	100,0%	117	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

O governo estadual teve 55,6% dos entrevistados governamentais participando dos seus cursos, já os profissionais que atuam nas instituições não governamentais, 30,6% participaram de formações ofertadas pelo governo estadual e outros 33,3% participaram de cursos promovidos por instituições privadas.

Tabela 171: Quem promoveu o(s) curso/formação(ões) dos qual(is) você participou?

Resposta	Governamental		Não governamental		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Entidade não governamental	2	11,1%	22	61,1%	24	44,4%
Governo Estadual	10	55,6%	11	30,6%	21	38,9%
Instituição privada	4	22,2%	12	33,3%	16	29,6%
Governo Federal	6	33,3%	1	2,8%	7	13,0%
Total Geral	18	-	36	-	54	-

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

A principal forma de conhecer as capacitações dos governamentais foi por encaminhamento da Secretaria de Assistência Social (50%). Já para a não governamental não existe um local específico, eles conseguem por meios próprios a informação das capacitações (77,8%).

Tabela 172: Como tomou conhecimento sobre a(s) capacitação(ões) acima?

Resposta	Governamental		Não governamental		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Outros meios próprios	3	16,7%	28	77,8%	31	57,4%
Convite		0,0%	17	47,2%	17	31,5%
Internet	6	33,3%	7	19,4%	13	24,1%
Site do Governo	3	16,7%	8	22,2%	11	20,4%
Por meio/encaminhamento da Secretaria de Assistência Social	9	50,0%	1	2,8%	10	18,5%
E-mail		0,0%	7	19,4%	7	13,0%
Entidade		0,0%	2	5,6%	2	3,7%
Amiga integrante da comissão		0,0%	1	2,8%	1	1,9%
Associação dos Conselheiros do Paraná	1	5,6%		0,0%	1	1,9%
Escola		0,0%	1	2,8%	1	1,9%
Secretaria de Saúde	1	5,6%		0,0%	1	1,9%
Sites específicos	1	5,6%		0,0%	1	1,9%
Total Geral	18	-	36	-	54	-

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

Por fim, foi perguntado para todos os entrevistados, a partir das demandas de trabalho vivenciadas na oferta em que atuam, quais seriam as principais áreas de formação que eles teriam interesse. Para os não governamentais 36% afirmam que é a Gestão do SUAS. Já para os não governamentais duas são as principais demandas: trabalho com famílias em situação de vulnerabilidade social (50,7%) e trabalho com famílias em risco pessoal e social (47,8%). Esse dado deve compor o plano de educação permanente do SUAS no município, sendo primordial buscar atividades que contemplem os temas diagnosticados.

Tabela 173: Considerando as demandas e dinâmicas de trabalho no equipamento pelo qual você atua, qual seria sua área de interesse para capacitação?

Resposta	Governamental		Não governamental		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Trabalho com famílias em situação de vulnerabilidade social	14	28,0%	34	50,7%	48	41,0%
Trabalho com famílias em risco pessoal e social	10	20,0%	32	47,8%	42	35,9%
SCFV	10	20,0%	26	38,8%	36	30,8%
Inclusão social de pessoas com deficiência	4	8,0%	19	28,4%	23	19,7%
Gestão do SUAS	18	36,0%	3	4,5%	21	17,9%
Trabalho social com famílias	9	18,0%	13	19,4%	22	18,8%
Trabalho infantil	13	26,0%	7	10,4%	20	17,1%
Trabalho social com adolescentes em cumprimento de MSE	8	16,0%	3	4,5%	11	9,4%
Trabalho social com famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e BPC	10	20,0%	1	1,5%	11	9,4%
Temas relacionados à terceira idade		0,0%	6	9,0%	6	5,1%
Administrativo	1	2,0%		0,0%	1	0,9%
Aperfeiçoamento de comunicação, resolução de conflitos, aperfeiçoamento de lideranças, gestão de pessoas.	1	2,0%		0,0%	1	0,9%
Capacitação para Conselheiros e Sipia	1	2,0%		0,0%	1	0,9%
Excel	1	2,0%		0,0%	1	0,9%
Nenhum	1	2,0%		0,0%	1	0,9%
No momento ainda não tenho interesse em nenhuma capacitação		0,0%	1	1,5%	1	0,9%
Qualidade de vida infantil		0,0%	1	1,5%	1	0,9%
Recursos humanos		0,0%	1	1,5%	1	0,9%
Rede socioassistencial	1	2,0%		0,0%	1	0,9%
Temas relacionados às crianças		0,0%	1	1,5%	1	0,9%
Trabalho social com mulheres e idosas em situações de risco		0,0%	1	1,5%	1	0,9%
Total Geral	50	-	67	-	117	-

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

7.2 QUADRO DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA REDE SOCIOASSISTENCIAL DO MUNICÍPIO POR NATUREZA

• GOVERNAMENTAL

As tabelas seguintes apresentam a profissão por equipamento, considerando a carga horária e o total de profissionais, e o cargo que atuam no equipamento referenciado, respectivamente.

Tabela 174: Profissão (formação) dos profissionais da Secretaria de Assistência Social por equipamento

Tipo do equipamento que atua:	Profissão	Carga horária semanal	Total
CRAS	Agente Social	40	3
CRAS	Assistente Social	40	3
CRAS	Auxiliar Administrativo	8	1
CRAS	Auxiliar de Serviços Gerais	40	1
CRAS	Coordenador(a) da Proteção Social Básica	40	1
CRAS	Digitador	20	1
CRAS	Educador Social	40	2
CRAS	Educador(a) Social	40	3
CRAS	Estagiário(a)	20	1
CRAS	Motorista	40	1
CRAS	Professor(a)	20	1
Gestão	Aposentado	40	1
Gestão	Assistente Social	40	2
Gestão	Auxiliar de Serviços Gerais	40	1
Gestão	Conselheiro(a) tutelar	40	1
Gestão	Contador(a)	40	1
Gestão	Educador Social	20	1
Gestão	Educador Social	40	1
Gestão	Educador(a) Social	20	1
Gestão	Estagiário(a)	20	1
Gestão	Estagiário(a)	30	1
Gestão	Fiscal Tributário I	40	1
Gestão	Motorista	40	1
Gestão	Pedagogo(a)	40	1
CREAS	Assistente Social	40	2
CREAS	Auxiliar de Serviços Gerais	20	1
CREAS	Cozinheira	40	1
CREAS	Educador(a) Social	40	1
CREAS	Educador(a) Social	Não informado	1
CREAS	Estagiário(a)	20	1
CREAS	Motorista	40	1
CREAS	Pedagogo(a)	40	1
CREAS	Psicólogo(a)	40	1
CREAS	Telefonista	40	1
Conselho Tutelar	Auxiliar Administrativo	40	1
Conselho Tutelar	Conselheiro(a) tutelar	8	1
Conselho Tutelar	Conselheiro(a) tutelar	40	3
Centro Municipal do Idoso	Cozinheira	40	1
Educação	Professor(a)	40	1

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

Tabela 175: Cargo que atua por equipamento da Secretaria de Assistência Social

Tipo do equipamento que atua:	Cargo ou Função atual	Carga horária semanal	Total
CRAS	Agente Social	40	3
CRAS	Almoxarifado	8	1
CRAS	Assistente Social	40	3
CRAS	Auxiliar de Serviços Gerais	40	1
CRAS	Cadastro Único	40	1
CRAS	Coordenador(a) da Proteção Social Básica	40	1
CRAS	Educador Física	20	1
CRAS	Educador(a) Social	40	3
CRAS	Estagiário(a)	20	1
CRAS	Gestão do Cadastro Único	20	1
CRAS	Motorista	40	1
CRAS	Recepcionista	40	1
Gestão	Auxiliar de Serviços Gerais	40	1
Gestão	Chefia de Administração e Gestão do SUAS	40	1
Gestão	Conselheiro(a) tutelar	40	1
Gestão	Contador(a)	40	1
Gestão	Coordenador(a) da Vigilância Socioassistencial e Secretaria Executiva dos Conselhos	40	1
Gestão	Diretora de Gestão do SUAS	40	1
Gestão	Diretora Proteção Social	40	1
Gestão	Educador(a) Social	20	1
Gestão	Estagiário(a)	20	1
Gestão	Estagiário(a)	30	1
Gestão	Motorista	40	1
Gestão	Responsável pela manutenção dos veículos, equipamentos e outros serviços administrativos	20	1
Gestão	Secretário	40	1
Gestão	Suporte Pedagógico Na Gestão Do SUAS	40	1
CREAS	Assistente Social	40	2
CREAS	Auxiliar de Serviços Gerais	20	1
CREAS	Coordenador(a)	40	1
CREAS	Cozinheira	40	1
CREAS	Educador(a) Social	40	1
CREAS	Educador(a) Social	Não informado	1
CREAS	Estagiário(a)	20	1
CREAS	Motorista	40	1
CREAS	Pedagogo(a)	40	1
CREAS	Recepcionista	40	1
Conselho Tutelar	Auxiliar Administrativo	40	1
Conselho Tutelar	Conselheiro(a) tutelar	8	1
Conselho Tutelar	Conselheiro(a) tutelar	40	3
Centro Municipal do Idoso	Cozinheira	40	1
Educação	Coordenador(a) Pedagógico	40	1

Fonte: Paineis Pesquisas, 2019.

- **NÃO GOVERNAMENTAL**

Na tabela 176 apresenta-se a profissão dos profissionais por equipamento, considerando a carga horária e o total de profissionais.

Tabela 176: Cargo que atua por equipamento das instituições não governamentais.

Tipo do equipamento que atua:	Profissão	Carga horária semanal	Total
Instituição não governamental	Agente Social	44	1
Instituição não governamental	Assessora Jurídica	8	1
Instituição não governamental	Assistente Administrativo	40	1
Instituição não governamental	Assistente Administrativo	44	1
Instituição não governamental	Assistente Social	30	1
Instituição não governamental	Assistente Social	32	1
Instituição não governamental	Auxiliar Administrativo	40	3
Instituição não governamental	Auxiliar Administrativo	44	1
Instituição não governamental	Auxiliar de Contabilidade	44	1
Instituição não governamental	Auxiliar de Cozinha	44	1
Instituição não governamental	Auxiliar de Escritório	44	3
Instituição não governamental	Auxiliar De Manutenção	44	1
Instituição não governamental	Auxiliar de Serviços Gerais	40	3
Instituição não governamental	Auxiliar de Serviços Gerais	44	7
Instituição não governamental	Coordenador(a)	44	4
Instituição não governamental	Coordenador(a) Pedagógico	44	1
Instituição não governamental	Correspondente bilingue	44	1
Instituição não governamental	Cozinheira	40	1
Instituição não governamental	Cozinheira	44	4
Instituição não governamental	Cuidador de Idosos	44	1
Instituição não governamental	Direção Auxiliar	40	1
Instituição não governamental	Educador(a) Social	40	2
Instituição não governamental	Educador(a) Social	44	8
Instituição não governamental	Fisioterapeuta	28	1
Instituição não governamental	Fonoaudióloga	32	1
Instituição não governamental	Instrutor(a)	40	2
Instituição não governamental	Motorista	40	1
Instituição não governamental	Nutricionista	40	1
Instituição não governamental	Orientador(a)	44	2
Instituição não governamental	Presidente	Não informado	1
Instituição não governamental	Professor(a)	20	4
Instituição não governamental	Professor(a)	40	1
Instituição não governamental	Psicólogo(a)	24	1
Instituição não governamental	Recepcionista	40	1
Instituição não governamental	Secretário(a) executivo	44	1
Instituição não governamental	Técnico em Enfermagem	36	1

Fonte: Paineis Pesquisas, 2019.

7.3 PESQUISA COM OS CONSELHEIROS DO CMAS

A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, em seu Art. 5º instrui a participação popular como parte da Política de Assistência Social, através principalmente das conferências e do controle social, o qual é realizado pelos Conselhos de Assistência Social nas três esferas. O Conselho de Assistência Social tem como principais atribuições a deliberação e a fiscalização da política de assistência social, normatizando, disciplinando, acompanhando e avaliando as ofertas de assistências social, bem como o financiamento dessas ações. (PNAS, 2004). Sendo assim, os conselheiros que nele atuam devem estar ou serem preparados para bem exercer sua importante função. A gestão do trabalho do município deve preocupar-se em incluir os conselheiros nos espaços de construção de conhecimento, de modo que possam realizar seu papel com a devida qualificação.

Diante disso, com o intuito de diagnosticar essa temática, aplicou-se uma pesquisa sobre capacitações e perfil dos conselheiros, cujo resultado segue abaixo.

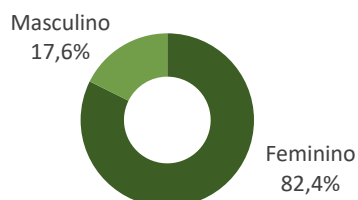
Importante destacar que 41% dos conselheiros do CMAS (titulares e suplentes) não responderam à pesquisa. Esse dado merece atenção, já que o tema educação permanente deve ser pauta do CMAS, sendo este um órgão de controle que deve primar pela qualidade das ofertas socioassistenciais.

Dos conselheiros respondentes, a maioria é do sexo feminino (82,4%), fato que acompanha a realidade dos trabalhadores do SUAS que, na sua maioria, são também do sexo feminino.

Tabela 177: Sexo

Resposta	Quant.	(%)
Feminino	14	82,4%
Masculino	3	17,6%
Total Geral	17	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas, 2019.



Mais de 75% têm ensino superior completo ou especialização, o que demonstra um nível bastante elevado de educação formal.

Tabela 178: Escolaridade

Resposta	Quant.	(%)
Ensino fundamental completo	1	5,9%
Ensino superior incompleto	1	5,9%
Ensino fundamental incompleto	2	11,8%
Especialização	6	35,3%
Ensino superior completo	7	41,2%
Total Geral	17	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas, 2019.

Abaixo, a tabela apresenta a formação dos conselheiros do CMAS que possuem ensino superior. Como se poderá observar, em sua grande maioria as formações estão diretamente ligadas à Política de Assistência Social, permitindo um nível de discussão e proposição bastante coerente com os objetivos do controle social que deve ser executado pelo Conselho.

Tabela 179: Formação dos conselheiros com ensino superior

Resposta	Quant.	(%)
Serviço Social	3	21,4%
Educação especial	2	14,3%
Gestão Pública	2	14,3%
Administração Pública	1	7,1%
Ciências Contábeis	1	7,1%
Direito	1	7,1%
Educação Física Escolar	1	7,1%
Educação, Pobreza e Desigualdade Social	1	7,1%
Farmácia	1	7,1%
Gestão de pessoas	1	7,1%
Gestão e avaliação de projetos sociais	1	7,1%
Justiça restaurativa e mediação de conflitos	1	7,1%
Literatura Brasileira	1	7,1%
Logística	1	7,1%
Planejamento	1	7,1%
Psicomotricidade	1	7,1%
Teologia	1	7,1%
Total Geral	14	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

70,6% dos que responderam são titulares e 29,4% suplentes.

Tabela 180: Situação

Resposta	Quant.	(%)
Suplente	5	29,4%
Titular	12	70,6%
Total Geral	17	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.



35,3% dos respondentes são representantes governamentais e 17,6% não governamentais.

Tabela 181: Representação dos conselheiros do CMAS

Resposta	Quant.	(%)
Governamental	6	35,3%
Não governamental	3	17,6%
Representante de Entidade inscritas no CMAS	3	17,6%
Representante de trabalhadores do SUAS	2	11,8%
Representante de Usuários do SUAS	2	11,8%
Outra representação	1	5,9%
Total Geral	17	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

Mais de 75% dos conselheiros que responderam à pesquisa tem até dois anos de função no CMAS.

Tabela 182: Tempo na função como conselheiro

Resposta	Quant.	(%)
De 2 a 4 anos	1	5,9%
Mais de 4 anos	3	17,6%
Até 1 ano	6	35,3%
De 1 a 2 anos	7	41,2%
Total Geral	17	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

76,5% participou de seis ou mais reuniões.

Tabela 183: Considerando o ano de 2019, durante os meses de fevereiro a outubro, quantas reuniões do CMAS você participou?

Resposta	Quant.	(%)
Menos de 6 reuniões	4	23,5%
6 ou mais reuniões	13	76,5%
Total Geral	17	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

Apenas quatro participaram de menos de seis reuniões e dois destes justificaram que são suplentes.

Tabela 184: Justificativa dos conselheiros que participaram menos de seis reuniões

Resposta	Quant.	(%)
Sou suplente, meu titular foi nas reuniões	2	50,0%
Faço parte do CMAS desde agosto/2019. Há menos de 6 meses.	1	25,0%
Não tive interesse	1	25,0%
Total Geral	4	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

64,7% já participaram de formações continuadas ofertadas pela secretaria. Para tanto, sugere-se ações de mobilização e engajamento de todos para que haja uma participação plena, considerando que o conhecimento sobre a Política de Assistência Social e todos os temas que lhe são afetos, poderá produzir nos conselheiros ações concretas e qualificadas de controle social.

Tabela 185: No ano de 2018, você participou de alguma das formações continuadas ofertadas pela Sec. Munic. de Assistência Social?

Resposta	Quant.	(%)
Não participei	6	35,3%
Sim, participei	11	64,7%
Total Geral	17	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

Dos que não participaram, 50% afirmou que na época não fazia parte do CMAS.

Tabela 186: Justificativa de não participar

Resposta	Quant.	(%)	
Não fazia parte do CMAS	3	50,0%	
Motivo pessoais	1	16,7%	
Não fui informado	1	16,7%	
Não tive interesse	1	16,7%	
Total Geral	6	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

Sobre o tempo de duração das capacitações, os 11 que participaram fizeram cursos das mais variadas cargas horárias como mostra a tabela.

Tabela 187: Carga horária dos cursos

Resposta	Quant.	(%)	
Até 8 horas	3	27,3%	
De 8 a 24 horas	3	27,3%	
De 40 a 56 horas	3	27,3%	
De 24 a 40 horas	2	18,2%	
Total Geral	11	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

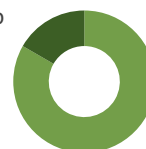
Dos que participaram dos cursos por menos de 24 horas, a alegação foi que tiveram incompatibilidade de agenda (83,3%).

Tabela 188: Se você participou menos de 24 horas, por quê?

Resposta	Quant.	(%)
Incompatibilidade de agenda	5	83,3%
Não fui informado	1	16,7%
Total Geral	6	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

Não fui informado
16,7%



Incompatibilidade
de agenda
83,3%

Todos que participaram (os onze conselheiros que responderam à pesquisa) afirmaram que os cursos foram importantes ou muito importantes, e justificaram principalmente afirmando que promovem o crescimento profissional e mantendo atualizados (45,5%). Essa qualificação por parte dos conselheiros corrobora a afirmação sobre a importância de formação aos mesmos sobre a PNAS.

Tabela 189: Como você avalia o curso/formação realizada para sua atuação profissional:

Resposta	Quant.	(%)
Importante	3	27,3%
Muito importante	8	72,7%
Total Geral	11	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.



Importante
27,3%

Muito importante
72,7%

Tabela 190: Justificativa

Resposta	Quant.	(%)
Crescimento profissional e manter-se atualizado quanto à Política de Assistência Social	5	45,5%
Troca de informações e experiências	2	18,2%
A maior parte promovido pelo Programa Família Paranaense	1	9,1%
Aprimorar conhecimento na área de controle social	1	9,1%
Potencializar o entendimento sobre o papel da Assistência Social no âmbito municipal	1	9,1%
Sanar dúvidas e melhorar a execução do trabalho para que seja da forma correta	1	9,1%
Total Geral	11	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

Apenas seis conselheiros (35,3%) participaram de outras formações.

Tabela 191: No ano de 2018 você participou de alguma formação, além daquelas ofertadas pelo município, que contribuísse para sua atuação enquanto conselheiro?

Resposta	Quant.	(%)
Não	11	64,7%
Sim	6	35,3%
Total Geral	17	100,0%



Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

Várias formações foram citadas por estes seis conselheiros, e estão listadas na tabela a seguir.

Tabela 192: Cursos/Formações

Resposta	Quant.	(%)
Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil AEPETI	1	16,7%
Encontro nacional do Congemas	1	16,7%
Gestão Pública	1	16,7%
SCFV	1	16,7%
Encontro de gestores da Política pública de Assistência Social	1	16,7%
Encontro macrorregional de acompanhamento familiar e trabalho social com famílias	1	16,7%
Habitação e REURB	1	16,7%
Trabalho Intersetorial	1	16,7%
Capacitação do sistema de acompanhamento das famílias - AFAI Regional de Ponta Grossa e Irati (Curitiba II)	1	16,7%
Congresso estadual de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes: formas de expressão da violência	1	16,7%
Total Geral	6	-

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

Das formações extras que os conselheiros participaram, 66,6% são de instituições privadas.

Tabela 193: Quem promoveu o(s) curso/formação(ões) do(s) qual(is) você participou?

Resposta	Quant.	(%)
Instituição privada	4	66,7%
Governo Estadual	3	50,0%
Entidade não governamental	1	16,7%
Total Geral	6	-

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

Ainda o encaminhamento é a melhor forma de tornar pública a formação, 50% ficam conhecendo o curso pelos encaminhamentos da Secretaria de Assistência Social, que por meio do plano de educação permanente contempla as atividades.

Tabela 194: Como tomou conhecimento sobre a(s) capacitação(ões) acima?

Resposta	Quant.	(%)
Por meio/encaminhamento da Secretaria de Assistência Social	3	50,0%
Internet	1	16,7%
Outros meios próprios	1	16,7%
E-mail	1	16,7%
Site do Governo	1	16,7%
Por meio/encaminhamento da Secretaria de Assistência Social	1	16,7%
Total Geral	6	-

Fonte: Paineis Pesquisas, 2019.

Três são os cursos mais pedidos pelos conselheiros do CMAS: Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (52,9%); LOA, PPA e LDO – orçamento público (47,1%); e Políticas Públicas (47,1%).

Tabela 195: Cursos pedidos pelos conselheiros(as) do CMAS

Resposta	Quant.	(%)
Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais	9	52,9%
LOA, PPA e LDO – orçamento público	8	47,1%
Políticas Públicas	8	47,1%
Controle social e participação social	5	29,4%
Política Nacional de Assistência Social	5	29,4%
Controle Social do Programa Bolsa Família	1	5,9%
SIT	1	5,9%
Total Geral	17	-

Fonte: Paineis Pesquisas, 2019.

Por fim, apresentam-se as declarações dos conselheiros na íntegra de qual eles entendem ser seu papel no CMAS.

Tabela 196: Comentário dos conselheiros

Comentários
<i>A aprovação de planos, metas e gastos, além do acompanhamento de políticas públicas.</i>
<i>Acompanhar, fiscalizar e deliberar sobre a Política de Assistência Social.</i>
<i>Ajudar a propor diretrizes das políticas públicas e fiscalização, controlar e deliberar sobre tais políticas.</i>
<i>Comparecer nas suas reuniões quando o conselheiro titular não comparecer.</i>
<i>Contribuir na formação e num controle mais eficaz da política pública.</i>
<i>De realizar o trabalho de controle social.</i>
<i>Discutir, estabelecer normas e fiscalizar a prestação de serviços sociais públicos no município.</i>
<i>É garantir que os serviços públicos e privados do município sejam cumpridos conforme a legislação vigente.</i>
<i>Fiscalização das entidades prestadoras de serviço; ter muita responsabilidade por representar todos os usuários do município e observar para aprender sobre a Assistência Social.</i>
<i>Fui convidado.</i>
<i>Importantíssimo para o controle social da Política de Assistência Social.</i>
<i>O meu papel é o de contribuir para melhoria contínua da aplicação da Política Pública da Assistência Social com a visão de minha vivência na Política Pública de Saúde.</i>
<i>Opinar, interagir nas comissões de trabalho, controle social.</i>
<i>Participar, prevenir, fiscalizar.</i>
<i>Representar a entidade e ajudar na melhoria das políticas.</i>

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

PARTE IV

8 VIOLAÇÕES DE DIREITO

De modo geral, violação de direito é toda e qualquer situação que ameace ou viole os direitos da criança e do adolescente, pessoa idosa, da família, da mulher ou de qualquer cidadão inserido em meio à sociedade e comunidade em que vive, em decorrência da ação ou omissão de terceiros, da sociedade ou do Estado, ou até mesmo em face do seu próprio comportamento. Desta forma, a não efetivação dos direitos básicos: “a vida e a saúde; liberdade, respeito e a dignidade; direito à convivência familiar e comunitária; direito à educação, cultura, esporte e ao lazer; direito à profissionalização e à proteção ao trabalho” (ECA, 1990) chama-se violação dos direitos.

Entre as violações de direito que trataremos neste capítulo, apresentamos dados referentes a violações de direito à criança e ao adolescente, mulheres, pessoas idosas e pessoas com deficiência do município de Palmeira.

Com relação à violação de direito, considerou-se para o cálculo dos indicadores as informações extraídas do Conselho Tutelar, e da Segurança Pública do Estado do Paraná, a qual forneceu os dados dos boletins de ocorrência registrados nas delegacias do município.

A sintetização dos dados dos atendimentos do Conselho Tutelar baseou-se na classificação preconizada pelo Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia).

Além dos dados do Conselho Tutelar e da Segurança Pública, serão apresentadas as informações dos registros de violência do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN da Secretaria Municipal de Saúde e o do CREAS, que apesar de já ter os dados apresentados no capítulo 6.1.2, quando abordado os atendimentos da Proteção Social Especial, se faz importante destacar neste capítulo pois é um equipamento que trabalha com as demandas de violações de direito.

A seguir serão detalhadas as informações por equipamento, antes da apresentação dos indicadores sociais.

8.1 CONSELHO TUTELAR

O Conselho Tutelar é órgão não jurisdicional, estabelecido por lei municipal, eletivo, com atributos de permanência, autonomia, e objetivo de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, a ser acionado sempre que forem identificadas situações de abuso, ameaça ou risco contra eles. Suas atribuições e competência de atuação estão disciplinadas no ECA, o qual compreende a aplicação de medida protetiva às crianças e adolescentes (artigo 101) e aos pais e responsáveis (artigo 129).

8.2 CREAS

Conforme já mencionado em capítulos anteriores, O CREAS tem como público-alvo famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados.

A seguir serão apresentados os dados de outra perspectiva, haja vista que os dados do CREAS já foram abordados anteriormente. Nas tabelas 197 e 198 apresenta-se um quadro comparativo das notificações de violência registrados na delegacia e no conselho tutelar. A análise foi separada em duas partes: uma considerando as notificações de violências contra criança e adolescentes, pois o Conselho Tutelar só compreende as notificações do público de 0 a 17 anos; e a outra, compreendendo os demais grupos sociais. Considerou-se na análise as seguintes violências: Violência Física; Violência Sexual; Violência Psicológica; Negligência/Abandono e Trabalho Infantil. É importante destacar que em cada base de dados, foram contabilizados apenas os casos de violência mencionados anteriormente. No entanto, na apresentação dos indicadores no capítulo 7.4, considerou-se todas as notificações de direito registradas contra cada grupo social.

Com relação às notificações de violência contra criança e adolescente, percebe-se que tanto o CREAS quanto os dados da delegacia possuem um total similar de pessoas envolvidas. Se compararmos os totais de crianças e adolescentes que sofreram violação de direito em cada equipamento, no CREAS as principais notificações são a violência psicológica (60,9%) e a violência física (26,1%); na delegacia as duas principais são a violência sexual (28,4%) e violência psicológica (23,0%) e no Conselho Tutelar a negligência/abandono (49,4%) e violência física (32,9%).

Outra informação que podemos observar, são os casos de notificação de violência sexual na delegacia que teve 21 registros no ano de 2018, sendo esse total maior que os casos registrados no Conselho Tutelar e no CREAS.

O Conselho Tutelar foi o equipamento que teve maior número de pessoas com registros de violência, sendo quase 50% maior que as demais.

Tabela 197: Comparativo registros de violência contra criança e adolescente

Motivo	CREAS		Delegacia		Conselho Tutelar	
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)
Violência Psicológica	42	60,9%	17	23,0%	37	22,6%
Negligência / Abandono	16	23,2%	4	5,4%	81	49,4%
Violência Física	18	26,1%	25	33,8%	54	32,9%
Violência Sexual	7	10,1%	21	28,4%	10	6,1%
Trabalho Infantil	4	5,8%	8	10,8%	4	2,4%
Total Geral*	69	-	74	-	164	-

Fonte: SESP/CREAS/CT, 2018.

Nota: *Uma pessoa pode sofrer mais de uma violência, por isso o percentual não soma 100%.

Quando analisadas as notificações de violência dos demais grupos sociais, percebe-se uma diferença representativa entre a delegacia e o CREAS. As duas principais violações de direito registradas na delegacia foram a violência psicológica que representou 57,4% (152 casos) e a violência física, com 41,9% (111 notificações).

Tabela 198: Comparativo notificação de violência contra à mulher, à pessoa idosa e à pessoa com deficiência.

Motivo	CREAS		Delegacia	
	Total	(%)	Total	(%)
Violência Psicológica	45	56,3%	152	57,4%
Negligência / Abandono	32	40,0%	4	1,5%
Violência Física	27	33,8%	111	41,9%
Violência Patrimonial	12	15,0%	0	0,0%
Violência Sexual	3	3,8%	9	3,4%
Total Geral	80	-	265	-

Fonte: SESP/CREAS, 2018.

8.3 SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVO DE NOTIFICAÇÃO (SINAN)

O SINAN é alimentado, principalmente, pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória (Portaria de Consolidação n. 4, de 28 de setembro de 2017, anexo V – capítulo I), mas é facultado a estados e municípios incluir outros problemas de saúde importantes em sua região. Sua utilização efetiva permite a realização do diagnóstico dinâmico da ocorrência de um evento na população, podendo fornecer subsídios para explicações causais dos agravos de notificação compulsória, além de indicar riscos aos quais as pessoas estão sujeitas, contribuindo assim, para a identificação da realidade epidemiológica de determinada área geográfica. É, portanto, um instrumento relevante para auxiliar no planejamento da saúde, definir prioridades de intervenção, além de permitir que seja avaliado o impacto das intervenções.

Com relação aos dados do SINAN, foi consultado na base de dados do Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net, que disponibiliza apenas as informações do ano de 2017. No entanto, é possível verificar o baixo registro de notificação de violência nos equipamentos da saúde, de modo que em 2017 teve-se apenas 13 casos de violência registrados com relação à população palmeirense. A principal notificação registrada é a lesão autoprovocada que representou 84,6% dos casos de violência.

Tabela 199: Registros de violência no SINAN.

Tipo de violência	Quantidade	%
Lesão autoprovocada	11	84,6%
Violência física	7	53,8%
Violência psicológica	1	7,7%
Violência sexual	1	7,7%
Negligência	1	7,7%
Total	13	-

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net, 2017.

Nota: Uma pessoa pode ter mais de uma violação de direito, por essa razão o percentual é referenciado pelo total de pessoas que sofreram violência registradas no SINAN.

Quando observado por faixa etária, os maiores casos registrados de lesão autoprovocada são de 30 a 59 anos, representando 45,5%. Somando as faixas etárias entre 10 e 19 anos o percentual é de 27,3% dos casos de lesão autoprovocada notificados.

Tabela 200: Registros de violência no SINAN.

Faixa etária	Quantidade	%
De 0 a 5 anos	0	0,0%
De 10 a 14 anos	1	9,1%
De 15 a 19 anos	2	18,2%
De 20 a 29 anos	2	18,2%
De 30 a 59 anos	5	45,5%
De 60 anos e mais	1	9,1%
Total	11	100,0%

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net, 2017.

8.4 DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL

A Polícia Civil é o órgão vinculado à segurança pública, cuja atribuição é garantir a ordem pública e a preservação das garantias do cidadão, assim como a proteção da vida e do patrimônio através da atuação conjunta dos seus órgãos de segurança na prevenção e contenção da criminalidade e da violência, do controle e posse de armas, além de administrar o serviço penitenciário.

Sua principal função é prevenir, repreender e investigar crimes. Atua por meio das delegacias - unidades policiais utilizadas como base e administração de operações policiais -, investigação, atendimento e registro de ocorrências. Possui unidades especializadas, como no caso da delegacia de proteção à mulher, criança e aos adolescentes e pessoa idosa, dentre outros.

A seguir serão apresentadas as taxas de notificações de violência por região de ocorrência e as taxas de notificações por região de residência dos envolvidos nos registros da delegacia.

Os indicadores por público (criança e adolescente, mulher, pessoa idosa e pessoa com deficiência) serão apresentados no capítulo 7.4.

Indicador 42: Notificação das violências por local de ocorrência do fato

Definição: notificação das violências por local de ocorrência, sobre a população total residente no município.

Esse indicador representa as regiões que tiveram o maior número de registros considerando o local de ocorrência. A região do Centro lidera com o maior percentual de registros em Boletins de Ocorrências - BO's (10,8%). Uma diferença de 41,6 vezes se comparado com a Zona Rural II que aparece com apenas 0,3% dos registros a cada cem habitantes residentes nesta região.

Tabela 201: Notificação das violências por local de ocorrência do fato

Região	População total	Total de BO's	%	Menor Valor	Zona Rural II	0,3%
Zona Rural II	8.249	21	0,3%	Média	Palmeira	3,3%
Jardim Christine	1.792	19	1,1%	Maior Valor	Centro	10,8%
Rocio I	5.211	61	1,2%			
Distrito Industrial	370	6	1,6%			
Colônia Francesa	1.603	35	2,2%			
Zona Rural I	4.654	164	3,5%			
Vila Rosa	4.307	195	4,5%			
São José e Regina Vitória	2.239	103	4,6%			
Rocio II	866	84	9,7%			
Centro	2.832	307	10,8%			
Área rural não identificada	-	20	-			
Não informado	-	34	-			
Município	32.123	1.049	3,3%			

Diferença:

41,6 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

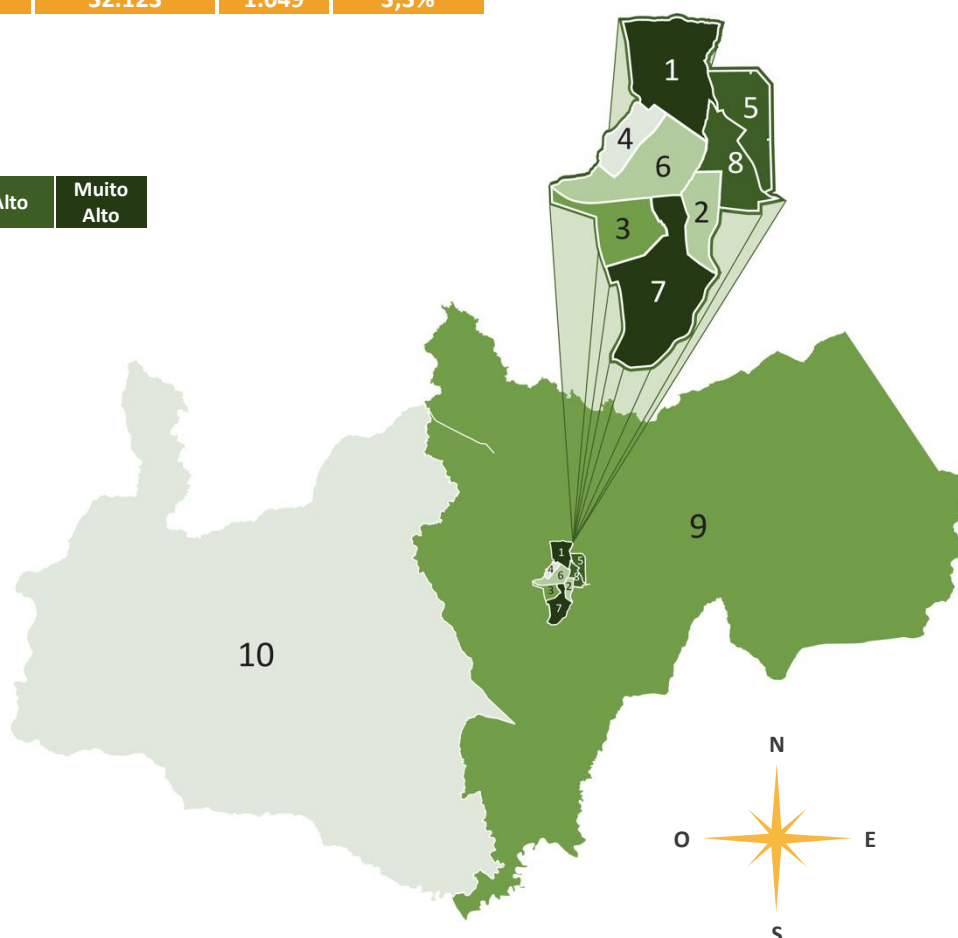
Fonte: SESP/PR, 2018.

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Do total de 1.049 boletins de ocorrência, teve-se 2.405 pessoas envolvidas, e destas, 2.124 (88,3%) são residentes em Palmeira, portanto, a análise de vítimas e autores será concentrada no número de residentes no município.

Tabela 202: Notificação de violências por local de residência dos envolvidos

Residente em Palmeira?	Quant.	(%)
Sim	2.124	88,3%
Não	281	11,7%
Total Geral	2.405	100,0%

Fonte: SESP/PR, 2018

Estas 2.124 pessoas tiveram envolvimento nos BOs, sendo: 50,4% autores e 49,6% vítimas. A análise será feita em blocos de vítimas e de autores, sendo que no caso das vítimas teremos a especificação de violências por grupos (criança e adolescente, pessoa idosa, mulheres e pessoa com deficiência).

Tabela 203: Situação dos envolvidos segundo os registros nos BOs

Resposta	Quant.	(%)
Autor	1.070	50,4%
Vítima	1.054	49,6%
Total Geral	2.124	100,0%

Fonte: SESP/PR, 2018



Indicador 43: Notificação de violências por local de residência da vítima

Definição: notificação das violências por local de residência da vítima, sobre a população total residente no município.

O indicador 43, representa a taxa de registros, considerando o endereço de residência da vítima. A maior taxa é na Região Rocio II, 82 casos a cada mil. Todas as regiões apresentaram registros e a menor taxa é na Região Zona Rural II, com 1,3 casos a cada mil. A diferença entre essas regiões de maior taxa e menor é de 60 vezes.

Tabela 204: Taxa de vítimas com registro em BO na SESP/PR

	Região Residência	População total	Total de vítimas	%
	Zona Rural II	8.249	11	1,3
	Distrito Industrial	370	2	5,4
	Zona Rural I	4.654	29	6,2
	Jardim Christine	1.792	35	19,5
	Colônia Francesa	1.603	32	20,0
	Rocio I	5.211	126	24,2
	São José e Regina Vitória	2.239	99	44,2
	Vila Rosa	4.307	223	51,8
	Centro	2.832	206	72,7
	Rocio II	866	71	82,0
	Área rural não identificada		148	-
	Não informado	-	72	-
	Município	32.123	1.054	32,8

Menor Valor	Zona Rural II	1,3
Média	Palmeira	32,8
Maior Valor	Rocio II	82,0

Diferença:
60,5 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

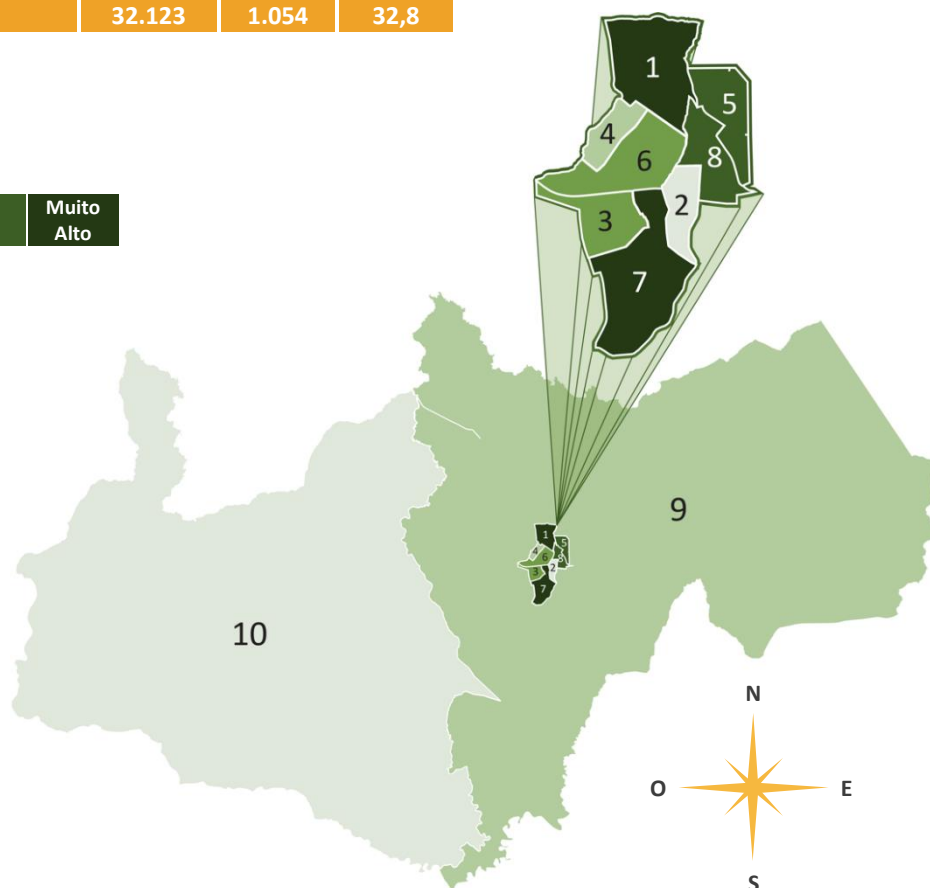
Fonte: SESP/PR, 2018

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II

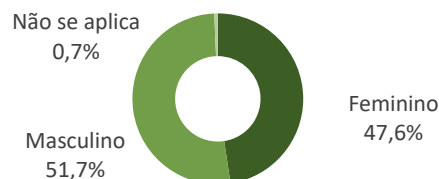


Prevaleceram os registros como vítimas do sexo masculino, representando 51,7% do total.

Tabela 205: Sexo das vítimas com registro em BO na SESP/PR

Resposta	Quant.	(%)
Feminino	502	47,6%
Masculino	545	51,7%
Não se aplica	7	0,7%
Total Geral	1054	100,0%

Fonte: SESP/PR, 2018

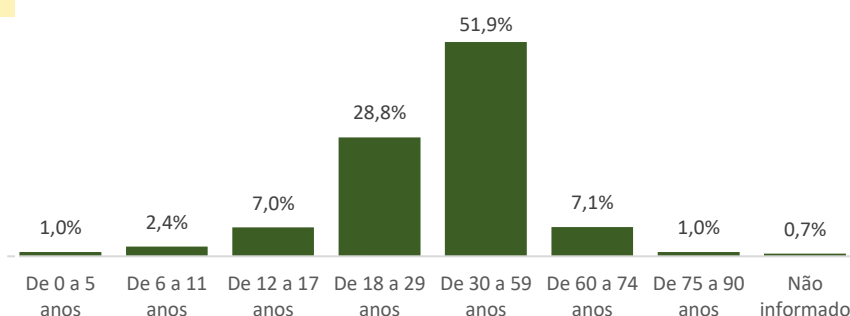


Já na faixa etária tem-se uma predominância entre 30 e 59 anos, o maior grupo etário, representando 51,9% das vítimas com registro de BO.

Tabela 206: Faixa etária das vítimas com registro em BO na SESP/PR

Resposta	Quant.	(%)
De 0 a 5 anos	11	1,0%
De 6 a 11 anos	25	2,4%
De 12 a 17 anos	74	7,0%
De 18 a 29 anos	304	28,8%
De 30 a 59 anos	547	51,9%
De 60 a 74 anos	75	7,1%
De 75 a 90 anos	11	1,0%
Não informado	7	0,7%
Total Geral	1054	100,0%

Fonte: SESP/PR, 2018

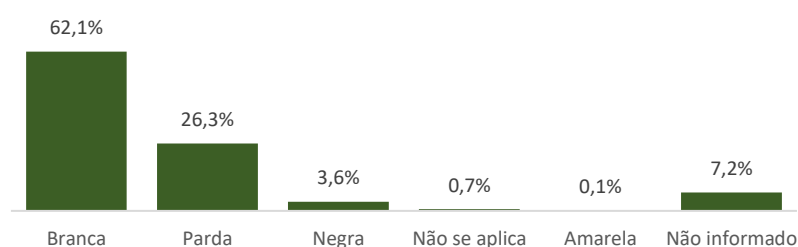


62,1% das vítimas são de cor ou raça branca, seguido de 26,3% de pardos.

Tabela 207: Raça ou cor das vítimas com registro em BO na SESP/PR

Resposta	Quant.	(%)
Branca	655	62,1%
Parda	277	26,3%
Negra	38	3,6%
Não se aplica	7	0,7%
Amarela	1	0,1%
Não informado	76	7,2%
Total Geral	1054	100,0%

Fonte: SESP/PR, 2018



Os destaques da Tabela 208, ficam com as infrações penais contra o patrimônio com 34,3% das vítimas, seguido de infrações penais contra a integridade física e psicológica com mais 20,8%.

Tabela 208: Principais infrações comunicadas em BO na SESP/PR

Direito	Quant.	Vítimas	(%)
Infrações penais contra o Patrimônio	362	1054	34,3%
Infrações penais contra a Integridade Física e Psicológica	219	1054	20,8%
Infrações penais contra a Liberdade Individual	178	1054	16,9%
Infrações penais contra o Interesse e a Administração Pública em Geral	75	1054	7,1%
Infrações penais contra a Dignidade da pessoa	66	1054	6,3%
Infrações penais caracterizada como contravenção	44	1054	4,2%
Infrações penais com armas de fogo	30	1054	2,8%
Infrações penais contra a Dignidade Sexual	29	1054	2,8%
Infrações penais relacionadas a Entorpecentes	21	1054	2,0%
Infrações penais do Código de Trânsito Brasileiro	16	1054	1,5%
Fato atípico - Condutas meramente informativas	8	1054	0,8%
Infrações penais de Ordem Familiar	4	1054	0,4%
Infrações penais contra a Vida	3	1054	0,3%
Outras infrações penais	2	1054	0,2%

Fonte: SESP/PR, 2018

Entre os fatos comunicados mais incidentes quatro se sobressaem: Ameaça (16,5%); lesão corporal (16,0%); furto (14,6%); e, dano ou vandalismo (11,1%).

Tabela 209: Fato comunicado em BO na SESP/PR

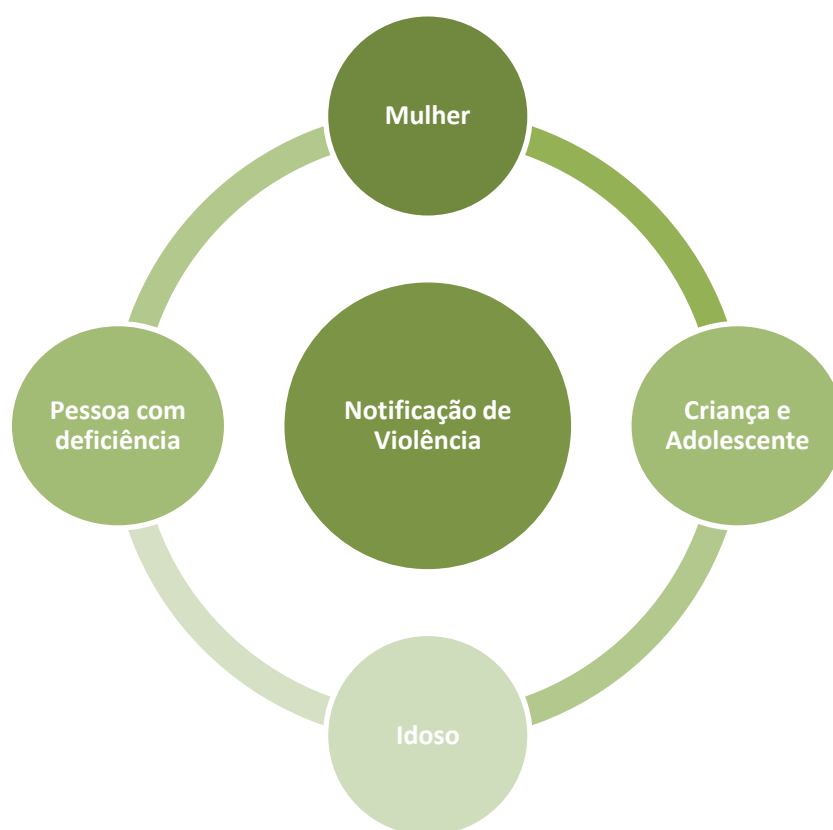
Fato	Quant.	Vítimas	(%)
Ameaça (Art 147 do CP)	174	1054	16,5%
Lesão corporal (Art 129 do CP)	169	1054	16,0%
Furto (Art 155 do CP)	154	1054	14,6%
Dano ou Vandalismo (Art. 163 e 164 do CP)	117	1054	11,1%
Injúria (Art 140 do CP)	47	1054	4,5%
Desacato ou Desobediência (Art 330 e 331 do CP)	41	1054	3,9%
Vias de fato	40	1054	3,8%
Perturbação da tranquilidade, do trabalho ou do sossego alheio	36	1054	3,4%
Roubo (Art 157 do CP)	35	1054	3,3%
Violação de domicílio (Art 150 do CP)	25	1054	2,4%
Resistência (Art. 312 a 337 do CP)	20	1054	1,9%
Estelionato (Art 171 do CP)	17	1054	1,6%
Estupro ou abuso sexual (Art 213 do CP)	17	1054	1,6%
Posse irregular ou Porte Ilegal de arma de fogo e similares (Art 12 16 da L10826)	15	1054	1,4%
Disparo de arma de fogo (Art 15 da L10826)	15	1054	1,4%
Difamação (Art 139 do CP)	13	1054	1,2%
Posse de drogas para consumo (Art 28 da L11343/2006)	7	1054	0,7%
Rixa (Art 137 do CP)	7	1054	0,7%
Adulteração de sinal identificador de veículo automotor (Art 293 a 311 do CP)	7	1054	0,7%
Dirigir sob efeito álcool e/ou drogas	7	1054	0,7%
Tráfico de drogas (Art 33 e 34 da L11343/2006)	7	1054	0,7%
Calúnia (Art 138 do CP)	6	1054	0,6%
Deixar o condutor de veículo de prestar socorro à vítima ou afastar-se do local do acidente	6	1054	0,6%
Associação para o tráfico (Art 35 da L11343/2006)	6	1054	0,6%
Comunicação de perda ou de recuperação de documentos/objetos	5	1054	0,5%
Importunar alguém, em lugar público, de modo ofensivo ao pudor	5	1054	0,5%
Outros com menos de cinco notificações cada	56	1054	5,3%

Fonte: SESP/PR, 2018

8.5 INDICADORES DE NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA

A seguir serão apresentados os indicadores de violência por grupo social, com a taxa e o perfil das notificações registradas.

Figura 1: Notificação de violência por grupo social



Indicador 44: Violências contra a criança e adolescente registradas no Conselho Tutelar - CT

Definição: população de 0 a 17 anos vítimas de violências, sobre a população total da mesma faixa etária.

O percentual de violência contra a criança e adolescente do município é de 4,7%. O maior percentual é na região do Rocio II, com 17,4% da população residente nesta faixa etária e o menor percentual é na região Jardim Christine, com 0,6%.

Tabela 210: Violência contra a criança e o adolescente no Conselho Tutelar

Região Geográfica	População de 0 a 17 anos	Registros no CT	(%)
Distrito Industrial	110	0	0,0%
Jardim Christine	528	3	0,6%
Colônia Francesa	563	8	1,4%
Zona Rural II	2.452	37	1,5%
Zona Rural I	1.423	44	3,1%
Centro	684	26	3,8%
São José e Regina Vitória	669	27	4,0%
Rocio I	1.507	70	4,6%
Vila Rosa	1.482	160	10,8%
Rocio II	293	51	17,4%
Não informado	-	32	-
Município	9.711	458	4,7%

Menor Valor	Jd. Christine	0,6%
Média	Palmeira	4,7%
Maior Valor	Rocio II	17,4%

Diferença:
29,6 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

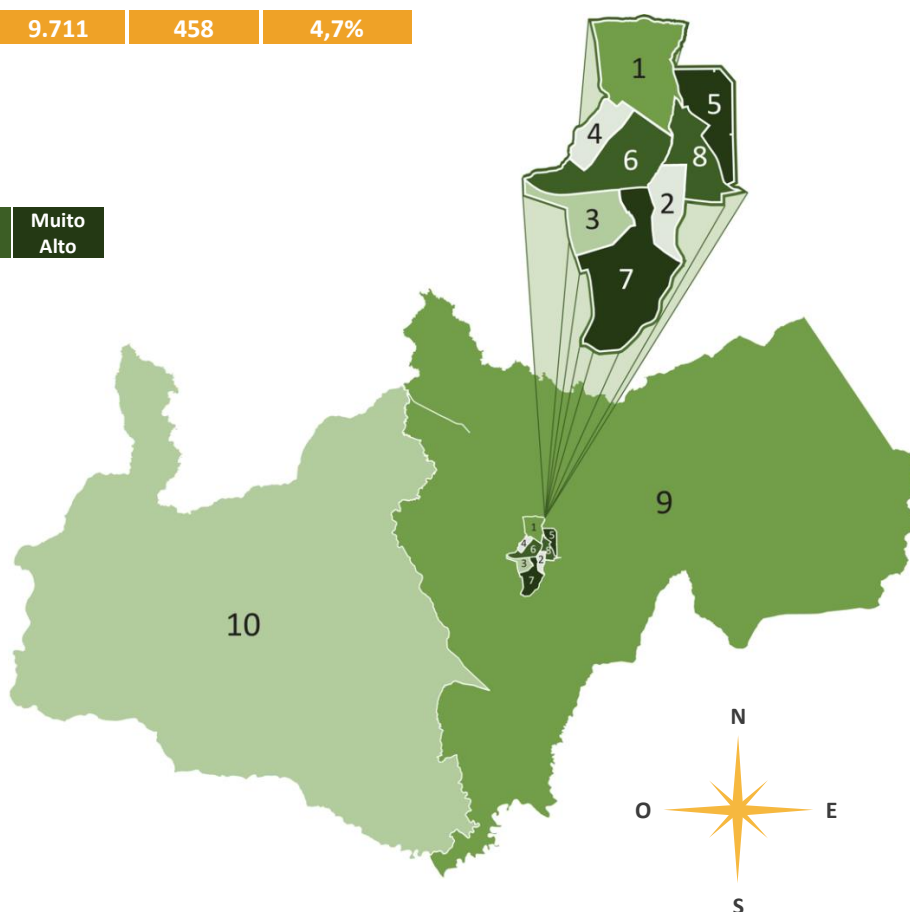
Fonte: CT, 2018.

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Não existe um sexo que prevalece como vítima no CT do município, pois 50,7% são do sexo feminino e 49,3% do masculino, praticamente o mesmo percentual.

Tabela 211: Sexo

Resposta	Quant.	(%)
Feminino	232	50,7%
Masculino	226	49,3%
Total Geral	458	100,0%

Fonte: CT, 2018

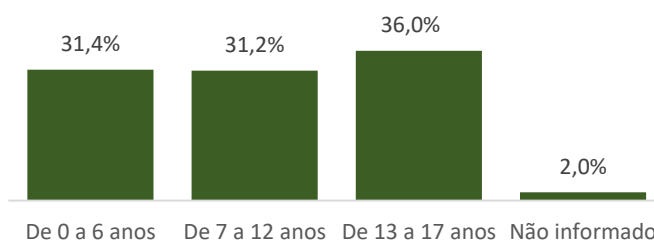


Já na faixa etária tem-se uma predominância da faixa etária de 12 a 17 anos, 42,1%.

Tabela 212: Faixa etária

Resposta	Quant.	(%)
De 0 a 6 anos	144	31,4%
De 7 a 12 anos	143	31,2%
De 13 a 17 anos	165	36,0%
Não informado	9	2,0%
Total Geral	458	100,0%

Fonte: CT, 2018

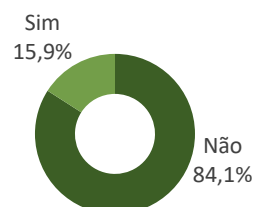


Um percentual de 15,9% é de crianças e adolescentes reincidentes, ou seja, tiveram mais de uma notificação registrada no Conselho Tutelar durante o ano de 2018.

Tabela 213: Reincidência das vítimas com registro no CT

Resposta	Quant.	(%)
Não	385	84,1%
Sim	73	15,9%
Total Geral	458	100,0%

Fonte: CT, 2018



Do total de vítimas registradas no CT, 42,8% tiveram o Direito à Convivência Familiar e Comunitária violado. Em segundo vem o Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade presentes em mais 31,9% das denúncias e outras 24% com violação do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer.

Tabela 214: Direitos violados no CT

Direito	Quant.	Vítimas	(%)
Direito à Convivência Familiar e Comunitária	196	458	42,8%
Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade	146	458	31,9%
Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer	110	458	24,0%
Direito à Vida e à Saúde	29	458	6,3%
Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho	4	458	0,9%

Fonte: CT, 2018.



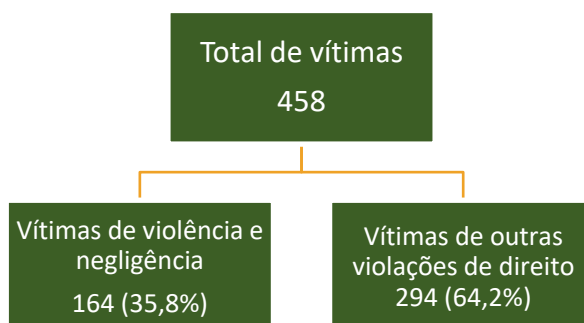
Entre os fatos comunicados mais incidentes as faltas injustificadas reiteradas (infrequência escolar) representaram 18,1% dos casos. Em seguida vem a negligência (falta de cuidado na saúde, alimentação, higiene ou proteção) em mais 14,2% dos registros de violação de direito. Os dois fatos somam cada um mais de 10% dos casos notificados no CT, são eles a regularização de guarda (13,1%) e a desobediência aos pais ou responsáveis (10,3%).

Tabela 215: Principais fatos comunicados

Fato	Quant.	Vítimas	(%)	
Faltas injustificadas reiteradas (infrequência escolar)	83	458	18,1%	
Negligência (falta de cuidado na saúde, alimentação, higiene ou proteção)	65	458	14,2%	
Regularização ou disputa de guarda	60	458	13,1%	
Desobediência aos pais ou responsáveis	47	458	10,3%	
Violência, agressão ou risco contra a integridade física	31	458	6,8%	
Vaga escolar	26	458	5,7%	
Outras práticas não contempladas anteriormente.	24	458	5,2%	
Maus-tratos	22	458	4,8%	
Posse ou uso de álcool e/ou drogas pela criança ou adolescente	21	458	4,6%	
Violência ou agressão verbal ou psicológica	12	458	2,6%	
Outros tipos de discriminação/ <i>bullying</i>	11	458	2,4%	
Abandono de incapaz	10	458	2,2%	
Violência, estupro ou risco de abuso sexual	10	458	2,2%	
Tentativa de suicídio	8	458	1,7%	
Falta de auxílio financeiro	6	458	1,3%	
Fuga de criança ou adolescente	4	458	0,9%	
Prática de atos infracionais	4	458	0,9%	
Trabalho infantil	4	458	0,9%	
Alienação parental	3	458	0,7%	
Ameaça	3	458	0,7%	
Briga entre crianças ou adolescentes	1	458	0,2%	
Conflitos de horários de convívio ou de visitas	1	458	0,2%	
Evasão escolar	1	458	0,2%	
Falta de registro civil	1	458	0,2%	

Fonte: CT, 2018.

A seguir será apresentado um quadro contendo o total de violência física, sexual, psicológica e negligência registrados no Conselho Tutelar, sobre o total de notificações:



Das principais violências notificadas a negligência / abandono representou 49,4%, seguida da violência física que representou 32,9% das notificações do Conselho Tutelar.

Tabela 216: Principais violências comunicadas no CT

Violência	Quant.	(%)	
Negligência/Abandono	81	49,4%	
Violência física	54	32,9%	
Violência psicológica	37	22,6%	
Violência sexual	10	6,1%	
Trabalho Infantil	4	2,4%	
Vítimas de violência*	164	-	

Fonte: CT, 2018.

*Uma vítima de violência pode sofrer mais de uma violência

Indicador 45: Violências contra a crianças e adolescentes registradas na Secretaria de Segurança Pública - SESP/PR

Definição: população de 0 a 17 anos vítimas de violências, sobre a população total da mesma faixa etária

O percentual de vítimas crianças e adolescentes do município é de 1,1%. O maior percentual é na região Rocio II com 4,1%. Apenas uma região não apresentou nenhum caso de crianças e adolescentes vítimas (Distrito Industrial). O menor percentual entre as outras regiões foi a Zona Rural I com 0,1%. A diferença entre essas regiões de maior e menor percentual é de 57,3 vezes.

Tabela 217: Violência contra a criança e o adolescente na SESP/PR

Região geográfica	População de 0 a 17 anos	Vítimas de 0 a 17 anos	(%)
Distrito Industrial	110	0	0,0%
Zona Rural I	1.423	1	0,1%
Zona Rural II	2.452	3	0,1%
Colônia Francesa	563	4	0,7%
Centro	684	5	0,7%
Jardim Christine	528	4	0,8%
São José e Regina Vitória	669	6	0,9%
Rocio I	1.507	26	1,7%
Vila Rosa	1.482	30	2,0%
Rocio II	293	12	4,1%
Área rural não identificada	-	15	-
Não informado	-	4	-
Município	9.711	110	1,1%

Menor Valor	Zona Rural I	0,1%
Média	Palmeira	1,1%
Maior Valor	Rocio II	4,1%

Diferença:
57,3 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

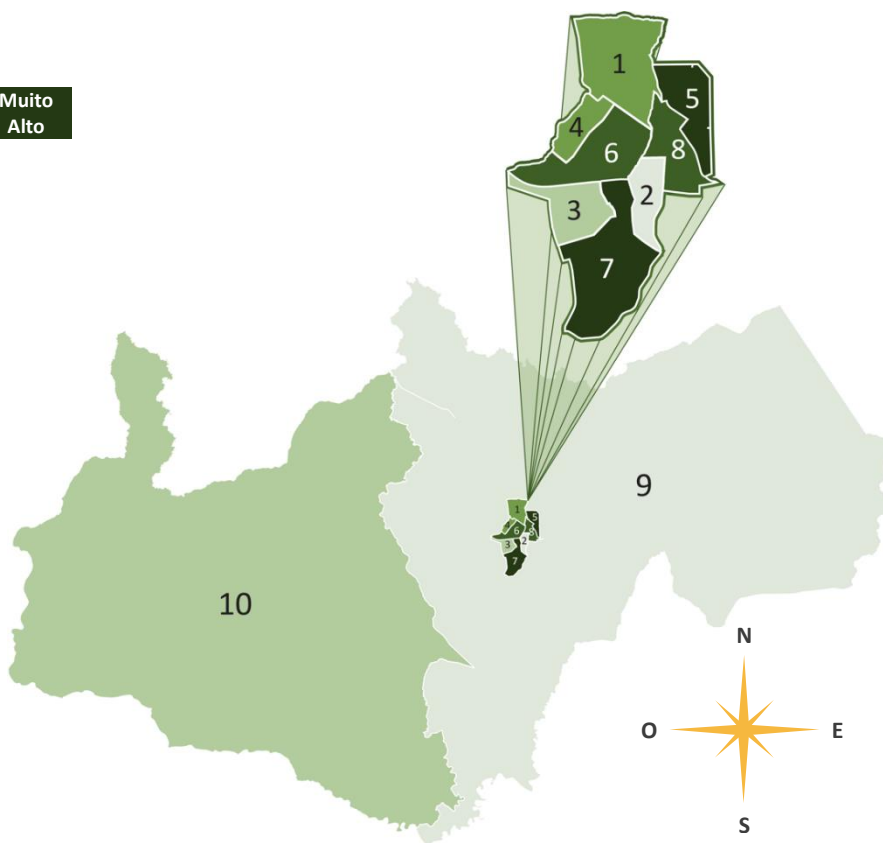
Fonte: SESP/PR, 2018.

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



Prevaleceu os registros como vítimas do sexo masculino, representando 51,8% do total.

Tabela 218: Sexo das vítimas com registro em BO na SESP/PR

Resposta	Quant.	(%)
Feminino	53	48,2%
Masculino	57	51,8%
Total Geral	110	100,0%

Fonte: SESP/PR, 2018

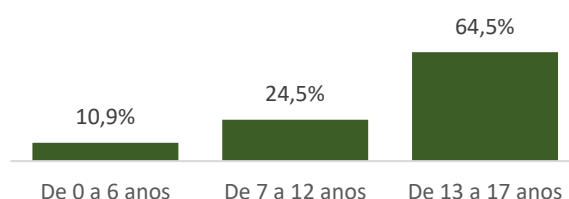


Já na faixa etária tem-se uma predominância entre 13 a 17 anos, 64,5%.

Tabela 219: Faixa etária das vítimas com registro em BO na SESP/PR

Resposta	Quant.	(%)
De 0 a 6 anos	12	10,9%
De 7 a 12 anos	27	24,5%
De 13 a 17 anos	71	64,5%
Total Geral	110	100,0%

Fonte: SESP/PR, 2018

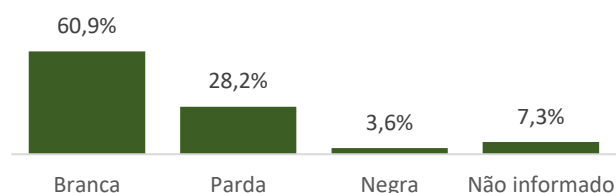


60,9% das vítimas são de cor ou raça branca, seguido de 28,2% considerado pardos.

Tabela 220: Raça ou cor das vítimas com registro em BO na SESP/PR

Resposta	Quant.	(%)
Branca	67	60,9%
Parda	31	28,2%
Negra	4	3,6%
Não informado	8	7,3%
Total Geral	110	100,0%

Fonte: SESP/PR, 2018



As infrações penais contra a integridade física e psicológica atingiram 22,7% das vítimas, seguido de infrações penais contra a dignidade sexual com mais 20,9%.

Tabela 221: Principais infrações comunicadas em BO na SESP/PR

Direito	Quant.	Vítimas	(%)
Infrações penais contra a Integridade Física e Psicológica	25	110	22,7%
Infrações penais contra a Dignidade Sexual	23	110	20,9%
Infrações penais relacionadas a Entorpecentes	14	111	12,6%
Infrações penais contra o Interesse e a Administração Pública em Geral	12	112	10,7%
Infrações penais contra a Liberdade Individual	10	113	8,8%
Infrações penais com armas de fogo	7	114	6,1%
Infrações penais contra o Patrimônio	6	115	5,2%
Infrações penais contra a Dignidade da pessoa	6	116	5,2%
Infrações penais de Ordem Familiar	4	117	3,4%
Infrações penais caracterizada como contravenção	2	118	1,7%
Fato atípico - Condutas meramente informativas	1	119	0,8%

Fonte: SESP/PR, 2018

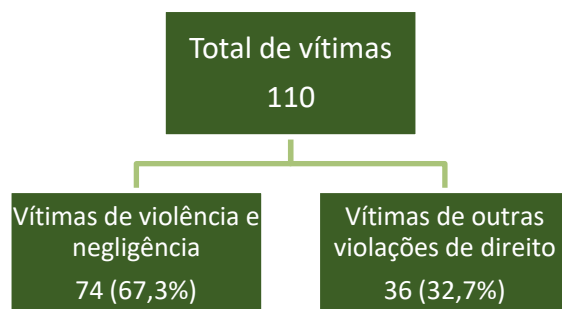
Entre os fatos comunicados mais incidentes, lesão corporal (Art 129 do CP) atingiu 19,1% das vítimas crianças e adolescentes. Seguida do Estupro ou abuso sexual (Art 213 do CP) que atingiu outras 15,5% das vítimas.

Tabela 222: Fato comunicado em BO na SESP/PR

Fato	Quant.	Vítimas	(%)	
Lesão corporal (Art 129 do CP)	21	110	19,1%	
Estupro ou abuso sexual (Art 213 do CP)	17	110	15,5%	
Ameaça (Art 147 do CP)	10	110	9,1%	
Desacato ou Desobediência (Art 330 e 331 do CP)	8	110	7,3%	
Tráfico de drogas (Art 33 e 34 da L11343/2006)	6	110	5,5%	
Injúria (Art 140 do CP)	5	110	4,5%	
Posse de drogas para consumo (Art 28 da L11343/2006)	4	110	3,6%	
Disparo de arma de fogo (Art 15 da L10826)	4	110	3,6%	
Posse irregular ou Porte Ilegal de arma de fogo e similares (Art 12 16 da L10826)	3	110	2,7%	
Resistência (Art. 312 a 337 do CP)	3	110	2,7%	
Associação para o tráfico (Art 35 da L11343/2006)	3	110	2,7%	
Vias de fato	3	110	2,7%	
Corrupção ou indução de menores para a prática de infração penal	2	110	1,8%	
Praticar ato ou ter escrito ou objeto obsceno (Art 233 e 234 do CP)	2	110	1,8%	
Assédio sexual (Art 216-A)	2	110	1,8%	
Dano ou Vandalismo (Art. 163 e 164 do CP)	2	110	1,8%	
Abandono de incapaz (Art 133 do CP)	2	110	1,8%	
Furto (Art 155 do CP)	2	110	1,8%	
Entrega de filho menor a pessoa inidônea (Art 245 do CP)	1	110	0,9%	
Abandono intelectual (Art 246 do CP)	1	110	0,9%	
Maus tratos (Art 136 do CP)	1	110	0,9%	
Perturbação da tranquilidade, do trabalho ou do sossego alheio	1	110	0,9%	
Roubo (Art 157 do CP)	1	110	0,9%	
Desobediência ou descumprimento a decisão judicial (Art 338 a 359 do CP)	1	110	0,9%	
Vender, oferecer ou servir bebida alcoólica ou produtos que causam dependência a menor (L8069/1990)	1	110	0,9%	
Violação de domicílio (Art 150 do CP)	1	110	0,9%	
Outras condutas meramente informativas	1	110	0,9%	
Difamação (Art 139 do CP)	1	110	0,9%	
Importunar alguém, em lugar público, de modo ofensivo ao pudor	1	110	0,9%	

Fonte: SESP/PR, 2018

Quando analisado as questões das violências (negligência, violência física, sexual, psicológica, ou trabalho infantil, temos o seguinte cenário:



Das principais violências notificadas, violência física esteve presente em 33,8% das vítimas crianças e adolescentes. Em seguida vem a violência psicológica com mais 23% e o abuso sexual com 28,4%.

Tabela 223: Principais violências comunicadas em BO na SESP/PR

Violência	Quant.	(%)	
Violência física	25	33,8%	
Violência psicológica	17	23,0%	
Violência ou Abuso Sexual	21	28,4%	
Trabalho Infantil	8	10,8%	
Negligência/Abandono	4	5,4%	
Vítimas de violência*	74	-	

Fonte: SESP/PR, 2018

Indicador 46: Violências contra a mulher registradas na Secretaria de Segurança Pública do Paraná - SESP/PR

Definição: população feminina de 18 a 59 anos vítima de violência, sobre a população total da mesma faixa etária.

Para analisar o percentual de violência contra a mulher buscou-se o público feminino entre 18 e 59 anos, com o objetivo de distinguir entre os públicos femininos do ECA que vai até 17 anos e o público feminino de idosas que têm de 60 anos e mais.

Neste sentido, o percentual de vítimas mulheres do município é de 4,3%. O maior percentual é na região do Rocio II com 10,5%. Todas as regiões registraram mulheres como vítimas, sendo o menor percentual na região Zona Rural II com 0,2%.

Tabela 224: Violência contra a mulher registrada na SESP/PR

Região Geográfica	População feminina de 18 a 59 anos	Mulheres de 18 a 59 anos vítimas	(%)
Zona Rural II	2.308	4	0,2%
Zona Rural I	1.265	12	0,9%
Distrito Industrial	107	2	1,9%
Colônia Francesa	445	9	2,0%
Jardim Christine	566	12	2,1%
Rocio I	1.618	42	2,6%
São José e Regina Vitória	715	43	6,0%
Vila Rosa	1.273	100	7,9%
Centro	893	73	8,2%
Rocio II	257	27	10,5%
Área rural não identificada	-	58	-
Não informado	-	28	-
Município	9.447	410	4,3%

Menor Valor	Zona Rural II	0,2%
Média	Palmeira	4,3%
Maior Valor	Rocio II	10,5%

Diferença:
59,6 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

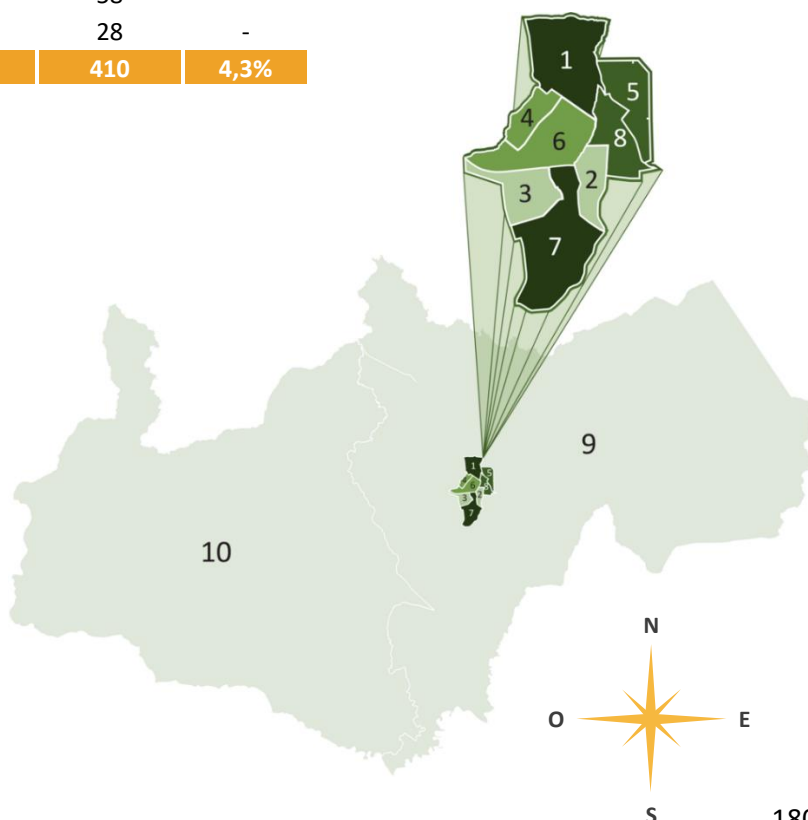
Fonte: SESP/PR, 2018

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

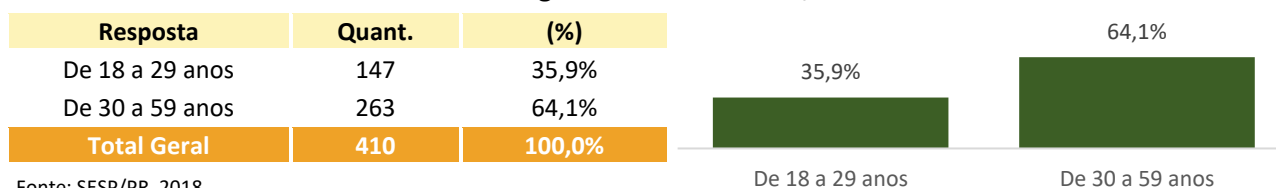
Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



O percentual de mulheres jovens vítimas é de 35,9%.

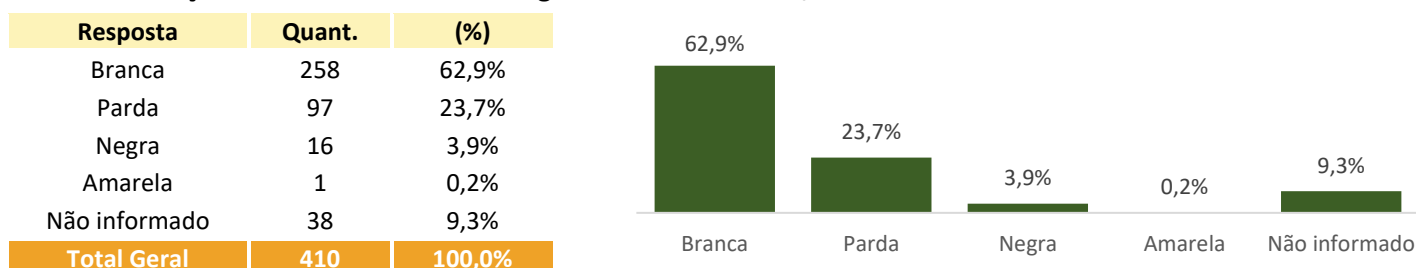
Tabela 225: Faixa etária das vítimas com registro em BO na SESP/PR



Fonte: SESP/PR, 2018

62,9% das vítimas são de cor ou raça branca, seguido de 23,7% de pardos.

Tabela 226: Raça ou cor das vítimas com registro em BO na SESP/PR



Fonte: SESP/PR, 2018

Na violência contra a mulher se destacam três infrações: infrações penais contra o patrimônio que atingiram 26,1%; infrações penais contra a integridade física e psicológica (24,9%); e, infrações penais contra a liberdade individual (21,2%).

Tabela 227: Principais infrações comunicadas em BO na SESP/PR

Direito	Quant.	Vítimas	(%)
Infrações penais contra o patrimônio	107	410	26,1%
Infrações penais contra a integridade física e psicológica	102	410	24,9%
Infrações penais contra a liberdade individual	87	410	21,2%
Infrações penais contra a dignidade da pessoa	48	410	11,7%
Infrações penais contra o interesse e a administração pública em geral	28	410	6,8%
Infrações penais caracterizada como contravenção	17	410	4,1%
Infrações penais do Código de Trânsito Brasileiro	7	410	1,7%
Infrações penais com armas de fogo	7	410	1,7%
Infrações penais relacionadas a entorpecentes	4	410	1,0%
Infrações penais contra a dignidade sexual	2	410	0,5%
Fato atípico - condutas meramente informativas	1	410	0,2%

Fonte: SESP/PR, 2018

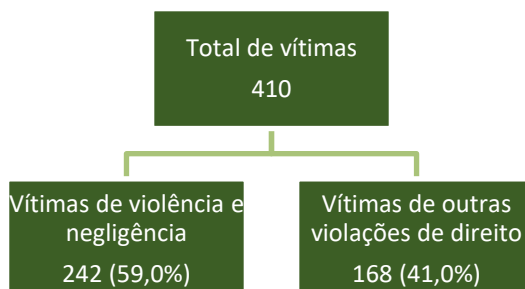
Entre os fatos comunicados mais incidentes dois ganham destaque: ameaça (Art. 147 do CP) e lesão corporal (Art 129 do CP), ambos atingindo aproximadamente 20% das vítimas.

Tabela 228: Fato comunicado em BO na SESP/PR

Fato	Quant.	Vítimas	(%)
Ameaça (Art 147 do CP)	85	410	20,7%
Lesão corporal (Art 129 do CP)	81	410	19,8%
Dano ou Vandalismo (Art. 163 e 164 do CP)	39	410	9,5%
Furto (Art 155 do CP)	37	410	9,0%
Injúria (Art 140 do CP)	32	410	7,8%
Vias de fato	17	410	4,1%
Desacato ou Desobediência (Art 330 e 331 do CP)	14	410	3,4%
Perturbação da tranquilidade, do trabalho ou do sossego alheio	13	410	3,2%
Violação de domicílio (Art 150 do CP)	12	410	2,9%
Difamação (Art 139 do CP)	11	410	2,7%
Roubo (Art 157 do CP)	8	410	2,0%
Resistência (Art 312 a 337 do CP)	7	410	1,7%
Posse irregular ou Porte Ilegal de arma de fogo e similares (Art 12 16 da L10826)	6	410	1,5%
Estelionato (Art 171 do CP)	6	410	1,5%
Calúnia (Art 138 do CP)	5	410	1,2%
Dirigir sob efeito álcool e/ou drogas	4	410	1,0%
Importunar alguém, em lugar público, de modo ofensivo ao pudor	4	410	1,0%
Desobediência ou descumprimento a decisão judicial (Art 338 a 359 do CP)	3	410	0,7%
Rixa (Art 137 do CP)	3	410	0,7%
Associação para o tráfico (Art 35 da L11343/2006)	3	410	0,7%
Apropriação de coisa alheia (Art 168, 168-A e 169 do CP)	3	410	0,7%
Adulteração de sinal identificador de veículo automotor (Art 293 a 311 do CP)	3	411	0,7%
Deixar o condutor de veículo de prestar socorro à vítima ou afastar-se do local do acidente	2	412	0,5%
Assédio sexual (Art 216-A)	1	413	0,2%
Comunicação de perda ou de recuperação de documentos/objetos	1	414	0,2%
Receptação (Art 180 do CP)	1	415	0,2%
Posse de drogas para consumo (Art 28 da L11343/2006)	1	416	0,2%
Sequestro ou cárcere privado (Art 148 do CP)	1	417	0,2%
Constrangimento ilegal (Art 146 do CP)	1	418	0,2%
Praticar ato ou ter escrito ou objeto obsceno (Art 233 e 234 do CP)	1	419	0,2%
Disparo de arma de fogo (Art 15 da L10826)	1	420	0,2%
Omissão de socorro (Art 135 e 135-A do CP)	1	421	0,2%
Violar suspensão ou proibição de se obter carteira de habilitação	1	422	0,2%
Exercício arbitrário das próprias razões (Art 345 e 346 do CP)	1	423	0,2%
Fraudes (Art. 172, 174, 175, 176, 177, e 179 do CP)	1	424	0,2%

Fonte: SESP/PR, 2018

A seguir será apresentado um quadro contendo o total de violência física, sexual, psicológica e negligência registrado na Delegacia, sobre o total de notificações:



Com relação às violências registradas no público feminino de 18 a 59 anos, a principal é a violência psicológica com 57,4%.

Tabela 229: Principais violências comunicadas em BO na SESP/PR

Violência	Quant.	(%)	
Violência psicológica	139	57,4%	
Violência física	100	41,3%	
Violência ou Abuso Sexual	9	3,7%	
Negligência/Abandono	4	1,7%	
Vítimas de violência*	242	-	

Fonte: SESP/PR, 2018

Indicador 47: Violência contra a pessoa idosa registrada na Secretaria de Segurança Pública do Paraná - SESP/PR

Definição: população de 60 anos ou mais vítima de violência, sobre a população total da mesma faixa etária.

O percentual de registro de violência contra a população idosa é de 2,5%. O maior percentual é na região Centro com 5,5% da população idosa residente na região. Duas regiões não apresentaram nem um caso de pessoa idosa vítima (Distrito Industrial e Zona Rural I). O menor percentual entre as outras regiões foi a Zona Rural II com 0,1%. A diferença entre essas regiões de maior e menor percentual é de quase 50 vezes (48,6).

Tabela 230: Violência contra a pessoa idosa na SESP/PR

Região Geográfica	População de 60 anos ou mais	Pessoa idosa de 60 anos ou mais vítima	(%)
Distrito Industrial	41	0	0,0%
Zona Rural I	557	0	0,0%
Zona Rural II	897	1	0,1%
Rocio I	582	9	1,5%
Jardim Christine	183	4	2,2%
Rocio II	62	2	3,2%
Vila Rosa	350	12	3,4%
Colônia Francesa	144	5	3,5%
São José e Regina Vitória	161	7	4,3%
Centro	452	25	5,5%
Área rural não identificada	-	18	-
Não informado	-	3	-
Município	3.429	86	2,5%

Menor Valor

Zona Rural II

0,1%

Média

Palmeira

2,5%

Maior Valor

Centro

5,5%

Diferença:
48,6 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

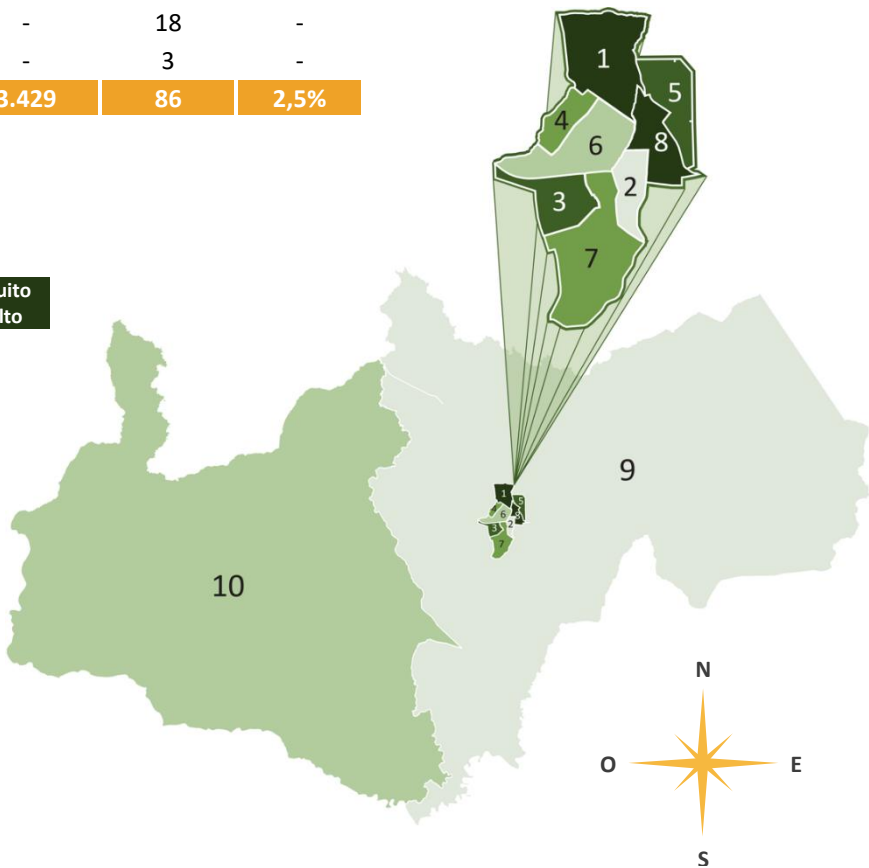
Fonte: SESP/PR, 2018.

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II

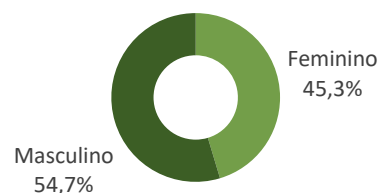


Prevaleceram os registros como vítimas do sexo masculino, representando 54,7% do total.

Tabela 231: Sexo das vítimas com registro em BO na SESP/PR

Resposta	Quant.	(%)
Feminino	39	45,3%
Masculino	47	54,7%
Total Geral	86	100,0%

Fonte: SESP/PR, 2018

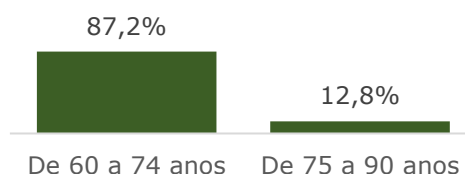


Na faixa etária tem-se uma predominância entre 60 e 74 anos, 87,2%.

Tabela 232: Faixa etária das vítimas com registro em BO na SESP/PR

Resposta	Quant.	(%)
De 60 a 74 anos	75	87,2%
De 75 a 90 anos	11	12,8%
Total Geral	86	100,0%

Fonte: SESP/PR, 2018

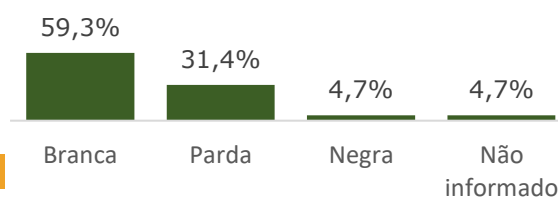


59,3% das vítimas são de cor ou raça branca, seguido de 31,4% de pardos.

Tabela 233: Raça ou cor das vítimas com registro em BO na SESP/PR

Resposta	Quant.	(%)
Branca	51	59,3%
Parda	27	31,4%
Negra	4	4,7%
Não informado	4	4,7%
Total Geral	86	100,0%

Fonte: SESP/PR, 2018



Na violência contra a pessoa idosa, sobressaem as infrações penais contra o patrimônio que atingiram 59,3% das vítimas com 60 anos e mais.

Tabela 234: Principais infrações comunicadas em BO na SESP/PR

Direito	Quant.	Vítimas	(%)
Infrações penais contra o patrimônio	51	86	59,3%
Infrações penais contra a integridade física e psicológica	11	86	12,8%
Infrações penais contra a liberdade individual	7	86	8,1%
Infrações penais contra a dignidade da pessoa	5	86	5,8%
Infrações penais do Código de Trânsito Brasileiro	3	86	3,5%
Infrações penais contra o interesse e a administração pública em geral	3	86	3,5%
Infrações penais com armas de fogo	3	86	3,5%
Infrações penais caracterizada como contravenção	2	86	2,3%
Fato atípico - condutas meramente informativas	1	86	1,2%
Infrações penais contra a dignidade sexual	1	86	1,2%

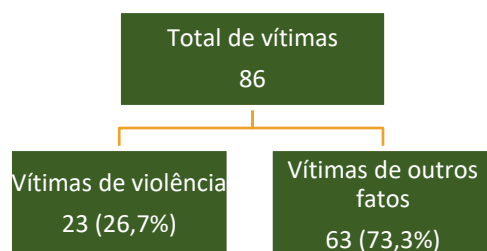
Fonte: SESP/PR, 2018

Entre os fatos comunicados mais incidentes furto (art. 155 do CP) foi o que se destacou com 23,3% de vítimas. Dano ou vandalismo (art. 163 e 164 do CP), roubo (art. 157 do CP) e lesão corporal (art. 129 do CP) também tiveram presentes em mais de 105 vítimas.

Tabela 235: Fato comunicado em BO na SESP/PR

Fato	Quant.	Vítimas	(%)	
Furto (Art 155 do CP)	20	86	23,3%	
Dano ou Vandalismo (Art. 163 e 164 do CP).	14	86	16,3%	
Roubo (Art 157 do CP)	10	86	11,6%	
Lesão corporal (Art 129 do CP)	9	86	10,5%	
Ameaça (Art 147 do CP)	7	86	8,1%	
Estelionato (Art 171 do CP)	6	86	7,0%	
Injúria (Art 140 do CP)	3	86	3,5%	
Disparo de arma de fogo (Art 15 da L10826)	2	86	2,3%	
Desacato ou Desobediência (Art 330 e 331 do CP)	2	86	2,3%	
Deixar o condutor de veículo de prestar socorro à vítima ou afastar-se do local do acidente	2	86	2,3%	
Perturbação da tranquilidade, do trabalho ou do sossego alheio	1	86	1,2%	
Maus tratos (Art 136 do CP)	1	86	1,2%	
Resistência (Art. 312 a 337 do CP)	1	86	1,2%	
Dirigir sob efeito álcool e/ou drogas	1	86	1,2%	
Omissão de cautela na guarda ou condução de animais	1	86	1,2%	
Calúnia (Art 138 do CP)	1	86	1,2%	
Posse irregular ou Porte ilegal de arma de fogo e similares (Art 12 16 da L10826)	1	86	1,2%	
Difamação (Art 139 do CP)	1	86	1,2%	
Vias de fato	1	86	1,2%	
Corrupção ou indução de menores para a prática de infração penal	1	86	1,2%	
Comunicação de perda ou de recuperação de documentos/objetos	1	86	1,2%	
Esbulho possessório (Art 161 § 2º do CP)	1	86	1,2%	

Fonte: SESP/PR, 2018



Das violências notificadas contra a pessoa idosa, a psicológica atingiu 56,5% das vítimas. Em segundo vem duas violências, são elas a violência física (47,8%) e bullying ou cyberbullying (21,7%).

Tabela 236: Principais violências comunicadas em BO na SESP/PR

Violência	Quant.	(%)	
Violência psicológica	13	56,5%	
Bullying ou cyberbullying	5	21,7%	
Violência física	11	47,8%	
Vítimas de violência*	23	-	

Fonte: SESP/PR, 2018

Indicador 48: Violência contra a pessoa com deficiência registrada na Secretaria de Segurança Pública do Paraná - SESP/PR

Definição: população de pessoas com deficiência vítima de violência, sobre a população total residente no município.

Com relação à violência contra a pessoa com deficiência, a tabela abaixo apresenta o total de notificações registradas nos boletins de ocorrência no ano de 2018. Como não existe um dado oficial do total de pessoas com deficiência por território, não é possível calcular a taxa sobre a população residente. Desse modo, considerou-se o percentual sobre o total de notificações registradas, onde a Zona Rural I teve o maior percentual de notificações, com 23,1%.

Tabela 237: Violência contra a pessoa com deficiência na SESP/PR

Região Residência	Total de vítimas PcD	Percentual de vítimas na SESP/PR	
Zona Rural I	6	23,1%	
Vila Rosa	5	19,2%	
Centro	4	15,4%	
Área rural não identificada	4	15,4%	
Rocio I	3	11,5%	
Rocio II	3	11,5%	
Não informado	1	3,8%	
Distrito Industrial	-	0,0%	
Franceses	-	0,0%	
Jardim Christine	-	0,0%	
São José e Regina Vitória	-	0,0%	
Zona Rural II	-	0,0%	
Município	26	100%	

Fonte: SESPPR, 2018

Tabela 238: Tipo da deficiência das vítimas com registro em BO na SESP/PR

Resposta	Quant.	(%)
Motora	6	23,1%
Auditiva	2	7,7%
Visual	1	3,8%
Não informada	17	65,4%
Total Geral	26	100,0%

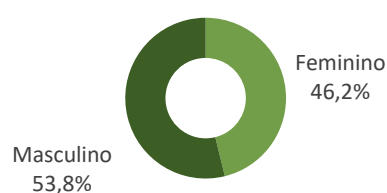
Fonte: SESPPR, 2018

Prevaleceram os registros como vítimas do sexo masculino, representando 53,8% do total.

Tabela 239: Sexo

Resposta	Quant.	(%)
Feminino	12	46,2%
Masculino	14	53,8%
Total Geral	26	100,0%

Fonte: SESP/PR, 2018

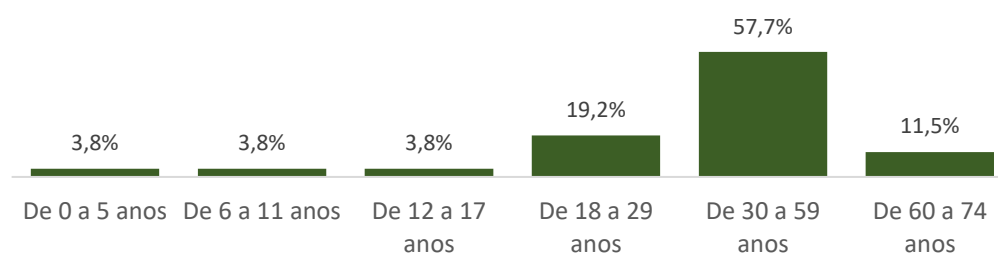


Dos poucos casos registrados de violência contra a PcD, 57,7% deles são entre 30 e 59 anos.

Tabela 240: Faixa etária

Resposta	Quant.	(%)
De 0 a 5 anos	1	3,8%
De 6 a 11 anos	1	3,8%
De 12 a 17 anos	1	3,8%
De 18 a 29 anos	5	19,2%
De 30 a 59 anos	15	57,7%
De 60 a 74 anos	3	11,5%
Total Geral	26	100,0%

Fonte: SESP/PR, 2018



42,3% dos dados informados não especifica a raça ou cor e no restante prevalece a cor ou raça branca com 42,3%, mesmo percentual dos não informados.

Tabela 241: Raça ou cor das vítimas com registro em BO na SESP/PR

Resposta	Quant.	(%)
Branca	11	42,3%
Parda	4	15,4%
Não informado	11	42,3%
Total Geral	26	100,0%

Fonte: SESP/PR, 2018

As infrações penais contra o patrimônio atingiram 59,3% das vítimas com 60 anos e mais.

Tabela 242: Principais infrações comunicadas em BO na SESP/PR

Direito	Quant.	Vítimas	(%)
Infrações penais contra o patrimônio	9	26	34,6%
Infrações penais contra a integridade física e psicológica	5	26	19,2%
Infrações penais contra o interesse e a administração pública em geral	3	26	11,5%
Infrações penais contra a liberdade individual	3	26	11,5%
Infrações penais do Código de Trânsito Brasileiro	2	26	7,7%
Fato atípico - condutas meramente informativas	2	26	7,7%
Infrações penais relacionadas a entorpecentes	1	26	3,8%
Infrações penais contra a Dignidade Sexual	1	26	3,8%

Fonte: SESP/PR, 2018

Entre os fatos comunicados mais incidentes entre as pessoas com deficiência, o furto (Art. 155 do CP) atingiu 15,4% das vítimas. Outros três fatos atingiram mais 11,5% das vítimas cada, são eles: dano ou vandalismo (Art. 163 e 164 do CP, ameaça (Art. 147 do CP) e lesão corporal (Art. 129 do CP).

Tabela 243: Fato comunicado em BO na SESP/PR

Fato	Quant.	Vítimas	(%)	
Furto (Art. 155 do CP)	4	26	15,4%	
Dano ou vandalismo (Art. 163 e 164 do CP)	3	26	11,5%	
Ameaça (Art. 147 do CP)	3	26	11,5%	
Lesão corporal (Art. 129 do CP)	3	26	11,5%	
Roubo (Art. 157 do CP)	2	26	7,7%	
Comunicação de perda ou de recuperação de documentos/objetos	2	26	7,7%	
Deixar o condutor de veículo de prestar socorro à vítima ou afastar-se do local do acidente	2	26	7,7%	
Resistência (Art. 312 a 337 do CP)	1	26	3,8%	
Maus tratos (Art. 136 do CP)	1	26	3,8%	
Vias de fato	1	26	3,8%	
Tráfico de drogas (Art. 33 e 34 da L11343/2006)	1	26	3,8%	
Desacato ou desobediência (Art. 330 e 331 do CP)	1	26	3,8%	
Adulteração de sinal identificador de veículo automotor (Art. 293 a 311 do CP)	1	26	3,8%	
Estupro ou abuso sexual (Art. 213 do CP)	1	26	3,8%	

Fonte: SESP/PR, 2018

8.6 MAPA SOCIAL DOS INDICADORES DE VIOLÊNCIA

Novamente as Regiões de Santa Rosa e Rocio II se destacam neste capítulo, tendo nos quatro indicadores estudados as taxas acima da média do município. E com isso, ratificando a sua condição de maior vulnerabilidades e de atenção do gestor para melhoria na qualidade de vida desta população.

Tabela 244: Mapa social dos indicadores de violência

Região Geográfica	Violências contra a criança e adolescente registradas no Conselho Tutelar - CT	Violências contra a crianças e adolescentes registradas na Secretaria de Segurança Pública - SESP/PR	Violências contra a mulher registradas na Secretaria de Segurança Pública do Paraná - SESP/PR	Violência contra a pessoa idosa registrada na Secretaria de Segurança Pública do Paraná - SESP/PR	Total de Indicadores de violências
Parâmetro	> 4,7%	> 1,1%	>4,3%	>2,5%	4
Distrito Industrial	0,0%	0,0%	1,9%	0,0%	0
Jardim Christine	0,6%	0,8%	2,1%	2,2%	0
Zona Rural II	1,5%	0,1%	0,2%	0,1%	0
Zona Rural I	3,1%	0,1%	0,9%	0,0%	0
Rocio I	4,6%	1,7%	2,6%	1,5%	1
Colônia Francesa	1,4%	0,7%	2,0%	3,5%	1
Centro	3,8%	0,7%	8,2%	5,5%	2
São José e Regina Vitória	4,0%	0,9%	6,0%	4,3%	2
Vila Rosa	10,8%	2,0%	7,9%	3,4%	4
Rocio II	17,4%	4,1%	10,5%	3,2%	4

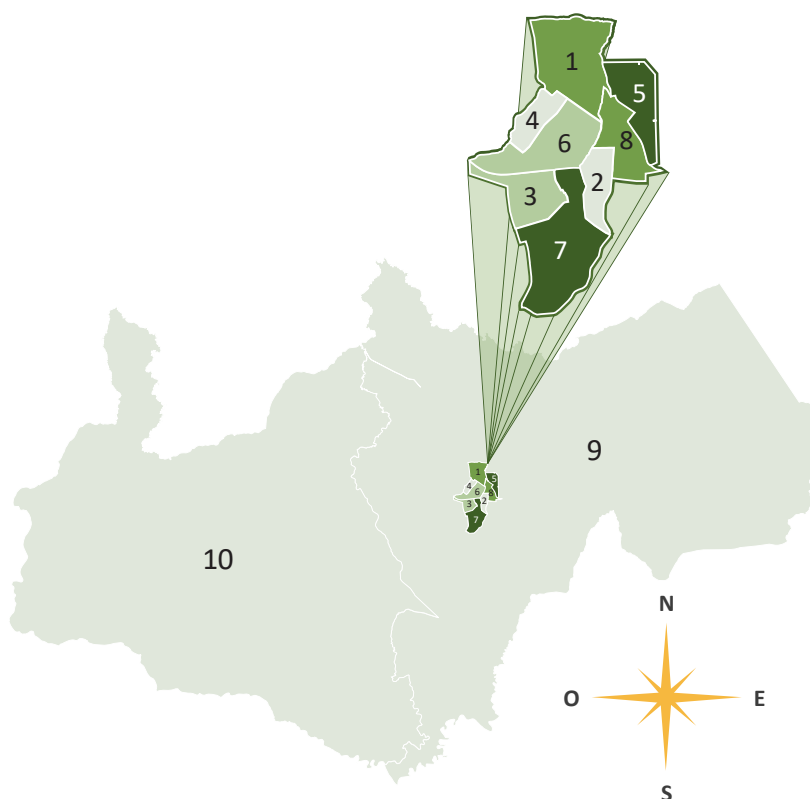
Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



PARTE V

9 MAPA SOCIAL GERAL DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA

Na Tabela 245, estão considerados todos os indicadores já apresentados nos capítulos do perfil socioeconômico, da assistência social e das violências. A finalidade deste mapa é apresentar por tema e região o somatório geral dos 28 indicadores que estão acima da média do município. As regiões do Rocio II e do Vila Rosa aparecem no somatório geral com 23 e 25 indicadores acima da média, confirmando a condição já retratada nos três mapas anteriores, de maior vulnerabilidade social em Palmeiras e portanto, merecem atenção prioritária do Gestor em ações e projetos voltados para melhoria da condição de vida desta população.

Tabela 245: Mapa social geral do município de Palmeira

Região Geográfica	Total Assistência Social	Total Violência	Total Perfil Socioeconômico	Total Geral de Indicadores
Parâmetro	>7	>1	>2	28
Distrito Industrial	1	0	2	3
Zona Rural I	4	0	2	6
Jardim Christine	6	0	1	7
Zona Rural II	6	0	2	8
Colônia Francesa	5	1	3	9
Rocio I	8	1	1	10
Centro	8	2	0	10
São José e Regina Vitória	8	2	1	11
Vila Rosa	14	4	5	23
Rocio II	17	4	4	25

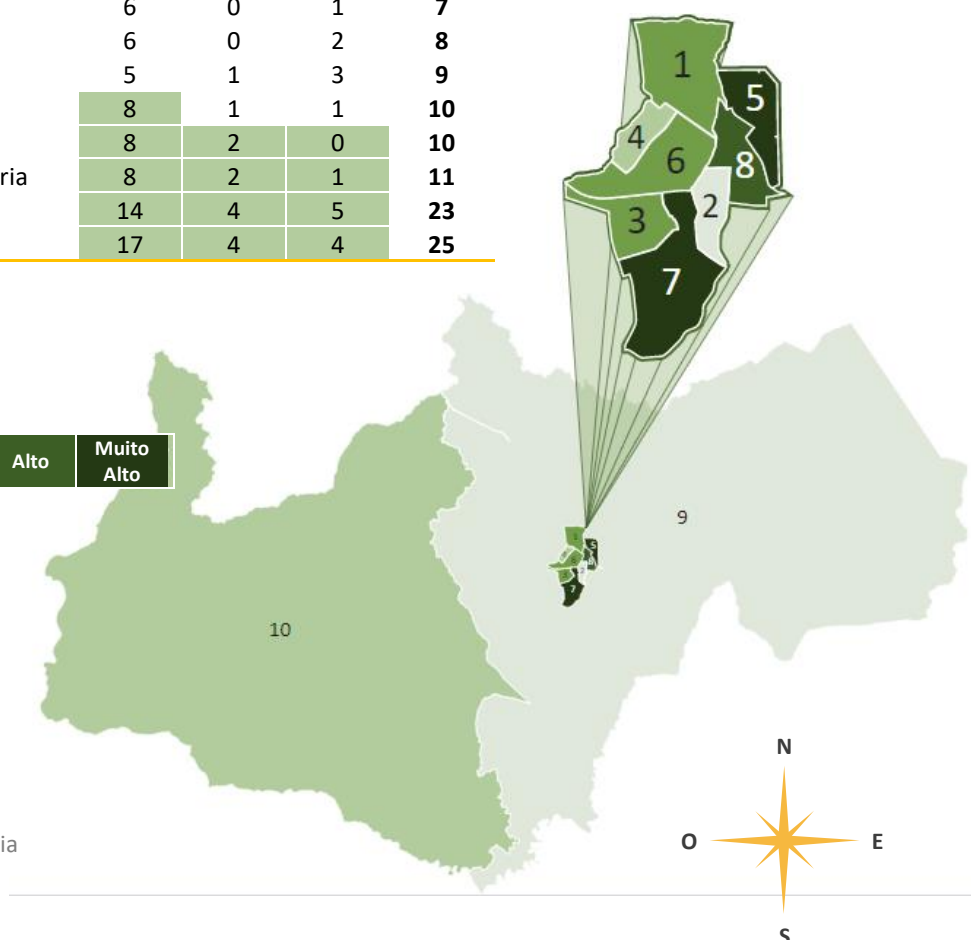
Fonte: Paineis Pesquisas, 2019.

Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda

- 1 – Centro
- 2 – Distrito Industrial
- 3 – Colônia Francesa
- 4 – Jardim Christine
- 5 – Vila Rosa
- 6 – Rocio I
- 7 – Rocio II
- 8 – São José e Regina Vitória
- 9 – Zona Rural I
- 10 – Zona Rural II



10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Diagnóstico Socioterritorial da Assistência Social do município de Palmeira/PR, ora apresentado, possibilitou o conhecimento e reconhecimento da realidade local do município. Poderá ser utilizado tanto pelos governos, para planejar e executar políticas públicas voltadas à realidade local, quanto pela sociedade civil, para reivindicar as melhorias necessárias para o enfrentamento das fragilidades municipais apresentadas nos dados aqui postos. As considerações e ajustes propostos nesse diagnóstico são essenciais para melhor organização de planejamento das ações da Assistência Social no município, bem como permite um olhar mais abrangente das ofertas e/ou ausências de políticas públicas.

Nessa construção conjunta, destaca-se a atribuição do setor de Vigilância Socioassistencial, que é a de subsidiar planos de Assistência Social, utilizando os dados obtidos nesse diagnóstico. Ainda, ajustes podem ser realizados visando qualidade nos serviços prestados, bem como a possibilidade de planejar ações e atividades, levando-se em conta que a análise da realidade deve ser tratada tanto pelos dados numéricos, mas também pelo que pensam e propõem os indivíduos e a comunidade do município em questão.

Assim sendo, realizar-se-á aqui uma análise geral conclusiva e propositiva, dando-se ênfase aos conteúdos específicos da Política de Assistência Social que merecem, sob o ponto de vista crítico, uma atenção especial do município.

Para fins de compreensão, destaca-se que os apontamentos não devem ser avaliados de forma isolada, haja vista que a análise considera o todo diagnosticado e a lógica do SUAS que, como o próprio nome diz, é único, muito embora, em alguns momentos, se poderá focar em temas específicos. É necessário ter em conta, também, que as sugestões aqui realizadas possuem o objetivo de iluminar e estimular as diversas áreas e responsáveis pela Assistência Social do município, no entanto, não se tem a pretensão de esgotar as possibilidades. E, ainda, tem-se a ciência de que nem sempre é possível ao município, pelos mais diversos motivos, a execução das ações sugeridas, mesmo que sejam reconhecidas como necessárias. Sabe-se também que é possível que os apontamentos e as recomendações aqui realizados já sejam do conhecimento e estejam no planejamento da gestão e das equipes do SUAS de Palmeira, no entanto, pela natureza do diagnóstico, não se pode deixar de aqui registrá-los.

Assim sendo, inicia-se agora as considerações finais, cujo conteúdo poderá ser aproveitado por todos os profissionais envolvidos com a Política de Assistência Social no município. Recomenda-se que ele seja discutido em cada uma das equipes das ofertas socioassistenciais, tanto públicas quanto privadas, objetivando levar a todos o conhecimento do resultado aqui obtido e planejar ações que contribuam no avanço e na melhoria da qualidade dessas ofertas, de acordo com as normativas e as demandas apresentadas. Esse processo pode ser incorporado por todas as chefias, porém, sugere-se que o

Departamento de Administração e Gestão do SUAS coordene esse processo, de modo a garantir que o presente diagnóstico de fato chegue ao conhecimento e seja discutido por toda a rede.

Principia-se esta etapa alertando para a importância da busca ativa para atualização cadastral do CadÚnico das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, pois a pesquisa demonstrou que no município existem famílias que são beneficiárias do PBF, porém, constam com o cadastro desatualizado, ou seja, a última atualização ocorreu há mais de dois anos. Sendo a atualização um critério para a manutenção do benefício, é imprescindível que 100% das famílias sejam alcançadas por esse direito. Levanta-se aqui também a possibilidade de que, apesar de constarem na base do CECAD de Palmeira, essas famílias podem ter migrado para outro município e, até mesmo, outro estado. Diante do exposto, se reforça a imprescindibilidade da identificação dessas famílias e de um planejamento urgente para a busca ativa das mesmas, que deverá resultar na atualização do CadÚnico ou em outras providências cabíveis no caso de não serem localizadas no território municipal. A Área de Vigilância Socioassistencial deverá colaborar realizando aquela que está prevista como uma das suas Macroatividades, a busca ativa, conforme as Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial (MDS, 2014, p. 30):

[...]a Busca Ativa refere-se à localização, inclusão no Cadastro Único e atualização cadastral de todas as famílias pobres, assim como o encaminhamento destas famílias aos serviços da rede de proteção social. A Busca Ativa se desdobra em três estratégias: (1) Busca Ativa para inclusão no Cadastro Único: trata-se de localizar as famílias extremamente pobres, incluí-las no CadÚnico e manter suas informações sempre atualizadas; (2) Busca Ativa para Acessar Benefícios: incluir no Bolsa Família, no Bolsa Verde, no Fomento a Atividades Produtivas, no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e no Benefício de Prestação Continuada todas as famílias que atendam os critérios de elegibilidade; (3) Busca Ativa para Acessar Serviços: nesse caso, o Estado assegura que as famílias extremamente pobres tenham acessos aos serviços sociais básicos de saúde, saneamento, educação, assistência social, trabalho e segurança alimentar e nutricional, entre outros.

Assim sendo, cabe a Vigilância Socioassistencial colaborar com as equipes analisando os dados do CECAD, planejando e orientando sobre a busca ativa dessas famílias, em especial, naqueles territórios em que há maior incidência de situações de pobreza e extrema pobreza, apontadas neste diagnóstico.

Outra demanda, observada durante o tratamento dos dados desta pesquisa, diz respeito ao elevado índice de famílias atendidas/acompanhadas pelo PAIF por motivo de descumprimento de condicionalidades do PBF relacionado à educação (fora da escola ou defasagem escolar). Esse dado deve ser foco de atenção da Gestão do SUAS e coordenação do CRAS, pois, como se sabe, essa é uma demanda que precisa ser resolvida em articulação e conjunto com a política de educação. **Sugere-se** que o Comitê Intersetorial do PBF, juntamente com a gestão do SUAS, estabeleçam um plano com metas a curto, médio e longo prazo para minorar tal descumprimento que, não se pode esquecer, é uma violação de um direito básico dos cidadãos que é a educação. **Recomenda-se** também que os indivíduos que passam por esse descumprimento de condicionalidade sejam atendidos no SCFV, já que se trata de um público prioritário para tal serviço. Além dessa inclusão, que sejam inseridos em outras atividades voltadas para a prevenção

de riscos, vulnerabilidades e violações de direito, podendo ser executadas por outras políticas públicas ou mesmo pelas OSCs.

Nesse mesmo tema, **sugere-se** que haja uma avaliação minuciosa sobre qual processo de trabalho está sendo executado com as famílias em descumprimento de condicionalidades relacionadas à educação, verificando se o acompanhamento do PAIF está alcançando seus objetivos, pois trata-se de quase a metade dos acompanhamentos realizados nessa oferta. Do mesmo modo, **recomenda-se** que as famílias beneficiárias do PBF e que não estejam em descumprimento das condicionalidades sejam acompanhadas sistematicamente em trabalho coletivo pelo PAIF, de modo a prevenir esse e outros descumprimentos de condicionalidades, conforme previsto nas orientações sobre o papel da Proteção Social Básica.

Outra questão a ser considerada, em relação às famílias beneficiárias do PBF, é a necessidade de **analisar** profundamente, por meio dos serviços socioassistenciais do município, se o acompanhamento a essas famílias está alcançando seu objetivo maior que é a retirada das mesmas das situações de vulnerabilidade e risco em que se encontram.

Como visto no decorrer deste diagnóstico, o SCFV é realizado em sua grande maioria por OSCs. Tendo isso em vista, e sabendo-se do processo de reordenamento ao qual o município aderiu, **sugere-se** que o planejamento das ações contemple atividades específicas de referenciamento dessas instituições pelos CRAS, o qual tem o dever de realizar as orientações sobre a metodologia e as estratégias a serem utilizadas para o alcance efetivo dos objetivos do serviço em questão. Para tal, é importante construir em conjunto com as instituições um protocolo de referenciamento, no qual deve constar o cronograma anual, o passo-a-passo do referenciamento, definir o técnico de referência, definir o processo de inclusão das situações prioritárias, definindo documento técnico e critérios mínimos para o apontamento dessas situações, de acordo com as prerrogativas da Secretaria Nacional de Assistência Social, por meio do SISC. **Sugere-se**, ainda, que o referenciamento conte com orientações sistemáticas à equipe responsável pela execução do serviço sobre as diretrizes, os princípios e os objetivos da PNAS.

Ainda no que se refere ao SCFV, o município relata possuir uma metodologia baseada no critério de pesos para reordenar e parametrizar o atendimento do serviço. Sugere-se que esse critério seja revisto, pois, para essa oferta, já há procedimentos acordados nas instâncias de pactuação e controle social que definem quais são as situações prioritárias e quais os procedimentos deverão ser tomados para sua comprovação e registro. Corrobora com essa sugestão o documento Perguntas Frequentes do SCFV, construído pelo Departamento de Proteção Social Básica, da Secretaria Nacional de Assistência Social, atualizado em 23 de março de 2015, que no seu texto assim discorre:

É importante esclarecer que as situações prioritárias para o atendimento no SCFV estão elencadas na Resolução CIT nº 1/2013 e na Resolução CNAS nº1/2003. O § 2º do art. 3º, de ambas as resoluções, afirma que a comprovação das situações prioritárias ocorre por meio de documento

técnico que deverá ser arquivado na unidade que oferta o SCFV ou no órgão gestor, por um período mínimo de cinco anos, à disposição dos órgãos de controle. Isso significa que nenhuma situação de prioridade para o atendimento no SCFV deverá ser atribuída ao usuário sem que haja possibilidade de comprová-la por meio de documento técnico no qual a situação vivenciada pelo usuário esteja descrita. [...]É importante que os profissionais do SCFV estejam atentos para perceber quando usuários que, a princípio, não estavam em situação de prioridade para o atendimento no SCFV ao chegarem aos grupos, passam a vivenciá-la(s). Ao fazer essa constatação, cabe ao técnico de referência do serviço fazer o registro da situação de prioridade relacionada ao usuário e encaminhá-lo aos profissionais do PAIF, que tomarão as providências técnicas cabíveis junto à família MDS, SNAS, 2015, p. 9)

Como se pode observar, o supracitado documento, que é um material de consulta para os profissionais do SUAS, deixa claro que a avaliação deve ser feita pelos técnicos responsáveis, dos quais espera-se capacidade técnica para a identificação, o registro e encaminhamentos das situações prioritárias, seguindo-se as normativas vigentes. Para colaborar com a construção desse conhecimento, **indica-se** que a Gestão do SUAS, em estreita colaboração da Coordenação do CRAS, realize processo de educação permanente sobre essa temática aos profissionais do PAEFI, do PAIF e, especialmente, do SCFV, tomando por fundamento o documento acima referido, o qual traz base teórica sobre cada uma das situações prioritárias sob a luz da PNAS.

A pesquisa demonstrou baixo registro de acompanhamento a pessoas com deficiência pelas ofertas socioassistenciais. Desse modo, **sugere-se** que seja realizada a busca ativa, no mínimo, dos beneficiários do BPC PCD que são público potencial, além de serem público prioritário para as ofertas da Assistência Social, especialmente nos SCFV. Não se pretende aqui insinuar que todos os beneficiários ou pessoas com deficiência do município necessitem de atendimento/acompanhamento da Assistência Social, mas a gestão precisa ter a segurança de ter realizado a busca ativa por meio das ofertas e de ter incluído aqueles que da Política de Assistência Social precisam.

No PAEFI, os dados demonstraram que a maior parcela de pessoas acompanhadas é de crianças e adolescente de 0 a 17 anos (45%). Diante disso, considerando o importante papel que a Assistência Social pode ter na vida dessas pessoas, **indica-se** que o município planeje ações coletivas de prevenção aos riscos e reincidências de violação de direitos a essa população, além de estudar sobre as principais demandas trazidas no acompanhamento do PAEFI e articular com os SCFV para que trabalhem as questões de maior incidência em caráter preventivo. Também o PAIF **poderá trabalhar as demandas mais apontadas nas suas ações comunitárias** devido a capilaridade de seu alcance.

Sobre a maior incidência de atendimentos à indivíduos do sexo feminino no PAEFI, **propõe-se** que o planejamento das ações dessa oferta considere essa característica e que o PAEFI realize prevenção de reincidências voltada a esse público, haja vista que, em grande maioria, as relações de poder permeiam as violações de direito, tanto na intimidade das relações familiares quanto nas relações sociais. Relações de poder essas, em que as mulheres são parte da cadeia mais atingida negativamente,

Na oferta das MSE cabe a **sugestão** para uma aprofundada avaliação de cada caso, incluindo-se esses indivíduos também no SCFV, pois são públicos em especial para essa oferta e, nos casos de adolescentes até os 18 anos incompletos, são também públicos prioritários. No entanto, essa inserção deve estar estreitamente refletida e planejada com a PSB, para que o SCFV atinja as demandas de prevenção específicas nesses casos. Não se pode também deixar de realizar um trabalho intenso, atento e integral às famílias desses indivíduos, sendo que o acompanhamento simultâneo entre as proteções especial e básica se faz imprescindível. Ainda sobre esse tema, **indica-se** que a Gestão da Assistência Social do município realize intensa articulação com as demais políticas sociais públicas, a exemplo da educação e cultura, da geração de emprego e renda, da formação e qualificação profissional, entre outras, para realizar um planejamento macro de corresponsabilidade pela prevenção de atos infracionais, haja vista que a responsabilidade é de toda a sociedade, em especial do poder público, restando a Assistência Social o papel de executar o serviço de MSE e a articulação de ações intersetoriais que atendam às necessidades dos indivíduos e famílias em questão. Não é muito lembrar que, para a política de Assistência Social, o território tem forte incidência na vida das famílias que nele vivem, então, é preciso aprofundar o estudo caso a caso, periodicamente para compreender onde residem ou vivem os adolescentes e jovens autores de ato infracional, qual perfil socioeconômico de suas famílias, quais os principais atos infracionais ocorrem por território e, de acordo com os resultados, planejar integrada e coletivamente as ações de prevenção de novos atos infracionais e de prevenção de reincidência. Nessa seara, mais uma vez a área de Vigilância Socioassistencial deverá colaborar, levantando e tratando os dados, sugerindo ações, contribuindo para o mais acertado planejamento do município.

Em relação à maior incidência de violação de direitos atendida pelo PAEFI, a violência psicológica desponta. Dessa forma, urge que o município observe que essa é uma modalidade de violência que permeia muitas outras e ainda, em grande maioria, acontece no seio das famílias ou relações domésticas. Isto posto, é imprescindível que as vítimas dessa modalidade de violência sejam incluídas em ações de prevenção, especialmente no âmbito do seu território de vivência, por meio de oficinas/grupos/atividades que incentivem a ressignificar vivências, oportunizem aprendizados de relações não violentas e promovam a ampliação e fortalecimento de vínculos.

Como se sabe, a gestão do trabalho no SUAS é a responsável pela educação permanente, podendo estar estabelecida como área específica no município, ou ser realizada por trabalhadores da área de gestão. No entanto, devido ao seu imprescindível papel, **sugere-se** que o município estude a possibilidade da criação de uma área específica para tratar das questões a ela atinentes, ou, em caso de impossibilidade, minimamente defina um profissional que seja referência em gestão do trabalho.

Sobre essa temática, observando-se os resultados obtidos neste diagnóstico, **sugere-se** que a gestão do SUAS de Palmeira construa anualmente o plano de educação permanente, que atenda às

necessidades dos profissionais e das ofertas executadas pelo município, de modo a ampliar a qualidade entregue aos usuários da Política de Assistência Social. Corrobora esse pensamento o MDS (2012, p. 8):

O SUAS tem exigido cada vez mais um trabalhador comprometido com a realização e a ampliação do direito socioassistencial. Nessa esteira, a Gestão do Trabalho se configura como área de abrangência que vai tratar do Trabalho e dos Trabalhadores com o propósito de produzir e disseminar conhecimentos que devem ser direcionados ao desenvolvimento de habilidades, potencialidades e competências técnicas, éticas e gerenciais, ao efetivo exercício do controle social e ao empoderamento dos usuários para o aprimoramento da política pública.

Nesse sentido, **sugere-se** que o município aprofunde na execução da educação continuada, sistemática e permanente, fundada no modo como está prevista na Política Nacional de Educação Permanente, com atividades diversificadas que incluam a construção coletiva de saberes por meio de trocas de experiências exitosas, formações, rodas de conversa, seminários, capacitações, e incluindo práticas de discussões internas das equipes sobre seus processos de trabalho, normativas, orientações técnicas, entre outros temas atinentes à Política de Assistência Social.

Recomenda-se, também, que no plano de educação permanente estejam contempladas as capacitações à distância disponibilizadas pela Secretaria Nacional de Assistência Social, em sua plataforma própria, cuja organização sobre a informação, as inscrições e a contabilização de horas cursos deverá constar no plano e ser executada pela Gestão do Trabalho do município. Também se aponta a possibilidade de utilizar recursos do IGD SUAS e IGD PBF para prover a contratação de capacitações pontuais e especializadas. Essas sugestões cabem e incluem tanto os trabalhadores do SUAS, quanto os conselheiros da Assistência Social. De acordo com os dados levantados na pesquisa com os trabalhadores do SUAS, verificou-se também a necessidade de melhoria na informação sobre as ações de capacitação ou formação que, segundo os trabalhadores, nem sempre chegam a todos. Para tal, sugere-se a construção de uma “mala direita” que seja alimentada constantemente e utilizada para a comunicação com os trabalhadores do SUAS de Palmeira.

Nessa significação, é importante reforçar que a educação permanente não deve ser concebida pela gestão e nem pelos trabalhadores como atividades pontuais e externas. O investimento primordial que se deve fazer é em educação permanente interna das equipes, com discussões diversas sobre a PNAS, construindo coletivamente saberes, processos de trabalho, mudanças estratégicas de rumos. É nessa forma de executar a educação permanente que as equipes conseguem ampliar suas visões, realizar planejamento, conceber novas práticas, quebrar paradigmas que já não servem para o atual momento. Sendo assim, **reafirma-se a sugestão** de que a área de Gestão do Trabalho, planeje junto às ofertas socioassistenciais, públicas e privadas, pausas para estudos técnicos periódicos, sistemáticos, organizados, que explorem temas que aludem ao trabalho, alimentando e iluminando as práticas diárias. Esse planejamento deve incluir os trabalhadores dos três níveis de ensino: fundamental, médio e superior, haja vista a importância de cada um nas atividades da Assistência Social.

Quanto aos temas a serem abordados nas ações de educação permanente, **recomenda-se** que, além das questões específicas que envolvem a Assistência Social, o município observe os indicadores de violações de direitos e os inclua nas formações, para que os trabalhadores estejam capacitados à trabalhar com essas questões que afetam indivíduos e famílias que podem da Assistência Social precisar.

Não obstante, não se pode deixar de refletir sobre o papel da Gestão do Trabalho no cuidado e na busca pela qualidade das condições de trabalho dos trabalhadores do SUAS, contribuindo para a desprecarização das relações trabalhistas na área, incentivando a qualificação profissional, melhores salários e vínculos trabalhistas mais seguros. Inclui-se aqui a discussão das horas semanais trabalhadas, cumprindo-se as legislações vigentes no país, à exemplo dos assistentes sociais que, no município, estão trabalhando 40 horas, quando a legislação nacional prevê 30 horas de trabalho semanal.

Para contribuir com todo o processo de trabalho no SUAS, desde o planejamento até a execução das ofertas, de maneira que se avance na qualidade e na possibilidade de se atender a demanda, **sugere-se** que o município invista em RMAs (Relatórios Mensais de Atendimento) ampliados que qualifiquem os dados e os resultados obtidos pelas ofertas e sirvam de base para a análise sistemática da gestão e para o planejamento de novas ações ou permanência e ampliação daquelas que estão alcançando seus objetivos. Além disso, **recomenda-se** que a área de Vigilância Socioassistencial construa metodologia de monitoramento e avaliação periódica e sistemática das ofertas socioassistenciais, de modo que se possa medir a qualidade e a adequação do volume ofertado em relação às demandas identificadas.

Sobretudo, **recomenda-se** ao município que faça extenso uso dos dados aqui apresentados e que os retroalimente periodicamente para seu uso no planejamento de melhorias e adequações na Política de Assistência Social do município de Palmeira.

11 REFERÊNCIAS

ACADEMIA QEDU. Censo Escolar. Disponível em: <<http://academia.qedu.org.br/censo-escolar/o-que-e-o-censo-escolar/>> Acessado em: 19 de novembro de 2019.

ALVES, Jolinda de Moraes; ALMEIDA, Denise Maria Fank de. Participação e controle social: a experiência do Conselho Municipal de Assistência Social de Londrina/PR. O Social em Questão, Rio de Janeiro, v. 30, n., p.143-168, 2013. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_30_Alves_8.pdf>. Acesso em: 04 de dezembro de dez. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 24ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. (Coleção Saraiva de Legislação).

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente: promulgado em 13 de julho de 1990. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. (Coleção Saraiva de Legislação).

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Política Nacional de Assistência Social, Brasília, 2004.

_____. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

_____. Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, Brasília, 2006.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Humano. Disponível em: <<http://dh.sdh.gov.br/download/resolucoes-conanda/res-113.pdf>>. Acessado em: 24 de janeiro de 2020.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Humano. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/fortalecimento-de-conselhos/garantia-de-direitos-da-crianca-e-do-adolescente>>. Acessado em: 15 de dezembro de 2019.

_____. Decreto nº 6.481, DE 12 de junho DE 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm>. Acessado em: 19 de novembro de 2019.

_____. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf> Acessado em 20 de janeiro de 2020.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Palmeira/PR. Ata da reunião realizada no dia 13 de fevereiro de 1996. Livro 1, p. 3.

_____. Palmeira/PR. Ata da reunião realizada no dia 10 de setembro de 1996. Livro 1, p. 11.

_____. Palmeira/PR. Ata da reunião realizada no dia 01 de abril de 1998. Livro 1, p. 26.

_____. Palmeira/PR. Ata da reunião realizada no dia 08 de junho de 1998. Livro 1, p. 29.

_____. Palmeira/PR. Ata da reunião realizada no dia 08 de novembro de 1999. Livro 1, p. 45.

_____. Palmeira/PR. Ata da reunião realizada no dia 03 de setembro de 2003. Livro 2, p. 43.

_____. Palmeira/PR. Ata da reunião realizada no dia 02 de dezembro de 2003. Livro 2, p. 47.

CUSTÓDIO, André Viana. Direito da Criança e do Adolescente. Criciúma, SC: UNESC, 2009.

DATASUS. SINASC-Sistema de Informações de Nascidos Vivos. Disponível em:<<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=060702>> Acessado em: 19 de janeiro de 2020.

DATASUS. SIM-Sistema de Informações de Mortalidade. Disponível em:<<http://datasus.saude.gov.br/sistemas-e-aplicativos/eventos-v/sim-sistema-de-informacoes-de-mortalidade>> Acessado em: 19 de janeiro de 2020.

FREITAS, Leana Oliveira. Políticas públicas, descentralização e participação popular. Revista Katálisis: Estado e Política na América Latina: Assistência Social, Florianópolis, v. 18, n. 1, p.113-121, 2015. Semestral.

GONH, Maria da Glória. Conselhos gestores e participação sociopolítica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 128 p.

INEP. Censo Escolar. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>>. Acessado em: 29 de novembro de 2019.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em:<http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acessado em: 05 de novembro de 2019.

IBGE. Microdados2010. Disponível em:<http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acessado em: 05 de novembro de 2019.

IBGE, Cidades. Disponível em:<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acessado em 09 de novembro de 2019.

IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS, Rio de Janeiro – RJ, 2018.

IBGE. Censo Escolar. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/apresentacao.html>> Acessado em: 19 de dezembro de 2019.

IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego – PME. Disponível em:<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaultmic.ro.shtm> Acessado em: 10 de dezembro de 2019.

INEP. Censo Escolar. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/>>. Acessado em: 13 de dezembro de 2019.

JANNUZZI, P. de M. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, medidas e aplicações. 3. ed. Campinas: Alínea; Campinas: PUC, 2004.

MACHADO, Martha de Toledo. A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos. São Paulo: 2003.

MDS, 2009. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, DF – 2009.

MDS, 2011. Departamento de proteção Social Especial. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília, DF – 2011.

MDS, 2015. Benefício assistencial ao idoso e à pessoa com deficiência (BPC). Disponível em:<<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/bpc>>. Acessado em: 11 de janeiro de 2020.

MDS. Perguntas Frequentes Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/perguntas_e_respostas/PerguntasFrequentesSCFV_230315.pdf>. Acesso em: 23 de janeiro de 2020.

MDS, 2016. Caderno de Orientações. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/cartilha_paif_2511.pdf>. Acessado em: 15 de novembro de 2019.

MDS, 2016. Perguntas frequentes Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/perguntas_e_respostas/PerguntasFrequentesSCFV_03022016.pdf>. Acessado em: 15 de novembro de 2019.

MDS. Unidades de Atendimento. Disponível em:<<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras>> Acessado em: 19 de dezembro de 2019.

MDS. Centro de Atendimento Especializados de Assistência Social. Disponível em:<<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/creas>> Acessado em: 09 de dezembro de 2019.

MDS. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. Disponível em:<<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif>> Acessado em: 7 de dezembro de 2019.

MDS. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. Disponível em:<<http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos>> Acessado em: 4 de dezembro de 2019.

MDS. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos. Disponível em:<<http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/paefi>> Acessado em: 2 de dezembro de 2019.

PALMEIRA (Município). Constituição (2016). Lei nº 4147, de 15 de junho de 2016. Dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do município de Palmeira - SUAS e dá outras providências. Palmeira, PR, 15 Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/palmeira/lei-ordinaria/2016/415/4147/lei-ordinaria-n-4147-2016-dispoe-sobre-o-sistema-unico-de-assistencia-social-do-municipio-de-palmeira-suas-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2019.

_____. Constituição (2017). Lei nº 4327, de 22 de março de 2017. Dá nova redação a Lei Nº 4.272/2016, em seus artigos n.º. 9º, 11, 17, 21,33 e anexo I, que dispõe sobre a organizacional administrativa do poder executivo do município de Palmeira e dá outras providências. Palmeira, PR, 22 mar. 2017. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/palmeira/lei-ordinaria/2017/433/4327/lei-ordinaria-n-4327-2017-da-nova-redacao-a-lei-n-4272-2016-em-seus-artigos-n-s-9-11-17-21-33-e-anexo-i-que-dispoe-sobre-a-organizacional-administrativa-do-poder-executivo-do-municipio-de-palmeira-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 03 de dezembro de 2019.

_____. Constituição (1997). Lei nº 1843, de 04 de junho de 1997. Altera a organização administrativa da Prefeitura Municipal estabelecida pela Lei nº 1663, de 13.08.93, e dá outras providências. Palmeira, PR, 04 jun. 2017. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/palmeira/lei-ordinaria/1997/184/1843/lei-ordinaria-n-1843-1997-altera-a-organizacao-administrativa-da-prefeitura-municipal-estabelecida-pela-lei-n-1663-de-13-08-93-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 03 de dezembro de 2019.

_____. Perfil do Município. Disponível em: <<http://www.palmeira.pr.gov.br/perfil-do-municipio>>. Acessado em: 09 de janeiro de 2020.

_____. Plano Plurianual de Assistência Social 2018-2021.

Pinto; mecheletti et al. Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. In Serviço Social e Sociedade n. 105. São Paulo: Cortez

Ripsa. Indicadores e Dados Básicos para a Saúde no Brasil. Disponível em: <http://www.ripsa.org.br/fichas>IDB/pdf/ficha_A.16.pdf>. Acessado em: 09 de novembro de 2019.

SANTOS, Milton. Território e Sociedade - Entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2000. pg. 22.

SINAN. Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Disponível em:<<http://portalsinan.saude.gov.br/>> Acessado em: 13 de janeiro de 2020.

SOLIGO, Valdecir. Indicadores: Conceito e complexidade do mensurar em estudos de fenômenos sociais. Maio, 2012.

VERONESE, Josiane Rose Petry. Temas de Direito da Criança e do Adolescente. São Paulo: Ltr, 1997.

YASBECK, Maria Carmelita. Globalização, precarização das relações de trabalho e Seguridade Social. Cadernos ABONG, n.º 19. outubro de 1997.



painel
Pesquisas e Consultoria
Uma empresa do grupo 3 Elemento.

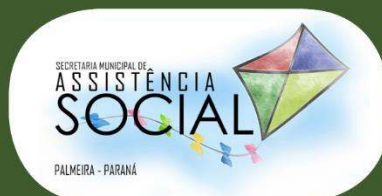
Site da PAINEL:
www.painelpesquisas.com.br
Rua: Ibirapuera 705 – Floresta – Joinville/SC
Tel: (55) 47 3025 5467 Cel: (55) 47 9 9993 1043
atendimento@painelpesquisas.com.br



IDEALIZAÇÃO:



PALMEIRA
Prefeitura Municipal



REALIZAÇÃO:

painel
Pesquisas e Consultoria

Uma empresa do grupo 3 Elemento.

FINANCIAMENTO:

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL